

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

JONORETE DE CARVALHO BENEDITO

**A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO AO ENFRENTAMENTO
AO “RACISMO E AGEÍSMO”:** um estudo sobre a produção de conhecimento
expressa nos encontros nacionais de pesquisadores em serviço social
realizados na segunda década do século XXI

Franca/SP

2022

JONORETE DE CARVALHO BENEDITO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Franca, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Serviço Social.

Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Estado, Políticas Sociais e Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Nanci Soares

Coorientadora: Profa. Dra. Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva

Franca/SP

2022

Benedito, Jonorete de Carvalho

B463c A Contribuição do Serviço Social Brasileiro ao Enfrentamento ao “Racismo e Ageísmo”: um estudo sobre a produção de conhecimento expressa nos encontros nacionais de pesquisadores em serviço social realizados na segunda década do século XXI / Jonorete de Carvalho Benedito. -- Franca, 2022
259f: il., tabs.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca

Orientadora: Nanci Soares

Coorientadora: Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Franca

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: A contribuição do Serviço Social brasileiro ao enfrentamento ao "Racismo e Ageísmo": um estudo sobre a produção de conhecimento expressa nos encontros nacionais de pesquisadores em serviço social realizados na segunda década do século XXI

AUTORA: JONORETE DE CARVALHO BENEDITO

ORIENTADORA: NANCI SOARES

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em SERVIÇO SOCIAL, área: Serviço Social: Trabalho e Sociedade pela Comissão Examinadora:

Profª. Drª. NANCI SOARES (Participação Virtual)
Departamento de Serviço Social - UNESP / Universidade Estadual Paulista Unesp Campus de Franca

Profª. Drª. JOSIANI JULIÃO ALVES DE OLIVEIRA (Participação Virtual)
Departamento de Serviço Social - UNESP / Faculdade de Ciências Humanas e Sociais UNESP Campus de Franca

Profª. Drª. ENEIDA GONÇALVES DE MACEDO HADDAD (Participação Virtual)
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Profª. Drª. SOLANGE MARIA TEIXEIRA (Participação Virtual)
Departamento de Serviço Social / UFPI

Profa. Dra. TAIS PEREIRA DE FREITAS (Participação Virtual)
Departamento de Serviço Social / Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

Franca, 28 de abril de 2022

Laura Odete Doria Jardim
Assist. de Suporte Acad. I
Seção Téc. de Pós-Graduação
UNESP/FCHS/Franca

Todos os dias é um vai-e-vem
A vida se repete na estação
Tem gente que chega pra ficar
Tem gente que vai pra nunca mais
Tem gente que vem e quer voltar
Tem gente que vai e quer ficar
Tem gente que veio só olhar
Tem gente a sorrir e a chorar
E assim, chegar e partir
São só dois lados
Da mesma viagem
O trem que chega
É o mesmo trem da partida
A hora do encontro
É também despedida
A plataforma dessa estação
É a vida desse meu lugar
É a vida desse meu lugar
É a vida

Milton Nascimento¹ e Fernando Brant²

¹ **Milton Nascimento** é cantor, compositor e multi-instrumentista brasileiro, reconhecido mundialmente como um dos mais influentes e talentosos músicos da Música Popular Brasileira.

² **Fernando Rocha Brant**, Compositor e letrista. Junto com Milton Nascimento fundaram o Clube da Esquina.

AGRADECIMENTOS

Em abril de 2009 eu terminava uma viagem, de trem, a um lugar chamado mestrado. Ah, quantos pensamentos passaram na minha mente durante toda aquela viagem, e em quantas estações parei. Em algumas me demorei, outras foram passageiras e outras permanecem na minha lembrança, fazendo parte do meu cotidiano não só até os dias atuais, mas penso que para toda a eternidade.

Decorrida pouco mais de uma década, estou eu aqui de novo, finalizando uma viagem. E que viagem! Parti de Maceió com escala em Recife, rumo à desconhecida – para mim – cidade de Franca, no estado de São Paulo, para iniciar esta viagem chamada Doutorado. E como toda viagem, cheia de alegrias e de momentos não tão alegres assim, cansaço pelos passeios diários (nesse caso, a apropriação de conhecimento de várias ciências e disciplinas), vontade de retornar ao nosso lar, pois como diz o dito popular: “viajar é bom, mas retornar para casa é melhor ainda”.

Todavia, assim como disse o poeta Dominginhos, nas minhas voltas para o aconchego a mala estava cheia não só de saudades por tudo que vivi, mas recheada de gratidão dos sorrisos sinceros, dos abraços apertados, da solidariedade, do acolhimento, ações que, assim como na música, aliviaram meu cansaço e me deram forças para continuar. Mimos que me foram ofertados por muitas pessoas, que muitas vezes o doador não se deu conta de como uma única palavra, um único gesto, significou para o retorno à minha viagem e à sua conclusão.

Penso que, mesmo sem saber, exercíamos algo de muito valor humanístico que vem lá da terra dos meus ancestrais africanos: o *ubuntu*. Eu só sou o que sou por tudo que conseguimos passar coletivamente. O término dessa viagem só foi possível com a cooperação do brilho de cada pessoa, de cada fogueira, seja ela grande ou pequena, de todas as cores e de todas as intensidades.

Mais uma vez voltei ao trem, para seguir rumo ao conhecimento tanto acadêmico como de vida. Ah, não sou a mesma de quando aqui cheguei... O aprendizado, em alguns momentos foi dolorido, mas, como todo conhecimento, foi transformador. Mulher, negra, trabalhadora, em processo de envelhecimento, quantas vezes me identifiquei com o que estava estudando! Quantas vezes me enxerguei como ao meu velho tio/pai em meio às lutas sociais! Na viagem, as estações pelas quais transitei sempre estiveram cheias de pessoas, entrando e saindo, me esperando, me permitindo ultrapassar obstáculos e galgar mais um degrau na escada do conhecimento.

Assim, chegou o momento de agradecer, mesmo correndo o risco de a memória não ser tão minha amiga e não me fazer lembrar de todas as pessoas, pelo que de antemão já peço desculpas. Irei passar pelas estações da minha viagem para demonstrar minha gratidão.

Início pela **Estação Família**, que tem em sua base o cuidado com quaisquer outros seres das espécies humana, animal e vegetal. Fomos muitos os acolhidos no colo de nossa família. Agradeço imensamente aos meus pais adotivos José Júlio (*in memoriam*) e Maria Angelita, que nunca mediram esforços para que eu galgasse degraus cada vez mais altos na seara do conhecimento; não fosse pela dedicação e renúncias deles, eu não estaria celebrando tão importante vitória. A todos os meus irmãos, em especial à minha irmã Juraci de Fátima, mulher velha que sempre valorizou a educação formal, que, nos meus momentos de mudança para Franca/SP, assumiu “as rédeas” da minha casa. E, principalmente, nesses últimos meses, diante do meu afastamento total e com todos os acontecimentos que nos abateram, não titubeou em nenhum momento de deixar o seu lar, sua família e ficar responsável pelos cuidados com a nossa mãe. Aos meus irmãos Jorge Luiz e Luís Eduardo, que para não me ver desistir na fase final, deixaram esposa e filha/os e ficaram 24 horas como acompanhantes de nossa mãe em uma hospitalização que ela necessitou fazer, sempre me dando informações para que eu me tranquilizasse. À minha irmã Rita de Cassia (*in memoriam*), com quem nos últimos meses tornei a conviver na mesma casa, com boas recordações, muitas risadas e muito choro também. Esses últimos meses foram importantes para me fortalecer e perceber que diante da efemeridade da vida, lutar pelo direito de viver e resistir sempre serão as palavras de comando dos/as trabalhadores/as no caminhar para que tenhamos uma existência sem opressões e em condições de termos no curso da vida o acesso ao que é produzido socialmente. Agradeço a Ana Paula por todo o cuidado com a casa, com minha mãe e conosco.

Ainda na **Estação Família**, não posso deixar de lado meus sobrinhos Júnior, principalmente pela formatação inicial deste trabalho, juntamente com Thatiane, Nathalya, Lucas, Vinicius, João Victor e Norethy, por todos os momentos de desejos de sucesso e de preocupação. Aos meus sobrinhos-netos Valentina e Christoph, que mesmo sem entender, trouxeram alívio e suavidade em momentos tão tensos. À minha mãe Joselita, às minhas irmãs Ana Patrícia e Andrea, às minhas cunhadas Daniela e Luzineide, pelos mimos, pela força, pelo olhar acolhedor. Aos meus irmãos

Joseilton e Joelington, pelo cuidado de sempre! Um agradecimento muito especial ao meu cunhado Armando, homem velho, pescador – nas palavras dele, “de pouco estudo”, mas de uma sabedoria popular inimaginável –, agradeço por ter compreendido e ter ficado longe de sua esposa por vários momentos, uma vez que ela estava na minha casa, suprimindo minha ausência nos cuidados com a nossa mãe, e agradeço muitíssimo pelos cuidados, pela água de coco, pelos ovos vindos de seu quintal, pela preocupação com a minha saúde. Às minhas cunhadas Itamara e Mariza, pela ausência de seus esposos.

A minha **Estação Amizade**, ah, essa foi aquela em que pessoas saíram, mas outras entraram e permaneceram. Em alguns momentos, essa Estação se confunde com as tantas outras pelas quais passei, como, por exemplo, a profissional, aquela dedicada ao doutorado, pois algumas pessoas chegaram à minha vida por tais estações, e hoje somos “amigas/os para sempre”. Iniciarei agradecendo às minhas amigas/irmãs Danielle e Katiana, que entraram na minha vida na minha **Estação Profissional** há 25 anos, mas o elo de amizade falou mais forte e hoje não nos vemos sem o apoio uma das outras, que incansavelmente me mostram que amizade é sim “um abrigo seguro [...] que os verdadeiros amigos/ Do peito, de fé, os melhores amigos/ Não trazem dentro da boca/ Palavras fingidas ou falsas histórias/ Sabem entender o silêncio/ E manter a presença mesmo quando ausentes” (TEIXEIRA, 1990). Gratidão por todo o apoio e, principalmente, pela compreensão por todos os momentos importantes e especiais em que eu não pude me fazer presente.

Ainda na **Estação Amizade**, como esquecer minha amiga Hilda Moura (Hildinha), que entrou na minha vida como colega de graduação, ainda no século passado, na metade dos anos 80. Para além da amizade, fui escolhida por ela para ser madrinha da adorável Júlia. Nesses quase quarenta anos, nossos caminhos foram de alguns espinhos, mas também de muitas flores, de lágrimas, de sorrisos, de vitórias. Hildinha, nada disso seria possível sem seu apoio lá no início dos trilhos da graduação. Grata pelo apoio e pela compreensão do meu “sumiço”.

Ao casal Elisabeth e Juraci, que conheci numa data muito importante para o povo negro, o tricentenário de Zumbi, juntos subimos à Serra da Barriga, exaltamos a importância de Zumbi e nunca mais nos desligamos. Juraci me ensinou que “negro lindo é pleonasma”. Beth e Jura, obrigada por todo o apoio e incentivo para que eu conseguisse finalizar esse processo.

A **Estação Amizade** continua cheia, gente entrando a cada dia. Agradeço às minhas amigas “Risonhas”, chegadas a mim via Estação Profissional. Alcina, que, em época de redes sociais, aplicativos de mensagens, diariamente me manda um oi, “passando só para dizer que estou com saudades” ou simplesmente para alegrar meu dia com uma foto do sorridente e sapeca sobrinho postiço que ganhei no transcorrer do doutorado. Jinadiene, que assim como eu, também está finalizando o doutorado, eu na Unesp, ela um pouco mais próximo de casa, na UFRN. Jina, por todas as conversas, por todas as angústias que dividimos, por toda força. Marli, referência nos meus estudos de negritude, ah, quantos gritos de socorro, “Marli, você tem tal livro?” (livros há muito fora de catálogo). E mesmo não tendo, ela dizia: vou ver com o movimento; e tempos depois eis que surgia o livro de que eu tanto precisava. E Martha Bethânia (*in memoriam*), quis o acaso que ela não estivesse aqui neste momento, mas quanta força me deu em nosso café obrigatório todas as vezes que eu voltava a Maceió. Em nossas gargalhadas, ela sempre educada, eu sempre espalhafatosa. Martha partiu, mas me deixou como presente a amizade de Débora, Vinicius, Lucas e de Santério Júnior, pessoas do meu coração, muito obrigada.

Na **Estação Profissional**, agradeço imensamente a Celyane Rocha e a Arabella Jane, que em meio a tantas turbulências profissionais, foram sensíveis à minha liberação para que eu conseguisse cursar as disciplinas necessárias. Arabella, por todos os telefonemas, por todas as manifestações de alegria ao saber dos resultados da minha pesquisa. Agradeço à Tereza Lins e Djane Pacheco pelo apoio e por compreenderem que em alguns momentos eu precisava participar de eventos, aulas, congressos e assim concordarem com minha liberação.

A **Estação Profissional** me trouxe Thais, Mônica e Verônica, que sempre estiveram ao meu lado, perguntando, apoiando, criando estratégias para que eu pudesse vivenciar o período pandêmico, conciliando trabalho, estudo, os cuidados com os meus, sem perder a minha sanidade mental. A Leandro e a Paula, colegas de local de trabalho, que muito me ouviram falar sobre o meu estudo.

Na **Estação Profissional**, um agradecimento muito especial às/aos Conselheiras e Conselheiros, não só pelo apoio e cuidado, mas por terem, em suas discussões, me despertado para a invisibilidade da participação dos trabalhadores velhos nos movimentos de luta para a conquista dos direitos que, atualmente, protegem a classe trabalhadora.

Na **Estação Franca**, tive muitas surpresas boas. Antes de lá chegar, fui muito ajudada por Lígia, que sendo de fora, sabia o quanto era difícil encontrar local para morar nas proximidades da Unesp, e assim muito ajudou até eu encontrar e contactar a pessoa que viria a ser meu anjo da guarda naquela cidade. Lígia e Graziela foram responsáveis por me orientar ao cotidiano francano, e com elas compartilhei muitas tardes sabáticas. Lígia e Grazi, muito obrigada.

Lázara e Vitor não só me acolheram em sua residência, me dispuseram a edícula e tornaram-se grandes amigos, me contaram suas vidas, seus segredos, me abriram seus corações. Saudades dos caldinhos nas noites frias, da comidinha quente depois de um longo dia de atividades, das conversas, dos passeios. Saudades do meu jardim tão bem cuidado por Lázara. A vocês, muito obrigada.

Às pessoas, em sua maioria velhas, que a cada quinze dias me descontraíam com as leituras de livros como *O Alienista* e *A Bolsa Amarela*. Leituras sempre regadas a chás e biscoitos. Obrigada a Zelita, Geysa, Margarida, Ana Amélia, Arlete, Arletinha e Lázara pelo enriquecimento adquirido nas leituras e pelos momentos de descontração e cuidado com a forasteira.

Em 2017 aportei na **Estação Doutorado**. Muitas foram as pessoas que concorreram para que eu chegasse até ela com sucesso. Agradeço a Joice Costa, que não titubeou em me ajudar a fazer a minha inscrição (já que os documentos precisariam ser entregues pessoalmente) e a todos os auxílios quando solicitados. Agradeço ainda a Maria Florência e a Gabriela Villioni, pelas trocas, pelos incentivos, pelas reflexões de nossos objetos de estudos que têm o envelhecimento na perspectiva da totalidade social como bússola. Aos colegas de turma, em especial ao Edney, à Priscila, à Daniela, à Barbara, pelo convívio cotidiano, pela preocupação por eu estar longe do meu aconchego familiar. À Tatiana Ferreira, que assim como eu, era nordestina e estava longe dos seus, primeira pessoa que conheci no dia da realização da prova de seleção. Foi “amor” à primeira vista. Dividimos alegrias, tristezas, preocupações e, principalmente, saudades dos nossos. A vida se encarregou de trazer a Tati para a Estação Amizade, e assim poder compartilhar com ela momentos muito especiais, como, por exemplo, acompanhar, mesmo que a distância, sua gravidez e o desenvolvimento de mais uma sobrinha postiça. Agradeço a Tati e também a sua mãe, dona Vilma, sempre presente na minha estada em Franca.

Essa Estação foi responsável por presentes preciosos como a Carol, a Renata e a Márcia. Muito discutíamos sobre os conteúdos programáticos das disciplinas que

cursávamos, da necessidade de nos aprofundarmos na Teoria Social de Marx. Muitos foram os momentos de desabafos, de alegrias e descontração. Meninas, até parece clichê, mas é muito verdadeiro: minha vida no doutorado não seria tão vibrante se não fosse pela presença de vocês. Obrigada.

Agradeço também aos alunos do segundo ano de Serviço Social da Unesp, do ano de 2017, quando fiz estágio docência e muitas amizades. Os questionamentos em sala de aula e as discussões sobre os fundamentos do Serviço Social foram importantíssimos para uma melhor compreensão do objeto estudado.

Agradeço a todos/as professores/as que passaram por mim nesse processo de doutoramento, em especial aos professores Dr. Agnaldo e Dr. Fred, pelo respeito ao nosso saber construído; aos professores Dr. Dagoberto e Dra. Taís Freitas, por despertarem em mim o desejo de cada dia mais estudar as questões étnico-raciais. Ao professor Dr. Gustavo, pelas aulas, pelo grupo de estudo.

Eu não teria conseguido passar pela Estação **Doutorado** sem o apoio da Coordenação da Pós-Graduação. Agradeço inicialmente à professora Dra. Cirlene Aparecida, coordenadora quando cheguei, por ter me recebido de forma tão carinhosa e sempre demonstrar muita disponibilidade em me atender. Agradeço à professora Dra. Nayara Hakime, que mesmo antes de eu chegar a Franca, já estava preocupada com minha estadia e meu bem-estar; e à professora Dra. Maria José (atual coordenadora). Nayara e Maria José, mesmo preocupadas com os trâmites dos órgãos avaliadores das pós-graduações, compreendendo a minha situação, não mediram esforços em discutir junto ao colegiado e fornecer os subsídios necessários para a aprovação dos meus pedidos de prorrogação.

Um agradecimento muito especial aos servidores da Pós-Graduação, que sempre foram atentos e solícitos a tudo que necessitei, de informações a documentações: Erick, Tadeu e Nailton. Ao Mauro Lúcio Ferreira que me recebeu de braços e coração abertos, sempre disposto a me orientar, dirimir dúvidas, me guiar pelas burocracias institucionais e, hoje, é um amigo muito querido. À Denise Branco, pelas orientações para realização da qualificação e da defesa desta tese e principalmente, por compreender todos os meus apereios ao tempo que sempre procurou me acalmar. Gratidão a vocês.

Como falar da **Estação Doutorado** sem lembrar e agradecer aos/às funcionários/as da biblioteca da Unesp/Franca, (pelo aconchego, pelos mais lindos marcadores, pelas arrumações alusivas a datas festivas), em especial a Fernanda, a

Núbia, a Laura e a todos/as estagiários/as que por lá passaram nesse meu período de doutoramento.

No meu mundo acadêmico sempre contei com professores e professoras, como é o caso da professora Dra. Maria Augusta Tavares (nossa Guga), que têm o marxismo para além de uma teoria que nos conduz no “fazer” pesquisa. Guga, no mestrado e agora no doutorado, a professora Dra. Nanci Soares e a assistente social Dra. Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva foram as expoentes. Agradeço não somente pela paciência, seriedade e rigor com que me conduziram nesta pesquisa, mas também pela solidariedade, compreensão, amizade, apoio e, especialmente, por me mostrarem que ser marxista vai muito além de ter Marx como referência teórica e sim que o marxismo deve estar nas nossas ações cotidianas.

Na **Estação Doutorado**, devo ainda agradecer de forma especialíssima à professora Dra. Nanci Soares, por ter aceitado me orientar, por ter confiado na minha capacidade, pelo apoio e empenho em agilizar todos os procedimentos burocráticos quando necessário, por ter me proporcionado uma experiência ímpar como sua estagiária na docência e no convívio com os/as alunos/as da Unati, e por todo o esforço realizado nessa reta final. Muito, muito obrigada.

À assistente social Dra. Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva, que entrou na minha vida via estudos do envelhecimento, inicialmente pelo seu livro *Envelhecimento, Saúde e Trabalho no Tempo do Capital*, e que hoje faz parte do meu convívio diário, não somente com a sua amizade, mas com a de todos os seus familiares. Meu agradecimento a Sálvea ultrapassa a barreira de ela ter aceitado o desafio de me coorientar nesse processo de um dia eu vir a obter o título de doutora. Como diria minha mãe (aquela que sempre tem uma resposta na ponta da língua), quanto trabalho lhe dei! Mas em nenhum momento você duvidou da minha capacidade, e nos últimos meses envidou esforços para me propiciar as condições necessárias à conclusão desta tese: os locais para onde eu pudesse fazer uma imersão na elaboração da tese, os avisos que estaria com o celular desligado diante da necessidade de descansar; mesmo assim, caso eu precisasse de alguma orientação, por mínima que fosse, saberia a forma de encontrá-la. Ah, se seu apartamento falasse, ao mundo seriam revelados os vários puxões de orelhas. Revelaria, também, a doçura no olhar de confiança na minha capacidade, pois se há alguém nesse processo que nunca duvidou de mim, esse alguém foi Sálvea. Costumo dizer, mesmo sem ela gostar, que se existe reencarnação, mil reencarnações não

serão suficientes para poder lhe demonstrar minha gratidão. Agradecendo a ela, estendo meus agradecimentos a Romero, a Rodrigo, a Vanessa, a Xodó, a Tsu, a Jade, a Clarinha e a Terra, por todos os momentos nos quais ela deixou de se dedicar à família para estar junto a mim.

Agradeço de forma muito especial e carinhosa às professoras Eneida Haddad, Solange Teixeira, Josiani Julião e Tais Freitas, Nayana Hakime, Marta Farinelli e Maria José, que não tiveram dúvidas em aceitar meu convite para fazerem parte da minha banca de defesa. Receberam meu convite de forma muito carinhosa, inclusive compreendendo os percalços pelos quais passei para fazer a entrega do material em tempo hábil.

Preciso ainda fazer meus agradecimentos à **Estação GEEHPTS**. A todas as minhas colegas e meus colegas que fazem parte ou já passaram pelo Grupo de estudos nesse período, em especial à Ana Maria, minha prima, responsável por me apresentar ao grupo e que durante todo esse tempo buscou estratégias para que eu pudesse participar de forma satisfatória das reuniões do grupo, além de sempre se mostrar preocupada com a minha saúde e o meu desenvolvimento no doutorado. Agradeço a Sémaries e a Rosana pelo acolhimento em seus lares; a Fernanda, que além de toda a preocupação, ainda fez uma síntese de sua dissertação para que eu tivesse uma compreensão melhor. A Jéssica, a Ionara, a Vanessa Paloma, pelas mensagens cotidianas de incentivo. A Priscylla, que dividiu comigo a tarefa de identificar nos anais dos Enpess os artigos que estavam dentro dos critérios para análise. Agradeço imensamente a Rosely pela elaboração da linda nuvem de palavras que abrilhanta um dos resultados encontrados na pesquisa nos Anais.

Existem Estações pelas quais passamos que nelas agregam personagens provenientes de todas as outras já visitadas. Assim, início os agradecimentos desta Estação ao meu amigo Sidney Wanderley, que mesmo com algumas atividades primordiais e intransferíveis em sua vida pessoal, com seu tempo exíguo, realizou a revisão ortográfica e gramatical deste trabalho, deixando sua leitura muito mais aprazível e compreensível.

Um desses personagens que me chegaram por meio de Sálvea Campelo foi João Carlos Rodrigues da Silva (o Jota), que aportou numa noite de carnaval, não no frevo pernambucano, nem atrás do Galo (bloco carnavalesco de Recife), mas sim para me tirar de um apuro e elaborar os gráficos que expõem os dados encontrados nos Anais dos Enpess e que ilustram o capítulo quatro desta tese. Sr. Jota, muito obrigada.

Outra personagem que me chegou mediante Sálvea Campelo foi a professora Dra. Paula Raquel da Silva Jales, que também adentrou na minha vida no período momesco, para em vez de frevar, explicar-me o que viriam a ser os Núcleos de Significação, com orientações de leituras, exercícios e acompanhamento na identificação dos significados, aglutinação dos sentidos e constituição dos núcleos de significação. Foram várias aulas, vários encontros em que Paula Raquel contribuiu imensamente para a finalização desta tese. Obrigada, Raquel.

Foi também graças a Sálvea Campelo que Vanessa Campelo, com seu jeito sensível de perceber o mundo, adentrou nessa estação com a missão de criar ilustrações que pudessem representar os vários núcleos de significações expostos no capítulo cinco desta tese. Muito obrigada, Vanessa, pelas belas e emocionantes ilustrações; algumas, como você me explicou, com a topografia *Black Cooper*, técnica muito utilizada na cultura negra americana.

Agradeço ainda às idosas, funcionárias e gestoras do Abrigo Nossa Senhora de Lourdes, localizado em Olinda/PE, em especial a Dilma e Fabiola, às cuidadoras Sara e Daiane, às cozinheiras Michele e Rosa, às auxiliares Ana e Jaciara e às idosas Teresa, Graça, Tetê, Júnia e Maria da Paz, que durante um tempo, me acarinharam em seu lar e proporcionaram as condições necessárias para a elaboração desta tese.

Ao Rubens, pela generosidade da elaboração do Abstract e a Ana Couto pelo Resumen

À Renata Giaqueto, sempre tão atenciosa e cuidadosa, inicialmente na Coordenação do Curso de Serviço Social e logo após como Secretária da Vice-diretora da Unesp/Franca. Seu cuidado, a florzinha que recebi o dia da qualificação e o “boa sorte, tudo já deu certo” acalmou meu coração naquele momento.

Agradeço aos servidores do Núcleo de Telessaúde da Universidade de Pernambuco (NUTES), Luciano de Brito Marques e Maria Aparecida Cantarelli de Oliveira por todo o apoio e cuidado com os quais conduziram os procedimentos no dia da defesa desta tese.

Ao Sr. Alessandro Pino, por todas as vezes que nesse período precisou me transportar no itinerário Maceió/Recife/Maceió.

Ao meu **All Star Amarelo**, companheiro inseparável de quatro anos de graduação, por tudo o que ele representa na minha caminhada acadêmica.

Assim termina esta minha viagem: “Lá vai o trem sem destino/ Pro dia novo encontrar/ Correndo vai pela terra/ Vai pela serra/ Vai pelo ar” (VILLA-LOBOS; FERREIRA GULLAR). Até a próxima viagem por locais ainda desconhecidos.

À memória do meu tio/pai, trabalhador velho que nunca frequentou as bancas escolares, mas foi o maior incentivador para que eu adentrasse no mundo acadêmico e sempre, em parceria com minha tia/mãe, me proporcionaram todas as condições para que eu alcançasse êxito nessa empreitada. Os anos jamais apagarão sua importância na minha vida. Saudades hoje e sempre!

BENEDITO, Jonorete de Carvalho. **A contribuição do serviço social brasileiro ao enfrentamento ao “racismo e ageísmo”**: um estudo sobre a produção de conhecimento expressa nos encontros nacionais de pesquisadores em Serviço Social realizados na segunda década do século XXI. 2022. 256f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2022.

RESUMO

Esta tese tem por objetivo analisar a contribuição do Serviço Social brasileiro ao enfrentamento ao racismo e ao ageísmo expressa nos anais nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social realizados na segunda década do século XXI. O caminho metodológico percorrido foi o da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental. A necessidade de estudar esse tema surgiu da hipótese de que apesar de haver uma contribuição das entidades representativas da profissão para o enfrentamento ao racismo, no que concerne ao envelhecimento ainda há um longo caminho a trilhar, o que foi comprovado ao término da pesquisa. Defende-se que o ageísmo é estruturante, uma vez que quando se deveria celebrar a conquista da longevidade, protagoniza-se a “tragédia”, condenando trabalhadores e trabalhadoras, na sua velhice, a vivenciar o sistema de violência, que se manifesta desde a violação dos seus direitos fundamentais. Há apelos ideológicos que enveredam pela responsabilização, culpabilização e punição dos/das velhos/as pela própria velhice trágica, como se a velhice, também, não fosse uma produção social. Parte-se da hipótese, já defendida por outros autores e reconfirmada nesta tese, de que a formação da classe trabalhadora brasileira recebe forte influência dos escravizados nos seus movimentos de luta e resistência. Constata-se, ademais, que o Brasil vive hoje uma conjuntura de desregulamentação de direitos conquistados através das lutas dos movimentos sociais. Conclui-se que há uma emergência na elaboração de pesquisas sobre o envelhecimento que tenham a totalidade como categoria de análise, bem como que se efetive a reconstrução das lutas sociais por direitos. Finaliza-se o trabalho reafirmando que, enquanto essa sociedade não se tornar emancipada, luta e resistência devem ser o caminho a ser trilhado para que os direitos conquistados não escoem pelos ralos das determinações capitalistas. Por isso, nenhum direito a menos, velhice não é doença, vidas negras e de velhos e velhas importam, são os gritos que carecem de eco em toda a extensão territorial do Brasil.

Palavras-chave: Velhice. Envelhecimento. Velho/a. Lutas Sociais. Racismo. Raça.

BENEDITO, Jonorete de Carvalho. **The contribution of the Brazilian Social Service in the confronting racism and ageism expressed in the proceedings of the Meetings Nationals of Researchers in Social Work, realized in the second decade of the XXI century.** 2022. 256f. Thesis (Doctorate in Social Work), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2022.

ABSTRACT

This thesis has the objective to analyze the contribution of the Brazilian Social Service in the confronting racism and ageism expressed in the proceedings of the Meetings Nationals of Researchers in Social Work, realized in the second decade of the XXI century. The methodological path followed was that of bibliographic research and documentary research. The necessity to study this theme emerged from the hypothesis that despite existing there was a contribution from a representative entity from the profession in the racism confronting, the concern about aging there is still a long path follow, which was provided in the end research. There is defend that ageism is structuring, since when one should celebrate the conquest longevity, the “tragedy” takes place, condemning workers and workers, in their old age, to experience the system of violence, which manifests itself since the violation of their fundamental rights. There are ideological appeals that take the responsibility, blame and punishment of the elderly for the tragic old age itself, as if old age too were not a social production. It starts from the hypothesis, already defended by other authors and reconfirmed in this thesis, that the formation of the Brazilian working class is strongly influenced by the enslaved in their movements of struggle and resistance. Furthermore, it appears that Brazil is currently experiencing a situation of deregulation of rights conquered through the struggles of social movements.

Keywords: Old age. Aging. old Social Struggles. Racism. Breed

BENEDITO, Jonorete de Carvalho. **La contribución del servicio social brasileño al enfrentamiento del “racismo y edadismo”**: un estudio sobre la producción de conocimiento expresa en los Encuentros Nacionales de Expertos en Servicio Social realizados en la segunda década del siglo XXI. 2022. 256f. Tesis (Doctorado en Servicio Social) – Facultad de Ciencias Humanas y Sociales, Universidad Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2022.

RESUMEN

Esta tesis tiene por objetivo analizar la contribución del Servicio Social brasileño en el enfrentamiento al racismo y edadismo expresos en los registros de los Encuentros Nacionales de Expertos en Servicio Social realizados en la segunda década del siglo XXI. El camino metodológico recorrido fue la pesquisa bibliográfica y documental. La necesidad de estudiar ese tema surgió de la hipótesis de que aunque haya una contribución de las entidades representativas de la profesión para el enfrentamiento al racismo, sin embargo, con respecto al envejecimiento, aún hay un largo camino a recorrer, lo que fue comprobado al término de la pesquisa. Se defiende que el edadismo es estructural, una vez que cuando se debería celebrar la conquista de la longevidad, se protagoniza la “tragedia”, condenando trabajadores y trabajadoras en su vejez, a vivir el sistema de violencia, que se manifiesta desde la violación de sus derechos fundamentales. Hay clamores ideológicos que optan por responsabilizar, culpabilizar y punir a los mayores por la propia trágica vejez, como se ella, también, no fuera una producción social. Se parte de la hipótesis ya defendida por otros autores y reconfirmada en esta tesis, de que la formación de la clase trabajadora brasileña recibe fuerte influencia de los esclavizados en sus movimientos de lucha y resistencia. Se constata, además, que Brasil vive hoy una coyuntura de desreglamentación de derechos conquistados a través de las luchas de los movimientos sociales. Se concluye que hay una emergencia en la elaboración de pesquisas sobre el envejecimiento que tengan la totalidad como categoría de análisis, que la reconstruya en sus luchas sociales por derechos. Se finaliza el trabajo reafirmando que, mientras esa sociedad no sea emancipada, la lucha y resistencia deben ser el camino a ser conquistado y que no se las pierdan con determinaciones capitalistas. Por eso, ningún derecho a menos, vejez no es enfermedad, vidas negras y ancianas importan, son los gritos que carecen de eco en toda la extensión territorial de Brasil.

Palabras-clave: Vejez. Envejecimiento. Anciano/a. Luchas Sociales. Racismo. Raza.

LISTA FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

FIGURA 1: Principais Palavras-Chave Encontradas nos 115 Artigos Constantes dos Anais do XII, XIV, XV e XVI Enpess	153
QUADRO 1: Resumo das perspectivas pontuadas por José Paulo Netto do movimento de reconceituação do Serviço Social	119
QUADRO 2: Cronologia e Tema dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS)	123
QUADRO 3: Cronologia e temas dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (Enpess)	137
QUADRO 4: Artigos Selecionados para Análise.....	151
QUADRO 5: Artigos utilizados na revisão integrativa	155
QUADRO 6: Total de artigos por Enpess x artigos selecionados	169
QUADRO 7: Núcleo de Significação Gerontologia Social	187
QUADRO 8: Núcleo de Significação Ageísmo	191
QUADRO 9: Núcleo de Significação Opressão Racial	195
QUADRO 10: Núcleo de Significação Desigualdade Social e Étnico-racial	197
QUADRO11: Núcleo de Significação Identidade e Memória	200
QUADRO 12: Núcleo de Significação Formas de Enfrentamento.....	204
QUADRO 13: Núcleo de Significação Práticas e Concepção Sindical	210
GRÁFICO 1: Artigos publicados nos anais do XIII Enpess – 2012, por unidade federativa	162
GRÁFICO 2: Artigos publicados nos anais do XIII Enpess – 2012, por ênfase	163
GRÁFICO 3: Artigos publicados nos anais do XIV Enpess – 2014, por unidade federativa	164
GRÁFICO 4: Artigos publicados nos anais do XIV Enpess – 2014, destacando a ênfase	165
GRÁFICO 5: artigos publicados nos anais do XV Enpess – 2016, por unidade federativa	166

GRÁFICO 6: artigos publicados nos anais do XVI Enpess – 2018, por unidade federativa	167
GRÁFICO 7: Artigos publicados nos anais do XVI Enpess – 2018, por ênfase	168
GRÁFICO 8: Palavras-chave mais registradas nos artigos dos quatro Enpess	170
GRÁFICO 9: Quantitativo de artigos por Enpess	171
GRÁFICO 10: Artigos publicados nos anais do XII, XIV, XV e XVI Enpess, por unidade da federação	172
GRÁFICO 11: Artigos publicados nos anais do XII, XIV, XV e XVI Enpess, destacando a ênfase	173

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABEPSS** – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
- ABESS** – Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
- ANAS** – Associação Nacional de Assistentes Sociais
- CAPs** – Caixas de Aposentadorias e Pensões
- CBAS** – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
- CBCISS** – Centro Brasileiro Cooperação Intercâmbio Serviços Sociais
- CEAS** – Centro de Estudos e Ação Social
- CEDEPSS** – Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
- CENEAS** – Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais
- CFAS** – Conselho Federal de Assistentes Sociais
- CFESS** – Conselho Federal de Serviço Social
- CLT** – Consolidação das Leis do Trabalho
- CMDPI** – Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa
- COBAP** – Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas
- CRAS** – Conselhos Regionais de Assistentes Sociais
- CRAS** – Centro De Referência da Assistência Social
- CREAS** – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
- CRESS** – Conselho Regional de Serviço Social
- DIEESE** – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico
- ENESSO** – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
- ENPESS** – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
- SCFV** – Serviço Comunitário e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)
- FGTS** – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
- FIOCRUZ** – Fundação Osvaldo Cruz
- GEEHPTS** – Grupo de Estudos do Envelhecimento Humano na Perspectiva da Totalidade Social
- GEPEPPS** – Grupo de Estudo e Pesquisa Envelhecimento, Políticas Públicas e Sociedade
- GTPs** – Grupos Temáticos de Pesquisa

HUOC – Hospital Universitário Osvaldo Cruz

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuado e demais denominações

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

NAISCI – Núcleo de Articulação e Atenção Integral à Saúde e Cidadania do Idoso

OMS – Organização Mundial de Saúde

PASEP – Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PEP – Projeto Ético-Político do Serviço Social

PIS – Programa Integração Social

PRORURAL – Programa de Assistência ao Trabalhador Rural

PUC/RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFPI – Universidade Federal do Piauí

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNESP – Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

UPE – Universidade de Pernambuco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	28
CAPÍTULO I – A FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA, LUTAS E MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA DOS POVOS NEGROS	47
1.1 A Formação da Classe Trabalhadora: considerações históricas	48
1.1.1 Classe trabalhadora brasileira: do escravizado ao trabalhador “livre”	56
1.2 Resistência do povo negro: do direito à sobrevivência aos direitos sociais que protegem a velhice da classe trabalhadora	62
1.2.1 Resistência: uma história não contada sobre o mito da passividade.	64
1.2.2 A luta pela vida: conquistando o direito à alimentação	66
1.2.3 Sabotagem, desobediência, revolta coletiva: estratégias de luta pela liberdade da força de trabalho escravizada	67
1.2.4. Rebeliões negras no Brasil	69
<i>A Guerra dos Alfaiates ou Conjuração Baiana</i>	69
<i>Revolução Pernambucana</i>	71
<i>A Cabanada</i>	73
<i>A Revolta dos Malês</i>	75
<i>Os Quilombos</i>	77
CAPÍTULO II – PROTEÇÃO SOCIAL À CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA: CONQUISTAS DE ONTEM, DESMONTE DE HOJE	80
2.1 Revisitando o passado: do escravizado aos imigrantes europeus	82
2.2 A Conquista da Seguridade Social e seu Desmonte: (Des) Proteção Social aos trabalhadores velhos	88
2.3 A situação dos/as trabalhadores/as negros/as no Brasil	103
2.3.1 Situação do/as Trabalhadores/as Velho/as: cadê o povo negro?	108
CAPÍTULO III - A CONTRIBUIÇÃO DAS ENTIDADES ORGANIZATIVAS DA CATEGORIA DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO ENFRENTAMENTO AO RACISMO E AO AGEÍSMO: temos um longo caminho a percorrer...	112
3.1 A trajetória do serviço social brasileiro: do conservadorismo ao projeto ético-político	115

3.2 O envelhecimento e o racismo na agenda do Serviço Social: o legado das entidades organizativas da profissão	121
3.2.1 O conjunto Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS-CRESS)	122
3.2.2 A Associação Brasileira de Pesquisadores em Serviço Social (ABEPSS)	135
3.2.3 A Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO)	142

CAPÍTULO IV - A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO AO ENFRENTAMENTO AO “RACISMO E AGEÍSMO”: DO CAMINHO METODOLÓGICO AOS RESULTADOS

4.1 Concepção teórico-metodológica que norteia o estudo e considerações sobre os procedimentos metodológicos para a lapidação do banco de dados	149
4.2 A revisão integrativa como movimento de investigação e aproximação ao objeto	153
4.3 Resultados da pesquisa realizada nos anais dos Enpess ocorridos em 2012, 2014, 2016 e 2018	161
a) XIII Enpess - Serviço Social, acumulação capitalista e lutas sociais: o desenvolvimento em questão	162
b) XIV Enpess - Lutas Sociais e Produção do Conhecimento: desafios para o Serviço Social no Contexto de Crise do Capital	164
c) XV Enpess - 20 anos de diretrizes curriculares, 70 de ABEPSS e 80 de Serviço Social no Brasil. Formação e Trabalho profissional - reafirmando as diretrizes curriculares da ABEPSS	166
d) XVI Enpess - Em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e Serviço Social	167
4.4 Compêndio dos resultados encontrados nos quatro ENPESS estudado ..	169
4.5 Contribuições à formatação dos anais dos ENPESS como fonte de Pesquisa	175

CAPÍTULO V - SIGNIFICADOS E SENTIDOS DA CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO AO ENFRENTAMENTO AO RACISMO E AO AGEÍSMO:

desvelando a realidade concreta mediante o processo de articulação dialética dos indicadores	178
5.1 O Percurso Metodológico	179
Núcleos de Significação	180
5.2 Núcleo de Significação: Gerontologia Social	183
5.3 Núcleo de Significação: Ageísmo	191
5.4. Núcleo de Significação: Opressão Racial	195
5.5 Núcleo de Significação: Desigualdade Racial e Étnico-racial	197
5.6 Núcleo de Significação: Identidade e Memória	200
5.7 Núcleos de Significação: Formas de Enfrentamento e o de Práticas e Concepção Sindical	204
CONSIDERAÇÕES FINAIS	215
REFERÊNCIAS	222
APÊNDICE	242

Até que os leões inventem as suas próprias histórias, os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça.

Provérbio Africano

Brasil, meu nego
deixa eu te contar
a história que a história não conta
o avesso do mesmo lugar
Na luta é que a gente se encontra
[...]
tem sangue retinto pisado
atrás do herói emoldurado
mulheres, tamoios, mulato
Eu quero um país que não está no retrato

Samba-enredo da Mangabeira³

³ Samba-enredo da Mangueira para o carnaval de 2019. Composição de Danilo Firmino; Deivid Domênico; Mamá; Márcio Bola; Ronie Oliveira e Tomaz Miranda

INTRODUÇÃO

As primeiras décadas do século XXI, no Brasil, apresentam um cenário de acirramento das desigualdades sociais, com estratégias de desregulamentação de direitos intensificadas com o golpe orquestrado pela direita conservadora e a chegada à presidência de um governo que tem como “ídolos” personagens de um tempo, ainda recente, dos anos de chumbo da ditadura militar; que defende o armamento da população em detrimento da efetivação de políticas públicas que contribuam, mesmo minimamente, com a sobrevivência de homens e mulheres da classe trabalhadora.

Concomitantemente, desde março de 2020, vive-se o pesadelo da pandemia da Covid-19, ceifando, até meados de fevereiro do ano em curso, a vida de mais de 645 mil brasileiros/as – representando quase 3% da população do país. Entre os que mais tiveram suas vidas ceifadas pelo coronavírus estão as pessoas com idade a partir de sessenta anos⁴; negros e negras⁵ de todas as idades. Mortes essas que poderiam ser evitadas, não fossem o negacionismo à ciência e a recusa das medidas de segurança sanitária orientadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em nome de um suposto prejuízo à economia.

Não bastasse, a sociedade expressa, sem nenhum desvelamento, atos de opressão, discriminação e preconceito, principalmente com pessoas velhas, mulheres, pessoas negras e LGBTQIAP+⁶.

Se a situação dos trabalhadores/as velhos/as⁷ já era “trágica”⁸ antes da pandemia da Covid-19, com ela a situação tende a piorar. Estudos de Camarano (2020) informam que, possivelmente, haverá uma diminuição na expectativa de vida da população brasileira em aproximadamente 4,4 anos e que a morte de pessoas velhas retirou cerca de R\$ 3,8 bilhões de circulação. A pesquisadora ainda afirma que

⁴ Neste trabalho sigo o que rege o Estatuto do Idoso em seu art. 1º ao determinar que serão consideradas pessoas idosas (velhas) aquelas com idade igual ou superior a sessenta anos.

⁵ De acordo com o Estatuto da Igualdade Racial em seu art. 1º, a população negra é “o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça, usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga”. (BRASIL, 2010).

⁶ A sigla LGBTQIA+ reúne orientações sexuais (ou seja, por quem cada pessoa se sente sexual e afetivamente atraída) e identidades de gênero (como a pessoa se identifica). O significado de cada letra é: **L** – Lésbicas, **G** – Gays, **B** – Bissexuais, **T** – Transexuais ou Travestis, **Q** – Queer, **I** – Intersexo, **A** – Assexual. **P** - Pansexual e o sinal de +: demais orientações sexuais e identidades de gênero.

⁷ Nesse trabalho priorizaremos o uso do termo velho/a, como uma posição política de enfrentamento ao ageísmo e de demonstrar que envelhecer é algo natural do curso da vida e que esse processo se dá de acordo com determinantes como inserção de classe, raça/etnia, gênero etc. O uso de terminologias como Melhor Idade e Feliz idade atende aos apelos consumistas e de certo modo reforça a visão trágica do envelhecimento. (BENEDITO, 2017a).

⁸ Expressão utilizada por Haddad (2017) para se referir ao envelhecimento de uma parcela da classe trabalhadora, que ocorre de forma trágica, tendo em vista as condições de exploração a que foi submetida ao longo da vida.

os domicílios que eram chefiados por velhos e velhas tendem a adentrar ou voltar a fazer parte de índices de pobreza ou extrema pobreza.

É com este cenário que estou finalizando o processo de doutoramento com a tese intitulada “A contribuição do Serviço Social brasileiro ao enfrentamento ao racismo e ao ageísmo: um estudo sobre a produção de conhecimento expressa nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social realizados na segunda década do século XXI”.

Durante o desenvolvimento do doutorado, como já foi mencionado, o mundo foi surpreendido pela pandemia da Covid-19, fazendo com que a Organização Mundial de Saúde (OMS) tomasse medidas de segurança e prevenção, como, por exemplo, o distanciamento social, momento no qual as pessoas deveriam permanecer em suas casas e evitar o contato físico. Grande parte dos trabalhadores, excetuando-se os que exercem atividades, nos chamados serviços essenciais, exerceu suas atividades a partir de suas casas, de forma remota, através das modalidades de teletrabalho e *home office*⁹.

As universidades não ficaram incólumes a tudo isso; as aulas presenciais foram suspensas e, após algum tempo, as aulas passaram a ser em modo virtual (*on line*), através de plataformas digitais; as bibliotecas não puderam realizar seus atendimentos. Livrarias e alfarrábios tampouco puderam realizar suas atividades. Um grande prejuízo para o desenvolvimento de pesquisas que necessitavam de livros, muitas vezes só encontrados nos locais acima citados, por já serem obras fora de catálogo e, também, pelo impedimento da realização de entrevistas, no meu caso, com velhos e velhas.

Diante do cenário pandêmico, sem acesso a livros fora de circulação e essenciais ao meu estudo, e sem o contato pessoal para a realização de entrevistas, concluí, com a devida anuência de minha orientadora, professora Dra. Nanci Soares, e de minha coorientadora, a assistente social Dra. Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva, pela impossibilidade de continuar a pesquisar o objeto com o qual entrei no

⁹ Existem pesquisas como a de Antunes (2020, p. 12), que vão nos explicar que o trabalho a distância “mostra-se como modalidade que terá um significativo crescimento na fase pós-pandêmica em praticamente todos os ramos em que puder ser implantado”. Maia (2022, p. 27) corrobora Antunes ao asseverar que “as alterações na organização e execução do trabalho a partir do uso intenso das tecnologias, como o ocorrido no período pandêmico, podem transformar em definitivo inúmeras profissões que passam a transpor atividades que antes eram exclusivamente presenciais (como eventos, reuniões, conferências) para a via digital, acarretando em agilidade em muitos processos e atividades. Entre as várias tendências e poucas certezas, o que se pode dizer é que o futuro próximo comporta mudanças significativas e, quem sabe, definitivas para o mundo do trabalho”.

Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Júlio de Mesquita Filho, *Campus* de Franca: “Proteção Social à Velhice da Classe Trabalhadora no Cenário Brasileiro: a particularidade dos/as negros/as, suas lutas e direitos tardios”.

Os estudos realizados, oriundos das sugestões da banca de qualificação¹⁰, que contou com a participação da professora Dra. Eneida Gonçalves de Macedo Haddad, além da minha orientadora e da coorientadora, fizeram-me compreender que as pesquisas poderiam ser redirecionadas para outro objeto, que teria como lastro a contribuição que o Serviço Social vem dando para o enfrentamento ao ageísmo e ao racismo sofridos por pessoas velhas. Para atender à “nova” temática, parte-se do pressuposto que por todo o legado histórico que tem o Serviço Social, indubitavelmente a contribuição já existe; cabe então analisar como ela está refletida na produção de conhecimento dos assistentes sociais. Os anais do Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (Enpess) durante a segunda década do século XXI foram o delimitador do espaço de tempo a ser investigado.

Dessa forma, compreendo que a mudança do objeto, além de pertinente, tornou-se estratégica, pois aprofundarei o estudo sobre o movimento de luta dos/as trabalhadores/as por seus direitos desde o período da escravidão, mostrando a influência de negros/as escravizados/a na construção desses direitos. Outro aspecto relevante diz respeito ao desvelamento sobre o ageísmo e o racismo, cada dia mais presentes em nossa sociedade e que precisam fazer parte da agenda de todos/as profissionais, independentemente da área e do lócus de atuação.

Em pleno século XXI, não é raro encontramos situações de racismo como as descritas ao longo desta tese. Somente a título de introdução ao tema¹¹, seguem algumas reflexões sobre o racismo.

Estudos apontam que o racismo surge como uma forma de justificar a invasão e a colonização de territórios que vieram a ser denominados de Novo Mundo, em que foi preciso sequestrar e escravizar africanos/as, com base apenas na cor da pele. A partir dessa necessidade é que surge o racismo como forma de dominação, como

¹⁰ Naquela ocasião, sugestões foram dadas com o objetivo de adensar as questões relacionadas à formação social, histórica e econômica do Brasil, principalmente no que diz respeito à importância do período escravagista como estratégia para a expansão do sistema capitalista, buscando, nessa ótica, ressaltar a importância do povo negro escravizado no desenvolvimento econômico e na formação da classe trabalhadora brasileira. Indo, portanto, na contramão de grande parte dos historiadores, que, em sua maioria, relatam a história na perspectiva da classe que detém os meios de produção.

¹¹ No capítulo 5, o tema racismo será mais explorado por ocasião da análise do Núcleo de Significação sobre as Desigualdades sociais e étnico-raciais.

forma de dar cientificidade e justificar a exploração e a subjugação dos/as negros/as pelas pessoas brancas.

Conforme Wood (2011, p. 230):

O racismo moderno é diferente, uma concepção mais viciosamente sistemática de inferioridade intrínseca e natural, que surgiu no final do século XVII ou início do século XVIII, e culminou no século XIX, quando adquiriu o reforço pseudocientífico de teorias biológicas de raça, e continuou a servir como apoio ideológico para opressão colonial mesmo depois da abolição da escravidão.

Ao chegar ao Novo Mundo, os primeiros escravizados pelos invasores foram os povos que aqui já se achavam, num genocídio sem precedentes até aquele momento. Godeiro (2020) afirma que de 70 milhões dos povos originários que habitavam a região no ano de 1500, restaram 7 milhões – 90% da referida população foi dizimada pelos invasores europeus. Esse foi um processo que não ocorreu sem resistências. No Brasil, por exemplo, os povos originários vinham de uma estrutura de liberdade, sem a subjugação de outro ser humano, portanto, houve recusa e resistência à escravização, sob a forma de fuga para locais que conheciam muito bem dentro das florestas, ou de guerras e rebeliões contra os/as invasores/as. A resistência à escravização pode ser o principal motivo pelo qual os portugueses desistiram de subjugar os povos originários¹².

Descartadas as possibilidades de escravização, pelo menos em sua totalidade, dos povos originários, o incipiente Modo de Produção Capitalista, ávido por sua expansão, buscou, através dos/as invasores/as, escravizar os/as africanos/as, tendo como embasamento a suposta inferioridade de negros e negras em decorrência da cor da pele.

Tal argumento obteve, naquele momento, uma cientificidade que relacionava o racismo com o viés da biologia: a existência de raças humanas superiores e inferiores. Nasce dessa forma o Racismo Científico, conceituado por Ferreira Netto (s.d., s.p.) como:

¹² Os pesquisadores que objetivam desmitificar o mito da passividade e harmonia entre as “três raças” que constituíram o país, a exemplo de Godeiro (2020), informam que entre os anos de 1535 e 1756 a resistência dos povos originários foi materializada em várias revoltas e guerras, entre elas: Guerra dos Tamoio (SP), Guerra dos Aimoré (BA), Guerra dos Potiguara (RN e PB), Ocupação da Amazônia (AM), Guerra dos Mura (PA e MA) e Guerra dos Guarani (RS).

uma corrente de ideias que busca justificar o racismo a partir dos conceitos científicos. O racismo é uma forma de discriminação de pessoas por suas características fenotípicas associadas às suas características socioculturais, como se ambas derivassem dos elementos biológicos do ser humano, e não de uma construção histórico-cultural.

Nessa mesma linha de pensamento, Bobbio, Mateucci e Pasquino (2016, p. 1.059) explicam que pelo termo racismo:

[...] se entende não a descrição da diversidade das raças ou os grupos étnicos humanos, realizada pela antropologia física ou pela biologia, mas a referência do comportamento do indivíduo à raça a que pertence e, principalmente, o uso político de alguns resultados aparentemente científicos, para levar à crença da superioridade de uma raça sobre as demais. Este uso visa a justificar e consentir atitudes de discriminação e perseguição contra as raças que se consideram inferiores.

Para Almeida (2019), diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as “raças” poderiam ser explicadas, por determinantes biológicos e geográficos. Desse modo, complementa o autor, “a pele não branca e o clima tropical favoreceriam o surgimento de comportamentos imorais, lascivos e violentos, além de indicarem pouca inteligência” (ALMEIDA, 2019, p. 21). Recomendava-se ainda não misturar as raças, pois isto resultaria em um ser considerado de extrema degeneração: o mestiço¹³.

Ideias como estas, que deveriam já ter sido superadas, ainda fazem parte do cenário brasileiro. São noticiadas todos os dias na mídia falada, escrita e televisionada, ou disseminadas nas redes sociais, atitudes racistas, como, por exemplo, o fato divulgado há poucos dias, em que dois jovens negros, no estado de São Paulo, mesmo provando sua inocência foram presos, acusados do furto de um carro¹⁴, ou ainda, o caso do jovem negro maranhense que foi agredido e quase morto por um casal ao limpar o seu próprio carro¹⁵.

Dadas as explicações iniciais sobre o racismo, há a necessidade de elucidar qual concepção de ageísmo é adotada nesta pesquisa. Recorre-se ao Relatório

¹⁶ A grande aceitação das obras de Arthur de Gobineau, Cesare Lombroso e Enrico Ferri na Europa, e de Silvio Romero e Raimundo Nina Rodrigues no Brasil, demonstram o quanto o racismo científico foi reverberado dos espaços acadêmicos no século XIX. (ALMEIDA, 2019).

¹⁴ “Jovens são presos injustamente por roubo de carros; imagens mostram que eles estavam em outro local no momento do crime” diz manchete sobre o caso. Disponível em [Jovens são presos injustamente por roubo de carros; imagens mostram que eles estavam em outro local no momento do crime \(portalrapmais.com\)](http://portalrapmais.com)

¹⁵ A maioria das manchetes no dia do ocorrido girava em torno do seguinte: “Jovem negro é espancado por vizinhos que achavam que ele roubava o próprio carro”. [Jovem negro é espancado por vizinhos que achavam que ele roubava o próprio carro no Maranhão – É ASSIM \(eassim.com.br\)](http://eassim.com.br)

Global sobre Ageísmo, elaborado pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2021), que traz os subsídios necessários para o entendimento do que é e de como enfrentá-lo. Este documento esclarece que o ageísmo¹⁶ surge “quando a idade é usada para categorizar e dividir as pessoas de maneira que leva a danos, desvantagens e injustiças e corrói a solidariedade entre gerações” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2021, p. 2).

O ageísmo é uma forma de intolerância que se reflete em comportamentos e atitudes com relação às pessoas velhas, criando estereótipos de fragilidade e improdutividade e desconsiderando a heterogeneidade do processo de envelhecimento e da velhice. Um bom exemplo do ageísmo é a culpabilização dos/as velhos/as pela oneração dos sistemas previdenciários e de saúde, ou o uso de palavras no diminutivo, como vozinho/a, boquinha etc., quando se está tratando com a pessoa velha.

De acordo com Anita Liberalesso Néri, citada numa reportagem de Monique Frazão (2020):

A vida inteira observamos o acesso desigual dos mais velhos à participação social, oportunidades e direitos, simplesmente com base na idade cronológica e no conceito de que os velhos são todos iguais: frágeis, desamparados, dependentes e improdutivos.

[...]

As pessoas que hoje são jovens poderão incorporar estereótipos negativos em relação à velhice, prejudicando as suas relações com o seu próprio envelhecimento. E, mais do que isso, no futuro eles poderão prejudicar ainda mais, por meio de políticas e práticas sociais discriminativas e restritivas.

Defende-se nesta tese que o ageísmo¹⁷ é estruturante, pois quando se deveria celebrar a conquista da longevidade, protagoniza-se a “tragédia”, condenando trabalhadores e trabalhadoras, na sua velhice, a vivenciar o sistema de violência, que se manifesta desde a violação dos seus direitos fundamentais. No sistema ultraneoliberal vigente os/as velhos/as são cotidianamente responsabilizados/as por envelhecer dignamente e punidos pela conquista da longevidade, Envelhecer, nesse sistema ultraneoliberal deixa de ser conquista passa a ser castigo, um exemplo disso é forma como as pessoas idosas estão sendo tratadas nesse período de pandemia

¹⁶ Apesar de o termo ageísmo ter sido utilizado pela primeira vez há 53 anos, mais precisamente no ano de 1969, pelo gerontologista americano Robert Butler, o conceito, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (2021), é relativamente novo e ainda inexistente na maioria dos idiomas.

¹⁷ No capítulo 5, há mais reflexões sobre o tema no Núcleo de Significação sobre o Ageísmo.

da Covid-19. Há apelos ideológicos que enveredam pela responsabilização, culpabilização e punição dos/das velhos/as pela própria velhice trágica. Como se a velhice, também, não fosse uma produção social.

Essa condenação da velhice não é um dado dos estudos elaborados pelos pesquisadores conservadores; segue, na verdade, como uma tendência na perspectiva crítica de quem produz conhecimento. Trata-se de uma “bem-sucedida” a ideia dissimulada de que a velhice é um desvalor em contraponto com a juventude. Tal movimento é responsável por dar invisibilidade à participação de velhos/as trabalhadores/as nas lutas de movimentos sociais, a exemplo da conquista da Seguridade Social, da Política Nacional do Idoso e do Estatuto do Idoso.

Um dado da realidade que demandou a realização deste estudo, que, para além de dar visibilidade a lacunas, algumas sinalizadas nesta introdução, contribui para chamar a atenção da academia, com ênfase no Serviço Social brasileiro, a alguns aspectos, entre os quais, destacam-se:

- A necessidade de abordar as questões da velhice não como fase separada das demais, mas como a história de uma vida inteira, permeada e condicionada por elementos constitutivos da realidade que não podem apartar-se dos estudos na perspectiva da totalidade social, como defendem Campelo e Paiva (2014), e Teixeira (2008) e Haddad (2017);

- A necessidade de estudos sem discriminação sobre a velhice no âmbito acadêmico, ampliando os espaços para o debate durante os encontros promovidos pela ABEPSS e pelo conjunto CFESS/Cress;

- A necessidade de cumprir o que orienta o Estatuto do Idoso, tornando obrigatório o estudo das questões da velhice da classe trabalhadora na graduação em Serviço Social, deixando de ser uma disciplina eletiva, como acontece na maior parte dos programas;

- Necessidade de que os/as assistentes sociais, em seus espaços sócio-ocupacionais atentem para colocar em seus instrumentais quesitos que abordem raça/etnia, contribuindo para a visibilidade da velhice de negros e negras, ao tempo em que propicia condições para a elaboração de políticas sociais e legislações diferenciadas às várias parcelas da população. Seguindo, dessa forma, um dos direitos do/a assistente social previsto no seu Código de Ética, qual seja, “participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e

implementação de programas sociais” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1996, p.26).

Diante dessas primeiras considerações, destaco que a minha intervenção profissional foi determinante na motivação para estudar o processo de envelhecimento e, conseqüentemente, o objeto desta tese. Informo que minha intervenção profissional atualmente ocorre no espaço sociocupacional do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI) do município de Maceió, onde exerço a função de assessora técnica/secretária executiva.

Inquietava-me o fato de ao analisar documentos oficiais, legislação, temários e relatórios de Conferências Nacional, Estaduais e Municipais, identificar a existência de um chamamento para o protagonismo da pessoa velha, propiciando o entendimento de que esta parcela da população nunca foi a construtora da sua história, estando somente à mercê da vontade dos governantes a implantação e/ou implementação dos direitos (como se estes não fossem conquistas de anos de lutas dos movimentos de trabalhadores). Concepção essa muitas vezes corroborada no discurso de conselheiros e conselheiras de várias idades e perfis profissionais, inclusive de assistentes sociais.

Todavia, ao realizar atendimento junto a pessoas idosas no contato cotidiano e direto, quando os velhos/as procuravam e ainda procuram o CMDPI na busca de estratégias para a efetivação de seus direitos negados, o que apreendi através das “histórias de vida” a mim contadas é que os velhos e as velhas são os personagens principais das lutas sociais que culminaram nos direitos de hoje.

Se outrora eles/as foram às ruas, fizeram greves e outros movimentos para melhorar as condições de trabalho e, conseqüentemente, de vida, naquele momento foram impulsionados, pela conjuntura de recessão dos direitos, sobretudo de parcela da classe trabalhadora aposentada, a retornar com o objetivo de reivindicar a manutenção de direitos conquistados no embate entre a burguesia e aqueles/as trabalhadores/as quando ativos/as no mercado de trabalho. Direitos esses que estavam a ser ignorados.¹⁸

¹⁸ Refiro-me aqui ao movimento pelos 147%, referentes à reposição de perdas nos valores das aposentadorias e pensões, em um difícil embate com o então presidente da República, Fernando Afonso Collor de Mello. Em 1992 o governo Collor de Mello se recusou a pagar os 147% sobre os vencimentos de janeiro daquele ano dos aposentados e pensionistas, relativos às perdas em consequência dos planos Collor 1 e 2, prejudicando em torno de 10 milhões de aposentados do país.

O fato de estarem nas ruas com faixas, cartazes e gritos de guerra chamou a atenção da mídia para a condição dos velhos e das velhas no Brasil¹⁹, a forma como eles/as eram tratados/as pelo governo e pela sociedade. O movimento de velhos e velhas nas ruas deu visibilidade à questão da velhice, servindo como mecanismo de pressão para que novas medidas de proteção à pessoa velha fossem implementadas, como, por exemplo, a Política Nacional do Idoso.

Ao deparar-me com a produção de conhecimento sobre a luta da classe trabalhadora, a hipótese que me vinha para reflexão a respeito da maneira como velhos e velhas eram vistos pela sociedade e o chamamento para o exercício do protagonismo estavam intimamente relacionados ao estigma da inutilidade, uma vez que não estavam mais no ciclo da produção de mercadorias. Entretanto, ao irem às ruas, o incômodo saía da raia da “inutilidade” para o exercício da dimensão político-organizativa “dos cabelos brancos”.

O outro aspecto que merece destaque é que eu começava a perceber que o cerne da questão estava para além do observado no meu cotidiano profissional. Isso despertou em mim a imprescindibilidade de compreender por que se, por um lado, alguns fatores contribuíam para que o estereótipo de inutilidade da pessoa velha fosse tão propagado, por outro, cumpria entender o fenômeno da venda de produtos e serviços para este segmento com uma abundância nunca vista, bem como a formulação de leis conclamando os/as velhos/as a exercer sua cidadania e

¹⁹ Apesar de longa, consideramos a reflexão de Paz (2001, p. 33) de fundamental importância para a compreensão do que representou esta mobilização não só para os trabalhadores velhos brasileiros, mas para toda a sociedade: “Antes de torná-lo [o movimento dos aposentados pelos 147%] mais expressivo e forte, nacional e regionalmente, tanto em suas organizações quanto nas lutas específicas, teve como resultado a maior difusão da mídia, ocupando diariamente os noticiários e, por extensão, trouxe também, maior visibilidade sobre a situação precária do idoso brasileiro. Embora sob ângulos diferentes, uma vez que o movimento dos trabalhadores-aposentados se dirigia às suas reivindicações em relação à aposentadoria e outros direitos da previdência, a proximidade etária da maioria dos trabalhadores-aposentados se circunscreve à faixa dos idosos. Logo a mídia ressaltava e potencializava os cabelos brancos como ícone/símbolo dos sujeitos naquela luta. Por conseguinte, reportagens e documentários jornalísticos acabavam apresentando os problemas diários sofridos não só pelos trabalhadores-aposentados, mas, principalmente, pela maioria dos idosos. A mídia destacava o mau atendimento nos bancos, nos transportes urbanos, nos serviços de saúde, nos postos da Previdência, dentre outros, trazendo à tona não somente os problemas econômicos da previdência, mas, ainda, o reflexo de suas vidas no cotidiano urbano, as questões de negligência e violência junto aos idosos, e, também, as suas situações sociofamiliares e os problemas relativos aos direitos e às demandas sociais. Inclusive, a maioria dos enfoques da mídia denunciava níveis de corrupção, com desvios de recursos e verbas altamente prejudiciais à previdência, aos trabalhadores, aos trabalhadores-aposentados, à população geral e ao país. O movimento dos trabalhadores-aposentados, conseqüentemente, deflagrou outras problemáticas e produziu novos quadros sobre a realidade, revelando surpreendentes situações sociais, políticas e econômicas que se tornaram importantes para o país”.

protagonismo. Por que investir em uma parcela populacional na qual a sociedade não via importância? Essas, entre outras indagações, foram o estímulo para que, após quase 17 anos fora dos bancos escolares, eu compusesse a segunda turma do mestrado em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), possibilitando-me a obtenção do título de mestre em Serviço Social, com elaboração e defesa da dissertação intitulada “Trabalhadores Velhos: uma expressão da questão social no século XXI”.

Após a conclusão dos estudos para o processo de mestrado, desvelado o porquê de a velhice da classe trabalhadora tornar-se uma expressão da questão social, outras indagações começaram a surgir. O cenário de contrarreformas, especialmente as direcionadas à previdência social, me instigava a buscar visualizar quais as tendências para a proteção social dos/as trabalhadores/as em franco processo de envelhecimento, uma vez que se a velhice dos/as trabalhadores/as da era fordista que tinham ocupação formal e direitos conquistados já tinha se transformado na “velhice trágica”, o que seria da velhice daquelas/as provenientes do modelo de produção toyotista, sem direitos garantidos?

Foi assim que surgiu a necessidade de estudar a “Proteção Social à Velhice da Classe Trabalhadora no Cenário Brasileiro: a particularidade dos/as negros/as, suas lutas e direitos tardios”. Como mencionado anteriormente, dadas as condições objetivas que se apresentaram no cenário pandêmico, foi necessária a alteração. Entretanto, os estudos preliminares para a delimitação do referido objeto revelaram aspectos considerados relevantes e que embasaram a definição do “novo” objeto: (i) a produção relativa ao envelhecimento, tendo como base a gerontologia social crítica²⁰, ainda é muito escassa; (ii) são poucos/as os/as pesquisadores/as que se dedicam a pensar o último estágio da vida humana para além de um processo biológico, de responsabilidade individual e que sofre determinações de várias dimensões: classe social²¹, raça, gênero e condições de trabalho são algumas delas; (iii) há escassos estudos realizados por assistentes sociais com preocupação em

²⁰ No capítulo 5 se explicará o que vem a ser gerontologia social crítica através da fundamentação teórica exposta no Núcleo de Significação intitulado Gerontologia Social.

²¹ Celso Frederico, em seu trabalho **Classes e Lutas Sociais** (2009, p. 255), esclarece que “há diferentes modos de definir classes sociais. Para o marxismo, elas se definem a partir do lugar que os indivíduos ocupam nas relações de produção, mais precisamente pela posição perante os meios de produção (proprietários/não proprietários). As classes, assim, são entendidas como um componente estrutural da sociedade capitalista e, ao mesmo tempo, como sujeitos coletivos que têm suas formas de consciência e de atuação determinadas pela dinâmica da sociedade”.

explorar a participação da experiência de negros e negras na formação da classe trabalhadora brasileira e, conseqüentemente, na luta pela conquista dos direitos relacionados à proteção social; (iv) a importância da experiência política dos/as imigrantes vindos/as ao Brasil, na transição do trabalho escravizado para o trabalho livre assalariado, forjou o nascimento de uma classe trabalhadora que luta por direitos nos grandes centros urbanos; (v) as condições de trabalho e de vida da parcela negra da classe trabalhadora são, de acordo com dados estatísticos²², piores se comparadas com as da parcela branca; (vi) a atual crise do capital é de alcance global, tendo na desregulamentação dos direitos sociais de trabalhadores/as uma de suas estratégias para se reerguer. Constitui-se numa verdadeira regressão dos marcos civilizatórios, precarizando a vida de milhares de homens e mulheres e empurrando-os/as para formas de trabalho sem proteção social.

Diante da escassez da produção do conhecimento, na especificidade, da “Proteção Social à Velhice da Classe Trabalhadora no Cenário Brasileiro: a particularidade dos/as negros/as, suas lutas e direitos tardios”, principalmente por profissionais do Serviço Social²³ que, em seu Código de Ética, adotaram a defesa intransigente dos direitos humanos, bem como fizeram a opção pelo projeto societário da classe trabalhadora, vislumbrando a emancipação humana e a reconstrução do movimento histórico de conquista de direitos sociais que estão sendo desregulamentados neste século XXI, com especial atenção àqueles que garantem a proteção social a trabalhadores/as velhos/as, com ênfase para as lutas e direitos, estes tardiamente conquistados, pelo povo negro.

Em consonância com o Código de Ética do/a Assistente Social no desenvolver da reconstrução do movimento de lutas, constatou-se o desvelamento do papel preponderante que a categoria tem na atualidade, nas lutas em prol de conquista ou combate à desregulamentação de direitos que já fazem parte do cotidiano há quase um século, como é o caso da Previdência Social. Daí a necessidade de abordar a contribuição do Serviço Social brasileiro ao enfrentamento ao racismo e ao ageísmo: um estudo sobre a produção de conhecimento expressa nos Encontros Nacionais de

²² O capítulo 2 traz uma subseção que demonstrará essa realidade.

²³ Apesar de a produção dos/as assistentes sociais ser escassa no que diz respeito à “Proteção Social à Velhice da Classe Trabalhadora no Cenário Brasileiro: a particularidade dos/as negros/as, suas lutas e direitos tardios”, vale destacar que, paradoxalmente, os resultados da Revisão Integrativa, como se verá mais adiante, atestam que são esses/as profissionais que mais têm produção quando se trata da conquista de direitos pela via das lutas sociais.

Pesquisadores em Serviço Social realizados na segunda década do século XXI. O **objetivo geral** é analisar a contribuição do Serviço Social brasileiro ao enfrentamento ao racismo e ao ageísmo expressa nos anais nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social realizados na segunda década do século XXI.

Para atingir o objetivo geral foram delineados **quatro objetivos específicos**:

(i) Discorrer sobre as lutas de resistência dos escravizados desde o direito a viver à conquista dos direitos sociais do trabalho, trazendo à tese a constituição da classe trabalhadora no mundo e no Brasil. Este é considerado um objetivo teórico que visa dar visibilidade às lutas que foram travadas pelos/as negros/as, em razão da ausência dessa informação em muitos escritos, como visto. Este objetivo pode ser considerado uma estratégia de enfrentamento a discursos racistas que dão invisibilidade a essa luta e à resistência dos/as negros/as. A tese terá dois capítulos destinados à materialização desse objetivo: Capítulo I e Capítulo II;

(ii) Apreender a contribuição das entidades organizativas da categoria dos assistentes sociais no enfrentamento ao racismo e ao ageísmo. Parte-se do pressuposto de que há uma importante contribuição no que concerne ao enfrentamento ao racismo; mas e ao ageísmo? Ou seja, o que acontece na produção de conhecimento do Serviço Social brasileiro em termos de enfrentamento à estigmatização, segregação e discriminação da velhice? Para atender a tal objetivo será dedicado um capítulo, o terceiro, que trará uma análise de atividades e ações realizadas pelas entidades para municiar a categoria nesse enfrentamento;

(iii) Identificar aspectos relacionados ao enfrentamento ao racismo e ao ageísmo na produção de conhecimento do Serviço Social brasileiro, com base nos artigos publicados nos anais dos Enpess realizados na segunda década do século XXI. Para atingir esse objetivo, será necessário um capítulo, o quarto, que versará sobre os principais resultados encontrados nos artigos dos Enpess realizados na segunda década do século XXI;

(iv) Analisar os significados e sentidos da contribuição do Serviço Social brasileiro ao enfrentamento ao racismo e ao ageísmo. Para dar conta desse objetivo, será necessária a elaboração de mais um capítulo, que desvelará a realidade concreta mediante o processo de articulação dialética dos indicadores, adotando a proposta metodológica dos Núcleos de Significação.

O caminho metodológico será a pesquisa bibliográfica e documental. Na pesquisa bibliográfica, autores significativos e críticos: Karl Marx, José Paulo Netto,

Solange Maria Teixeira, Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva, Simone de Beauvoir, Eneida Haddad, Nanci Soares, entre outros. Na pesquisa documental, como fontes primárias, há regulamentos, leis e documentos oficiais pelo Estado. E fontes secundárias, como os anais dos Enpess ocorridos em 2012, 2014, 2016 e 2018.

Com relação à dinâmica da pesquisa empírica, para a lapidação dos dados colhidos na pesquisa empírica os seguintes procedimentos metodológicos serão realizados:

- a) Uma **revisão integrativa** cuja explicação e resultados serão abordados no capítulo 4;
- b) A **reunião dos anais dos Enpess** dentro dos critérios elencados e a consulta;
- c) **A escolha de palavras-chave** referentes ao processo de envelhecimento humano para a identificação dos trabalhos;
- d) **Identificar e listar os trabalhos que contiverem** em seus títulos uma ou mais **palavras pré-definidas**.

Esses procedimentos serão abordados no capítulo 4.

No que diz respeito à proposta metodológica dos Núcleos de Significação, como será definido no capítulo 5, sua construção é processada a partir de três etapas fundamentais: levantamento de pré-indicadores, sistematização de indicadores e sistematização do núcleo de significação (AGUIAR; SOARES; MACHADO, 2015, p. 70). Conforme os autores, no levantamento de pré-indicadores, o pesquisador deve partir da leitura e da observação sistemática do material a ser analisado, atentando para os aspectos principais da fala dos sujeitos – no nosso caso, da produção teórica selecionada para análise: “a frequência, a ênfase e a reiteração de determinadas palavras e expressões, sua carga emocional, suas insinuações [...]” (AGUIAR; SOARES; MACHADO, 2015, p. 64). Aqui não se devem apenas captar as afirmações verbais, mas as significações da realidade demonstradas por intermédio das expressões verbais, que são repletas de afeto.

A segunda etapa, a sistematização de indicadores, consiste em compreender a articulação entre os pré-indicadores responsáveis pela constituição das formas de significação da realidade. Essa etapa tem como objetivo a negação do discurso. Para isso, a explicitação das contradições entre os indicadores através do processo de análise e de síntese leva o pesquisador a estruturá-los para compor os indicadores e assim chegar aos sentidos constituídos pelos sujeitos.

A sistematização do núcleo de significação é a etapa voltada para a síntese, ou como definem Aguiar, Soares e Machado (2015), a superação do discurso aparente, processado distante da realidade social e histórica. Aqui se busca a realidade concreta mediante o processo de articulação dialética dos indicadores, ou seja, “os sentidos que histórica e dialeticamente articulam a fala e o pensamento do sujeito” (AGUIAR; SOARES; MACHADO, 2015, p. 70).

Ainda segundo Aguiar, Soares e Machado (2015), o processo dialético de organização dos núcleos é constituído de duas fases: inferência e organização dos núcleos de significação a partir da articulação de indicadores; discussão teórica dos núcleos, que consiste na interpretação dos sentidos criados com base na realidade social e histórica e que dão forma ao pensamento, à ação e aos sentidos dos sujeitos envolvidos no estudo.

Sobre a concepção teórico-metodológica adotada para a realização deste estudo, Tonet (2018) assevera que somente a teoria social de Marx possibilita a compreensão da realidade social tal como ela é não como ela se apresenta. Elegemos, portanto, como norteador no caminhar deste estudo a teoria social de Marx.

Uma das premissas expostas nas obras de Karl Marx enfatiza o fato de que as relações que os homens estabelecem entre si ao transformar a natureza, para a produção da riqueza material – o trabalho –, são fundantes de qualquer forma de sociedade, e que a apreensão da essência do fenômeno é *conditio sine qua non* para o desvelamento da realidade (MARX, 1996b).

A compreensão da realidade deve ser a de “um complexo de complexos” (LUKÁCS, 1978), um todo dividido em partes, mas não que as partes tenham independência e ocorram sem uma processualidade. Para Chasin (19 [], p. 11), “a totalidade é um todo matrizado, é um todo ordenado em processo, e o ser real tem momentos distintos de determinação. Nessa totalidade total eu posso perfeitamente distinguir totalidades momentâneas ou parciais”.

Lefebvre (1979, p. 33) anota:

O conhecimento desta totalidade, através de seus momentos históricos e do seu dever, é um fruto do pensamento, mas, de maneira alguma, uma reconstrução abstrata realizada por um pensamento que acumule conceitos desligados dos fatos, das experiências e dos documentos.

Para a perspectiva marxiana, a compreensão da realidade é totalmente possível, uma vez que é o homem quem a constrói através do trabalho. Para Marx, isso depende da perspectiva de classe a que o sujeito cognoscente se vincula. Tal vinculação implicará um conhecimento que possibilita a manutenção ou a transformação da realidade social (MARX, 1996b).

Tendo por base a tradição marxista, o estudo realizado propõe a apreensão do objeto em sua particularidade. O caminho metodológico, enquanto proposição do processo investigativo, fundamenta-se numa concepção dialética de construção e reconstrução do conhecimento científico, consubstanciado no movimento do particular para o geral.

Pois enfrenta-se, ao recorrer ao método marxiano, uma racionalidade abstrata, enquanto modalidade da razão moderna. Que não ultrapassa o limite da aparência do fenômeno. Enfrenta-se uma lógica que desumaniza as nossas vidas ao segregar fases como a infância, a adolescência, o adulto e a velhice, atribuindo valores e desvalores a cada uma que nos alienam da experiência de uma vida inteira.

Como se não bastasse esse movimento, ainda precisamos responder perante a “inquisição” funcional ao sistema do capital pelo “crime” de sermos mulheres, negros/as, velhos/as, porquanto impera o patriarcado, o racismo e o ageísmo. É este um dado estruturante do capitalismo contemporâneo.

Justifica-se, dessa forma, a importância de se estudar o objeto proposto, pois os resultados, ao serem divulgados, discutidos e socializados, propiciarão a construção de estratégias em prol da disseminação do processo de envelhecimento com base na categoria totalidade social, permitindo a ampliação da gerontologia social crítica (CAMPELO E PAIVA, 2014), ao tempo que trarão elementos a serem explorados na produção de conhecimento para o Serviço Social.

Para dar conta em atender os objetivos propostos para esta tese a dividi em cinco capítulos, assim, no primeiro capítulo, contextualizo a formação da classe trabalhadora mundialmente e no Brasil, com ênfase nas lutas e movimentos de resistência dos povos negros, contestando o mito tão explorado em prosa e verso da passividade do povo brasileiro, em especial de escravizados/as.

No segundo capítulo discorro sobre as lutas e os direitos conquistados a partir do início do século XX e o desmonte da proteção social na atualidade, assim realizo uma retrospectiva de como a legislação do Brasil imperial propiciou o processo que

possibilitou a imigração, como também as condições que permitiram que os/as, um dia, escravizados/as, ao obterem a “liberdade” fossem empurrados/as para o fosso da desigualdade social, sem as condições necessárias à sua sobrevivência. Ao final trarei à tona reflexões sobre as políticas que hoje são consideradas de seguridade social: previdência social (política contributiva de acesso somente àqueles trabalhadores que têm emprego formal); política de saúde (não contributiva e considerada direito de todos e dever do Estado); e a política de assistência social (não contributiva, com o acesso tão somente para aqueles que dela necessitam). Para finalizar o capítulo, exporei, através de dados estatísticos oficiais, as atuais condições da parcela negra da classe trabalhadora.

Já o terceiro capítulo tem como objetivo apreender a contribuição das entidades organizativas da categoria das/os assistentes sociais no enfrentamento ao “racismo e ageísmo”. Sendo assim, farei uma retrospectiva histórica sobre o surgimento do Serviço Social no Brasil, refletindo desde o conservadorismo até a construção Projeto Ético-político do Serviço Social. Ao tempo que discorri sobre o legado das entidades organizativas da profissão nas discussões sobre o envelhecimento e o racismo na agenda do Serviço Social.

No quarto capítulo abordarei os principais resultados da pesquisa realizada durante o processo de doutoramento, nos anais dos Enpess realizados na segunda década do século XXI. Vale salientar que, desde o início, perpassando todo o período do estudo, fomo-nos mobilizando no sentido de tecer as aproximações ao objeto: “A contribuição do Serviço Social brasileiro ao enfrentamento ao racismo e ao ageísmo, expressa nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social realizados na segunda década do século XXI”, sendo necessário fazer alguns ajustes requisitados pela realidade social. Nesta etapa da exposição contei com a contribuição do senhor João Carlos Rodrigues da Silva (o Jota) para elaborar os gráficos que tão bem demonstram os dados coletados.

No quinto capítulo exporei os dados relativos à nossa última etapa da pesquisa, com a análise, através da proposta metodológica de Núcleos de Significação. Neste capítulo contei com a importante colaboração de Vanessa Campelo Souza que elaborou os desenhos/ilustrações que compuseram o processo de análise desta tese.

Este estudo apresenta resultados importantes e provocações não só à produção de conhecimento do Serviço Social, mas convida o conjunto CFESS-, CRESS, A ABEPSS, a ENESSO a darem mais atenção às questões dos negros e

negras, trabalhadores e trabalhadoras, convocando, a partir do senhor poeta Carlos de Assumpção” a botar a boca no trombone mesmo desafinado [...] a não sofrer calado.”.

Tendo em vista que escravizados e livres conviveram em ambientes comuns de trabalho urbano, que protestos coletivos de uns e outros, aproximando-se ou distinguindo-se em forma e conteúdo das reivindicações, coexistiram no tempo e no espaço; que formas associativas foram muitas vezes compartilhadas e que discursos identitários surgiram a partir de comparações entre o trabalho escravo e o trabalho livre, trabalhamos com a hipótese de que no processo de formação da classe trabalhadora na cidade do Rio de Janeiro, no período que vai de meados do século XIX às primeiras décadas do século XX, a presença da escravidão, as lutas dos escravos pela liberdade e as formas pelas quais as classes dominantes locais buscaram controlar seus escravos e conduzir um processo de desescravização sem maiores abalos em sua dominação foram fatores decisivos para a conformação do perfil da nova classe de trabalhadores assalariados.

Marcelo Badaró Mattos²⁴

²⁴ **Marcelo Badaró Mattos** é professor titular de História do Brasil na Universidade Federal Fluminense (UFF). Suas pesquisas concentram-se em temáticas de história social do trabalho e debates teóricos marxistas. Publicou diversos livros, entre eles: *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*; *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro*; *Trabalhadores e sindicatos no Brasil* e *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*.

CAPÍTULO I

A FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA, LUTAS E MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA DOS POVOS NEGROS NO BRASIL

Este capítulo versa sobre a formação da classe trabalhadora mundialmente e no Brasil, com ênfase nas lutas e movimentos de resistência dos povos negros, contestando o mito tão explorado em prosa e verso da passividade do povo brasileiro, em especial de escravizados/as. Para sua elaboração, é imprescindível que possamos compreender a importância das lutas sociais protagonizadas pelos negros e negras ao longo do processo de formação socioeconômica deste país que tem em sua base a força de trabalho escravizada.

Para a materialização deste capítulo, ele será dividido em duas seções. Na primeira, teceremos considerações históricas sobre a formação da classe trabalhadora no mundo e sobre a formação da classe trabalhadora brasileira. Na segunda seção, enfocaremos os principais movimentos e lutas de resistência dos povos negros.

Para fundamentar tais discussões utilizaremos as pesquisas de João José dos Reis, Florestan Fernandes, Octávio Ianni, José Paulo Netto, Marcelo Braz, Wlamyra R. Albuquerque e Walter Fraga e Tais Pereira de Freitas, entre outros, que tratam do modo de produção capitalista e da história da escravização de africanos em solo brasileiro e seus desdobramentos.

1.1 A FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA: considerações históricas

Partimos da premissa de que a sociedade capitalista tem como objetivo precípuo a acumulação capitalista. Isso traz várias implicações; entre elas, a de que o modo de produção capitalista, desde o seu surgimento até os dias atuais, fundamenta-se na exploração do trabalho através da extração da mais-valia²⁵. A concentração de riquezas nas mãos de poucos e as crises periódicas²⁶ do sistema

²⁵ “O prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador teria produzido apenas um equivalente pelo valor de sua força de trabalho, e a apropriação desse mais-trabalho pelo capital – isso é a produção da mais-valia absoluta. Ela constitui a base geral do sistema capitalista e o ponto de partida para a produção da mais-valia relativa. A jornada de trabalho está, desde o princípio, dividida em partes: trabalho necessário e mais-trabalho. Para prolongar o mais-trabalho, reduz-se o trabalho necessário por meio de métodos pelos quais o equivalente do salário é produzido em menos tempo. A produção da mais-valia absoluta gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona de alto a baixo os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais.” (1996b, p. 138).

²⁶ A história do capitalismo pode, então, ser contada através dos seus eventos cíclicos, que vão desde períodos de grande produção a momentos de crise, com todas as suas características, como: quebras

acarretam a busca incessante por estratégias para a sua manutenção e reestruturação.

Desde a sua origem até os dias atuais, este sistema socioeconômico teve vários estágios: capitalismo mercantil, capitalismo concorrencial, capitalismo monopolista e capitalismo contemporâneo. Cada estágio com características e aparências diferenciadas, no entanto contendo na sua essência o real objetivo provocador dessas transformações: a acumulação de riqueza através da exploração da classe trabalhadora, ou seja, através da exploração humana²⁷, de espécies animais tidas como não racionais. *Grosso modo*, pode-se asseverar que o modo de produção capitalista contém em seu cerne a capacidade de encontrar os meios de manutenção e reprodução das condições que permitam a sua continuidade.

Para uma melhor compreensão da historização das conquistas de direitos da classe trabalhadora, é imprescindível tratar alguns aspectos relevantes das fases do capitalismo concorrencial e monopolista, significativos para problematizar nosso objeto de estudo. Foi a partir desses estágios em que a classe trabalhadora foi consolidada, evidenciou-se a necessidade da organização e da luta por melhores condições de trabalho e de vida.

No período compreendido entre a segunda metade do século XVIII e o final do século XIX deu-se a consolidação do capitalismo concorrencial, marcado por transformações políticas e avanços técnico-industriais²⁸.

de empresas, falências de capitalistas trazendo grande desemprego, conseqüentemente, fome e miséria para a classe trabalhadora. Pode-se então concluir, com o valioso estudo de Mészáros, que “não há nada especial em associar-se o capital à crise. Pelo contrário, crises de intensidade e duração variadas são o modo *natural* de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação (2002, p. 795). “A análise teórica e histórica do MPC [Modo de Produção Capitalista] comprova que a crise não é acidente de percurso, não é aleatória, não é algo independente do movimento do capital. Nem é uma enfermidade, uma anomalia ou uma excepcionalidade que pode ser suprimida no capitalismo. Expressão concentrada das contradições inerentes ao MPC, a crise é *constitutiva* do capitalismo: **Não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise.**” (PAULO NETTO; BRAZ, 2006, p. 157, grifos dos autores).

²⁷ No entanto, no nível das aparências e do senso comum, “para o capitalista o capital é uma soma de meios materiais de produção que tem o poder místico de gerar mais capital; o trabalho não pago extraído da classe trabalhadora, que é a fonte de riqueza do burguês e da miséria do proletário, aparece exclusivamente como trabalho pago através do salário. Para a classe capitalista, a fonte de seu lucro não provém de expropriação da vida humana da classe trabalhadora, mas sim de um mero mecanismo de mercado: comprar mais barato e vender mais caro. A fonte de seu lucro, na sua consciência aderida ao capital, provém de circulação.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1985, p. 63).

²⁸ Foi o período em que a burguesia finalmente chegou ao poder com a tomada do Estado. Ao mesmo tempo, invenções começam a fazer parte do cotidiano da sociedade – máquina a vapor, uso do ferro, fundição a carvão, máquina de tear e várias, construção de ferrovias na Europa e América do Norte, bem como outras inovações pertinentes ao processo de tecelagem.

Nasce a grande indústria e, com ela, a necessidade de as pessoas se deslocarem do campo para as cidades²⁹. Os/As camponeses/as foram forçados/as a deixar seus pedaços de terra a fim de exercer atividades nas recém-surgidas fábricas, submetendo-se aos interesses, aos desejos e às exigências dos detentores dos meios de produção.

Com a necessidade de concentrar a força de trabalho (naquele momento, composta por pequenos artesãos e produtores que, em decorrência do processo social vivenciado, haviam perdido seu *status* social e se tornado proletários), surgiram as cidades industriais, repletas de vilas operárias, sem condições de suprir as necessidades básicas da população, porém servindo aos interesses do capital. A cidade urbanizava-se seguindo os ditames impostos pela industrialização capitalista, tornando-se desta maneira um símbolo do capitalismo.

A urbanização ocorria de forma célere, privilegiando a burguesia. Quem planejava a cidade julgava os pobres como uma ameaça pública que deveria ser contida. Assim, eles eram empurrados para bairros distantes, considerados bairros de má reputação, pois ali “habitavam os mais pobres dos pobres, os trabalhadores mais mal pagos, com os ladrões e os escroques e as vítimas de prostituição, todos misturados” (ENGELS, 1986, p. 38). Eram bairros com enorme densidade demográfica, sem saneamento básico, com altos índices de mortalidade e violência. Não se construía para os pobres, pois isso não era rentável nem lucrativo; ademais, eles eram tidos como uma ameaça pública e, como tal, deveriam manter-se o mais distante possível da “civilização”.

Os pobres, em sua maior parte, eram trabalhadores que, em decorrência da miserabilidade na qual viviam, não possuíam recursos materiais para habitar locais dignos, não restando alternativa senão a de morar em cortiços sem a mínima condição de habitabilidade, sem serviços básicos de coleta de lixo, abastecimento de água potável etc. Tais condições concorriam para a proliferação de grandes focos de doenças contagiosas que, como ainda não afetavam a classe detentora dos meios de produção, não constituíam uma questão relevante.

²⁹ Segundo Engels, “a rápida expansão da indústria exigia braços; por conseguinte, os salários subiram e exércitos compactos de trabalhadores vindos das regiões agrícolas emigraram para as cidades.” (1986, p. 25-6).

Diante de tal situação, os pobres entregavam-se ao alcoolismo³⁰, que, ao lado da criminalidade, da mortalidade infantil e da prostituição –, denotava a grande degradação e desmoralização a que os/as trabalhadores/as se achavam submetidos/as.

A legislação vigente naquele momento histórico tinha o claro propósito de privilegiar a burguesia, oprimindo sem piedade os/as trabalhadores/as³¹. As pessoas não podiam trocar de local de moradia sem a autorização de seus patrões; apesar da pobreza a que foram empurradas, não podiam procurar “ajuda” do serviço de assistência pública. Só lhes restava adentrar no ambiente das fábricas, recentemente surgidas, como força de trabalho assalariada.

Em síntese, os detentores do capital arrebanhavam de forma opressiva a força de trabalho, ao tempo que exerciam um férreo controle sobre ela, criando assim as condições necessárias para que seu capital se desenvolvesse.

Em face de tanta pobreza, algumas medidas foram adotadas com o transcorrer do tempo, todas provenientes da “boa vontade” da Igreja e/ou da burguesia, que tinham a caridade como fator primordial. Na concepção de parcela da população, pobres e ricos eram uma separação natural de existência eterna: sempre existiram e sempre existiriam.

As estratégias usadas na parceria Igreja/burguesia objetivavam, na verdade, desempenhar um controle sobre a pobreza e, ainda, aliando-se a meios punitivos, intimidativos e repressivos, assegurar a subserviência e a dependência dos trabalhadores à classe opressora³². Não havia ainda uma consciência de classe consolidada pela classe trabalhadora.

De acordo com Martinelli (2005, p. 37-8):

Durante quase todo o século XVIII foi marcante o domínio do capital sobre o trabalho. Os trabalhadores não estavam organizados enquanto classe, configurando ainda uma força de trabalho bastante heterogênea, cujos interesses comuns não superavam o horizonte do ofício ou da função.

³⁰ “O alcoolismo em massa, companheiro quase invariável de uma industrialização e de uma urbanização bruscas e incontroláveis, disseminou ‘uma peste de embriaguez’ em toda a Europa.” (HOBBSAWM, 1996, p. 224).

³¹ “A Lei do Assentamento, de 1563, impedia-os de se mudar de aldeia sem permissão do senhor local; a Lei dos Pobres, de 1597, declarava indigentes e retirava o direito de cidadania econômica daqueles que fossem atendidos pelo sistema de assistência pública.” (MARTINELLI, 2005, p. 33).

³² Marx e Engels ensinam que “para que uma classe possa ser oprimida, é preciso que lhe sejam asseguradas condições nas quais possa ao menos dar continuidade à sua existência servil.” (1989, p. 77).

Com a expansão do capitalismo, as condições de sobrevivência do/a trabalhador/a tornavam-se cada vez mais desumanas. A força de trabalho – a única mercadoria que os/as não detentores/as da propriedade privada possuíam – era comprada a preços aviltantes. O capitalista preocupava-se em obter a maior porcentagem de lucros. Para isso não tinha escrúpulos, utilizava-se de toda e qualquer forma para que a lucratividade fosse ampliada.

De acordo com Paulo Netto e Braz (2006), foi nesse estágio do capitalismo que surgiram “as lutas de classes fundadas na contradição entre capital e trabalho” (2006, p. 171). Foi um período de grande exploração capitalista, não só pelas condições de extrema precariedade, como também pela intensificação de exploração da mais-valia nos prolongamentos da jornada de trabalho. Trabalhadores/as ficavam à mercê das decisões burguesas e não havia mecanismos que os/as protegessem. Era inevitável que, em algum momento, houvesse uma reação por parte dos/as operários/as.

A classe operária passou a reivindicar melhores condições de trabalho, melhores salários e diminuição da jornada de trabalho através das mais diferentes e variadas estratégias. Entre elas podemos citar as *trade unions* (espécie de sindicatos), com o objetivo de melhorar as condições de trabalho dos/as empregados/as; o ludismo, movimento no qual os/as trabalhadores/as invadiram fábricas e destruíram seus equipamentos, numa forma de protesto e revolta; e o cartismo³³, este mais brando na forma de atuação, pois optou pela via política, conquistando diversos direitos políticos para/as trabalhadores/as. Movimentos como este possibilitaram que a classe operária assumisse uma identidade de classe, saindo da condição de *classe em si* para a condição de *classe para si*³⁴ (PAULO NETTO; BRAZ, 2006).

Em todos os atos de revolta dos/as trabalhadores/as, a burguesia, além de reprimir os movimentos, também respondia com a incorporação de novas tecnologias, como bem esclarecem Paulo Netto e Braz (2006, p. 173):

³³ “O ‘cartismo’ extinguiu-se por volta de 1848, mas foi uma etapa importante do aprendizado e da conscientização política dos trabalhadores, não só ingleses como de toda a Europa. Mostrou que a miséria do operariado se devia não à máquina ou a mesquinhez pessoal dos empresários, mas à própria estrutura do sistema capitalista.” (COULON, PEDRO, 1995).

³⁴ Isso significa dizer que a classe trabalhadora se apercebeu do antagonismo entre as classes, ou seja, entre o burguês e o trabalhador. E que a exploração da classe trabalhadora só chegaria ao fim com a extirpação do modo de produção capitalista. E o mais interessante: os trabalhadores passaram a entender que somente a eles cabe o papel de realizar esta transformação.

A resposta burguesa ao protesto operário não se esgotou na repressão pura e simples; tomou também a forma de incorporação de novas tecnologias à produção, de modo a atemorizar os proletários com a ameaça do desemprego pela redução da demanda de *trabalho vivo*. Na verdade, as inovações funcionam como uma arma nas lutas de classes; controladas pelos capitalistas, servem na guerra contra os trabalhadores.

É nesse contexto que, no final do século XIX, o capitalismo imperialista ou monopolista dá o “ar de sua graça”. Este estágio evolutivo do capitalismo está subdividido em três períodos: a fase clássica, que compreende o período entre o final do século XIX até a Segunda Guerra; os anos dourados do capitalismo, período que vai do Pós-Segunda Guerra até o início da crise estrutural dos anos setenta do século XX; e, por fim, o capitalismo contemporâneo, que se apresenta desde meados da década de setenta do século passado até os dias atuais (PAULO NETTO, 1996).

As pequenas e médias empresas continuaram a fazer parte do cenário, no entanto, subordinadas aos ditames monopolistas. É o estágio evolutivo do capitalismo, em que as empresas se uniram em monopólios e assim buscaram controlar o mercado, utilizando-se de várias estratégias.

O capitalismo monopolista desponta, na Europa, com seus matizes e, em especial, a “urgência de viabilizar um objetivo primário: o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados” (PAULO NETTO, 1996, p. 16). A situação de miserabilidade da classe trabalhadora, principalmente na Inglaterra, tornara-se uma circunstância de maiores proporções, agravada pelo aumento do exército industrial de reserva, uma vez que o proletariado industrial sofre redução e novas categorias de vendedores de força de trabalho são geradas e ampliadas, acarretando transformações na forma de se organizar o trabalho.

O movimento trabalhista, antes incipiente, no qual os/as operários/as eram passivos/as, com comportamento de vítimas do destino, não vislumbrando suas ações como mola impulsionadora e constitutiva de sua história³⁵, gradativamente passa a compreender seu papel na sociedade. Em meados do século XIX, de acordo com Hobsbawm (1996), os/as trabalhadores/as já possuíam consciência de classe operária, como também aspirações sociais. Nessa mesma ocasião, o termo “classe trabalhadora” começou a aparecer nos escritos trabalhistas provenientes da Inglaterra (HOBBSAWM, 1996).

³⁵ Isso não significa que a história é feita por personalidades particulares, heróis individuais. Na verdade, a história é o conjunto das atividades humanas que criam as condições indispensáveis à existência da sociedade e, particularmente, à atividade material.

Surge uma classe trabalhadora que reivindica e reclama da sua situação de miserabilidade, realizando os mais diversos protestos e assumindo o papel de autora do seu destino. Essa classe vai enfrentar seus opositores sem medo, sem se deixar envolver pelo discurso dominante de harmonia entre as classes; percebe que as estratégias de assistência usadas pela burguesia não passavam de uma maneira de perpetuar sua condição de submissão ao capital. Assim, passam a ter uma identidade de classe, ou seja, saem da condição de classe em si para a condição de classe para si (PAULO NETTO, 2004).

A sociedade berço da industrialização assistia, estarecida, ao avanço do empobrecimento da população. A miséria se generalizava a passos largos, atingindo em larga escala a classe trabalhadora, agora consciente de seu papel. Com um maior nível de organização e mobilização, a classe operária reivindica melhores condições de trabalho e maiores salários. Aos poucos, a questão social³⁶ deixa de ser vista como algo natural, proveniente da vontade divina e essencial para a existência da humanidade, e passa a ser percebida como inerente ao sistema de produção capitalista³⁷.

Apesar do grande desenvolvimento das forças produtivas durante o estágio do capitalismo monopolista, a situação de miserabilidade da classe trabalhadora tornara-se uma circunstância de maiores proporções, agravada pelo aumento do exército industrial de reserva, uma vez que o proletariado industrial sofreu redução e novas categorias de vendedores de força de trabalho foram geradas e ampliadas, acarretando transformações no mundo do trabalho.

Uma contradição, na iniciante sociedade burguesa, chamava a atenção: ao tempo que as forças produtivas eram impulsionadas ao desenvolvimento, gerando uma enorme riqueza, as mazelas, antes provenientes da escassez, não deixavam de existir. Muito pelo contrário, tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não ter acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se

³⁶ Assume-se neste trabalho que a questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura e que tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana (IAMAMOTO, 2004).

³⁷ Martinelli diz que “já não era mais possível deixar de reconhecer que a expansão do capitalismo se fizera acompanhar da expansão da ‘questão social’. O progresso capitalista produzira, em sua marcha, a acumulação da pobreza, a generalização da miséria” (2005, p. 76).

despossuídos das condições materiais da vida de que dispunham anteriormente (PAULO NETTO, 2004).

Fome, desemprego, violência, miséria, entre outros problemas, conviviam, e ainda convivem, lado a lado com a grande produção de riqueza material existente. A burguesia, então, viu-se obrigada a tomar medidas para legitimar a ordem estabelecida, evitando questionamentos e conflitos com a classe trabalhadora. Buscou estratégias para minimizar o alargamento das desigualdades sociais resultantes da exploração capitalista.

Há um consenso entre autores marxistas/marxianos – entre eles citamos Paulo Netto (2004); Granemann (2001) e Coutinho (1972) – em considerar o ano de 1848 como um divisor de águas no que diz respeito ao movimento da classe trabalhadora, ao dar conta do “caráter antagônico dos interesses sociais das classes fundamentais” (PAULO NETTO, 2004, p. 44). A partir daquele momento, o operariado, inicialmente o francês, se percebe como autor de sua história.

O operariado francês conscientizou-se de que sua situação de miserabilidade não era uma condição individual, sem conexões com o desenvolvimento capitalista. Foi também nessa época que o/a trabalhador/a “enxergou” que seu interesse, enquanto classe, estava muito distante dos interesses da burguesia. Naquele momento, os/as trabalhadores/as passaram a reivindicar melhores condições de trabalho, redução de jornadas extensas e a regularização do trabalho infantil e feminino.

Granemann (2001, p. 81), em suas pesquisas, afirma que este processo de conscientização coletiva teve seu ápice com a Comuna de Paris, movimento que expressou a reação do/a trabalhador/a “ao capital e à insuportável situação política e econômica vivida por eles”.

Foi o momento histórico em que se instaurou pela primeira vez o governo dos/as trabalhadores/as. O operariado derrubou o Estado e realizou modificações na sociedade: redução da jornada de trabalho; dispensa da obrigatoriedade do alistamento militar; abolição de trabalho noturno; desapropriação de residências vazias; oferta de educação gratuita; criação de escolas noturnas para atender a todos/as.

Infelizmente, este foi um movimento que durou pouco mais de dois meses: de 18 de março a 28 de maio de 1871, mas por tudo que representaram para a classe trabalhadora mundial aqueles longínquos dias podem ser considerados como os “72

dias que assombraram/encantaram/chocaram o mundo” (FONTANA, 2001). No final de maio, o exército burguês, após um período de oito dias, matou 30 mil pessoas, prendeu cerca de 38 mil indivíduos e deportou outros 7 mil, acabando assim com a Comuna dos/as trabalhadores/as e do povo parisiense (FONTANA, 2001). Não podemos deixar de destacar que a Comuna foi mais uma estratégia no longo caminho das lutas sociais para melhorar as condições de trabalho e tentar livrar-se do jugo do capital.

As lutas sociais foram imprescindíveis não somente para o processo de formação da classe trabalhadora, mas também para o reconhecimento desta classe trabalhadora do seu viés revolucionário e transformador da sociedade.

Cumprido compreender como se deu a constituição/formação da classe trabalhadora brasileira, que viveu pouco menos de quatro séculos sob o manto da escravização do povo negro, período marcado por grandes movimentos sociais.

1.1.1 CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA: do/a escravizado/a ao/a trabalhador/a “livre”

Sobre a história do movimento operário em território brasileiro, há uma corrente que considera seu início a partir do momento no qual os imigrantes europeus fixaram residência em cidades brasileiras, trazendo as ideias anarquistas. Desconsideram toda a resistência e a organização dos/as escravizados/as.

Os estudos de Siebel (2007, s.p.), sobre a social-democracia e a transição ao anarquismo no Brasil, alertam que esse tipo de elucubração, “além de grosseiro erro histórico, contribui para negar o caráter da exploração capitalista que existia em vários ramos da produção neste período de transição”.

Com esse mesmo pensamento, Florestan Fernandes (2013, p. 307) explicita o fato de que a organização da economia do trabalho livre foi organizada “sobre um patamar pré-capitalista e colonial; seria lamentável se ignorássemos como as determinações de raças se inseriram e afetaram as determinações de classes”.

Corroborando os estudos de Siebel e Fernandes, Moura (2008, p. 3) diz que considerar que a formação da classe trabalhadora no Brasil inicia-se somente a partir da chegada dos imigrantes implica “tentar ocultar os conflitos e enfrentamentos decorridos no terreno social e político brasileiro, negligenciando todo o processo de

rebelião, organização e, sobretudo, o espírito de cisão dos trabalhadores com a classe dominante e o Estado”.

Quando estudamos a história dos/as trabalhadores/as no Brasil, há a necessidade que nos voltemos à formação econômica, para entendermos a importância dos/as negros/as escravizados/as (ou mais adiante, libertos) no processo de desenvolvimento da classe trabalhadora nacional. Essa empreitada é realizada de forma minuciosa por Florestan Fernandes, Clóvis Moura, Octávio Ianni, entre outros.

Os autores acima referenciados compreendem que capitalismo e escravidão moderna³⁸ constituem uma face da mesma moeda. O sistema escravagista das colônias propiciou as condições objetivas à materialização do capitalismo nos países europeus.

Dito com as palavras de Ianni (1978, p. 4), “o mesmo processo de acumulação primitiva, que na Inglaterra estava criando algumas condições histórico-estruturais básicas para a formação do capitalismo industrial, produzia no Novo Mundo a escravatura, aberta ou disfarçada”. Ianni (1978, p. 8) reafirma seus argumentos ao anotar que “foi esse o contexto histórico no qual se criou o trabalhador livre, na Europa, e o trabalhador escravo, no Novo Mundo. Sob esses aspectos, pois, o escravo, negro ou mulato, índio ou mestiço, esteve na origem do operário.” Eis a escravidão moderna despontando no recém-invadido/colonizado Brasil.

A escravidão moderna, segundo Fernandes, é, essencialmente, uma “escravidão mercantil” (2011, p. 365):

O escravo não só constitui uma mercadoria; é a principal mercadoria de uma vasta rede de negócios (que vai da captura e do tráfico de escravos e à forma de trabalho), a qual conta, durante muito tempo, como um dos nervos ou a mola mestra da acumulação do capital mercantil.

³⁸ Faz-se importante destacar que a **escravidão antiga** (Roma e Grécia) ocorria, basicamente, por duas vias: (i) **dívidas**, isto é, uma pessoa era escravizada durante o período necessário para o pagamento das dívidas contraídas e (ii) **os vencidos de guerra**, ou seja, aquelas pessoas derrotadas em combates com exércitos inimigos que eram escravizadas de forma permanente. Entretanto, essa escravidão nunca foi relacionada com etnia, tampouco com o local de origem. A **escravidão moderna** – embasadora da formação social e econômica do Brasil – sequestrava pessoas pela cor da pele (negra) e de localidade específica (África); serviu como lastro à expansão capitalista, através da invasão/colonização de territórios localizados no Novo Mundo.

Dessa maneira, é que até o ano de 1850³⁹ tornou-se cena comum no cotidiano ver navios abarrotados⁴⁰ de homens, mulheres e crianças retirados de solo africano à força e escravizados, navegarem e aportarem em grandes portos brasileiros. A travessia do Atlântico não era das melhores⁴¹, muitos sucumbiam durante a viagem – que poderia durar meses. Aos que aqui chegavam depois de leiloados e vendidos de forma aviltante, o destino seria desde atividades na agricultura e mineração a atividades domésticas. O cenário poderia ser urbano ou rural, contudo havia um ponto comum: a exploração da força de trabalho escravizada era a produtora da riqueza produzida.

“As mãos escravas”, informam os estudos de Albuquerque e Fraga Filho (2006, p. 65),

extraíram ouro e diamantes das minas, plantaram e colheram cana, café, cacau, algodão e outros produtos tropicais de exportação. Os escravos também trabalhavam na agricultura de subsistência, na criação de gado, na produção de charque, nos ofícios manuais e nos serviços domésticos. Nas cidades, eram eles que se encarregavam do transporte de objetos e pessoas e constituíam a mão de obra mais numerosa empregada na construção de casas, pontes, fábricas, estradas e diversos serviços urbanos. Eram também os responsáveis pela distribuição de alimentos, como vendedores ambulantes e quitandeiras que povoaram as ruas das grandes e pequenas cidades brasileiras.

Grosso modo, a vida dos escravizados, em quaisquer atividades laborais – agricultura, pecuária, mineração –, era extenuante, com jornadas do amanhecer ao

³⁹ Naquele ano, mais precisamente, em 4 de setembro, entrou em vigor a Lei Eusébio de Queirós, proibindo o tráfico de escravizados provenientes do continente africano para o Brasil. O contexto histórico para a sua promulgação está relacionado às pressões, principalmente da Inglaterra, sofridas pelo império com o objetivo de extinguir a escravidão em território brasileiro. A extinção “legal” só veio a acontecer 33 anos após a vigência dessa lei.

⁴⁰ O navio negreiro era um navio de carga, que em condições desumanas, violentas e deploráveis, transportava em seus porões imundos os africanos na condição de escravizados, presos em grupos às correntes, para o outro lado do Atlântico. Eram transportados por navio em torno de 300 a 400 escravizados.

⁴¹ “Homens, mulheres e crianças eram transportados amontoados em compartimentos minúsculos dos navios, escuros e sem nenhum cuidado com a higiene. Conviviam no mesmo local a fome, a sede, as doenças, a sujeira, os agonizantes e os mortos. Sem a menor preocupação com a condição dos negros, os responsáveis pelos navios negreiros amontoavam negros acorrentados como animais em seus porões que muitas vezes advinham de diferentes lugares do continente africano, causando o encontro de várias etnias e que por vezes eram também inimigas. Seus corpos eram marcados pelas correntes que os limitavam nos movimentos; as fezes e a urina eram feitas no mesmo local onde permaneciam. Os movimentos das caravelas faziam com que muitos passassem mal e vomitassem no mesmo local. Os alimentos simplesmente eram jogados nos compartimentos uma ou duas vezes por dia, cabendo aos próprios negros promover a divisa da alimentação. Como os integrantes do navio não tinham o hábito de entrar no porão, os mortos permaneciam ao lado dos vivos por muito tempo.” (CENTRO POTIGUAR DE CULTURA, 2016, s.p.).

entardecer. As crianças não estavam dispensadas, “ajudavam” nas atividades na lavoura, no transporte da cana nas localidades em que predominavam a produção de açúcar, e as menores partilhavam do desenvolvimento das atividades domésticas, sem tempo para as brincadeiras ou permissão para os estudos⁴². As mulheres, em especial as grávidas e lactentes, tinham na lavoura um trabalho bastante penoso. Não raro, escravizados e escravizadas sucumbiam à morte por exaustão em meio à execução de seu labor.

Os escritos de Meneguetti (2019) ressaltam que os escravizados nunca exerceram somente o papel de instrumentos de produção, que aguardavam passivamente o que o destino lhes reservava. Ao contrário, esclarece Meneguetti (2019, p. 5), “a força política mais dinâmica no interior das colônias vinha dos próprios escravos, os quais resistiam à escravidão de variadas formas, desde as revoltas até a sabotagem ou mesmo a simples indolência”⁴³, colocando por terra a suposta docilidade do negro escravizado.

Chalhoub (apud NASCIMENTO, 2016, p. 611) atesta a tese de que o nascedouro da classe trabalhadora brasileira tem sua germinação na resistência exercida pelos escravizados:

A luta dos escravos pela liberdade na segunda metade do século XIX foi o primeiro capítulo da história do movimento operário no Brasil. Os escravos organizaram-se coletivamente para obter a liberdade, negociaram condições de trabalho, fizeram greves, recorreram à justiça para conseguir alforrias e para confrontar os senhores de diversas formas. Enfim, articularam uma cultura política complexa que ajudou a enterrar a sociedade senhorial-escravista.

Mesmo com as bases para a formação de um capitalismo dependente lançadas, a escravidão mercantil ainda perdurou por muitos anos. De acordo com as pesquisas de Freitas (2015), coube aos senhores o desafio de adequar a exploração da força de trabalho escravizada às novas configurações das formas de produção para além das plantações. Nesse momento da história da formação socioeconômica brasileira é que surge, conforme explica Freitas (2015, p. 74), a necessidade de outras formas de trabalho, contribuindo dessa forma para a “desagregação do sistema que

⁴² A Constituição brasileira de 1824 instituiu a educação pública e gratuita aos cidadãos brasileiros, entretanto, os escravizados não eram considerados cidadãos e os libertos teriam de provar alguns requisitos para usufruir daquilo que rezava a referida lei.

⁴³ Na próxima seção desta pesquisa retomaremos essa discussão.

existia e que até então havia possibilitado a formação da riqueza da colônia e principalmente do Império, cumprindo a função de fator de acumulação de capital”.

Nesse contexto, e bem antes da extinção da escravidão, é que encontraremos os escravizados denominados “trabalhadores de ganho” ou “ganhadores” ou “escravos de ganho” a transitar nos grandes centros urbanos da época. Eram assim chamados porque além de realizar suas atividades do dia a dia, ainda saíam pelas cidades a vender quitutes, transportar água e pessoas, entre outras atividades, sozinhos ou em grupo, na condição de ao término do dia ou da semana, encontrarem-se com seus senhores para lhes repassar os valores obtidos com as vendas. As ruas não eram o único lócus de atuação dos ganhadores ou escravos de ganho, muitas vezes eles atuavam no chão das fábricas recém-instaladas no país e na construção das estradas de ferro. No ano de 1857, os ganhadores da cidade de Salvador foram protagonistas de uma grande greve, considerada um marco na história da resistência do povo negro ao jugo da escravidão e de organização dos trabalhadores em busca de direitos.

A abolição, colocando um fim à escravidão, veio através da Lei Áurea, em maio de 1888, contudo, esse foi um processo lento e gradual, ao lado dos movimentos de resistência dos escravizados⁴⁴. O Brasil, além de ter sido o último país das Américas a decretar a extinção da escravidão, o fez sem nenhuma estratégia que possibilitasse a integração desse negro, agora liberto, às novas regras de uma sociedade fundamentada no trabalho livre e assalariado.

Anota Fernandes (2008, p. 4):

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva.

⁴⁴ Mais adiante discorreremos sobre os movimentos de resistência

Sem medidas de reforma agrária, sem acesso à educação, sem ter para onde ir e o que comer, muito menos em que trabalhar⁴⁵, os/as ex-escravizados/as passaram a compor o exército industrial de reserva.⁴⁶ Essa situação, de acordo com Freitas (2015, p. 75), fez com que os recentes trabalhadores livres mantivessem as mesmas ocupações que exerciam antes, realizando suas atividades em troca de comida ou moradia, ou então recebendo salários ínfimos, “mantendo as mesmas dinâmicas dos últimos anos de escravidão oficial”.

Os estudos de Benedito et al. (2021, p. 5) traduzem a conjuntura do início do século XX:

O Brasil entra no século XX numa conjuntura de transformações, entre as quais destacamos: o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre quando, oficialmente, escravizados foram “libertos” em 1888, porém sem condições de sobrevivência, sendo paulatinamente substituídos por imigrantes europeus, não só nos grandes centros urbanos, mas no campo, nas plantações de café. O regime político não era mais a monarquia, pois o País “respirava” os ares da república, forjada por interesses da elite nacional. O processo de industrialização dava seus primeiros passos.

Nesse cenário é que a classe trabalhadora brasileira se consolidou, inclusive com a adição de novos elementos – os imigrantes. Contudo, é preciso desmistificar o equívoco cometido por uma parte da historiografia, qual seja: a formação da classe trabalhadora por via dos imigrantes deveu-se à sua experiência em processos de reivindicações entre patrões e empregados realizadas nas fábricas nos seus países de origem e por suas ideias anarquistas. Em relação a isso, Negro e Gomes (2016, s.d.) asseveram:

[...] nem sempre [os imigrantes] eram anarquistas [...]. Na verdade, uma grande parte era de origem rural, não era composta de artesãos radicais ou

⁴⁵ Os compositores, cantores e ativistas das questões étnico-raciais Lazzo Matumbi e Jorge Portugal (2019) nos apresentou com a seguinte reflexão em forma de poema música: “No dia 14 de maio, eu saí por aí/ Não tinha trabalho, nem casa, nem pra onde ir/ Levando a senzala na alma, eu subi a favela/ Pensando em um dia descer, mas eu nunca descí/ Zanzei zonzos em todas as zonas da grande agonia/ Um dia com fome, no outro sem o que comer/ Sem nome, sem identidade, sem fotografia/ O mundo me olhava, mas ninguém queria me ver”.

⁴⁶ Nas palavras de Marx (2013, p. 707), “[...] população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista. Essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional.” (Supressões nossas).

trabalhadores de fábrica. Esses imigrantes não traziam consigo, em segundo lugar, uma maciça experiência de envolvimento com partidos, greves e sindicatos. (Supressão e acréscimos nossos),

É improcedente afirmar que a emergência da classe trabalhadora está vinculada apenas à imigração, sem levar em consideração toda a luta dos/as escravizados/as pelo direito à vida, por melhores condições de trabalho e pela liberdade. Não se pode compreender a formação da classe trabalhadora brasileira sem o entendimento da importância dos negros/as escravizados/as e libertos/as, sejam africanos/as ou brasileiros/as, nesse processo. Inúmeras foram as formas de resistência e organização, desde o direito de serem reconhecidos/as como seres humanos até os direitos pela melhoria nas condições de vida e de trabalho.

1.2 RESISTÊNCIA DO POVO NEGRO: DO DIREITO À SOBREVIVÊNCIA AOS DIREITOS SOCIAIS QUE PROTEGEM A VELHICE DA CLASSE TRABALHADORA

Escrevemos este texto num período em que episódios racistas seguidos de morte estão sendo mais publicizados no Brasil e no mundo. O caso George Floyd⁴⁷, ocorrido em Minneapolis, nos Estados Unidos; do músico Evaldo Rosa e do catador de recicláveis Luciano Macedo⁴⁸, no Rio de Janeiro; do trabalhador Everaldo da Silva Fonseca⁴⁹ e de João Alberto Silveira Freitas⁵⁰, ambos no Rio Grande do Sul, estado que mais recebeu denúncias de injúria racial no Brasil, no ano de 2018, de acordo com os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019); o caso Miguel Otávio Santana da Silva⁵¹,

⁴⁷ George Floyd, negro americano, foi morto, após ser detido por policiais brancos que o algemaram e o deitaram em um chão quente, mantido sob a pressão do joelho de um dos policiais. ([Caso George Floyd: quem era o americano negro morto sob custódia \(uol.com.br\)](#))

⁴⁸ Evaldo Santos Rosa levava sua família a um compromisso familiar quando teve seu veículo alvejado com cerca de 80 tiros por policiais do exército; teve morte imediata. O catador de recicláveis Luciano Macedo, que passava pelo local, resolveu ajudar a família e terminou sendo alvejado; morreu alguns dias depois no hospital. ([Com 80 tiros em carro, militares executam um pai no RJ. Não é engano, é racismo de Estado! \(esquerdadiario.com.br\)](#))

⁴⁹ Everaldo da Silva Fonseca acompanhava sua esposa numa hospitalização. Após o desaparecimento do telefone celular de uma funcionária, ele foi acusado de furto, humilhado e espancado na frente de sua esposa, que duas horas depois teve um enfarte e foi a óbito. ([Idoso negro é acusado de furto em hospital e esposa morre após confusão - 27/04/2020 - UOL](#))

⁵⁰ João Alberto Freitas teve uma discussão com uma funcionária do supermercado Carrefour e foi espancado e morto por asfixia pelos seguranças do local (Homem negro é espancado até a morte em supermercado do grupo Carrefour em Porto Alegre | Rio Grande do Sul | G1 (globo.com))

⁵¹ Em meio às angústias da pandemia da Covid-19, em que o distanciamento social era uma das estratégias do protocolo de segurança recomendado pela OMS, a mãe do menino Miguel Otávio

chocando não somente a cidade de Recife, mas todo o país, exemplificam bem a situação vivenciada, na atualidade, por negros e negras em todas as etapas da vida.

Ao mesmo tempo, outro aspecto chama a atenção: monumentos que homenageiam traficantes de africanos que foram escravizados em várias partes do mundo estão sendo derrubados. O Brasil, país que, de acordo com Gomes (2019), importou ao longo dos trezentos anos de tráfico, em torno de 5 milhões de homens, mulheres e crianças, entre eles, reis, rainhas, príncipes e princesas africanas, sob a condição de escravizados, não ficou imune a isso; o caso mais emblemático foi o incêndio provocado por ativistas no monumento de Borba Gato⁵², na cidade de São Paulo.

A tentativa de retirar da memória símbolos de pessoas que podem ser consideradas sinônimos de grande sofrimento, tendo em vista que foram responsáveis por assassinatos, estupros e tantas atrocidades cometidas contra a humanidade, causa mais comoção e estratégias de reparação do que a dor e as consequências do racismo – herdadas do período escravagista – no cotidiano da população preta e parda, conforme pudemos observar nos parágrafos iniciais desta seção.

Fatos como esses levam à constatação do quanto a forma de pensar na atualidade brasileira não difere muito, em sua essência, daquele período no qual era permitido que homens pretos e mulheres pretas fossem sequestrados/as na África, encaminhados a outros continentes e escravizados como objetos pertencentes a outras pessoas (brancas), que as destituíam de tudo, até mesmo de sua alma e dos seus sentimentos, pois o senhor não possuía “apenas” a força de trabalho do escravizado; era dono dele como um todo (REIS; SILVA, 1989), sendo o negro a sua propriedade privada. Nessa mesma direção, Gorender (2016, p. 89) argumenta que “a característica mais essencial, que se salienta no ser escravo, reside na sua condição de propriedade de outro ser humano”.

Santana da Silva, de cinco anos, não foi dispensada do seu trabalho como empregada doméstica, precisando levar seu filho ao trabalho. Miguel Otávio morreu após cair do 9º andar de um prédio na cidade de Recife, enquanto sua mãe levava os cães de seus patrões para passear. ([Caso Miguel: como foi a morte do menino que caiu do 9º andar de prédio no Recife | Pernambuco | G1 \(globo.com\)](#))

⁵² Um grupo ativista na cidade de São Paulo incendiou a estátua em homenagem ao bandeirante Borba Gato, em virtude da sua ação genocida durante o processo de invasão/colonização do país, no qual terras foram tomadas e negros e povos originários foram escravizados. ([Estátua de Borba Gato, símbolo da escravidão em São Paulo, é incendiada por ativistas | Atualidade | EL PAÍS Brasil \(elpais.com\)](#)).

A força de trabalho negra foi um dos elementos relevantes para o desenvolvimento capitalista no Brasil, entretanto, com a transição do trabalho escravizado para o trabalho assalariado livre, negros e negras foram “descartados/as”, havendo a requisição da força de trabalho branca, preferencialmente, europeia⁵³. Como ensina Fernandes (2017, p. 38), “o substituto e o sucessor do escravo não foi o trabalhador negro livre, mas o trabalhador branco estrangeiro”, quando muito escravos foram substituídos pelo “homem pobre livre, mestiço ou branco, porém sempre marginalizado sob o regime de produção escravista” (FERNANDES, 2017, p. 38). Pode-se afirmar que escravizados/as, naquele momento libertos/as, sem qualificação para o trabalho industrial, foram deixados/as à própria sorte.

Com o objetivo de resgatar as lutas de resistência dos/as escravizados/as desde o direito à sobrevivência à conquista dos direitos sociais do trabalho é que a partir deste momento iremos discorrer sobre uma história de que pouco se sabe e que será contada sob a ótica do povo dominado.

1.2.1 Resistência: uma história não contada sobre o mito da passividade brasileira

O trabalho escravizado no país foi a condição essencial para que, em quase quatro séculos, houvesse o desenvolvimento econômico brasileiro. Os habitantes que sempre estiveram no território, os povos originários, foram os primeiros a ser feitos cativos e a terem a sua força de trabalho utilizada na exploração da natureza brasileira. Anos mais tarde, o alvo do processo de escravização foram os povos africanos sequestrados e trazidos ao Brasil para a realização de atividades laborais, desde as domésticas mais simples à extração dos recursos minerais, passando pelo labor na agricultura.

Em assim sendo, podemos afirmar, sem equívocos, que os vários ciclos, com atividades determinantes para a economia, tais como extração do pau-brasil, da cana-de-açúcar, das pedras preciosas e do café, foram realizados a custo de muito suor, sangue e vidas de pessoas escravizadas.

⁵³ Maringone (2013, s.p.) informa que “No fim do Império, em 1889, existiam 55 mil operários – a maioria imigrantes – trabalhando em pequenas oficinas e poucas fábricas de grande porte. E havia cerca de um milhão de escravos recém-libertos. A abundância de mão de obra imigrante levou os ex-cativos a constituírem um imenso exército industrial de reserva, descartável [...]”. [Supressão nossa]

Tendo em vista que, como afirmou Moura (1990, p. 1), no Brasil, principalmente no período imperial, “há uma distância imensa entre a verdade histórica que cabe ao historiador registrar e a necessidade e exigências que as classes dominantes impõem aos historiadores ‘oficiais’”, torna-se compreensível o “apagão” realizado quanto aos fatos relacionados à resistência dos escravizados, sendo eles povos originários ou africanos. Ao contrário do que se quer fazer acreditar os dominantes⁵⁴, resistência é um substantivo que foi materializado no cenário brasileiro desde a chegada dos invasores portugueses. Inicialmente com os povos originários, e depois em conjunto com os africanos que, sequestrados em seu país, foram escravizados e trazidos ao Brasil como propriedade privada da incipiente elite.

Asseverar que o povo brasileiro é pacífico e sempre conviveu de forma pacata, que os povos originários, os invasores portugueses e os negros sequestrados e escravizados constituíram esse país de forma harmônica é uma falácia que já foi desmistificada por estudiosos como Clóvis Moura, Florestan Fernandes, entre outros.

O chicote, o pelourinho, a marcação com ferro quente, as máscaras de flandres, as correntes, as prisões, o corpo com uma infinidade de cortes feitos durante sessões de chibatadas, e logo em seguida, cobertos com uma mistura de sal, limão e vinagre; mutilações, estupros; castração, fraturas de dentes e ossos feitas a marteladas (LARA, 1988), entre uma infinidade de castigos⁵⁵, não foram suficientes para manter

⁵⁴ “A nossa ‘história oficial’ seleciona como heróis os vencedores, e não aqueles que foram derrotados nos diversos momentos de rebelião, rebeldia ou projeto de mudança social. Daí a história ser feita através de um processo seletivo no qual as classes dominantes estabeleceram o critério de quem é herói ou anti-herói. Com isto, os produtores dessa historiografia fazem-na ter uma visão elitista e marcial do nosso desenvolvimento.” (MOURA, 1990, p. 30).

⁵⁵ Gomes (2019, p. 306-307) expõe em sua pesquisa que “havia três categorias de castigo de escravos no Brasil, segundo a classificação feita em 1938 pelo historiador Artur Ramos. A primeira era a dos instrumentos de captura e contenção. Incluía correntes e colares de ferro, algemas, machos e peias – que prendiam apenas um dos pés ou uma das mãos –, além do tronco – um pedaço de madeira dividido em duas metades com buracos para imobilizar a cabeça, os pés e as mãos – e do vira-mundo, espécie de tronco menor, de ferro. A máscara de folha de flandres era usada para impedir o escravo de comer cana, rapadura ou engolir pepitas e pedras preciosas. O cepo era um longo e pesado tarugo de madeira que, preso por correntes ao tornozelo, o escravo tinha de levar à cabeça ao se movimentar. Na segunda categoria, a das torturas, havia um item especialmente assustador, o ‘anjinho’, instrumento de suplício de origem medieval. Consistia em dois anéis metálicos em forma de torniquete, que eram introduzidos no dedo do escravo e iam sendo gradativamente atarraxados, produzindo dores atrozes e podendo mesmo esmagar os ossos da pessoa que não confessasse rapidamente o que o torturador esperava ouvir. Na terceira e última categoria, a das surras, usava-se à palmatória ou o bacalhau – um chicote de cabo curto, de couro ou madeira, com cinco pontas de couro retorcido. Para identificar escravos fugitivos, utilizavam-se marcas gravadas a ferro quente com a letra F, além do libambo, uma argola de ferro que era presa ao pescoço do escravo, da qual saía uma haste longa, feita do mesmo material, voltada para cima, até o topo de sua cabeça, com ou sem chocalhos nas pontas”.

a obediência, a passividade e a “harmonia” dos negros e negras escravizados/as aos seus senhores brancos.

Cabe o enfrentamento a esses contos que invisibilizam a realidade vivenciada por nossos ancestrais, como também a discursos e à ideologia que mascara a tortura sofrida por pessoas de todas as idades, entre as quais destacamos neste estudo as que foram arrancadas de suas origens, jogadas em navios “negreiros” e sufocadas numa dor que fez sucumbir muitos durante o trajeto, visto que inviabilizava o curso de vida para muitos desses seres humanos escravizados.

1.2.2 A luta pela vida: conquistando o direito à alimentação

A primeira grande luta e resistência dos escravizados e das escravizadas, muito longe da liberdade, era a necessidade de se manterem vivos, sobreviverem a todas as agruras e continuarem vivendo. Se um dos pilares para a manutenção da vida, como demonstra a ciência, é a alimentação, esta, no caso do povo escravizado, era fornecida por seus senhores. Tratava-se, de maneira geral, de porções diárias, compostas por feijão, farinha de mandioca e uma base proteica. Composição alimentar que visava à obtenção da energia necessária para o trabalho cotidiano e extenuante, e não da saúde das pessoas escravizadas. Nem sempre os alimentos chegavam de forma satisfatória tanto em quantidade como em qualidade, desencadeando uma resistência que poderia se apresentar de forma nada pacífica por parte dos/as escravizados/as.

Em decorrência dessa situação, historiadores que se dedicam/dedicaram aos estudos da escravidão brasileira afirmam que a péssima qualidade da alimentação, sem diversidade e vitaminas, foi um dos fatores que propiciaram uma baixíssima expectativa de vida⁵⁶ aos/às escravizados/as.

A luta pela preservação da vida, mediante o acesso à alimentação, teve um grande aliado: a permissão para a preparação da comida pelos/as escravizados/as dentro de algumas senzalas. De acordo com os estudos de Albuquerque e Filho (2006), esse processo permitiu que, nos escassos momentos de folga, em virtude de uma concessão feita por alguns senhores, as pessoas escravizadas fossem em busca de alimentos através da caça, da pesca e do cultivo da roça. Dessa forma, as senzalas

⁵⁶ Schwartz (1988) informa que no Brasil, no final do século XIX, a expectativa de vida dos escravos, ao nascer, variava em torno de 19 anos.

tornaram-se também locais de resistência, tanto no preparo da alimentação como na preservação da cultura trazida da África, uma vez que, ao produzir seu alimento, desde o plantio até o consumo, além de ter a possibilidade de diversificar os produtos utilizados, os/as escravizados/as podiam variar as receitas, não só por conta dos produtos e sabores, mas, principalmente, por buscarem em suas memórias aquelas oriundas do continente africano, despertando doces lembranças do aconchego de suas famílias e de sua origem.

Concernente ao cultivo de roças, Albuquerque e Filho (2006) salienta que para os senhores,

a concessão de espaços para cultivo era uma forma de obter a cooperação dos escravos. Mas para estes era a oportunidade de diversificar os alimentos que levavam para a senzala e, quando possível, acumular algum dinheiro com a venda do excedente da produção. Com esse dinheiro era possível começar a pensar na própria alforria e na dos filhos. A roça também servia como forma de mobilização da comunidade em torno do direito ao acesso à terra. (2006, p. 82).

Decerto, o direito à alimentação foi uma das primeiras estratégias de luta utilizadas pelos/as escravizados/as para sobreviverem em terras brasileiras, imprescindível e primordial para o desdobramento de direitos fundamentais aos ditos seres humanos: direito à vida, à diversificação alimentar, à preservação da cultura viva na lembrança de escravizadas e escravizados e o direito à terra.

Passados, porém, quase cinco séculos desde os primórdios da busca por estes direitos, grande parcela da população negra brasileira, agora sem as amarras das correntes da escravidão, como veremos no próximo capítulo, continua na luta para assegurar o acesso a direitos como os descritos acima, no seu cotidiano.

1.2.3 Sabotagem, desobediência, revolta coletiva: estratégias de luta pela liberdade da força de trabalho escravizada

Fora da senzala, dizem Reis e Gomes (2021), exercer as atividades laborais vagarosamente (o famoso “corpo-mole”), sabotagem aos instrumentos necessários para a realização do trabalho, fingir doenças, praticar a automutilação, desobedecer aos senhores e aos feitores e fugir, sozinhos ou coletivamente, foram algumas estratégias encontradas como uma maneira de resistir à superexploração da força de trabalho escravizada.

Contudo, as formas de resistência mais conhecidas foram as fugas e revoltas, que fizeram parte do cotidiano dos escravizados e escravizadas nos períodos colonial e imperial brasileiros, sempre na perspectiva de tornar a vida menos desumana, em busca de sair da situação degradante rumo à liberdade, se não de forma imediata, mas tendo-a como horizonte.

Indubitavelmente, a revolta coletiva, conforme asseveram Reis e Silva (1989), representou a forma mais radical de contestação da escravidão:

As rebeliões representaram a mais direta e inequívoca forma de resistência escrava coletiva. Mas nem toda revolta previa a destruição do regime escravocrata ou mesmo a liberdade imediata dos escravos nela envolvidos. Muitas visavam apenas corrigir excessos de tirania, diminuir até um limite tolerável a opressão, reivindicando benefícios específicos – às vezes a reconquista de ganhos perdidos – ou punindo fatores particularmente cruéis. (REIS; SILVA, 1989, p. 245).

Em se tratando das fugas, motivo era o que não faltava: castigos recebidos, tempo abusivo das jornadas de trabalho e o desejo de ser livre. As fugas, às vezes, eram muito breves e findavam pela própria vontade do fugitivo. São as conhecidas fugas reivindicatórias, tendo em vista que os escravizados passavam um ou dois dias ausentes com o intuito de reivindicar uma condição melhor de alimentação, de trabalho, e/ou pedir desde a troca de um feitor como também de senhor. Mas havia também as fugas sem retorno, aquelas nas quais o caminho a ser trilhado desembocava nos diversos quilombos existentes.

Em conformidade com o exposto até o momento, não há como ocultar que resistência foi substantivo transformado no verbo resistir nos quase quatro séculos do período escravagista brasileiro⁵⁷. Homens e mulheres sequestrados na África e trazidos para o Brasil na condição de escravizados não ficaram acomodados nem passivos durante todo esse processo. Rebeliões, revoltas, fugas e formação de quilombos representam algumas estratégias de não aceitação dessa situação de opressão, dominação e exploração sofrida pelos povos negros. Nesse contexto, vale salientar que as revoltas não foram promovidas por bandidos, e tampouco os

⁵⁷ É importante frisar que resistir não foi só uma característica dos africanos escravizados. Os povos originários travaram lutas de resistência por dois séculos. A Guerra dos Tamoios (SP/RJ, 1562), a Guerra dos Aimorés (BA, 1555) e a Guerra dos Guaranis (RS, 1753) são exemplos das rebeliões travadas pelos indígenas como forma de resistência ao processo de escravização (GODEIRO, 2020).

quilombos foram unicamente espaços de acolhimento para africanos e seus descendentes em fuga.

Mesmo que sob o olhar da classe dominante, a educação formal faz alusão a algumas dessas rebeliões e revoltas ocorridas principalmente nos séculos XVIII e XIX, tais como: a Revolta dos Alfaiates, também conhecida como Conjuração Baiana (BA, 1798), a Revolução Pernambucana (PE, 1817), a Cabanada (PE/AL, 1832), a Cabanagem (PA, 1835) e a Revolta dos Malês (BA, 1835).

Tendo como referência fundamental os autores João José dos Reis, Ana Godoi, Nazareno Godeiro; Clóvis Moura, entre outros, buscaremos desvelar a importância dos movimentos de resistência supramencionados. Ressaltamos que a ordem de exposição recai sobre a ordem cronológica dos acontecimentos.

1.2.4 Rebeliões negras no Brasil

Neste item mostraremos as revoltas e movimentos negros e a insubmissão do povo negro ao trabalho escravo durante séculos. O artigo intitulado “O mito do negro passivo cai por terra”, de autoria de Gabriel Nascimento, aponta que a “resistência ganhou qualidades distintas, desde a participação de negros forros, livres ou escravos em movimentos de independência do país até a organização em torno de quilombos e guerrilhas” (NASCIMENTO, 2018, p. 2).

Nesta perspectiva, destacaremos algumas resistências dos negros e negras que entendemos relevantes para problematizar nosso objeto de estudo.

A Guerra dos Alfaiates ou Conjuração Baiana

Em 12 de agosto de 1798, na capital baiana, foi deflagrado um movimento protagonizado por pessoas negras, denominado de Conjuração Baiana. Naquele dia, a população foi surpreendida com panfletos manuscritos, afixados nas paredes e portas de localidades que tinham grande confluência, frisando a necessidade de o povo baiano lutar pela abolição da escravidão e do jugo português, como podemos observar no conteúdo de dois do total de 11 panfletos:

Homens, o tempo é chegado para a vossa ressurreição, sim para ressuscitardes do abismo da escravidão, para levantardes a sagrada Bandeira da Liberdade.

[...]

Animai-vos, ó povo bahiense. Está para chegar o tempo feliz da nossa liberdade. O tempo em que todos seremos irmãos. O tempo em que todos seremos iguais. (CARVALHO, 2017, s.p.).

Por ser domingo, dia de missa, de feira, de pessoas passeando, o fato foi rapidamente propagado. A leitura deve ter sido realizada por poucos, pois naquela época, as oportunidades para a escolarização e a comunicação eram mínimas⁵⁸, e a grande maioria da população deve ter tomado conhecimento do fato de forma oral, do “disse-me-disse”. Foi assim que em pouco tempo o povo de Salvador assistiu à deflagração da Guerra dos Alfaiates, também conhecida como Conjuração Baiana ou Revolta dos Búzios.

Naquela época, os ideais de liberdade, fraternidade e igualdade ecoavam não só na Europa, mas em todo o mundo, inclusive no Brasil, influenciando vários movimentos de caráter emancipatório. Sair do jugo português foi um ideal perseguido pela população da colônia, pois enquanto colônia de Portugal, além da dependência à metrópole, o Brasil lhe devia obediência e precisava envidar todos os esforços em prol da riqueza do país colonizador.

Segundo Godoi (2020), a organização política brasileira era realizada pela elite branca, intimamente ligada à metrópole, ao passo que a grande maioria da população (brancos pobres, negros escravizados ou livres e indígenas) vivia em condições de pauperização e sem nenhuma possibilidade de participar da organização política.

Mas essa não foi a primeira revolta a acontecer, influenciada pelas ideais iluministas e da Revolução Francesa. Alguns anos antes, em 1789, ocorreu a Inconfidência Mineira, que trazia em seu bojo a luta pelo desligamento da colônia em relação à metrópole e pela Proclamação da República. A diferença entre a Inconfidência Mineira e a Guerra dos Alfaiates consiste na participação dessa última, não somente da elite branca, mas também de brancos pobres, negros escravizados ou alforriados, indígenas, soldados milicianos e intelectuais brancos. Contou ainda com intelectuais da época e com muitos alfaiates, de onde decorre a sua denominação. Um aspecto que merece o devido registro foi a participação das

⁵⁸ Teixeira (2015, s.p) diz que as relações se davam de forma primária, ou seja, de forma pessoal e direta, uma vez que a comunicação sofria restrições: “(i) Ausência de imprensa – proibida na colônia pelo governo metropolitano; (ii) Reduzida circulação de livros – apenas os permitidos pela censura; (iii) Alto índice de analfabetismo, decorrente da escassez de escolas e dos próprios desequilíbrios das oportunidades sociais; (iv) Dificuldades de circulação de mensagens manuscritas pela deficiência dos correios e dos meios de circulação”.

mulheres negras, ex-escravizadas (alforriadas): Luíza Francisca de Araújo, Lucrecia Maria Gercent, Domingas Maria do Nascimento, Ana Romana Lopes e Vicência⁵⁹.

A participação popular possibilitou a inclusão das reivindicações sociais referentes à abolição da escravatura e à instauração da República, levando o historiador Affonso Ruy (1946) a concluir em seus estudos que a Guerra dos Alfaiates foi a primeira revolução social brasileira. Foi designada como uma revolução porque, para Godoi (2020, p. 80), as suas “principais pautas estavam centradas em reivindicações democráticas que questionavam a estrutura colonial e propunham uma nova estrutura para a sociedade brasileira”.

O governo português abortou o movimento com um processo de investigação no qual estimulava a delação por parte da população. Resultou na condenação de quatro descendentes de africanos escravizados ao enforcamento e a terem seus corpos esquartejados e deixados visíveis em locais públicos. Com relação aos quatro homens considerados de posses, pertencentes ao Exército, a condenação foi de poucos meses de prisão na ilha de Fernando de Noronha. Todos os outros condenados que eram pobres ou escravizados foram degredados para a África ou condenados a quinhentas chibatadas.

Revolução Pernambucana

A Revolução Pernambucana foi um dos movimentos de caráter emancipatório ocorridos no Brasil do século XIX (1817), também influenciado pelos ideais iluministas da Revolução Francesa. Considerada por Fonseca (2020) a primeira revolução burguesa vitoriosa, instaurou, por 75 dias, o primeiro governo republicano. Mesmo não sendo protagonizada por escravizados, foi um movimento de resistência, demonstrando que a elite brasileira, possuidora de privilégios, buscava formas de fugir do jugo português, numa demonstração do enfraquecimento do poder monárquico, na figura do rei D. João VI, do regime colonial e das relações metrópole-colônia. Trata-

⁵⁹ A participação feminina nos movimentos de resistência do período da escravização ainda é invisibilizada; quase não se encontram informações. Sobre as citadas, Estrela (2021, s.p.) dá as seguintes informações: “Luíza Francisca D’Araújo: parda, livre, casada com João de Deus, presa em 26 de agosto de 1798 e solta em 5 de setembro do mesmo ano; Lucrecia Maria Quent [Gercent]: negra, forra [...], presa em 15 de setembro de 1798 e solta em 26 de setembro do mesmo ano; Ana Romana Lopes: parda, forra [...], presa em 15 de setembro de 1798 e solta em 20 de setembro do mesmo ano; Domingas Maria do Nascimento: parda, forra; Vicência: crioula, forra.” (Acréscimos e supressões nossas).

se de uma revolução que influenciou novos movimentos de luta pela independência brasileira e pela abolição dos escravizados.

Esta Revolução deveu-se à insatisfação causada à elite pernambucana pela obrigatoriedade de manter luxos e privilégios da família regente⁶⁰, que ao se instalar no Brasil, se aumentou os impostos das províncias, em especial daquelas consideradas mais prósperas e ricas. Esta era, portanto, a situação de Pernambuco, já que possuía muitos engenhos de açúcar. Junte-se a tais fatos que naquele período houve uma crise na produção de açúcar, baixando seu preço, além da fome e da miséria, intensificadas por questões climáticas que trouxeram mais miserabilidade aos pobres. Fonseca (2020) observa que uma grande seca ocorreu na região no ano anterior.

Em 6 de março de 1817, o governador de Pernambuco, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, tomou providências em relação ao levante e ordenou que fossem presos os conspiradores, entre eles padres, motivo pelo qual o movimento ficou conhecido como Revolução dos Padres. Um capitão não acatou a ordem de prisão e matou seu ordenador, fato este que fez com que os rebelados ocupassem o quartel de artilharia e saíssem às ruas, materializando o início da Revolução e contando com apoio popular (BRASIL, 2017).

Caetano Pinto de Miranda Montenegro se refugiou no Forte do Brum e depois embarcou para o Rio de Janeiro. Para governar a capitania pernambucana foi constituído um governo provisório que diminuiu os impostos; presos políticos foram liberados e os militares foram privilegiados com um aumento salarial. No prazo de um ano, conforme determinado, uma Assembleia Constituinte deveria ser convocada. Nesse ínterim, até a promulgação da Constituição (deveria ocorrer num período de três anos), vigoraria a Lei Orgânica, que tinha como prerrogativa uma série de direitos e garantias individuais, tais como: liberdade de imprensa – uma vez que havia a proibição de circulação de livros; e liberdade religiosa – mesmo a religião oficial sendo a católica, deveria ocorrer a tolerância com a prática das demais religiões. Foi aprovada uma nova bandeira para representar Pernambuco, com a colocação de três estrelas, uma para cada província aliada ao levante (Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte) (BRASIL, 2017).

⁶⁰ “Paga- em Pernambuco um imposto para a iluminação das ruas do Rio de Janeiro, quando as do Recife ficam em completa escuridão’. Henry Koster (português, filho de ingleses, que viera para o Brasil em 1809 por motivos de saúde).” (BRASIL, 2017, p. 10).

O governo provisório foi em busca de apoio tanto de outros países – Estados Unidos, Argentina e Inglaterra, sem obtenção de sucesso – como de outras províncias – Paraíba, Rio Grande do Norte, Bahia e Ceará. As duas primeiras aderiram ao movimento e constituíram suas juntas governativas republicanas. Na Bahia, o padre Roma, encaminhado com o objetivo de representar a revolução e realizar as articulações necessárias, ao desembarcar foi preso e fuzilado por ordem do governador baiano, Conde dos Arcos. No Ceará, a família Alencar⁶¹, que aderiu ao levante, foi derrotada por aliados ao governo de Pernambuco e do Rei D. João VI (BRASIL, 2017).

O governo provisório atuou na contramão de um governo republicano; por pressão dos donos de engenho, não realizou a abolição da escravidão. Nas palavras de Brasil (2017, p. 24, supressões nossas), “o primeiro governo republicano instalado no Brasil [...] propunha ideias como a igualdade racial e social, mas defendia a manutenção da escravidão, como estratégia para manter o apoio dos proprietários de terra”.

D. João VI, com medo da ampliação do movimento, organizou uma forte repressão militar contra os rebelados, enviando tropas oficiais a Recife para debelar a revolução. O bloqueio do porto de Recife não permitiu a entrada de gêneros alimentícios. Derrotados, os líderes foram presos e condenados à morte por enforcamento, tendo mãos cortadas e cabeças decepadas e espalhadas entre Recife e Olinda. Os restos mortais foram arrastados por cavalos até o cemitério.

Como punição, a Capitania de Pernambuco perdeu a Comarca de Alagoas (que foi aliada no combate ao movimento revolucionário); esta foi transformada numa nova capitania.

A Cabanada

A Cabanada foi uma rebelião ocorrida num território localizado entre Pernambuco e Alagoas, entre os anos de 1832 e 1835. É também uma história pouco contada nos bancos escolares.

⁶¹ Destacamos, mais uma vez, a presença feminina nos movimentos de resistência ocorridos no Brasil. Nesse caso específico, a família Alencar, pela senhora Bárbara Alencar, que “juntamente com seus filhos, que eram alunos do Seminário de Olinda, teve atuante participação revolucionária no Cariri. Considerada a primeira presa política do Brasil, era avó do escritor José de Alencar” (BRASIL, 2017, p. 31). Houve ainda, de acordo com os estudos de Fonseca (2020), a participação de outras mulheres: Gertudes Marques (negra que permaneceu presa, sofrendo castigos corporais durante 45 dias) e Maria Teodora da Costa (filha da família portuguesa mais rica da região).

Contrariando outros movimentos ocorridos em Pernambuco, a exemplo da expulsão dos holandeses no século XVII e da já relatada Revolução Pernambucana em 1817, o fator preponderante para o início da Cabanada se deu de forma conservadora: a reivindicação do retorno de D. Pedro I ao Brasil, quando ele renunciou e em seu lugar deixou o filho, com apenas cinco anos de idade. Havia muito mais do que uma guerra entre dois exércitos: o do governo e o dos cabanos.

Escreve Gadelha (2020, p. 96): “Cheia de contradições, começou com alianças pouco prováveis, congregando num mesmo campo índios, negros escravizados foragidos, posseiros pobres e grandes proprietários de terra juntos contra o Governo Regente”. Os negros, índios e posseiros pobres⁶² acreditavam no retorno de D. Pedro I como a única forma de terem acesso à terra.

No ano de 1834 iniciam-se estratégias para acabar com o movimento da Cabanada: destruição dos ranchos, lavouras queimadas etc. O presidente da província de Pernambuco ordenou a destruição de todos os ranchos encontrados. As lavouras eram queimadas, os cavalos tomados, privando assim os Cabanos de alimentação e transporte e obrigando-os ao isolamento. Havia ainda uma oferta de dinheiro, instrumentos de trabalho e, aos povos originários, foi prometido o retorno às suas aldeias (GADELHA, 2020). Aos escravizados, nada foi concedido; só lhes restaria a volta à escravidão.

Eles resistiram e preferiram lutar até a morte, a retornar à escravidão. Dessa forma, informa GADELHA (2020, p. 100), “terminou a Cabanada, com 1.021 cabanos rendidos, 1.072 presos e 2.326 mortos a bala. Calcula-se em 15 mil o número de mortos em combate, de fome ou doenças, a maioria cabanos”.

Importa destacar que a Cabanada foi de grande importância na historiografia de lutas entre oprimidos e opressores em território brasileiro, na busca por direitos, no caso específico, pelo direito à terra. Exerceu uma grande influência para que outras pessoas negras escravizadas ou alforriadas, pobres brancos e povos indígenas tivessem coragem para encenar novas revoltas e rebeliões, à cata de direitos fundamentais.

⁶² No que diz respeito à participação de mulheres na Cabanada, Tavares (2019), em suas pesquisas, demonstra com vários exemplos a presença de mulheres nessa revolta, ressaltando que as mulheres, para além de companheiras e mães, exerciam também a função de guerrilheiras.

Revolta dos Malês

O estado da Bahia, no século XIX, foi cenário de várias insurreições/revoltas de escravizados na busca pela liberdade. Sem dúvida, a mais importante é aquela que ficou conhecida como Revolta dos Malês, movimento que aconteceu na madrugada do dia 25 de janeiro, protagonizado exclusivamente por escravizados muçulmanos (africanos); daí a denominação de malês⁶³. Os malês eram contra a imposição da religião católica como única a ser professada no Brasil; faziam oposição à proibição de outras práticas religiosas, consideravam inadmissível a maneira violenta com que os negros eram tratados. Foram responsáveis por proporcionar as condições necessárias para que escravizados, principalmente rurais, fugissem em busca da liberdade a ser vivida nos vários quilombos existentes.

Diferentemente dos escravizados nascidos em território brasileiros, os malês, segundo Reis (2003), “formavam um grupo coeso em que muitos tinham escolaridade, consciência política e certa experiência militar”; tinham a religião como agente facilitador para a transmissão das informações.

Escravizados urbanos tinham mais probabilidade de participar do levante, uma vez que, mesmo sendo extenuante sua labuta, “eles eram mais livres” para circular pela cidade. Havia um contingente de escravizados de ganho, incluindo as ganhadeiras

Anota Reis (2019):

Na escravidão urbana, os cativos gozavam de maior independência do que na escravidão rural, e isso facilitou muito a organização do movimento de 1835. Em geral, os escravos percorriam toda a cidade trabalhando para seus próprios senhores ou, principalmente, contratados por terceiros para serviços eventuais. Muitos escravos nem sequer moravam na casa senhorial [...]. No trabalho de rua, organizavam-se em associações chamadas cantos de trabalho, nos quais se reuniam principalmente os da mesma etnia, chefiados por um “capitão” encarregado de acertar os serviços desempenhados pelo grupo. Assim associados, enfrentavam o trabalho diário e desenvolviam laços de amizade e solidariedade que constantemente se desdobravam em ações políticas.

⁶³ Reis (s.d., p. 1) explica que “a expressão malê vem de imalê, que na língua iorubá significa muçulmano. Portanto, os malês eram especificamente os muçulmanos de língua iorubá, conhecidos como nagôs na Bahia. Outros grupos, até mais islamizados como os haussás, também participaram, porém, contribuindo com muito menor número de rebeldes”.

De acordo com os estudos de Reis (2019), a atuação dos escravos de ganho foi primordial para a mobilização da insurreição em questão, pois nas esquinas onde os africanos se reuniam à espera de trabalho, planejavam a ação e expunham suas ideias sobre liberdade e as formas de ataque à escravidão.

Apesar de o movimento ter sido minuciosamente planejado para acontecer no dia 25 de janeiro, dia de festa na cidade de Salvador em homenagem a Nossa Senhora da Guia, em que haveria uma menor vigilância dos senhores para com seus escravos, o levante teve de ser antecipado para a madrugada do dia 25, em virtude de uma delação, pegando seus líderes de surpresa e tornando mais fácil a repressão. Isso impossibilitou que os malês libertassem da cadeia pública o idoso Pacífico Licutan (MOREIRA, 2022). Este escravo, revela Reis (2003), “não estava preso por rebeldia, mas porque seu senhor tinha dívidas vencidas e seus bens, inclusive Licutan, foram confiscados para irem a leilão em benefício dos credores”.

Derrotados sim, mas não sem antes resistir, de acordo com Moreira (2022) e Reis (2023), batalhas foram travadas, sendo a última a mais sangrenta. Granato (2021, p. 98) informa que este

foi o momento mais dramático de toda a insurreição. Alguns africanos, feridos, conseguiram correr e se esconder no mato. Outros tentaram fugir a nado e acabaram se afogando no mar, sendo fuzilados dentro d'água aqueles que não haviam se afogado.

Prisão simples, prisão com trabalho, açoite, morte e deportação para a África foram, como indicam Gomes, Lauriano e Schwarcz (2021), foarm as variadas formas de sentença recebidas pelos insurgentes. A deportação destinou-se àqueles que mesmo tendo sido presos, não foram encontradas provas de sua participação no movimento. Foram absolvidos da prisão, mas expulsos do país (Reis, 2003) diz que os açoites variavam de trezentas até 1.200 chicotadas, que deveriam ser aplicadas no decorrer de vários dias. O idoso Pacífico Licutan, segundo Gomes, Lauriano e Schwarcz (2021) e Reis (2003), teve sua sentença estipulada em 1.200 chibatadas.

A pena de morte, conforme Reis (2003):

Foi inicialmente imposta a 16 acusados, mas posteriormente 12 deles conseguiram sua comutação. Quatro foram no final executados. Eram eles o liberto Jorge da Cruz Barbosa [...], carregador de cal; Pedro [...], carregador de cadeira, escravo de um negociante inglês; Gonçalo e Joaquim, ambos

escravos nagôs. Todos quatro foram executados por um pelotão de fuzilamento [...]. (Supressões nossas).

O dia 14 de maio de 1835, com o fuzilamento de líderes do movimento, entrou para a história como a data do término de um dos movimentos de resistência dos escravizados negros mais organizados e que durante vários anos influenciou outros levantes para além do estado da Bahia.

A Revolta dos Malês, mesmo sendo debelada, foi mote para o aumento da repressão sobre os escravizados e libertos africanos residentes na Bahia. Brito (2018), em suas pesquisas, assevera que dos 5 mil libertos da cidade de Salvador, cerca de 20% foram obrigados a retornar para a África.⁶⁴

Quilombos

Antropólogos e historiadores informam que o Brasil colonial e imperial abrigou centenas de quilombos em várias províncias, como Goiás, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso, Alagoas e Pernambuco, sendo o mais conhecido o de Palmares.

Clóvis Moura (2019) é enfático ao afirmar que no Brasil, independentemente da região, onde existisse escravidão com certeza existiriam quilombos. Mediante o aquilombamento, os escravizados resistiam a essa condição e lutavam contra os processos de escravização, buscavam a liberdade e exerciam atividades que contribuíam para a preservação de suas heranças culturais. Nos quilombos eram acolhidos tanto negros e negras em fuga, como índios, brancos pobres e pessoas oprimidas.

Os quilombos eram muito mais que localidades nas quais os escravizados procuravam acolhimento, como atesta Moura (2019, s.p):

Historicamente o quilombo aparecerá como unidade de protesto e de experiência social, de resistência e reelaboração dos valores sociais e culturais do escravo em todas as partes em que a sociedade latifundiário-escravista se manifestou. Era a sua contrapartida de negação. Isto se verificava à medida que o escravo passava de negro fugido a quilombola.

⁶⁴ Nas reflexões sobre a Revolta dos Malês cabe ressaltar a importância de Luísa Mahin (mãe do poeta Luís Gama) nesse episódio. Luísa Mahin era africana, nascida no início do século XIX e trazida para o Brasil como escrava. Esteve, segundo pesquisas, envolvida em vários levantes baianos contra a escravidão. Preparava e vendia quitutes pelos cantos da cidade em seus tabuleiros, e dessa forma encaminhava mensagens aos malês por meio de crianças e adolescentes que adquiriam seus produtos, contribuindo na organização e no planejamento.

Os quilombos foram espaços que representaram uma das maiores expressões de luta organizada no Brasil, em resistência ao sistema colonial-escravista, atuando sobre questões estruturais, em diferentes momentos histórico-culturais do país, sob a inspiração, a liderança e a orientação político-ideológica de africanos escravizados e de seus descendentes nascidos no Brasil (MOURA, 2019, s.p).

Finalizamos este capítulo com as considerações necessárias para o resgate sobre as principais lutas de resistência dos escravizados, explicitando a sua importância para a formação da classe trabalhadora. Este capítulo é primordial para que entendamos as desigualdades sociais, tendo como pano de fundo as desigualdades étnico-raciais⁶⁵.

⁶⁵ De acordo com Silva (2018, p.4) “[...]em termos conceituais o conteúdo de raça está baseado no componente morfo-biológico e o da etnia é sociocultural, histórico e psicológico. Assim, um conjunto populacional referenciado como raça branca ou raça negra, pode conter no seu interior diferentes etnias. A etnia constitui um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente têm um ancestral comum, uma língua em comum, uma mesma religião, uma mesma cultura e/ou convivem num mesmo território. No entanto, as ideias sobre raça e etnia são também ideologicamente manipuladas e demandam um trato crítico, considerando que o complexo categorial que as envolve transformando-as em questão étnico-racial não é uma entidade estática” (supressões nossas).

A abolição que Isabel nos deu foi abolição fajuta
hoje carregamos sobre os ombros dilacerados
novo tipo de escravidão
a verdadeira abolição que suponhamos
que os tambores anunciam
escuta irmão, escuta
a verdadeira abolição
nós mesmos estamos construindo
todos os dias a todo momento com a nossa luta

Carlos de Assumpção⁶⁶

⁶⁶ **Carlos de Assumpção** é um velho de 94 anos, residente na cidade de Franca, interior de São Paulo, poeta, professor e advogado. Ativista da cultura negra de grande relevância para a história brasileira dos séculos XX e XXI. Já recebeu vários prêmios e homenagens e foi agraciado no ano de 2021 com o título de Doutor *Honoris Causa* pela Unesp, e bem recentemente, no dia 10.2.2022, foi agraciado com o mesmo título pela Universidade Federal do rio de Janeiro (UFRJ). Possui algumas obras publicadas; entre elas destacamos **Não Pararei de Gritar: Poemas Reunidos** (2020).

CAPÍTULO II

PROTEÇÃO SOCIAL À CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA: CONQUISTAS DE ONTEM, DESMONTE DE HOJE

As lutas sociais, como visto anteriormente, são constitutivas do cenário brasileiro desde seus primórdios, quando escravizados/as buscaram estratégias para a conquista de direitos fundamentais. O pós-abolição não foi razão para que os/as agora trabalhadores/as livres não continuassem suas lutas, até porque a não qualificação para o trabalho industrial, o não acesso à educação e a falta de terras para o plantio de subsistência empurravam os negros para a marginalização e a formação de guetos nos centros urbanos. Une-se a isso o fato de que a incipiente classe trabalhadora do chão de fábrica começava a sentir as consequências da exploração da força de trabalho, da carestia dos alimentos e aluguéis e, portanto, a se organizar para reivindicar por melhores condições de trabalho e de vida, o que, anos mais tarde, resultará nos direitos duramente conquistados direcionados à proteção social dos velhos e velhas trabalhadores/as, que na atualidade são escancaradamente desregulamentados.

Para discorrer sobre as lutas e os direitos conquistados a partir do início do século XX e o desmonte da proteção social na atualidade, dividimos este capítulo em três seções. Na primeira, realizamos uma retrospectiva de como a legislação do Brasil imperial propiciou o processo que possibilitou a imigração, como também as condições que permitiram que os/as, um dia, escravizados/as, ao obterem a “liberdade” fossem empurrados/as para o fosso da desigualdade social, sem as condições necessárias à sua sobrevivência. Todavia, para um melhor entendimento do nosso objeto de estudo, discorreremos sobre a escravidão industrial e como os/as escravizados/as já se organizavam em movimentos grevistas muito antes das grandes greves realizadas no século XX. Em seguida, traremos à tona reflexões sobre as políticas que hoje são consideradas de seguridade social: previdência social (política contributiva de acesso somente àqueles trabalhadores que têm emprego formal); política de saúde (não contributiva e considerada direito de todos e dever do Estado); e a política de assistência social (não contributiva, com o acesso tão somente para aqueles que dela necessitam). Para finalizar o capítulo, exporemos, através de dados estatísticos oficiais, as atuais condições da parcela negra da classe trabalhadora.

Para embasar este capítulo, apropriamo-nos das pesquisas de autoras que discutem as conquistas dos trabalhadores/as como também as políticas de proteção social. Entre elas podemos destacar: Ângela de Castro Gomes, Sara Granemann; Guita Debert e Júlio Simões, Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva, Eneida Haddad, Maria Carmelita Yazbek e Solange Maria Teixeira. Abordaremos a legislação

brasileira no que diz respeito aos/às escravizados/as e à garantia de direitos e, por fim, explicitaremos dados publicizados por órgãos públicos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (Ipea).

2.1 Revisitando o passado: do/a escravizado/a aos/às imigrantes europeus

Ao iniciar esta seção, é imperativo realizar uma retrospectiva sobre o cenário brasileiro que contribuiu para a formação da classe trabalhadora brasileira.

Quase quatro décadas antes da promulgação da Lei Aurea (1888), entrava em vigor a Lei das Terras (1850) – poucos meses antes da Lei Eusébio de Queirós (1850) –, que além de obstar que negros/as fossem donos/as de terra, uma vez que a partir daquele momento as terras seriam vendidas e compradas, e não mais doadas no regime de usucapião, oficializava, também, o processo de imigração, como podemos observar nos arts. 1º, 17e 18 da referida lei:

Art. 1º – Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas (terras do Estado) por outro título que não seja o de compra. Excetuam-se as terras situadas nos limites do Império com países estrangeiros em uma zona de 10 léguas, as quais poderão ser concedidas gratuitamente.

[...]

Art. 17. Os estrangeiros que comprarem terras, e nelas se estabelecerem, ou vierem a sua custa exercer qualquer indústria no país, serão naturalizados querendo, depois de dois anos de residência pela forma por que o foram os da colônia de S. Leopoldo, e ficarão isentos do serviço militar, menos do da Guarda Nacional dentro do município.

Art. 18 - O Governo fica autorizado a **mandar vir anualmente à custa do Tesouro** certo número de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agrícolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração pública, ou na formação de colônias nos lugares em que estas mais convierem; tomando antecipadamente as medidas necessárias para que tais colonos achem emprego logo que desembarcarem. (Grifos nossos).

Desde meados do século XIX até os anos de 1930, os/as trabalhadores/as europeus/europeias, que viviam o processo de pauperização decorrente do desenvolvimento capitalista, atendem aos chamados do Brasil Império, dando início ao processo de imigração, com a vinda de trabalhadores/as⁶⁷ de várias

⁶⁷ A política de imigração permitia que os imigrantes viessem ao país com recursos próprios ou subvencionados pelos governos federal e estaduais, e de seus próprios países, bem como pelos fazendeiros.

nacionalidades, tais como italianos, espanhóis e alemães, principalmente para o trabalho nas lavouras de café.

As pesquisas de Gomes (2007, p 161-162) informam que “a política imigratória brasileira teve início nas primeiras décadas do século XIX com alguns poucos experimentos de colonização voltados para o assentamento de alemães nos Estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul”. E continua a autora (2007, p. 161-162):

Após sofrer uma breve interrupção, foi retomada com novo ímpeto, a partir de 1850, em função da abolição do tráfico de escravos e da Lei de Terras. Desde então e até a década de 1930, tal política orientou-se por uma diretriz de franca atração de imigrantes (geralmente pobres), voltada para dois objetivos fundamentais: a ocupação de áreas “vazias” do território, geralmente situadas em regiões de fronteira ao sul do País, e o fornecimento de mão-de-obra abundante e barata para a substituição do braço escravo nas lavouras de café [...]. (Acréscimos e supressões nossos)

No primeiro momento da imigração, ocorrido até os anos de 1870⁶⁸, houve, por parte do Império, iniciativas, como pudemos constatar no conteúdo da Lei das Terras, para a vinda de imigrantes como forma de povoar o sul e o sudeste do país, embora, de acordo com Gomes (2007, p. 162), a real intenção fosse “estimular a formação de uma camada de pequenos proprietários brancos que se interpusesse ‘estrategicamente’ entre senhores e escravos”.

Esse é um contexto no qual as ideias e movimento abolicionistas estavam em ebulição, agregando vários segmentos da sociedade brasileira e com reivindicações como a da reforma agrária, para que assim os negros e as negras, ao serem libertos dispusessem de formas de sobrevivência. Entretanto, quando a Lei Aurea foi promulgada⁶⁹, explica Maringoni (2011, s.p.), “sem nenhuma orientação destinada a integrar os negros. às novas regras de uma sociedade baseada no trabalho assalariado”, os/as ex-escravizados/as foram jogados/as à própria sorte.

Conforme Fernandes (2008, p. 24):

⁶⁸ É importante registrar que de acordo com os estudos de Gomes (2007, p. 167), “em 1871, logo após a Lei do Ventre Livre”, o governo imperial aprovou uma lei que sancionava a emissão de apólices de até 600 contos, visando ao pagamento de passagens de imigrantes; no mesmo ano, foi criada a Associação Auxiliadora de Colonização e Imigração. No caso de São Paulo, por sua importância para o fluxo de italianos, em 1884, o presidente de província foi legalmente autorizado a dispor de 200 contos para criar núcleos coloniais e de 400 contos para subsidiar passagens de imigrantes que poderiam se dirigir quer aos núcleos, quer às fazendas de café”.

⁶⁹ A Lei Aurea possuía apenas dois artigos: “Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil. E o Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário”.

A preocupação pelo destino do escravo se mantivera em foco enquanto se ligou a ele o futuro da lavoura. Ela aparece nos vários projetos que visaram regular, legalmente, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, desde 1823 até a assinatura da Lei Áurea, a 13 de maio de 1888. Como expediente para manter os escravos no trabalho, dissemina-se entre os senhores na década de 1880 e, de maneira exacerbada, a partir do momento em que as fugas em massa dos escravos se tornam incontroláveis. Com a Abolição pura e simples, porém, a atenção dos senhores se volta especialmente para os seus próprios interesses. Os problemas políticos que os absorviam diziam respeito a indenizações e aos auxílios para amparar a “crise da lavoura”. A posição do negro no sistema de trabalho e sua integração à ordem social deixam de ser matéria política. Era fatal que isso sucedesse

O processo de imigração continuava a se expandir – numa estratégia usada para “embranquecer” a sociedade brasileira⁷⁰ – sobretudo até a década de 30 do século passado – dos 3 milhões e meio de imigrantes que aqui chegaram entre 1890 e 1929, há uma estimativa de que quase a metade chegou nas décadas de 1910 e 1920 (CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC), s.d.).

Ainda tendo por fundamentação as explicações do CPDOC (s.d.), a exploração da força de trabalho do/a imigrante caminhou lado a lado ao desenvolvimento e à diversificação da economia brasileira. Eles/as proporcionaram aumento na produção da lavoura, na condição de empregados/as ou de pequenos/as proprietários/as, ou ainda, saindo de regiões rurais para se fazerem presentes nas fábricas nos grandes centros urbanos, contribuíram com a organização dos/os trabalhadores/as livres e assalariados/as. Todavia, destaca o CPDOC (s.d., s.p.):

[...] os trabalhadores, tiveram participação significativa no movimento operário que sacudiu a política brasileira entre 1917 e 1920. **Isso não quer dizer, entretanto, que a luta operária no Brasil fosse inspirada unicamente pelo exterior.** (Grifos nossos).

Segundo Lopreato (2003, p. 78), as ideias anarquistas foram preponderantes no início da formação do operariado brasileiro, permitindo o desnudamento da “relação tensa e conflituosa existente entre o capital e o trabalho” e propiciando “movimentos de protesto contra a carestia de vida, contra as precárias condições de moradia, contra a exploração do trabalho, em especial das mulheres e das crianças”.

⁷⁰ Lopreato (2003, p. 89) observa que “além da questão econômica de suprir a demanda de mão de obra nas lavouras de café a baixo custo, estava em jogo, nos bastidores das discussões sobre a opção pelo trabalhador branco-europeu, o aprimoramento da raça, apregoado pelas teorias eugênicas que aportaram no Brasil em fins do século XIX”.

As reivindicações operárias, continua Lopreato (2003, p. 78-79), “ganharam as ruas, ultrapassando os muros do espaço privado das fábricas. Greves e passeatas foram se incorporando ao cotidiano das principais cidades do país”.

Neste momento da exposição, é imperativo que façamos uma ressalva para entendermos, em conformidade com os estudos dos/das autores/autoras já referenciados/as, que as greves não foram estratégias surgidas no Brasil com o movimento operário do século XX. E muito menos que a classe trabalhadora foi formada unicamente depois da chegada dos/as imigrantes.

Engana-se quem acha que até 13 de maio de 1888, o trabalho desenvolvido no Brasil era somente de atividades do campo e mineração. Desde meados do século XIX o país já possuía algumas fábricas e indústrias.

Eis o que diz Soares (2003, p. 3-4):

Nos anos 1840, iniciou-se um surto de crescimento industrial na cidade do Rio de Janeiro e em outras localidades do país. Na Corte, houve a proliferação das oficinas artesanais e investimentos foram feitos na instalação de manufaturas de grande porte, por muitos negociantes que vislumbraram um clima mais favorável ao desenvolvimento das atividades industriais.

Durante décadas, o Brasil assistiu à “convivência entre os mais diversos tipos de trabalhadores (de todos os gêneros) livres, libertos e escravos – fossem eles nacionais ou imigrantes⁷¹” (MAC CORD; SOUZA, 2018, p. 413). Os autores citam como exemplo de espaços mais habituais de serem encontrados juntos na vida cotidiana: lavouras, manufaturas, canteiros de obras, portos e navios.

Como explica Mac Cord e Souza (2018, p. 412):

Muitas vezes, trabalhadores escravizados, fugitivos, se passavam por pessoas livres e eram contratados para executar certos tipos de serviço incomuns aos cativos. Ao serem descobertos, causavam revolta entre os desempregados, por causa da concorrência. Por sua vez, indivíduos que não eram escravos costumavam desobedecer à figura do feitor, cargo que estava ligado à fiscalização daqueles que eram propriedade de terceiros. Alguns trabalhadores livres e libertos ainda se recusavam a realizar determinadas tarefas degradantes, pois as consideravam próprias para escravizados.

⁷¹ As pesquisas de Negro e Gomes (2013, p. 57) expõem que “era comum haver cativos e livres no mesmo espaço de trabalho. Dos operários registrados nas manufaturas do Rio de Janeiro entre os anos de 1840 e 1850 – em particular nas fábricas de vidro, papel, sabão, couros, chapéus e têxteis –, 45% eram escravos. O recenseamento de 1872 apontou que, no Rio de Janeiro, havia mais de 2 mil cativos empregados como trabalhadores em pequenas fábricas”.

Uma das maiores contratantes de força de trabalho escravizada foram as companhias de construção das estradas de ferro. Era proibido legalmente que as estradas de ferro tivessem em seus quadros escravizados/as. Como forma de burlar a lei, os/as proprietários/as dos/as escravizados/as os/as alugavam para a execução dessas atividades⁷².

Outro aspecto que merece nossa atenção é o fato de que, como já referenciado no capítulo I, existiam no século XIX os escravos de ganho ou ganhadores, que protagonizaram uma grande greve na Bahia no ano de 1857, conhecida como a Greve Negra.

Durante muitas décadas, principalmente entre os anos pós-proibição do tráfico negreiro, conviveram escravizados/as, libertos/as, escravizados/as de aluguel e os ganhadores. Cada “categoria” com suas especificidades e contribuições para a formação da classe trabalhadora e para a conquista de direitos fundamentais à existência humana.

O último aspecto que destacaremos neste capítulo é o que se refere ao início das greves no Brasil. A respeito do assunto, Negro e Gomes (2013) mencionam que alguns pesquisadores consideram a primeira greve do Rio de Janeiro a realizada pelos tipógrafos no ano de 1858⁷³, mas, afirmam os autores (2013, p. 57),

um ano antes [1857], os trabalhadores escravizados pertencentes ao Visconde de Mauá pararam o serviço da fábrica da Ponta d’Areia. Esta era um dos maiores estabelecimentos da cidade, com cerca de 10 oficinas e 600 operários, sendo 150 deles escravos. (Acréscimo nosso).

⁷² William Edmundson, no seu livro *A Gretoeste: a história da rede ferroviária Great Western of Brasil* (2016), mostra como mesmo sendo proibido o uso da força de trabalho escravizada na construção das estradas de ferro, esses se faziam presentes. Ele nos dá um exemplo de anúncio colocado no jornal de Recife, descrito por Gilberto Freyre (1948, p. 105 apud EDMUNDSON, 2016, p. 63): “A pessoa que tiver escravos e quiser alugar para trabalhar na estrada de ferro, pagando mil rs por dia, ou mesmo gente forra, que se queira a sujeitar, dirija-se a Rua Estrita do Rosário, nº 25”. (Grafia como apresentada no livro).

⁷³ Quando discorre sobre as greves na primeira república, Terra (2014, s.p.) afirma que “as greves já eram praticadas ao longo do Império – no período ocorreram 13 delas no Rio de Janeiro, inclusive por escravos – mas ganharam uma expressão muito maior na Primeira República. Entre 1890 e 1891, ocorreram 14 greves no Rio de Janeiro e, em 1903, elas chegaram a 39, uma delas a primeira greve geral do país. Na década seguinte, o período de 1917 a 1920 concentrou 90 paralisações. No estado de São Paulo, estima-se em 116 o número de greves entre 1915 e 1929”.

Ainda em conformidade com as pesquisas de Negro e Gomes (2013, p. 57), evidências não faltam para provar que os escravizados foram protagonistas de várias paralisações⁷⁴. Vejamos então alguns exemplos:

No final da década de 1820, cativos, africanos livres e outros trabalhadores pararam a Fábrica de Pólvora Ipanema, controlada pela monarquia. Reivindicavam melhorias nas condições de trabalho, incluindo diárias e dieta alimentar. No Rio de Janeiro, em abril de 1833, um levante numa caldeiraria trouxe apreensão quando os escravos enfrentaram a força policial, sucedendo tiros e mortes.

Os autores mencionados chamam a atenção para o fato de que as greves realizadas no Brasil anteriormente à chegada dos/as imigrantes não foi algo tipicamente urbano. Trabalhadores/as rurais também tiveram seus momentos de enfrentamento com os patrões, sem necessariamente depender do imigrante europeu, como no caso de trabalhadores/as em Pernambuco no ano de 1919. Dizem-nos Negro e Gomes (2013, p. 58) que “mesmo submetidos à mais aguda exploração, os trabalhadores da zona açucareira sustentaram uma greve maciça. [...]. Eram descendentes de escravos e libertos, mestiços e negros” (supressões nossas).

Oficialmente, a escravidão havia terminado há quase 31 anos, entretanto, os/as trabalhadores/as estavam em condições muito semelhantes às do período da escravidão; “tinham dívidas com o armazém dos engenhos, sua dieta alimentar era

⁷⁴ Mesmo longa, consideramos esta citação retirada dos estudos de Negro e Gomes (2013, p. 57) de suma importância para que compreendamos que a resistência dos escravizados não estava concentrada nos episódios de fuga, e sim já aparecia como componente de reivindicação dentro de estabelecimentos fabris; “Em 1854, Joaquim da Rocha Paiva foi testemunha e vítima da ação coletiva dos seus escravos. Tudo aconteceu na terça-feira, 5 de setembro. Foi na Fábrica de Velas e Sabão, sua propriedade na Gamboa. Um grupo de escravos “armados de achas de lenhas e facas” paralisou as atividades e reivindicou sua imediata venda para outro senhor. A decisão deles — ao que parece — não tinha motivo declarado. Há informações de que Rocha Paiva tentou negociar, propondo discutir o assunto no dia seguinte, enquanto alegava ser tarde da noite. Crioulos e africanos, na sua resposta, dirigiram-se ao proprietário “em tom alto”. Esclareceram “que não queriam esperar por que aquilo era negócio de ser decidido logo”. A decisão final do proprietário apareceu não num acordo, mas sim na rápida repressão policial de quase cem homens, que assustou os moradores da Corte e chamou a atenção da imprensa. Chegando a força policial à fábrica, os escravos se entregaram às autoridades sem opor resistência. Talvez julgassem que, sendo presos, ficariam todos juntos, afastados daquela fábrica por algum tempo e depois poderiam ser vendidos, como desejavam. Em 1858, na rua da Saúde, um outro grupo de escravos que trabalhava num armazém de café se insurgiu contra seu proprietário, Manuel Ferreira Guimarães. Igualmente, paralisaram o trabalho e se fizeram ouvir: neste caso, não queriam ser vendidos. Sabedores das dificuldades financeiras de seu senhor com o armazém, os escravos não concordavam em ser vendidos, talvez prevendo que seu destino poderia ser as fazendas de café no interior da província. Experientes no trabalho urbano, rejeitavam a venda para as áreas rurais. Permanecer na cidade poderia significar não simplesmente ficar longe dos cafezais, mas manter arranjos familiares e laços de amizade. Queriam permanecer juntos. Por causa disso o armazém parou. Como resultado, os escravos sofreram represália imediata: foram levados para a Casa de Detenção”.

pobre e praticamente não recebiam assistência dos poderes públicos” (NEGRO; GOMES, 2013, p. 58). Reivindicavam, ainda de acordo com os mesmos autores, jornada de oito horas de trabalho, aumento salarial, reconhecimento sindical e fim de punições. Obtiveram como resultado repressão a mão armada e o encerramento das atividades de suas associações pelos usineiros (NEGRO; GOMES, 2013).

A retrospectiva realizada nesta subseção teve como um de seus objetivos mostrar que muito antes de os imigrantes aqui chegarem já havia movimentos de paralisação realizados pelos escravizados/as e/ou libertos/as, com o intuito de lutar por melhores condições de trabalho⁷⁵. É inadmissível se pensar sobre a formação da classe trabalhadora em solo brasileiro sem levar esses fatos em consideração.

2.2 A CONQUISTA DA SEGURIDADE SOCIAL E SEU DESMONTE: (Des) Proteção Social aos/às trabalhadores/as velhos/as

Mundialmente, o conceito de lutas sociais veio à tona a partir do momento em que os/as explorados/as, na forma de trabalhadores/as livres, passaram a reivindicar por melhores salários, redução de jornada de trabalho, melhores condições de habitabilidade etc. Debert e Simões (1998) explicam que a preocupação com a velhice dos/as trabalhadores/as e a institucionalização da aposentadoria passaram a ter visibilidade política e econômica e a preocupar a burguesia somente com a segunda geração de trabalhadores/as, isto é, aqueles/as nascidos/as em meados do século XIX.

A primeira geração de trabalhadores/as⁷⁶, na Inglaterra, mal conseguia chegar aos trinta ou quarenta anos. Em face da exploração a que eram submetidos/as, nessa idade eram considerados/as pessoas velhas. Pior ainda, estariam entregues às penúrias resultantes de um processo de envelhecimento de quem passou a vida inteira subsumido/a ao capital. O fim da vida que lhes aguardava era caracterizado pelo isolamento e pela pobreza, quando não pela miséria absoluta.

A segunda geração de trabalhadores/as fazia parte de um movimento de conscientização coletiva; era prática comum realizar reivindicações trabalhistas. Entre

⁷⁵ As primeiras formas de suspensão coletiva das atividades ocorridas no Brasil do século XIX ficaram conhecidas como paredes (NEGRO; GOMES, 2013).

⁷⁶ Trabalhadores/as dos primórdios do capitalismo, sobretudo envolvidos no processo pós-Revolução Industrial.

elas destaca-se a responsabilização dos empresários e do Estado pelos/as trabalhadores/as na última fase da sua vida, que por não produzirem, passavam a ser considerados/as inúteis, imprestáveis, improdutivos/as. A velhice daqueles/as que compunham a classe trabalhadora vinha à tona no cenário político ao tempo que exigia ações em seu benefício por parte do capital e do seu representante legal: o Estado.

Sem boa condição de trabalho, de moradia e de alimentação, a velhice vivenciada pela classe trabalhadora ocorria muitas vezes acompanhada de doenças, propiciando o seu afastamento não só das atividades laborais, como também do convívio social. Em grande parte, o ambiente familiar era o único convívio acessível aos/às trabalhadoras. No entanto, com o capitalismo maduro e a necessidade de que toda a família fosse envolvida no processo de produção, o que era privado tornou-se público: serviços foram criados para o trato da velhice.

Trabalhadores/as incapazes para o trabalho – velhos/as e pessoas com deficiência – precisam ser amparados/as pelo Estado, uma vez que a família deve ser liberada para a manutenção do capital. Reivindicações deste molde começam a fazer parte da pauta dos/as trabalhadores/as, obrigando o Estado a intervir nessa refração da questão social. Surgem assim as políticas sociais destinadas à parcela velha da população.

As primeiras iniciativas de política social ocorreram na Alemanha de Otto von Bismarck, no final do século XIX, com a implementação de legislação que objetivava a proteção social dos trabalhadores: regulação das condições de trabalho, do trabalho feminino e infantil, duração da jornada de trabalho etc. Medidas essas impulsionadas pela necessidade de conter o movimento da classe trabalhadora, que colocava em xeque a ordem social posta (BEHRING: BOSCHETTI, 2006).

Desta maneira, podemos afirmar que a luta desenvolvida pela classe trabalhadora é o único instrumento possível de melhorar as condições de trabalho e, conseqüentemente, de vida dos/as trabalhadores/as. É o que se comprova quando nos debruçamos sobre a história das lutas dos/as trabalhadores/as e suas conquistas, conseqüentemente na história da proteção social à velhice daquelas pessoas que vivem do seu próprio trabalho. Procede a afirmativa de que a busca da classe trabalhadora por melhores condições de trabalho e de vida foi responsável pela conquista da “proteção na velhice, na doença, nas situações de desamparo que em geral os trabalhadores suportam pelo mundo” (GRANEMANN, 2006, p. 234).

O direito à aposentadoria foi uma conquista que caminhou lado a lado com as ocorrências do mundo do trabalho, juntamente com o desenvolvimento do movimento dos/as trabalhadores/as.

Pensá-los de forma autônoma, isto é, desconectar os reveses sofridos pelos trabalhadores no plano dos direitos do trabalho dos rumos imprimidos ao trabalho pelo atual estágio do desenvolvimento capitalista corresponderia a uma análise fragmentada de uma totalidade social que somente encontra sentido quando pensada para além da aparência recortada com que se apresenta sob o capitalismo. (GRANEMANN, 2006, p. 234).

O início da proteção social à classe trabalhadora no Brasil data de 1888⁷⁷, segundo Silva (2009), com a criação da Caixa de Socorro para os/as empregados/as da Estrada de Ferro do Estado, que significava uma pequena ajuda a esses/as trabalhadores/as em caso de doença e morte. Nessa ocasião, há a predominância do modelo econômico agroexportador baseado na monocultura do café. As conquistas dos/as trabalhadores/as, como informa Haddad (1999), vão depender da importância econômica da atividade realizada e da organização dos/as trabalhadores/as.

Segundo Pereira (2008), em 1889 houve a conquista do Fundo de Pensão para os/as funcionários/as da Imprensa Nacional, seguido do direito a 15 dias de férias para os/as trabalhadores/as em abastecimento d'água da cidade do Rio de Janeiro, naquela época, a capital federal. Posteriormente, em 1919, foi regulamentado, através do Decreto-Lei nº 3.724, o seguro Acidente de Trabalho, responsabilizando as empresas privadas a cobrir os gastos decorrentes de acidentes ocorridos no trabalho. Tal conquista somente foi incorporada à Previdência Social em 1967, através da Lei nº 5.316.

Chamamos a atenção para o fato de que o nascedouro da previdência social⁷⁸ que, décadas mais tarde, viria a compor, juntamente com as políticas de saúde e de

⁷⁷ “A primeira legislação específica sobre Direito Previdenciário data de 1888. Foi o Decreto nº 9.912, de 26 de março de 1888, que regulou o direito à aposentadoria dos empregados dos correios. Outra norma, em novembro do mesmo ano, criaria a Caixa de Socorros em cada uma das estradas de ferro do Império [...]. No ano de 1892, foi instituída a aposentadoria por invalidez e a pensão por morte aos operários do Arsenal da Marinha, tendo em conta que já estava vigorando o regime republicano, sob a forte influência de cafeicultores e militares [...]. Em 1919, o Decreto Legislativo nº 3.724 instituiu compulsoriamente um seguro por acidente de trabalho, que já vinha sendo praticado por alguns seguimentos, contudo sem previsão expressa na lei.” (SILVA, 2009).

⁷⁸ Pesquisadoras/es como Braga (1978), Haddad (1993), Oliveira e Teixeira (1989), Silva (2009) consideram a Lei Elói Chaves como o marco legal da instituição previdência social brasileira.

assistência social, a tríade da seguridade social⁷⁹ brasileira, deu-se em 1923, com a promulgação da Lei Elói Chaves, considerada um divisor de águas no que se refere à proteção social de trabalhadores em sua velhice.

A conquista da previdência social trouxe a expectativa de “novos horizontes ao proletariado nacional⁸⁰”, como noticiado pelo Jornal O Brasil de maneira muito entusiasmada:

A aprovação final dessa importante medida, que já agora é uma lei do paiz, interessa directamente a todas as classes trabalhadoras do Brasil, á quaes vem abrir novos e amplos horizontes, travando-lhes um programma preciso de reedificações que, sob pena de falta absoluta de equidades, os poderes públicos não poderam deixar de conceder [...]. O dia 24 de janeiro último, data da sancção da lei Eloy Chaves, marca, portanto, o início de uma nova phase na solução da questão social entre nós, vindo estabelecer para nossas classes trabalhadoras um programma pratico de reedificações positivas. (O Brasil, 1923, capa). (**Grafia da época, texto transcrito sem correções**).

Não se pode deixar de destacar que o financiamento da recém-conquistada Caixa de Aposentadoria e Pensão foi durante pouco mais de uma década financiada unicamente com os recursos provenientes dos próprios trabalhadores (3% sobre seus vencimentos), pelas empresas (1% da renda bruta) e pelos consumidores dos serviços prestados por aquelas empresas, além de outras sete rendas menores (OLIVEIRA; TEIXEIRA, 1989).

Ressalta-se ainda que, de acordo com o decreto que instituiu a Lei Elói Chaves, a responsabilidade pelo recolhimento mensal das três fontes de contribuições citadas acima era das próprias empresas. Ao fazer o recolhimento, as empresas realizavam o depósito diretamente na conta bancária da sua CAP, “estabelecendo, portanto, uma relação direta entre cada empresa e sua Caixa, através da qual essa última recebia o total da arrecadação a que tinha direito por lei, sem nenhuma mediação estatal nesses trâmites financeiros” (OLIVEIRA; TEIXEIRA, 1989, p. 34).

⁷⁹ Oliveira et al. (2004, p. 411) compreende a seguridade social como “um conjunto de políticas e ações articuladas com o objetivo de amparar o indivíduo e/ou grupo familiar ante os eventos decorrentes de morte, doença, invalidez, desemprego e incapacidade econômica em geral”.

⁸⁰ No dia 26 de janeiro de 1923, o jornal O Brasil, em sua edição de número 270, trouxe como uma de suas manchetes de capa: “abrem-se novos horizontes ao proletariado nacional – As grandes e generosas inovações introduzidas pela lei Eloy Chaves, sancionada a 24 do corrente”. (O Brasil, 1923, capa). (**Grafia da época, texto transcrito sem correções**).

A segunda década da Era dos Extremos (HOBSEBAWM, 2007), no Brasil, não só protagonizou a Semana de Arte Moderna com inovações nas artes⁸¹, como também trouxe, em 1925, a instituição, em decreto, de mais uma conquista do movimento operário considerada como marco da legislação trabalhista: o direito a férias⁸². Não como nos moldes atuais, pois estes foram conquistados ao longo do tempo⁸³, através das lutas de várias gerações de trabalhadores/as.

Assim, no ano de 1933,

com o objetivo de tornar mais efetivo o direito [a férias] até então muito desrespeitado. Surgiram várias regras relacionadas a ele que permanecem até hoje: a regulamentação do desconto de faltas, a proibição de o empregado trabalhar para um novo empregador durante o descanso anual e o estabelecimento tanto de um intervalo de 12 meses para que se adquira o direito às férias, quanto de um período subsequente de 12 meses durante os quais elas devem gozadas. (MARCONDES, 2015, s. p. **Grifos do autor e acréscimos nossos**).

Após o término da Primeira República e o início do governo do “Pai dos Pobres”⁸⁴, num cenário de muita efervescência, novos direitos sociais e trabalhistas foram assegurados a trabalhadores e trabalhadoras. A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) não só sistematizou as leis relacionadas ao trabalho, como também assegurou direitos a categorias de trabalhadores/as até aquele momento invisíveis para o Estado.

Prestes a completar um centenário de sua promulgação, a previdência social, de acordo com o discurso oficial dos governantes, em especial do Poder Executivo

⁸¹ A Semana de Arte Moderna foi um movimento cultural que ocorreu no estado de São Paulo, no ano de 1922. Ela contava com a presença de artistas ilustres, entre os mais famosos, Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade, Anita Malfatti, Di Cavalcanti, Menotti del Picchia e Mário de Andrade. A Semana foi uma forma de libertação da cultura artística vinda da Europa, como o Cubismo, o Expressionismo e outros.

⁸² Inicialmente, o benefício das férias contava com 15 dias de descanso, sendo, na grande maioria das vezes, desrespeitado.

⁸³ “Antes do decreto, poucos eram os brasileiros com descanso anual. No setor privado, as férias só existiam nos raros casos em que o empregador as instituía por iniciativa própria – como, na Bahia, o industrial Luís Tarquínio em 1891 e, em São Paulo, Jorge Street em 1917. Além disso, havia desde 1889 uma previsão específica do benefício para trabalhadores do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que no ano seguinte foi estendida aos trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil.” (MARCONDES, 2015, s.p.).

⁸⁴ “O caráter populista e desenvolvimentista do governo getulista também teve papel determinante no processo de constituição dos direitos sociais que, visando a expansão da industrialização, regulando as relações entre capital e trabalho para evitar possíveis conflitos sociais, centrou prioritariamente suas ações no âmbito trabalhista criando uma imensa legislação que, embora de viés autoritário e controlador, constitui-se como um dos avanços e conquistas do período, mas que em contrapartida, abrangeu somente os trabalhadores urbanos.” (SOUZA, 2005, p. 7).

federal, tem se constituído num dos maiores desafios a serem enfrentados para a efetivação das políticas públicas essenciais à proteção da classe trabalhadora, especificamente da parcela que teve o “privilégio” de chegar à velhice.

Benedito (2018), baseada na Convenção 102 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁸⁵, destaca que são nove as contingências da seguridade social que necessitam de adoção de parâmetros para sua efetividade. Cita as seguintes: a assistência médica, o auxílio-doença, o desemprego, os acidentes de trabalho e as doenças profissionais, a velhice, a invalidez, a morte, a maternidade e os subsídios familiares.

Ao olhar para essas contingências, destaca Benedito (2018), o governo brasileiro e os organismos internacionais têm como hipótese que a velhice é uma das situações na qual ocorre em maior número a perda total ou parcial da capacidade laborativa, acarretando um número expressivo de acesso ao direito das aposentadorias ou auxílios-doença.

Essa é a fundamentação comumente utilizada pelos governantes para afirmar que “as projeções sobre os custos de aposentadoria e da cobertura médico-assistencial da velhice indicam a inviabilidade do sistema que, em um futuro próximo, não poderá arcar com os gastos de atendimento” (DEBERT, 1996, p. 35)⁸⁶, justificando dessa maneira a necessidade urgente de contrarreformas no sistema previdenciário, restringindo os critérios de acesso.

Entretanto, em nenhum momento é mencionado o fato de que o pagamento dessas aposentadorias, pensões ou benefícios é fruto também das contribuições provenientes dos salários dos/as trabalhadores/as velhos/as enquanto estes/as

⁸⁵ Esta Convenção diz respeito à adoção de parâmetros normativos mínimos aplicáveis à Seguridade Social. Este documento internacional busca assegurar aos trabalhadores direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Determina ainda que os países criem normas para conceder benefícios aos segurados, em casos de doença, velhice, invalidez, maternidade; e aos dependentes, em caso de morte do segurado. Foi adotado em Genebra no ano de 1952, e o Brasil em 2008 tornou-se o 44º país do mundo a ratificar a Convenção 102, “assumindo o compromisso perante a comunidade internacional de seguir os princípios e padrões consagrados pela OIT para a organização dos sistemas de seguridade social.” (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2008, p. 1).

⁸⁶ Oliveira et al. (2004) corroboram o pensamento de Debert ao asseverarem que a situação do sistema previdenciário vem se deteriorando com o passar do tempo. A razão para isso é a queda dramática de contribuintes por beneficiário. Os autores mostram que por volta de 1940, havia cerca de 31 contribuintes para cada beneficiário; já na década de 1980, a proporção era de 2,9 para 1; neste início de século XXI, a proporção é de menos de dois contribuintes na ativa para cada beneficiário. Os autores projetam uma relação de 1,2 para 1 em 2030.

compunham o exército ativo de trabalho,⁸⁷ como podemos observar na definição de previdência social exposta por Pádua e Costa (2007, p. 306):

[A previdência social é] uma política pública que oferece um benefício monetário às pessoas em situação de vulnerabilidade, cobre riscos genéricos ou específicos, isto é, eventos futuros, imprevisíveis ou incertos, **mediante a contribuição financeira, mensal, dos seus beneficiários diretos (segurados)** ou indiretos (empresas) e do Estado. (Grifos nossos).

A aposentadoria foi uma conquista surgida com o objetivo de atender a uma grande reivindicação de amparo em período de incapacidade laboral, como também para descanso depois de longos e desgastantes anos de venda da força de trabalho. Contudo, na época do seu surgimento, principalmente em terras brasileiras, a parcela da classe trabalhadora com as condições necessárias para a aquisição da aposentadoria era ínfima em relação aos/as que poderiam permanecer no mercado de trabalho.

Naquela época, com péssimas condições de vida e de trabalho, sem acesso à saúde, velhos/as eram aquelas pessoas que conseguiam alcançar no máximo trinta anos de idade⁸⁸. Quem conseguisse ultrapassar essa barreira, em analogia, poderia ser considerado como os/as octogenários/as ou centenários/as da atualidade. Realidade bem diferente antes do cenário pandêmico da Covid-19, quando a expectativa de vida ao nascer do povo brasileiro, sem levar em consideração as diferenças regionais, foi estimada, de acordo com dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), num patamar de 76,8 anos.

Precisa-se ainda considerar, conforme ressalta Benedito (2018), que na atualidade, a previdência social, além de “subsidiar” uma quantidade maior de

⁸⁷ Na verdade, atualmente, aposentados e pensionistas tanto do Regime Geral da Previdência como dos Regimes próprios de Estados e Municípios têm alíquotas em média de 14% para os descontos de seus proventos.

⁸⁸ A aposentadoria foi instituída pelo chanceler alemão Bismarck em 1889, com o objetivo de proporcionar “descanso” remunerado aos trabalhadores alemães que possuíssem a partir de setenta anos de idade, situação quase impossível de ser viabilizada, pois a expectativa de vida naquela época não era superior a trinta anos. No Brasil, na década de 1960, o Jornal do Commercio publicou uma notícia com a seguinte manchete: “Ônibus entrou na casa humilde e foi apanhar a **velhinha** de 42 anos”. **“Em 1904**, quando o Jornal do Commercio foi fundado, a **expectativa de vida do brasileiro era de 34 anos**. **Naquele ano de 1960 a expectativa de vida do brasileiro já era de 45 anos**, ou seja, Maria Oliveira realmente era uma velhinha e não deveria esperar viver por muito mais tempo, ainda que tenha escapado do ônibus que invadiu sua casa”. (GAZETA DO BAIRRO, 2018, s.p. Grifos nossos).

trabalhadores/as velhos/as, uma vez que se envelhece mais e se vive mais, deve fazê-lo por muito mais tempo. Situação nunca antes imaginada pelos governantes.

Todavia, o aumento da expectativa de vida e de pessoas velhas não pode ser utilizado como fundamentação, como fazem nossos governantes, para justificar o déficit da previdência e, conseqüentemente, como justificativa para contrarreformas de retirada ou restrição de direitos duramente conquistados.

Os estudos de Granemann e Saldanha (2003) demonstram que ao realizar as contrarreformas, o governo brasileiro atende às rigorosas orientações do Banco Mundial⁸⁹, que fazem parte do documento **“Prevenir a crise do envelhecimento: políticas para proteger as pessoas idosas e promover o crescimento”**, publicado no ano de 1994. Este documento, sob os olhos de Granemann e Saldanha (2003), é a chave para abrir as portas do sistema previdenciário brasileiro à propriedade privada, ao tempo que desarticula a previdência pública, permitindo que a acumulação capitalista seja expandida.

Para explicar os eixos estruturantes que orientam a contrarreforma da previdência sob a luz do documento elaborado pelo Banco Mundial, eis os estudos de Granemann e Saldanha (2003, p. 1-2):

1. no envelhecimento demográfico: ênfase de que em 1990 existiam quinhentos milhões de pessoas no mundo com idade superior a 60 anos e totalizavam 9% da população mundial. O crescimento do envelhecimento demográfico converter-se-ia em insolúvel problema em 2030, quando o planeta chegaria a soma de 1 bilhão e quatrocentos milhões de pessoas acima dos 60 anos. Para ele, os recursos dos assalariados devem subvencionar as necessidades dos idosos e como o número de assalariados é cada vez menor, a alternativa sugerida é o corte de direitos.

2. na falência de numerosos sistemas públicos de aposentadoria: a constatação vem de rápidas exposições desde a apresentação de que diversos países possuem problemas na solvência das aposentadorias públicas, por numerosas razões. Todavia, dois países são tomados como exemplos de ineficiência e de risco iminente de falência dos sistemas públicos de aposentadorias: a Zâmbia, na qual as contribuições devem ser investidas exclusivamente em obrigações do Estado e que teve, no ano de 1988, mais da metade das contribuições usadas para cobrir gastos administrativos; e na Venezuela, país no qual as aposentadorias do regime público foram rebaixadas em cerca de 60% em razão da inflação, no curso dos anos oitenta

⁸⁹ De acordo com Granemann, o Banco Mundial é um grupo formado pelas cinco seguintes organizações: a) Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD); b) Associação Internacional de Desenvolvimento (AID); c) Corporação Financeira Internacional (IFC); d) Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (AMGI); e) Centro Internacional para Acerto de Disputas de Investimento (CIADI). Criado em 1944, em Bretton Woods, Estado de New Hampshire (EUA), tinha por objetivo ajudar a “reconstruir a Europa após a Segunda Guerra Mundial” (2006, p. 103).

do século XX. Tais evidências comporiam para a agência do capital o quadro de insegurança que o sistema de previdência traria à vida dos idosos em particular, e à ordem social em geral, nas próximas décadas do século XXI.

3. no favorecimento dos sistemas públicos em favor dos ricos e em detrimento dos pobres: para o Banco Mundial, como a aposentadoria não está ligada à esperança de vida, a solidariedade intergeracional tem efeito inverso: dos casados para os solteiros e das famílias com menor salário para as famílias com maior salário. Razão por que as políticas previdenciárias por repartição expressam e consolidam a desigualdade social.

Corroborando o documento em questão, o discurso oficial dos governantes vem há anos atribuindo ao pagamento de aposentadorias e de benefícios o déficit previdenciário. Esse mesmo discurso é responsável pelo apelo para que os/as velhos/as trabalhadores/as, na condição de aposentados/as, acatem de forma passiva e cordial as restrições que foram/são e serão realizadas, principalmente nos valores a serem recebidos em suas aposentadorias. A sociedade tem como verdade inquestionável que esta é a única solução para o caos no qual, supostamente, a previdência se encontra.

Conforme Haddad (1999, p. 210), os velhos “são vítimas do apelo ideológico para salvar o país”. Em nenhum momento há uma reflexão sobre os reais motivos que podem ter levado a previdência a ficar deficitária (aliás, de acordo com estudos dos técnicos auditores fiscais da Associação Nacional dos Fiscais da Previdência, a previdência está longe de ser deficitária, muito pelo contrário, há um superávit de sua receita⁹⁰), conforme demonstraram em seus estudos Oliveira; Beltrão; David (1999).

Durante muitas décadas, os recursos financeiros da previdência social foram utilizados para o financiamento da política habitacional com a construção de casas e conjuntos populacionais, o financiamento de hospitais, ambulatórios e empresas estratégicas na promoção da industrialização brasileira, a Companhia Vale do Rio

⁹⁰ O ADUR Informa, uma publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2003) informou que “o discurso do déficit da previdência tem sido construído com a manipulação das receitas específicas da Previdência Social e despesas mais abrangentes da Seguridade Social. Segundo o então Secretário da Previdência Social, Vinícius de Carvalho Pinheiro, ‘por trás do chamado déficit da Previdência existem políticas de: (i) distribuição de renda por meio de aumentos reais conferidos ao salário mínimo; (ii) subsídio a atividades filantrópicas, a micro e pequenas empresas, a trabalhadores domésticos e do campo, a empresas rurais e até a atividades desportivas e (iii) transferência de renda da área urbana para a área rural’ (Gazeta Mercantil, 24 de julho de 2002). Ou seja, despesas de caráter assistencial e de redistribuição de renda, que constitucionalmente devem ser sustentadas por receitas fiscais diversas (COFINS, CSLL, CPMF), são adicionadas às despesas da Previdência Social, esta sim com arrecadação específica. Assim, receitas fiscais expressivas, vinculadas à Seguridade, ficam “à parte” e todas as despesas assistenciais são contabilizadas sobre a arrecadação específica da Previdência Social. Eis o déficit da Previdência!”

Doce, a Companhia Hidroelétrica do Vale do São Francisco e a Companhia Siderúrgica Nacional,

Nesta segunda década do século XXI, podemos asseverar que o Brasil tem “rezado” piamente na “cartilha neoliberal”. O acesso à política da previdência está cada vez mais restrito, e uma gama de serviços relacionados à previdência privada é ofertada a todo momento. A mão, nada invisível, do mercado tem se apropriado (e comercializado) de um direito que foi conquistado com o sangue e a vida de muitos trabalhadores.

Com a política de saúde, o tratamento por parte dos governantes não é diferente: a lógica também se concentra em retirar recursos para o acesso de todos e empurrar cada dia mais ao processo de privatização, seja de forma a vender produtos, como os planos de saúde, seja alocando a maior parte dos recursos na rede de assistência complementar, seja com o congelamento dos recursos por um período inimaginável de vinte anos.

Campelo e Paiva et al. (2021, p. 68) afirmam que “apesar do reconhecimento legal de sua universalidade, o SUS vem se concretizando como um sistema de saúde focalizado nos segmentos populacionais mais pauperizados da população.”

Continuam Campelo e Paiva et al. (2021, p. 68):

É preciso precarizar os serviços públicos para que o mercado privado da saúde possa se expandir cada vez mais. Nessas condições, os usuários idosos dos serviços de saúde são considerados onerosos tanto para o sistema público quanto para o privado, sofrendo diretamente as contradições da afirmação e da violação do acesso ao direito à saúde.

Benedito (2018) observa que se o/a trabalhador/a esteve durante toda sua vida, muitas vezes desde a mais tenra idade, num processo de exploração para proporcionar o enriquecimento dos burgueses, sem tempo e sem condições materiais para cuidar de si, a velhice desse/a trabalhador/a só pode ser trágica (HADDAD, 2016), demandando uma maior atenção médica. Os longos períodos de internação hospitalares constituem “fonte de grande reclamação por parte do Sistema Único de Saúde (SUS) e dos planos de saúde”⁹¹, preocupando o “poder público não pela

⁹¹ Soares (2020, p. 59) informa que o “mercado privado de saúde no Brasil conta com 48 milhões de beneficiários de seguros e planos privados de saúde, investindo 40 bilhões de reais/ano”.

qualidade de vida que o velho possa ter, mas pelos gastos que o ocaso da vida venha a ocasionar” (BENEDITO, 2018, p. 165).

Ao considerar o SUS como uma conquista da classe trabalhadora, Benedito (2018) elucida que a saúde só se tornou um direito de todos e obrigação do Estado a partir da Constituição Federal de 1988, e que teve sua regulamentação assegurada pelas Leis n.º 8.080/90 e n.º 8.142/90. A sua gestação data da década de setenta do século passado, através de uma grande e importante luta social: o Movimento de Reforma Sanitária Brasileira⁹². O SUS foi instituído com a finalidade precípua de “alterar a situação de desigualdade na assistência à Saúde da população, tornando obrigatório o atendimento público a qualquer cidadão, sendo proibidas cobranças de dinheiro sob qualquer pretexto” (BRASIL, 2006).

O SUS tem como meta principal, de acordo com (BRASIL, 2006), constituir-se num “importante mecanismo de promoção da equidade no atendimento das necessidades de saúde da população”, com a oferta de serviços de qualidade para todo e qualquer cidadão, independentemente do poder aquisitivo de cada um. Entretanto, nesse processo de sucateamento da saúde pública em nome da privatização, cotidianamente é divulgado pela mídia burguesa que os serviços de saúde pública não prezam pela qualidade; que exames urgentes e outros procedimentos têm sua realização com até 180 dias após a marcação; a falta de medicação etc.

Diante de tais pressupostos, concordamos com Benedito (2018, p. 166), quando a autora afirma que “numa sociedade capitalista, na qual tudo se transforma em mercadoria, a Política de Saúde não foge à regra”. Desta maneira, na lógica do sucateamento das políticas públicas, da restrição de direitos, da privatização atendendo aos ditames neoliberais, é que Benedito (2018, p. 166) assevera que para uma pessoa velha ser atendida

[...] de forma menos degradante, nesta sociedade burguesa, se faz preciso que a mercadoria saúde esteja à disposição para o consumo de todas as camadas sociais, com oferecimento de serviços específicos e diferenciados para cada tipo de consumidor.

⁹² “Constituído inicialmente por uma parcela da intelectualidade universitária e dos profissionais da área da saúde. Posteriormente, incorporaram-se ao movimento outros segmentos da sociedade, como centrais sindicais, movimentos populares de saúde e alguns parlamentares.” (BRASIL, 2006).

As reflexões de Haddad (1999, p. 208) vêm ao encontro desta linha de pensamento quando ela nos explica que “a baixa qualidade de serviços de saúde oferecidos [e a necessidade do Estado em seguir aos princípios neoliberais] impossibilita que os idosos mais pobres sejam atendidos adequadamente” (acréscimos nossos), tendo em vista que o acesso à política pública de saúde fica cada vez mais restrito a uma parcela populacional no que diz respeito à oferta dos serviços.

Todo esse processo, explanam Campelo e Paiva et al. (2021), traz sérias consequências para a classe que tem como única forma de sobrevivência a venda da sua força de trabalho. E complementam informando que, em especial para as pessoas velhas, essa situação pode ser considerada como a decretação de uma sentença de morte, “condenando-as a velhices trágicas, sem nenhuma garantia de que, mesmo após anos de trabalho, o mínimo estará garantido para a sua sobrevivência (CAMPELO E PAIVA et al., 2021, p. 78).

Terceira política que compõe a tríade da seguridade social, a assistência social teve o seu desenvolvimento, conforme Yazbek (2004), marcado por ações pontuais e desarticuladas, que tinham por objetivo o atendimento dos mais necessitados. As pesquisas de Benedito (2017) apontam para o fato de que primeiras iniciativas da assistência social no Brasil, enquanto preocupação do Estado, surgiram numa conjuntura de crescente industrialização e, conseqüentemente, do aumento do número de trabalhadores organizados propiciando o fortalecimento do movimento operário.

Nesse cenário, continua Benedito (2017, p. 37), “tanto as políticas de proteção social como os órgãos responsáveis por sua efetivação surgiram e se fortaleceram, sobretudo na década de 1940”. A Legião Brasileira de Assistência (LBA, 1942) faz parte dessas primeiras aproximações entre um organismo estatal e a assistência social.

Autoras como Iamamoto e Carvalho (1985), Yazbek (2008) e Teixeira (2008) explanam que a LBA⁹³ nasceu sob os auspícios da iniciativa de particulares, mas rapidamente passou a ser financiada pelo governo e por entidades patronais, com o

⁹³ Segundo Teixeira (2008, p. 160), a Legião Brasileira de Assistência Social (LBA) foi a primeira instituição de assistência social, “reconhecida como órgão de colaboração com o Estado em 1942. Esse organismo, que assegurava estatutariamente sua presidência às primeiras-damas da República, representa a simbiose entre a iniciativa privada e a pública”

objetivo de atender os soldados que participaram da Segunda Guerra Mundial e seus familiares. Contudo, com o tempo ela vai assumindo outras áreas da assistência social, e assim a assistência à maternidade, à infância e à **velhice** passam a compor as diretrizes para o atendimento dessa entidade.

O atendimento a velhos e velhas foi de curta duração, pois findada a Segunda Guerra houve uma reformulação nos estatutos da entidade; a finalidade precípua passou a ser o atendimento à maternidade e à infância, e as pessoas velhas foram “esquecidas” até a década de 1970.

Dois aspectos relacionados à atuação da LBA merecem atenção: (i) prestar assistência a mulheres grávidas e lactantes, mesmo que de forma pontual, bem como suprir necessidade de crianças⁹⁴, o que era necessário naquele momento, pois o país, além de ter perdido e mutilado trabalhadores no *front* da Guerra, carecia de um contingente maior de força de trabalho para expandir o processo de industrialização, o que viria com o nascimento de crianças; (ii) mesmo não atendendo os velhos e as velhas durante vinte anos, ou seja, de 1946 a 1966, “a LBA foi sustentada basicamente por recursos provenientes dos Institutos de aposentadorias e pensões” (SPOSATI; FALCÃO; FLEURY, 1989, p. 64). Dito de outra forma, apesar de não serem atendidos/as pela instituição, eram os seus recursos que serviam para a realização das atividades direcionadas ao segmento materno-infantil.

A LBA foi o órgão federal responsável pela assistência social brasileira e o fazia majoritariamente financiando ações de entidades não governamentais com convênios para repassar recursos. Por essa razão, assevera Mestriner (2008, p. 16):

Longe, portanto, de assumir o formato de política social, a assistência social desenrolou-se ao longo de décadas, como doações de auxílios, revestida pela forma de tutela, de benesse, de favor, sem superar o caráter de prática circunstancial, secundária e imediatista que, no fim, mais reproduz a pobreza e a desigualdade social na sociedade brasileira, já que opera de forma descontínua em situações pontuais.

Teixeira (2008, p. 160) explica que a LBA “erigiu a assistência social sob um novo paradigma que podemos chamar, contraditoriamente, de filantropia estatal, ou seja, fundador da assistência pública como ‘não-política’, que será marcada pelo clientelismo”. A autora acrescenta que a assistência social manteve as ações

⁹⁴ Até os anos finais da década de 90 do século passado, a LBA mantinha sob seu financiamento ações para manutenção e fortalecimento de creches, bem como o fornecimento de cestas básicas, entre outras.

travestidas de ajuda com o mérito da necessidade; não era e continua a não ser um direito de todos, e sim de quem dela necessita.

A assistência social só adquiriu *status* de política social com a Constituição Federal de 1988, como fruto da luta dos movimentos sociais. É assim que no final do ano de 1993, tem-se a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), firmando de vez a assistência como política pública, financiada pelo poder público, não contributiva e de quem dela precisar, como se observa em seu art. 1º:

A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, 1993).

A Loas é um grande marco na trajetória da política de assistência social. Dela decorre que, em 2003, como deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social, houve a aprovação da Política Nacional de Assistência Social.

Yazbek (2006, p. 129) destaca a importância do cumprimento dessa deliberação:

Em setembro de 2004, atendendo ao cumprimento das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência, realizada em Brasília em dezembro de 2003, o CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social aprovou, após amplo debate no país, a política Nacional de Assistência Social em vigor, na qual ocupa um lugar de destaque o (re)desenho desta política, na perspectiva de implementação do SUAS – Sistema Único de Assistência Social. A construção e implementação do SUAS, requisito essencial da Loas para dar efetividade à assistência social como política pública, vem se caracterizando como uma das prioridades da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

A implementação do SUAS, apontam Boscari e Silva (2015), representa um significativo avanço em direção da construção da política pública de Assistência Social, pois define e organiza aqueles que são os elementos fundamentais para que se dê o processo de execução da política de Assistência Social.

Anotam Boscari e Silva (2015, p. 123):

O SUAS fortalece os instrumento de gestão, garante orçamento nas três esferas de governo, normatiza em nível nacional a Assistência Social como política estatal, define critérios de partilha dos recursos para os estados e municípios e para os serviços socioassistenciais, organiza os serviços, programas e projetos de modo articulado, possibilita que os fundos, planos e conselhos estabeleçam relações permanentes, define indicadores,

regulamenta aplicação dos recursos conforme a necessidade dos municípios e estabelece que os recursos sejam repassados de fundo a fundo e ainda estabelece o monitoramento e avaliação da política.

Destacamos mais uma vez que historicamente a assistência foi entremeada com ações de cunho clientelista e de troca de favores. Somente com a Constituição cidadã é que ela passa a ser tratada como direito, tornada legalmente uma política social.

De acordo com Yazbek (2004, p. 19):

[...] persiste como um dos maiores desafios em relação a esta política sua própria concepção como campo específico de política social pública, como área de cobertura de necessidades sociais. Ou seja, pela ausência de parâmetros públicos no “reconhecimento dos direitos como medida de negociação e deliberação” permanecem na Assistência Social brasileira concepções e práticas assistencialistas, clientelistas e “primeiro-damistas” e patrimonialistas. (Supressões nossas).

Outro aspecto que merece destaque diz respeito ao fato de que mesmo sendo uma política universal, destina-se, como já foi mencionado a quem dela necessita. Ou seja, para ter acesso, o/a trabalhador/a brasileiro/a precisa estar destituído/a de condições de subsistência ou ainda se encontrar em situação de risco e/ou vulnerabilidade social.

Entre os desafios postos para a efetivação da política de assistência social, podemos enfatizar a necessidade urgente de se “romper com as práticas tradicionais com base na lógica do favor e integrar-se de forma efetiva à seguridade social um sistema amplo de proteção social, articulado as demais políticas sociais”, como bem asseveram Boscarri e Silva (2015, p. 123).

Para além das políticas que compõem a seguridade social, a garantia da proteção social através dos vários direitos sociais conquistados ao longo da organização da classe trabalhadora no século XX – previdência social (1923); férias remuneradas (1925); instituição do salário mínimo (1940); jornada de trabalho de oito horas/diárias (1937); Consolidação das Leis Trabalhistas (1943); criação do Ministério da Saúde (1953); 13º salário (1962), e mais recentemente, o Sistema Único de Saúde, direito de todos e todas (1990), a política de assistência social como direito e não como benesse (1993), entre outros – encontra-se ameaçada. As contrarreformas anunciadas e em curso retirarão dos brasileiros e das brasileiras oriundos/as da classe trabalhadora, a possibilidade de uma vida com um pouco de dignidade, empurrando-

os/as para o limbo da miséria e da fome. Direitos duramente conquistados há quase um século são vilipendiados de forma célere.

A contrarreforma trabalhista, em concomitante processo de “contrarreforma previdenciária [...], caracteriza-se como verdadeiro vendaval destruidor de direitos conquistados ao longo dos anos pelos trabalhadores” (SILVA; JESUS, 2017, p. 599). Que essas implementações das contrarreformas serão responsáveis por enormes prejuízos para a reprodução da classe trabalhadora brasileira, é uma constatação irrefutável.

Diante dos argumentos postos nessa subseção, só nos resta reafirmar que a conquista e a implementação dos direitos dos/as trabalhadores/as só foram possíveis em virtude das lutas travadas, ao longo da história, por sujeitos que, de acordo com Souza (2005, p. 7), “enfrentaram e ainda enfrentam forças de organismos, tanto nacionais quanto internacionais, que não priorizam o bem-estar da população que, em termos legais e constitucionais, têm direitos garantidos”.

Dessa maneira, inferimos que, no Brasil, os/as trabalhadores/as jovens de hoje, em especial aqueles homens negros e aquelas mulheres negras que fazem parte do mercado de trabalho brasileiro, pela via da informalidade, possivelmente terão o último estágio da vida em condições muito piores que aqueles/as que estiveram no *front* das manifestações reivindicatórias por melhores condições de trabalho e de vida, conquistando, dessa maneira, proteção social e direitos sociais. Dito de outra forma, os/as jovens trabalhadores/as, especificamente os/as negros/as, têm uma grande possibilidade de nunca usufruírem dos direitos conquistados pela luta de seus ancestrais.

2.3 A SITUAÇÃO DOS/AS TRABALHADORES/AS NEGROS/AS NO BRASIL

A sociedade brasileira, fundamentada de um conservadorismo muito mais aguçado e com novas faces em pleno século XXI, passados mais de 130 anos daquele 13 de maio em que, legalmente, a escravidão foi abolida, não tirou do seu interior as consequências daquele período. A atualidade brasileira carrega um legado oriundo do período escravagista o racismo determina “o lugar” ocupado por negros e negras na sociedade. Esse fato é fácil de ser constatado através das estatísticas (na baixa renda, nas condições de habitação): negros/as são a maioria na população carcerária, no cenário político-partidário quase não existem negros etc.

Tudo isso ainda é perceptível quando há uma análise das manifestações de racismo estrutural, como naquelas situações em que pessoas negras são “monitoradas” em lojas, assassinadas por portarem guarda-chuvas que são confundidas com fuzis do exército. São milhares de balas perdidas que encontram os corpos negros, cotidianamente. E ainda, as mais variadas formas de expressões de preconceito, principalmente nas redes sociais, que para alguns parecem ser terra de ninguém.

Dados do IBGE demonstram que dos 209,2 milhões de habitantes do Brasil, 19,2 milhões se autodeclararam⁹⁵ pretos/pretas, enquanto 89,7 milhões se assumiram como pardos/pardas (IBGE, 2020). Os dados oficiais elucidam que 56,1% da população brasileira é composta por negros e negras. No entanto, numa situação paradoxal, os dados disponibilizados por órgãos governamentais como IBGE e IPEA evidenciam que a luta por direitos fundamentais, como educação de qualidade e acesso à saúde, continua na pauta do dia para os descendentes daqueles/as que, um dia, foram consideradas pessoas sem alma e uma mercadoria para os seus senhores/proprietários.

Um primeiro aspecto chama atenção: o fato de que a população brasileira que tem sua composição de maioria que se autodeclara como negros/as não é a parcela que tem as melhores condições materiais de vida. Os dados do próprio IBGE (2020) demonstram que quando o nosso olhar se volta para os 10% mais pobres da população, em consonância com a Síntese dos Indicadores Sociais (IBGE, 2021), 21,9% são brancos/as e 77,0% são negros/as. Já entre os 10% mais ricos, há uma inversão: 70,6% são pessoas brancas e 27,2% são pessoas negras. Em outras palavras, a pobreza é a companheira constante de trabalhadores/as negros/as.

O documento do IBGE intitulado Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil traz “uma análise focalizada nas desigualdades sociais por cor ou raça, a partir da construção de um quadro composto por temas essenciais à reprodução das condições de vida da população brasileira” (IBGE, 2019, p. 1). A partir dele, constata-se que a parcela negra da população é aquela com os piores índices, quando comparada às pessoas brancas.

⁹⁵ “A autodeclaração é uma das formas mais recomendadas no Brasil para se definir o pertencimento de um indivíduo dentro das cinco categorias estabelecidas pelo IBGE: preta, parda, branca, amarela e indígena.” (SILVA, 2017, p. 18).

Quanto à inserção do negro no mercado de trabalho, o estudo mostra que em 2018, 64,2% dos/as desempregados/as e 66,1% dos trabalhadores/as subutilizados (o equivalente a 2/3 da força de trabalho) são formados por pessoas negras (IBGE, 2019). Com o trabalho precarizado sem carteira assinada, que o documento conceitua como informalidade, o contingente de brancos/brancas nessa condição é de 34,6%, e entre as negras esse percentual atingiu 47,3% durante o ano de 2018 (IBGE, 2019).

Ora, se é o trabalho formal que permite que os/as trabalhadores/as tenham acesso aos direitos de proteção social, como, por exemplo, aposentadoria, recebimento de pelo menos um salário mínimo, acesso ao auxílio-doença, entende-se por que, de acordo com a publicação do IPEA denominada de O Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça (IPEA, 2015), a população negra lidera o grupo de beneficiários dos programas socioassistenciais, uma vez que, como já dito, essa é uma política não contributiva e de quem dela necessita.

Aragão (s.d.) informa que os dados do Ministério da Cidadania no ano de 2019 apontavam para uma concentração de negros/as junto à composição do Cadastro Único do Governo Federal, que tem como critério, para a inclusão do cidadão, a condição da renda familiar ser inferior a três salários-mínimos. Assim, ao analisar os dados do referido Ministério, Aragão (s.d., s.p., supressão nossa) expõe que “70,41% de pessoas declararam-se negras ao realizarem a sua inserção ou renovação do CadÚnico. E que [...] a taxa de quem recebe Bolsa Família e se declarou negra é de 75,46%”.

Ainda em relação às condições de trabalho, o estudo realizado pelo Repórter Brasil demonstra que, entre os anos de 2016 e 2018, de cada cinco trabalhadores/as resgatados/as em situação análoga à escravidão, quatro eram negros ou negras. Do montante de 2,4 mil trabalhadores/as que receberam seguro-desemprego após resgate, 82% eram pretos e pardos, sendo 91%, homens e 40% pessoas com idade entre 15 e 29 anos (PENHA, 2019).

Quanto aos índices educacionais, a taxa de jovens negros/as entre 18 e 24 anos cursando o ensino superior é de 56%, enquanto a de brancos/as é de 79%. O analfabetismo atinge todas as faixas etárias: de 15 anos ou mais, a taxa é de 6,6% – desses, 8,9% representam pessoas pretas e pardas –, 7,9% para os que estão na faixa etária de 25 anos ou mais, e 11,1% para aqueles/as com quarenta anos ou mais. (IBGE, 2020).

Em relação ao analfabetismo, entre as pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, a taxa atinge o patamar de 18%. Entre as pessoas idosas brancas, o percentual é de 9,5%, enquanto entre as pessoas pretas ou pardas, os índices quase triplicam, chegando a 27,1% (IBGE, 2020).

Um índice que merece destaque é aquele que contabiliza o abandono escolar. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (IBGE, 2020) mostram que, entre os/as jovens de 14 a 29 anos que não completaram o ensino médio, 71,7% são pretos/as ou pardos/as. Desses, 38,7% alegaram como principal motivo para o abandono escolar a necessidade de trabalhar.

Ora, como sabemos, o mercado de trabalho da atualidade exige cada vez mais pessoas com qualificação proveniente da educação formal. A partir do momento que a população negra não consegue sequer se alfabetizar ou, em decorrência de suas condições materiais, abandona a escola em fases iniciais, a probabilidade de obter de um emprego formal (que garanta os direitos de proteção social) torna-se cada vez mais distante.

Reflexos dessa relação educação x inserção no mercado de trabalho podem ser constatados a partir das diferenças salariais. O estudo publicado pelo IBGE (2019) mostrou que homens brancos recebem mais que homens negros, com uma diferença em torno de 73%. Já o rendimento médio domiciliar *per capita* da população branca (R\$ 1.846,00) era quase duas vezes maior do que o da população preta ou parda (R\$ 934,00).

O Brasil sofre hoje um outro paradoxo no que diz respeito à segurança alimentar. Ao tempo que celebra safras recordes como a ocorrida em 2021, com a colheita de mais de 272 milhões de toneladas de grãos, retorna, depois de 14 anos, com destaque ao Mapa da Fome. De acordo com o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, desenvolvido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN, 2021), a falta de alimentos está no cotidiano de cerca de 56% da população, ou seja, 116,8 milhões de brasileiros e brasileiras sofrem algum tipo de insegurança alimentar⁹⁶. Desses, 19,1 milhões de pessoas – o equivalente a 9% da

⁹⁶ “Insegurança alimentar leve – há preocupação ou incerteza quanto ao acesso a alimentos no futuro ou piora na qualidade dos alimentos; insegurança moderada – há redução quantitativa de alimentos entre os adultos ou ruptura nos padrões de alimentação, por conta da falta de alimentos; insegurança alimentar grave – há redução quantitativa severa de alimentos também entre as crianças. É nesse nível que se classifica a fome.” (MACHADO, 2022, s.p.).

população brasileira – encontram-se em situação de insegurança alimentar grave. As pessoas negras são as que mais padecem da falta severa de alimentação em suas casas. O referido estudo constatou que 10,7% de negros/as contra 7,5% de brancos/as compõem o rol das pessoas que passam fome neste país.

Em pleno século XXI, as pessoas negras são as que mais morrem por homicídios no Brasil. Os dados divulgados em 2021 pelo Atlas da Violência (CERQUEIRA et al., 2021) apontam que a taxa de homicídios por 100 mil habitantes negros foi de 29,2, enquanto a dos não negros foi de 11,2. A probabilidade de uma pessoa negra ser assassinada chega ser 2,6 vezes maior que a de uma pessoa não negra. De todos os assassinatos ocorridos em 2019 no solo brasileiro, 77% das vítimas eram negras (CERQUEIRA et al., 2021).

No ano de 2019, no quesito habitabilidade, um total de 45,2 milhões de pessoas residiam em domicílios com algum tipo de inadequação; 69,2%, isto é, 31,3 milhões eram de cor preta ou parda (IBGE, 2020).

No que se refere à conjuntura da Covid-19⁹⁷, a situação de desigualdade entre pessoas negras e brancas não difere do que foi visto até o momento: negros/as morrem mais do que brancos/as em decorrência da covid-19 no Brasil. Batista et al. (2020) mostram que das mortes por Covid-19, 55% eram de negros/as, enquanto entre brancos/as a proporção foi de 38%. Além de ter demorado a chegar, a vacinação até março de 2021, indica Evangelista (2021), imunizou com a primeira dose 3,2 milhões de pessoas que se declararam brancas; entre os/as negros/as, esse número cai para 1,7 milhão.

Os dados estatísticos aqui expostos mostram o quanto “o legado escravagista deixou feridas abertas, que após 130 anos ainda não cicatrizaram. Embora livres, os negros permaneceram presos ao lugar que lhes foi atribuído” (ANDRADE, 2021, p. 171). São importantes ainda para a constatação de que a classe social, em conjunto com a raça/etnia a que o sujeito pertença, é um fator relevante para forjar a desigualdade social das pessoas negras brasileiras, principalmente no que diz respeito ao acesso à educação, ao trabalho e à condição de renda, contribuindo, dessa maneira, para um envelhecimento curto e sem os privilégios concedidos à parcela velha da população branca.

⁹⁷ É importante ressaltar que nos meses iniciais da pandemia da Covid-19 não havia a exigência da coleta de dados raciais por parte do governo federal, o que só ocorreu após pressão de movimentos negros, entidades de classe e associação científica.

2.3.1 Situação do/as Trabalhadores/as Velho/as: cadê o povo negro?

Ao pesquisar por dados oficiais que nos indiquem qual a situação de velhos e velhas no Brasil, em particular de parcela da população negra, constatamos que são quase inexistentes, isto prova que para as entidades públicas a velhice, não tem sexo, cor, gênero, é uma abstração. Inclusive, em 2021 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sem considerar as vidas ceifadas pela Covid-19, apontou que a expectativa de vida no Brasil subiu para 76,8 anos. Contradizendo as pesquisas de Camarano (2020) que vão nos dizer que a população perdeu em torno de 4,4 anos.

Segundo Menezes (2018, p. 1), o “Relatório Anual das Desigualdades Sociais, do Núcleo de Estudos de População, da Unicamp, publicado em 2011, mostrou que a expectativa de vida entre negros no Brasil é de 67 anos. Já os brancos vivem em média 73 anos”. A população negra vive menos devido às péssimas condições de vida e de trabalho ao longo da existência. A velhice para muitos(as), ao invés de ser uma fase da vida marcada pelo “descanso do trabalho protegida pela família, pelas políticas sociais e acolhida pela sociedade, é a evidência do coroamento da decrepitude, do abandono e da negação de qualquer indício do coroamento da realização da emancipação humana” (CAMPELO E PAIVA, 2014, p. 30).

Um índice que chama muito a atenção é o de analfabetismo. 18% de velhos/as do Brasil não sabem ler nem escrever, desses 9,5% são brancos/as contra 27,1% de negros/as, ou seja, quase três vezes mais (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020).

Dados mais recentes, do estudo intitulado Perfil das Pessoas com 60 Anos ou mais realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) em 2021, o país tem na atualidade 37,7 milhões de brasileiros com idade igual ou superior 60 anos correspondendo a 17,9% do total da população (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2021). O estudo demonstra que 18,5% da população velha exercem atividades laborais; 85% moram na companhia de outras pessoas; 21% residem com pessoas que são estudantes. O percentual de velhos que contribuem com 50% ou mais da renda familiar corresponde a 75% e que estão em domicílios que receberam auxílio emergencial 26%; já 32% são possuidoras de plano de saúde; 58% dos velhos brasileiros apresentam comorbidades; e 2,5% testaram positivo para

a covid-19 (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2021).

Comprovando a invisibilidade dos velhos e velhas negras para o Estado Brasileiro, nos dados apresentados pela senhora Miriam Queiroz, representante do Ministério da Cidadania, sobre Atendimento à Pessoa Idosa no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 17 de junho de 2021, para à Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados, iremos encontrar os seguintes dados, sem considerar nenhum determinante:

- (i) Dos 4,65 milhões de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), 45,24% (2,1 milhões) eram de velhos/as; já os que tiveram direito ao auxílio emergencial corresponde ao quantitativo de 4431 pessoas com idade igual ou superior a 60 anos;
- (ii) O Programa de Atendimento Integral à Família fez cerca de 92.933 de atendimentos coletivos
- (iii) 2.077 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) desenvolvem temática de direto da pessoa Idosa nos atendimentos coletivos;
- (iv) 1.001 CRAS desenvolvem temática relacionada a Violência Doméstica contra Pessoas Idosas;
- (v) 346 mil é o quantitativo das pessoas com 60 anos ou mais, atendidos nos grupos do Serviço Comunitário e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Desse total de velhos e velhas em atendimento a) 99.090 vivem em situação de isolamento; b) 34.172 vivem em situação de violência e/ou negligência e (c) 18.754 vivem em situação de acolhimento institucional;
- (vi) 4.994,977 velhos/as possuíam Carteira da Pessoa Idosa⁹⁸;
- (vii) 64 mil de velhos e velhas são atendidos nos Centros de Referência Especializados Assistência Social (CREAS) desses mais de 27% sofrem violência física ou psicológica;
- (viii) Há 1.664 Centro Dias onde 22% dos atendimentos destinados a idosos com deficiência e suas famílias;

⁹⁸ Permite acessar o direito a gratuidade no transporte interestadual (duas vagas por veículo) ou desconto de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, no valor das passagens para pessoas idosas com renda individual igual ou inferior a dois salários-mínimos. Artigo 40 do Estatuto do idoso (Lei n. 10.741/2003 2021

(ix) 42 mil abordagens a velhos/as em situação de rua foram realizadas em 2019;

(x) Existem 1.669 Abrigos institucionais (75 Casas-lares, 19 Repúblicas). 63.380 pessoas velhas são atendidas mulheres (2,5% possuem Bolsa Família, 29% são beneficiários do BPC, 4% possuem trajetória de rua e 35% possuem deficiência, física, sensorial ou intelectual);

(xi) 610.956 pessoas velhas encontravam-se em situação de extrema pobreza e 74.183 recebem a Renda Mensal Vitalícia.

Os dados acima referem-se à Política de Assistência Social, que atende quem dela necessitar (mesmo com o limite de renda), portanto, referem-se a parcela da classe trabalhadora destituída de quase tudo, muitas vezes até de sua dignidade. E como já vimos, os maiores índices relacionados à situação de pobreza estão na parcela negra da população. Contudo, como podemos verificar, esse é um aspecto “despercebido” quando o/a trabalhador/a atendido é a pessoa com idade igual ou superior a 60 anos.

Assim, no transcorrer deste capítulo, explanamos a formação da classe trabalhadora, mundialmente, na gênese do modo de produção capitalista. Fizemos ainda considerações de suma importância para que a formação da classe trabalhadora no Brasil seja compreendida como fruto, também, das lutas de resistência protagonizadas por africanos/as trazidos/as a este país, sequestrados e na condição de escravizados. Ressaltamos que o primeiro grande movimento de reivindicação foi o de ser reconhecido como pessoa humana que carecia das necessidades básicas para continuar vivendo.

Dessa maneira, podemos afirmar que apesar das conquistas, a população negra brasileira vive em situação alarmante no que diz respeito ao acesso aos direitos básicos pelos quais seus ancestrais lutaram desde que aqui chegaram: segurança alimentar, condições menos indignas de trabalho, direito de viver livremente. E no caso dos/as velhos/as negros/as ainda há muito a trilhar para que, de fato, façam parte dos índices brasileiros⁹⁹. Enfim, ao analisar os dados chegamos à conclusão de que o Brasil saiu do sistema de escravidão, mas a escravidão não saiu do Brasil!

⁹⁹ Fato bastante noticiado, foi quando do início da pandemia da Covid-19, o movimento negro teve que judicializar para que notificações de casos confirmados e óbitos em decorrência do coronavírus incluíssem, obrigatoriamente, informações de raça/cor dos infectados. Mesmo o Ministério da Saúde já tendo duas portarias que disciplinam a Política de Atenção Integral à População Negra, obrigando os

A ação política da Abepss, do Conjunto Conselho Federal de Serviço Social/Conselhos Regionais de Serviço Social e da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (CFESS/Cress e Enesso) é um elemento fundante para a manutenção do projeto ético-político do Serviço Social no Brasil, na medida em que um projeto profissional que objetiva a realização e ampliação de direitos só se mantém se contar com uma base social de sustentação política, o que coloca a práxis política como o meio adequado à sua realização [...]. Tais entidades materializam uma ação política que é um dos fatores que garantem a possibilidade de manutenção da direção social deste projeto coletivo que se vincula a um projeto societário comprometido com o fim da exploração/dominação dos seres humanos, ou seja, com a emancipação humana.

Sâmya Rodrigues Ramos¹⁰⁰

registros de raça/cor em todas as notificações referentes a doenças, essa ação estava sendo negligenciada, pelo menos no que diz respeito à Covid-19.

¹⁰⁰ **Sâmya Rodrigues Ramos** é assistente social, com doutorado na área, professora da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (Uern). Tem experiência na área de Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: serviço social, ética, política e direitos humanos. Presidiu o Conselho Federal de Serviço Social na gestão Tempo de Luta e Resistência, no triênio 2011-2014.

CAPÍTULO III

A CONTRIBUIÇÃO DAS ENTIDADES ORGANIZATIVAS DA CATEGORIA DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS NO ENFRENTAMENTO AO RACISMO E AO AGEÍSMO: temos um longo caminho a percorrer...

Desde meados do século XX, vivemos uma conjuntura de crise estrutural do sistema sociometabólico do capital que afeta todas as esferas da produção e reprodução social (MÉSZÁROS, 2009). Junte-se a este aspecto uma grave crise sanitária e ambiental, que coloca em risco a existência do próprio planeta.

No Brasil, contamos com mais um agravante, pois a ascensão ao poder de um governo golpista e fascista tem propiciado, a passos largos, medidas de desregulamentação de direitos conquistados à base de trabalho exaustivo, sangue, suor, lágrimas e vidas de homens e mulheres da classe trabalhadora. Um cenário que a cada dia corrói a dignidade humana, levando a que milhões de pessoas sejam empurradas para a pobreza¹⁰¹ ou, pior ainda, para a pobreza extrema¹⁰², provocando um acirramento da “questão social”¹⁰³ e suas múltiplas expressões.

Na construção desse pensamento, Lemos (2019, p. 522-523), ao analisar a atualidade do Brasil, é enfática ao afirmar que:

A conjuntura brasileira e internacional na atual quadra histórica expressa profunda regressão de conquistas sociais e civilizatórias, colocadas em xeque no Brasil, a partir de 2019, pelo (des)governo de Jair Bolsonaro e do grande capital a serviço dos interesses do imperialismo estadunidense. Tem aplicado contrarreformas neoliberais que incidem diretamente na regressão de direitos conquistados. Em nome de “Deus”, trata-se de travestir a jovem democracia brasileira em plutocracia e entregar as riquezas nacionais à voracidade da acumulação capitalista cujos representantes governamentais tornaram-se classe dirigente do Estado, aniquilando formas de participação e expressão crítica que possam ameaçar o projeto conservador e ultraneoliberal em curso.

Convive-se hoje em terras brasileiras com um recrudescimento do conservadorismo refletido em preconceitos contra pessoas negras, machismo, feminicídio, LGBTQIA+fobia, extermínio de jovens pobres e/ou negros, drásticas reduções no orçamento destinado à implementação das políticas públicas. Um dos focos do atual Chefe do Executivo federal está nas balas e não na fome; a

¹⁰¹ No Brasil, de acordo com o IBGE (2021), existem 50 milhões de pessoas em situação de pobreza (24,1% da população).

¹⁰² Doze milhões de pessoas, 5,7% da população brasileira, vivem com renda inferior a R\$ 155,00, ou seja, em extrema pobreza (IBGE, 2021). Sem os programas sociais, segundo os dados do IBGE (2021), a situação seria muito mais calamitosa, pois 7,3 milhões de pessoas (3,5%) estão abaixo da linha de pobreza extrema do Bolsa Família, ou seja, possuem uma renda *per capita* de até R\$ 89,00. Já abaixo da linha do Benefício de Prestação Continuada (BPC) estão 22 milhões de pessoas, o equivalente a 10,5% da população (IBGE, 2021).

¹⁰³ Marilda Iamamoto (2004) explica-nos que a questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura e que tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana.

preocupação governamental é flexibilizar o uso indiscriminado de armas e não a segurança alimentar¹⁰⁴ que assola o país.

Sendo, pois, o Serviço Social uma especialização da divisão sociotécnica do trabalho, no processo de produção e reprodução das relações sociais, cuja atuação profissional expressa, de acordo com Yamamoto (2009, p. 12), “a dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade, o exercício profissional é necessariamente polarizado pela trama de suas relações e interesses sociais”. Certamente, medidas como as expostas no parágrafo anterior impactam o exercício profissional de assistentes sociais espalhados/as pelo Brasil. Decerto, o momento histórico que vivenciamos não é dos melhores e tem exigido de todos/as e, em especial, dos/as profissionais de Serviço Social, estratégias para permanecerem na luta junto à classe trabalhadora na afirmação de seus direitos.

Conforme Lemos (2019, p. 523):

Os desafios postos à formação e ao trabalho profissional no Serviço Social na atualidade se expressam concretamente nas relações sociais vivenciadas tanto individualmente, por profissionais e estudantes como parte da classe trabalhadora, quanto coletivamente, como categoria representada nas organizações profissionais.

Nesse contexto, para que possamos fortalecer o Projeto Ético-Político da profissão, urge estudos que possam reconstruir a trajetória da profissão no Brasil, do seu surgimento enquanto “ajustador” do indivíduo à sociedade, com fundamentos conservadores naquele início da profissão até a atualidade, quando incorpora ao Código de Ética princípios que explicitam, sem mascaramentos, a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2019a, p. 16), tendo, ainda, a Teoria Social de Marx como fio condutor dos processos de formação e intervenção profissional.

Este capítulo tem como objetivo apreender a contribuição das entidades organizativas da categoria das/os assistentes sociais no enfrentamento ao “racismo e ageísmo”. Para a sua concretização, foi dividido em duas seções. A primeira remete

¹⁰⁴ Em suas polêmicas declarações, o atual Chefe do Executivo nacional chamou de idiotas àqueles que defendem a compra de feijão ao invés de investir esforços na compra de um fuzil, pois, segundo ele, “povo armando jamais será escravizado”. ([Bolsonaro chama de “idiota” quem defende comprar feijão em vez de fuzil, e fala repercute | CNN Brasil](#)).

a uma retrospectiva histórica sobre o surgimento do Serviço Social no Brasil, refletindo desde o conservadorismo até a construção Projeto Ético-político do Serviço Social. Na segunda seção, discorreremos sobre o legado das entidades organizativas da profissão nas discussões sobre o envelhecimento e o racismo na agenda do Serviço Social.

Para a fundamentação teórica deste capítulo, beberemos na fonte de autores/as que pesquisam sobre os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social, a exemplo de José Paulo Netto, Marilda Iamamoto e Maria Carmelita Yazbek. Consultamos também legislações e publicações organizadas e/ou elaboradas pelas entidades representativas das/os assistentes sociais: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Conselhos Regionais de Serviço Social (Cress), Associação Brasileira de Pesquisadores em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (Enesso).

3.1 A TRAJETÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: DO CONSERVADORISMO AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

O Brasil, nas primeiras décadas do século XX, vive um processo de industrialização, com uma conjuntura marcada pela exploração da classe trabalhadora num cenário de condições de saúde, educação e habitabilidade extremamente precárias. Toda a família era responsável pela sobrevivência, uma vez que não somente os adultos (homens e mulheres) assim como as crianças de tenra idade necessitavam trabalhar¹⁰⁵.

Apesar de “livres”, os trabalhadores do Brasil da República Velha viviam em situação de quase servidão, tinham jornadas de trabalho exaustivas¹⁰⁶, salários baixíssimos, sem ter onde recorrer em caso de incapacidade para o exercício laboral. Com péssima remuneração e, conseqüentemente, sem condições de uma vida com

¹⁰⁵ Na realidade, o trabalho infantil é uma realidade brasileira desde a invasão portuguesa nos idos de 1500. Os curumins eram levados de seus pais de forma forçada para serem catequizados e aprenderem um ofício. As crianças escravizadas (sequestradas de África ou nascidas no Brasil) exerciam as mais diversas funções, desde os trabalhos na agricultura, domésticos e até como brinquedos para as crianças brancas, filhas de seus senhores. No processo de industrialização, não foi diferente; na segunda década do século XX, crianças foram mutiladas, quando não perderam a vida, trabalhando, na sua grande maioria gratuitamente, nas fábricas. Indubitavelmente, diante de tais situações, poucos trabalhadores escravizados ou “livres” conseguiam atingir a velhice, e aqueles que tivessem esse privilégio, possivelmente teriam uma “velhice trágica”.

¹⁰⁶ Trabalhadores das estradas de ferro chegavam a trabalhar 21 horas diárias, sem receberem nada mais por isso – horas extras, adicionais de insalubridade ou por trabalho noturno.

o mínimo de qualidade, entra em cena uma classe trabalhadora que se organizava na luta pelo direito fundamental de manter-se viva. Os movimentos reivindicatórios eram realizados com o objetivo principal de exigir do Estado melhores condições de vida e de trabalho. A contradição entre capital e trabalho exigiu da burguesia nacional estratégias de intervenção para além da repressão policial.

A partir do momento em que a situação degradante em que vivia a classe trabalhadora vem à tona mediante denúncias dos movimentos sociais, há a necessidade da intervenção a fim de permitir uma vida menos indigna àqueles/as que tinham unicamente como forma de sobreviver a venda da sua força de trabalho. Há um reconhecimento da questão social enquanto antagonismo entre burguesia e operariado, e não uma mera oposição entre ricos e pobres.

Elucida Ianni (2004, p. 89):

Aos poucos, alguns setores dominantes e governos são levados a reconhecer que a questão social é uma realidade. Ainda que utilizem outras denominações e preconizem a violência contra as reivindicações e os protestos ainda assim se começa a reconhecer que algo pode mudar, que alguma negociação pode haver, sem que o status quo seja abalado. Tanto assim que ao longo das décadas de 20 e 30 os governantes e setores dominantes começam a admitir que a questão social poderia deixar de ser considerada um problema de polícia, e começa a ser tratada como um problema político.

É nesse contexto histórico de efervescência política, econômica e social que se institucionaliza o Serviço Social brasileiro¹⁰⁷. Inicialmente, conforme ressalta Yazbek (2009, p.164), em uma relação com a Igreja Católica.

É, pois, na relação com a Igreja Católica que o Serviço Social brasileiro vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos político/sociais orientando-se por posicionamentos de cunho humanista conservador contrários aos ideários liberal e marxista na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja face à 'questão social'. Entre os postulados filosóficos tomistas que marcaram o emergente Serviço Social temos a noção de dignidade da pessoa humana; sua perfectibilidade, sua capacidade de desenvolver potencialidades; a natural sociabilidade do homem, ser social e político; a compreensão da sociedade como união dos homens para realizar o bem comum (como bem de todos) e a necessidade da autoridade para cuidar da justiça geral.

¹⁰⁷ O professor José Paulo Netto (1996, p. 73-74), ao analisar a institucionalização da profissão, explica que “a emergência profissional do Serviço Social é, em termos histórico-universais, uma variável da idade do monopólio; enquanto profissão, o Serviço Social é indivorciável da ordem monopólica – ela cria e funda a profissionalidade do Serviço Social.”

Durante o período compreendido entre as décadas de 1930 e 1940, a influência do ideário franco-belga, norteado pelos postulados filosóficos tomistas, de cariz humanista conservador, foi a fundamentação do então incipiente Serviço Social brasileiro. Nesse primeiro momento, a atuação do Serviço Social era bem demarcada. Estava restrita “ao atendimento individual, a partir da concepção de sociedade, que caracteriza o indivíduo em condições estruturais de pobreza, como pessoa fraca, desajustada e incapaz, que precisa de ajuda especial” (OLIVEIRA; CHAVES, 2017, p. 147).

A partir dos anos 1940, destaca Yazbek (2009), o Serviço Social brasileiro começa a ser tecnificado ao entrar em contato com o Serviço Social norte-americano e suas propostas de trabalho permeadas pelo caráter conservador da teoria social positivista. Aguiar (2011, p. 80), na esteira desse pensamento, assevera que “na segunda metade da década de 1940 e no início da de 1950, constatamos a presença da filosofia tomista aliada às técnicas norte-americanas”.

Yazbek (2009, p. 147) afirma:

É a perspectiva positivista que restringe a visão de teoria ao âmbito do verificável, da experimentação e da fragmentação. Não aponta para mudanças, senão dentro da ordem estabelecida, voltando-se antes para ajustes e conservação.

Foi a época de um Serviço Social pautado pela intervenção com práticas ajustadoras e um perfil manipulatório, “voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos e das técnicas de intervenção” (YAZBEK, 2009, p. 147), o que começou a ser repensado a partir das transformações sociais e políticas da conjuntura brasileira nos anos de 1960, com a instauração da cruel e sangrenta ditadura militar que amedrontou, matou e exilou por duas décadas. Todavia, não foi um período de passividade do povo brasileiro, pois a resistência sempre esteve presente na história do país.

Eis o que diz Paulo Netto (2014, p. 16) sobre os “anos de chumbo”:

Foram vinte longos anos que impuseram à massa dos brasileiros a despolitização, o medo e a mordaza: a ditadura oprimiu (através dos meios mais variados, da censura à onipresença policial-militar), reprimiu (chegando a recorrer a um criminoso terrorismo de Estado) e deprimiu (interrompendo projetos de vida de gerações, destruindo sonhos e aspirações de milhões e milhões de homens e mulheres). Para durar por duas décadas, o regime do 1º de abril teve de perseguir, exilar, torturar, prender e assassinar (e/ou

fazendo “desaparecer”) operários e trabalhadores rurais, sindicalistas, estudantes, artistas, escritores, cientistas, padres e até mesmo burgueses e militares que tinham compromissos com a democracia – o que significa que aqueles vinte anos foram também anos de resistência. (Grifos do autor).

Esse contexto impôs a necessidade de repensar o referencial positivista norteador da profissão, desencadeando, de acordo com os estudos de Silva (2010, p, 65), “discussões sobre a metodologia de atuação profissional, a retomada das preocupações teóricas [...], a aproximação com outras áreas do conhecimento”. Contexto esse que também possibilitou, ainda em conformidade com Silva (2010, p. 65),

[...] um debate mais intenso sobre as diferentes orientações teóricas na profissão (para além da Doutrina Social da Igreja – movimento já em curso desde os anos 1950), desencadeando uma interlocução com matrizes do conhecimento presentes nas Ciências Humanas e Sociais. (Supressões nossas).

Inicia-se, assim, o processo de renovação e reconceituação do Serviço Social brasileiro, promovendo um novo pensar e agir dos/das assistentes sociais. A renovação é entendida por Paulo Netto (2017, p. 138-139) como

o conjunto de características novas, que no marco das constrictões da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendências do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de valorização teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais.

Iamamoto (2010, p. 205) corrobora as reflexões de Paulo Netto (2017) e contribui de forma preciosa ao entendimento do movimento de reconceituação ao elucidar que este foi um movimento “dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional”, implicando um “questionamento global da profissão: de seus fundamentos ideoteóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu *modus operandi*”.

A renovação do Serviço Social implica a formação de uma pluralidade profissional, perspectivas diversificadas “radicadas nos procedimentos diferentes que embasam a legitimação prática e a validação teórica, bem como nas matrizes teóricas a que elas se prendem” (PAULO NETTO, 2017, p. 139), visto que com a inserção das

disciplinas das ciências sociais, os profissionais passaram a ter uma visão crítica da sociedade e de sua própria atuação.

Aos olhos de Paulo Netto (2017), três perspectivas constituíram esse momento: perspectiva modernizadora, perspectiva de reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura.

Com o objetivo de demonstrar as principais diferenças entre as tendências apontadas por Paulo Netto (2017), utilizaremos o quadro resumo elaborado por Garcez (2021):

Quadro 1: Resumo das perspectivas pontuadas por José Paulo Netto do movimento de reconceituação do Serviço Social

Modernização do Conservadorismo	Reatualização do Conservadorismo	Intenção de Ruptura
Matriz filosófica: positivismo/funcionalismo	Matriz filosófica: fenomenologia	Matriz filosófica: marxismo
Principais marcos: Seminário de Araxá (1967) e Seminário de Teresópolis (1970).	Principais marcos: Seminário de Sumaré (1978) e Seminário do Alto da Boa Vista (1984).	Principal Marco: Método de Belo Horizonte (conhecido como Método de BH – década de 1970).
Principal formulador: José Lucena Dantas	Principais formuladoras: Ana Augusta Almeida e Ana Maria Braz Pavão	Principal formuladora: Leila Lima Santos
Características: conservadorismo, adequação do Serviço Social às exigências da autocracia burguesa; culpabilizava o indivíduo por sua condição social; discurso cristão; demonstração de uma neutralidade quanto às contradições existentes na sociedade; inseria o Serviço Social no arsenal de técnicas sociais voltadas ao desenvolvimento capitalista.	Características: conservadorismo, buscava resgatar o Serviço Social tradicional sob a égide da fenomenologia; centrava sua análise e intervenção na ajuda psicossocial (práticas psicologistas); subordinação a uma visão de mundo derivada do pensamento católico tradicional.	Características: pretensão de romper com a herança teórico-metodológica conservadora e seus paradigmas de intervenção social. Existência de uma distância entre a intenção de romper com o passado conservador do Serviço Social e os indicativos prático-profissionais para consumá-la.

Fonte: Elaborado por Garcez (2021) à luz de Paulo Netto (2015)

O quadro acima permite visualizar aspectos importantes das três tendências do Serviço Social apontadas por Netto (2017) após a ruptura com práticas tradicionais do início da profissão, desde as matrizes filosóficas que embasaram cada tendência até suas principais características. Dessa forma, podemos entender o porquê da denominação de cada tendência, bem como o caminho trilhado pelo Serviço Social

brasileiro no Movimento de Renovação até sua aproximação com o marxismo – a base da formação e intervenção do Serviço Social na atualidade.

O Serviço Social brasileiro contemporâneo é resultado do contexto histórico das últimas décadas do século passado, com o “movimento de lutas pela democratização da sociedade e do Estado no país, com forte presença das lutas operárias que impulsionaram a crise da ditadura militar” (IAMAMOTO, 2017, p. 26).

Nesse contexto, continua lamamoto (2017, p. 26),

[...] de ascensão dos movimentos das classes sociais, das lutas em torno da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988 e da defesa do estado de direito, a categoria foi sendo socialmente questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil e não ficou a reboque desses acontecimentos. O florescimento de um processo de lutas democráticas, cuja visibilidade no cenário político só se dá no último quartel da década de 1970, condiciona, fundamentalmente, o horizonte de preocupações emergentes no âmbito do Serviço Social com alterações nos campos do ensino, da pesquisa e da organização político-corporativa dos assistentes sociais. Revigora-se uma ampla e fecunda organização da categoria em suas bases sindicais, acadêmicas e profissionais.

Tal processo histórico alicerçou o que hoje chamamos de Serviço Social Crítico, embasando o projeto ético-político da profissão¹⁰⁸ e tendo no horizonte uma nova ordem social, fundamentada na equidade e na justiça, na defesa intransigente dos direitos humanos, numa perspectiva de universalização dos acessos aos bens e serviços relativos às políticas sociais.

Este projeto ético-político do Serviço Social traz em seu bojo, de acordo com Paulo Netto (1999, p. 104-105),

o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero.

¹⁰⁸ “O que hoje denominamos Projeto Ético-Político-Profissional é a síntese de muitas gerações de profissionais, de lutas e contribuições de sujeitos individuais e coletivos que vivenciaram muitas ‘viradas’, com conquistas que são patrimônio coletivo da categoria e da sociedade. Embora este projeto não seja exclusivo, visto que há outras concepções da profissão presentes no universo da formação e do exercício profissional, não temos dúvidas que foi por meio dele que o Serviço Social brasileiro conquistou respeitabilidade e visibilidade social em nível nacional e internacional.” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2019a, p. 8).

Em tempos tão sombrios como os atuais, a materialização do projeto ético-político do Serviço Social está ameaçada. Iamamoto (2021, s.p.) relembra que o

Serviço Social assumiu um ideário emancipatório histórico, herdeiro da luta mundial dos trabalhadores e trabalhadoras, calcado em valores que dignificam o gênero humano. E é nesse ideário emancipatório que está o “antídoto” para enfrentar a alienação e exploração do trabalho [...]. Nosso desafio é cultivar nossa competência crítica, para além das necessidades do mercado e do capital, sendo politicamente sensíveis aos interesses e necessidades da classe trabalhadora, da qual somos parte; para isso, é fundamental articular razão crítica e história [...]. É preciso rever o passado para retomar a práxis da resistência. Para enfrentar essa tendência conservadora, é preciso inspirar-se na efervescência teórico, política, crítica e metodológica que contribuiu para a virada do Serviço Social brasileiro e fundou o Projeto ético-político, que assistentes sociais carregam no seu cotidiano. (Supressões nossas).

A ação cotidiana deve se guiar pelo substantivo resistência, transformando em verbo resistir; só assim a categoria profissional será capaz de, mesmo enfrentando os mais adversos obstáculos, transformar sua prática em práxis e encontrar as condições necessárias à materialização e ao fortalecimento do projeto-ético-político, tendo como norte documentos e posicionamentos de nossas entidades organizativas: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselhos Regionais de Serviço Social (Cress), Associação Brasileira de Pesquisadores em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (Enesso).

3.2. O ENVELHECIMENTO E O RACISMO NA AGENDA DO SERVIÇO SOCIAL: O LEGADO DAS ENTIDADES ORGANIZATIVAS DA PROFISSÃO

Sabemos que a materialidade do projeto ético-político do Serviço Social se dá através da sua organização político-organizativa (TEIXEIRA, BRAZ, 2009). Esta organização ocorre mediante três entidades que representam a profissão: o conjunto CFESS/Cress, a ABEPSS e a Enesso¹⁰⁹. Juntas, essas entidades construíram um legado histórico pautado pela defesa da classe trabalhadora, combatendo toda forma de preconceito, discriminação, opressão e atitudes conservadoras que, infelizmente,

¹⁰⁹ No que diz respeito às entidades representativas da categoria, Boschetti (2009, p. 145) afirma que “a criação das entidades nacionais provocou um avanço na organização política da categoria: a ABEPSS (1946), o CFESS (Primeiro Código em 1947, Primeira Lei e criação do CFAS em 1957), a ENESSO (1º Encontro Nacional de Estudantes em 1978; SESSUNE em 1988-1993; ENESSO em 1993); a ANAS (1983-1989). Tais entidades nacionais se articulam e possibilitam, após 1979, a construção do projeto ético-político e profissional”.

encontraram nos últimos anos um ambiente propício para emergir sem mascaramentos.

A partir deste momento, traremos às discussões algumas reflexões sobre as entidades organizativas da categoria, principalmente no que concerne às ações destinadas a pensar o processo de envelhecimento humano e as questões étnico-raciais.

3.2.1 O Conjunto Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS/Cress)

O conjunto CFESS/Cress surgiu ainda nos primórdios da profissão, mais especificamente no ano de 1957, sendo regulamentado em 1962, com a denominação de Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e de Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (Cras), constituindo-se, naquele momento, de acordo com o Conselho Federal de Serviço Social (s.d., s.p.), em

entidades autoritárias, que não primavam pela aproximação com os profissionais da categoria respectiva, nem tampouco se constituíam num espaço coletivo de interlocução. A fiscalização se restringia à exigência da inscrição do profissional e pagamento do tributo devido.

Há uma correlação entre a perspectiva norteadora da profissão em seus primórdios no Brasil e a concepção conservadora que embalava o nascedouro do conjunto CFESS/Cress. Não havia como ser diferente, uma vez que a profissão se orientava por “pressupostos a-críticos e despolitizados em face das relações econômico-sociais” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, s.d., s.p.), como vimos no item anterior.

É no trilhar desse pensamento que a partir do momento que o Serviço Social começa a questionar sua prática fundamentada no conservadorismo, iniciando um processo que irá refletir, especialmente, sobre a intervenção, a formação e a fundamentação da profissão, um novo posicionamento das entidades do Serviço Social é assumido em 1979, durante o III CBAS, que em razão do “seu caráter contestador e de expressão do desejo de transformação da práxis político-profissional do Serviço Social na sociedade brasileira foi denominado de ‘Congresso da Virada’” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1996, p. 175).

Foi nesse cenário que os/as assistentes sociais brasileiros/as, além de repudiar o conservadorismo da profissão, tornaram público seu compromisso com a classe trabalhadora e que, de acordo com Raichelis et al. (2019, p. 499), “o coletivo profissional assume a reorganização política das suas entidades representativas em todo o Brasil”.

Atualmente o CFESS, além de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do/a assistente social, promove “ações políticas para a construção de um projeto de sociedade radicalmente democrático, anticapitalista e em defesa dos interesses da classe trabalhadora” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, s.d., s.p.). Ações essas que se concretizam através dos congressos brasileiros, seminários, notas técnicas, publicações (brochuras, campanhas, *folders*, anais de eventos, livros, informativos) e campanhas publicitárias. Considerando-se o alcance dessas atividades, detalharemos em especial os Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) e o Informativo CFESS Manifesta.

O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) consiste, na atualidade, num importante momento de organização política e profissional da categoria. Podemos afirmar, sem receio de indução ao erro, que o CBAS representa o maior evento do Serviço Social brasileiro, com a participação de quase 5 mil profissionais e discentes, como ocorreu em sua última edição, no ano de 2019, em Brasília (ABEPSS, 2019). Merece destaque o fato de que o CBAS não é uma novidade das últimas décadas; sua realização data do ano de 1947, em moldes que atendiam às necessidades daquela época.

Não nos interessa neste estudo pormenorizar todos os CBAS realizados; apresentaremos um quadro síntese com os anos, temas e organizadores desses eventos. Em seguida, enfocaremos o III CBAS e o XV CBAS, pelos marcos que representam, o primeiro ao direcionamento político da categoria, e o segundo no debate promovido para o processo de envelhecimento e direitos de pessoas velhas.

Quadro 2: Cronologia e Tema dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS).(continua)

CBAS	Ano	Local	Organização	Tema
I	1947	São Paulo	CEAS	Não teve tema central Serviu de preparatório ao II Congresso Pan-Americano de Serviço Social

II	1961	Rio de Janeiro	CBSSIS	O Desenvolvimento Nacional para o Bem-Estar Social Preparatório para a XI Conferência Internacional de Serviço Social
III	1979	São Paulo	CFAS CREAS/SP	Serviço Social e política social Conhecido como Congresso da Virada
IV	1982	Rio de Janeiro	CFAS	O Serviço Social na realidade brasileira
V	1985	São Paulo	CFAS	O Serviço Social nas Relações Sociais: movimentos sociais e alternativas de políticas sociais
VI	1989	Natal	CFAS ANAS ABESS SESSUNE	Congresso Chico Mendes Serviço Social: as respostas da categoria aos desafios conjunturais
VII	1992	São Paulo	ANAS ABESS SESSUNE	O Serviço Social e os desafios da modernidade – os Projetos Sociopolíticos em confronto na sociedade contemporânea
VIII	1995	Salvador	CFESS ABESS CEDEPSS ENESSO	O Serviço Social frente ao projeto neoliberal em defesa das políticas e da democracia
IX	1998	Goiânia	CFESS ABESS CEDEPSS ENESSO	Trabalho e projeto ético-político profissional
X	2001	Rio de Janeiro	CFESS CRESS/RJ ABESS CEDEPSS ENESSO	Trabalho, Direitos e Democracia: assistentes sociais contra a desigualdade
XI	2004	Fortaleza	CFESS CRESS/CE ABESS CEDEPSS ENESSO	O Serviço Social e a esfera pública no Brasil: o desafio de construir, afirmar e consolidar direitos
XII	2007	Foz do Iguaçu	CFESS CRESS/PR ABEPSS ENESSO	A Questão Social na América Latina: ofensiva capitalista, resistência de classe e Serviço Social
XIII	2010	Brasília	CFESS CRESS/DF ABEPSS ENESSO	Lutas sociais e exercício profissional no contexto da crise do capital: mediações e a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social
XIV	2013	Águas de Lindoia	CFESS CRESS/SP ABEPSS ENESSO	Impactos da crise do capital nas políticas sociais e no trabalho de assistentes sociais
XV	2016	Olinda	CFESS CRESS/PE ABEPSS ENESSO	80 anos do Serviço Social no Brasil – a certeza na frente, a história na mão
XVI	2019	Brasília	CFESS CRESS/DF ABEPSS ENESSO	40 anos da "Virada" do Serviço Social

Fonte: Elaborado pela autora, fundamentada nos estudos de Dias (2019).

Ao analisar o quadro acima, percebemos que nos primórdios dos Congressos não havia uma periodicidade definida para a sua realização. Do I ao II decorreram 14 anos. Entre o II e o III o lapso temporal foi de 18 anos. A partir do III CBAS, a periodicidade gira em torno de três anos.

Observamos que dos 16 Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais, 50% (oito) foram realizados na região Sudeste, especificamente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro; 25% (quatro) na região Nordeste, nas cidades de Natal, Salvador, Fortaleza e Olinda; 18,75% (três) na região Centro-Oeste, sendo dois em Brasília e um em Goiânia; e apenas um (6,25%) foi realizado na região Sul, mais precisamente, na cidade de Foz do Iguaçu.

Passamos agora a discorrer sobre os III e XVI CBAS, tendo em vista a sua importância política para o Serviço Social.

O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais foi sediado na cidade de São Paulo, no período de 23 a 27 de setembro de 1979. O contexto histórico era ainda de luta contra a ditadura e em defesa da abertura democrática. Constituiu novos rumos ao projeto profissional do Serviço Social brasileiro.

Discorre Faleiros (2009, p. 53):

O III CBAS se colocou como um elo nessa transição histórica entre a ditadura e a democracia, assim como um elo dos assistentes sociais com os trabalhadores, de identificação das lutas dos assistentes sociais com as lutas mais gerais da sociedade e como uma ruptura com um modelo de prática de adaptação, para reforçar uma articulação da profissão com as transformações das relações sociais de dominação e exploração no cotidiano de sua atuação.

O momento histórico que possibilitou a "Virada" era o de reorganização do movimento popular, do "reaparecimento" em cena da classe trabalhadora, através de seus sindicatos, reivindicando melhores condições de trabalho, da organização popular em torno da abertura política e contra a carestia nos insumos básicos para a sobrevivência humana. Obviamente, que o Serviço Social permeado pelas relações sociais não ficaria imune a esse contexto, e assim, nos anos finais da década de setenta do século passado, a/os assistentes sociais passam a se organizar em sindicatos classistas, de luta e autônomos através de duas entidades: a Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (Ceneas), presidida

naquele momento por Luiza Erundina, e a Associação Nacional de Assistentes Sociais (Anas).

Nesse período, explica Negri (2019), antecedendo o III CBAS e tendo como horizonte o processo organizativo da categoria, o movimento sindicalista realizou três reuniões nacionais, que resultaram num processo de crítica da organização e programação do evento. As entidades da categoria, continua Negri (2019, p. 2), “encontravam-se sob a direção do setor conservador da profissão, alinhados à vertente modernizadora e de reatualização do conservadorismo”. Na organização do III CBAS, houve a instituição de uma mesa de honra composta pelo alto escalão da ditadura militar.

De acordo com Negri (2019, p. 2),

a organização da dinâmica do Congresso não favorecia a elaboração de análises mais totalizantes das políticas sociais a que se propunha debater, isto porque centrou as reflexões nas políticas setoriais vistas de forma desarticuladas e parcializadas e na mesma esteira, não se previa momentos de debates coletivos e de deliberações, assim como a participação de estudantes era restringida a dois representantes por faculdade.

No decorrer do evento, houve discursos de indignação e repúdio à comissão de honra formada pela elite da ditadura militar.

Segundo Peres (2009, p. 142):

No 2º dia do III CBAS, as entidades sindicais, ao perceberem a insatisfação dos congressistas, convocaram uma assembleia da qual participaram cerca de 600 congressistas que, juntamente com as direções sindicais, deliberou por um novo rumo para o Congresso: a destituição da comissão de honra e o convite às direções dos trabalhadores para o encerramento; e o reconhecimento da categoria dos assistentes sociais como parte da classe trabalhadora.

Travada a batalha, o III CBAS tem seu encerramento com uma mesa composta por representantes da classe trabalhadora, sindicalistas cassados e trabalhadores demitidos e perseguidos pelo regime militar, entre eles Luiza Erundina, representante do movimento sindical dos assistentes sociais, e Luiz Inácio Lula da Silva¹¹⁰, naquele momento, o maior líder sindical brasileiro, pois coordenava uma das maiores greves

¹¹⁰ Márcia Pinheiro (2009, p.134) relembra que “houve a destituição do Maluf e a eleição de Lula como patrono do Congresso, representando a luta de todos os trabalhadores brasileiros. Lula expressou em seu discurso: ‘pensei que ia encontrar uma categoria de cabeça baixa, mas encontro uma categoria de cabeça erguida’.”

de que este país tem notícia: a greve dos metalúrgicos do ABC paulista, que agregava em suas assembleias 100 mil trabalhadores, isso num período ditatorial de perseguição. Peres (2009, p. 142) informa que a frase “estampada na faixa de encerramento era ‘todos aqueles que lutaram e morreram pelas liberdades democráticas neste país!’”.

A destituição da comissão de honra com representantes da ditadura e a instauração de uma mesa composta pelos/as trabalhadores/as, bem como o reconhecimento da categoria das/os assistentes sociais como parte integrante classe trabalhadora, podem ser considerados os aspectos que levaram a que o Congresso fosse denominado de Congresso da Virada e viesse a constituir um grande marco histórico para o Serviço Social brasileiro.

O XV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais aconteceu em Olinda/PE, no período de 5 a 9 de dezembro de 2016, em meio às comemorações dos oitenta anos do Serviço Social, e teve como tema “80 anos do Serviço Social no Brasil – a certeza na frente, a história na mão”. Foram as entidades organizadoras: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselho Regional de Serviço Social de Pernambuco – 4ª Região (Cress/PE) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (Enesso).

Na apresentação do evento, exposta em seus anais (2016, p. 1), aquele era

[...] um momento de celebrar algumas datas significativas para a trajetória da profissão, pois são 80 anos de criação do primeiro curso que marca o início do Serviço Social no Brasil, 60 anos de fundação da Abepss e 20 anos das Diretrizes Curriculares [...]. A comemoração desses 80 anos enseja não somente uma celebração festiva, mas também atividades acadêmico-científicas, políticas e culturais neste que é, reconhecidamente, o maior congresso da categoria profissional no país. O temário convida os/as assistentes sociais para refletirem sobre a trajetória percorrida pelos/as sujeitos históricos que construíram a profissão no Brasil e, ao mesmo tempo, reafirmarem a direção teórica, técnica e ético-política que a identifica na realidade brasileira contemporânea. (Supressões nossas)

Ana Elizabete Mota, que dividiu a mesa de abertura com Marilda Vilela lamamoto, na conferência cujo tema foi “80 anos do Serviço Social no Brasil”, num ensaio para a Revista Serviço Social & Sociedade (2017, p. 40), asseverou que a realização desse CBAS ocorreu

num momento político muito singular no Brasil: o da aprovação pelo Senado Federal, em 31/8/2016, do *impeachment* da presidenta da República, Dilma

Rousseff, materializando um golpe de Estado jurídico-parlamentar e midiático que destituiu a presidenta e empossou o então vice-presidente Michel Temer. Nesse clima de efervescência política, a palavra de ordem “fora Temer” foi aclamada pelas entidades organizativas da categoria e pelos congressistas presentes, dando o tom de agitação política e tática na sessão de abertura do XV CBAS [assim como em todas as oportunidades surgidas no desenrolar do evento]. (Acréscimos nossos).

O XV CBAS foi muito significativo para todas as pessoas que estudam e militam na área do envelhecimento humano, por duas grandes razões: (i) por compor a sua programação, pela primeira vez, uma sessão temática dedicada exclusivamente às reflexões sobre o “envelhecimento no tempo do capital”, intitulada “Política Social e Serviço Social: envelhecimento na sociabilidade do capital”; e (ii) pela elaboração e circulação de um abaixo-assinado das pessoas presentes àquela sessão, para solicitar a reedição dos livros da professora Eneida Haddad, comprometida pesquisadora das velhices, em especial daquelas pessoas que durante toda sua vida foram/são subsumidas pelo capital.

A sessão temática “Política Social e Serviço Social: envelhecimento na sociabilidade do capital” ocorreu na tarde ensolarada e bastante quente, típica do belíssimo Nordeste brasileiro, do dia 6 de setembro de 2016. A assistente social Dra. Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva foi a palestrante, e a assistente social, professora Dra. Solange Maria Teixeira foi a assessora temática. Ambas com vasta produção teórica nos estudos do envelhecimento humano, tendo como lastro a Teoria Social de Marx, que compreende a velhice como um processo na integralidade da totalidade social.

Ao analisar os trabalhos a serem apresentados na referida sessão temática, Teixeira (2017) anota que foram aprovadas 56 comunicações, com os mais variados temas. Saúde e cuidados com a pessoa idosa foi o tema prevalecte, com um maior número de trabalhos, em um total de 11. Já as reflexões sobre a **velhice de pessoas negras** contaram com somente um trabalho. A pesquisadora, ao término de suas análises, destaca alguns pontos importantes: (i) principais tendências apontadas no debate; (ii) lacunas ou ausências no debate; (iii) desafios à formação e ao trabalho profissional do assistente social; (iv) contribuições do debate à formação e ao trabalho profissional.

No início dessa sessão houve a quebra de protocolo e foi, como conta Campelo e Paiva (2017, p. 12) no Prefácio à segunda edição do livro *A Ideologia da Velhice*

(HADDAD, 2017), “solicitada à coordenadora da mesa a autorização para redigir e fazer circular um abaixo-assinado pela reedição dos livros da Professora Eneida Haddad”, a ser encaminhado à Editora Cortez¹¹¹. Livros de conteúdo extremamente importante e necessário para quem envereda pelas pesquisas e/ou na militância do processo de envelhecimento.

Campelo e Paiva (2017, p. 13) assevera que com a reedição do livro,

é vislumbrada a possibilidade de acesso ao seu conteúdo a estudantes, profissionais, lideranças, pesquisadores, enfim, a reedição **compõe o rol de estratégias de resistência**, no sentido de desvelar o pensamento conservador que norteia as reflexões e práticas profissionais em torno das questões impostas pela velhice da classe trabalhadora. (Grifos nossos).

A Editora Cortez acatou a solicitação feita de forma coletiva, através do abaixo-assinado, e em 2017 chegou às livrarias físicas e virtuais a segunda edição do livro *A Ideologia da Velhice*.

Esses dois fatos aqui apontados não deixam dúvidas que o XV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais foi um momento ímpar na contribuição para o entendimento do processo de envelhecimento não como um processo homogêneo e unicamente subjetivo, mas que sofre mediações de classe, gênero e raça/etnia.

Além dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais, o conjunto CFESS/Cress utiliza outras estratégias para discutir as questões inerentes à categoria, como forma de subsidiar as intervenções ao tempo que demonstra a indignação da categoria

à barbárie cotidiana e ao não cumprimento dos direitos humanos, que submete a população a intensos processos de violação dos seus direitos, com prevalência do desemprego, violência, discriminação, preconceitos e reprodução crescente das expressões da questão social. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011, p. 7).

¹¹¹ Desde o seu surgimento a Editora Cortez foi amplamente difusora de obras ligadas diretamente ao Serviço Social e áreas afins, com um referencial teórico-crítico. Através dela, ainda no longínquo ano de 1979, foi lançada, no Congresso da Virada, a Revista Serviço Social & Sociedade, que traz temas tão caros à profissão. As reflexões sobre o processo de envelhecimento na perspectiva da totalidade social foram publicadas através das obras da professora Haddad, *O direito à velhice* (1999) e *A Ideologia da Velhice* (1986; 2017) e também nos livros resultantes de brilhantes teses das assistentes sociais e professoras Solange Maria Teixeira, com o título *Envelhecimento e Trabalho no Tempo do Capital: implicações para a proteção social no Brasil* (2008), e Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva com o título *Envelhecimento, Saúde e Trabalho no Tempo do capital* (2014).

Entre essas estratégias estão os Seminários Nacionais, sempre com temas pertinentes ao nosso cotidiano profissional; a Revista Inscrita, livros e brochuras que trazem subsídios para refletir sobre as várias formas de opressão (discriminação racismo, preconceito etc.). Ainda há aquelas publicações sobre os parâmetros para a atuação profissional nas políticas sociais, como as da seguridade social, notas técnicas, campanhas de variados temas e o informativo denominado CFESS Manifesta, este último considerado como

uma produção que dá visibilidade aos posicionamentos e análises do Conselho Federal sobre diversos temas e fatos da sociedade brasileira e internacional, sobre o trabalho de assistentes sociais na relação com as políticas sociais e com a conjuntura. O informativo também expressa nossa defesa do projeto profissional do Serviço Social brasileiro. Buscamos incidir com reflexões críticas e propostas de ação que têm profunda relação com a agenda do Conjunto CFESS-CRESS. Devemos destacar ainda que o CFESS Manifesta também se tornou importante referência de pesquisa na área do Serviço Social, especialmente na graduação. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2017, p. 7).

Apesar de as primeiras publicações do **CFESS Manifesta** datarem do segundo semestre de 2004, a temática do envelhecimento estreou nesse documento somente em março de 2009, por ocasião da realização da II Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. O informativo finaliza com o Conselho Federal de Serviço Social (2011. p. 58) reafirmando seu “compromisso ético e político de lutar pela concretização dos direitos sociais da pessoa idosa”.

Em junho daquele mesmo ano, no dia de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa, houve o lançamento do segundo CFESS Manifesta, que abordou questões sobre a velhice, trazendo dados sobre os mais usuais tipos de violência sofrida pelas pessoas com idade a partir de sessenta anos. Nessa ocasião, o Conselho Federal de Serviço Social (2011, p. 83) declara sua adesão

à luta da pessoa idosa pela formação de uma cultura antiviolação; pelo avanço do processo de articulação em rede, para o efetivo enfrentamento desse fenômeno de violação de direitos, e reafirma o compromisso ético-político das (os) assistentes sociais com a defesa intransigente dos direitos humanos.

O envelhecimento volta a ser pauta do CFESS Manifesta ainda em 2009, por ocasião do dia Nacional/Internacional da Pessoa Idosa, como forma de reconhecer e fortalecer a luta pelos direitos de velhos/as brasileiros/as, e reafirma, ao final da

publicação, a união do Conselho Federal de Serviço Social “à luta pela valorização da pessoa idosa e pela sua participação na sociedade e no controle social da política do idoso, mantendo-se coerente com os princípios do código de ética profissional” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011, p. 119).

A partir de 2010, anualmente, há duas edições do CFESS Manifesta sobre as questões referentes à velhice: (i) por ocasião do Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa; (ii) em homenagem ao Dia Internacional da Pessoa Idosa. Nessas publicações, além das reflexões acerca dos direitos expressos nas políticas sociais destinados a essa parcela da população, há a reafirmação do compromisso do/a assistente social com o cumprimento do Código de Ética e com a luta por um mundo sem opressão.

Já a questão étnico-racial fez-se presente nas publicações do CFESS Manifesta pela primeira vez no ano de 2010 e nos anos seguintes¹¹² sempre em 20 de novembro – Dia da Consciência Negra –, a lembrar que este deve ser um dia

dedicado ao combate ao racismo em todas suas expressões e manifestações, um dia de luta em defesa da igualdade real na vida cotidiana e da diversidade humana e da garantia à população negra do acesso aos direitos sem discriminação étnico-racial e sem racismo institucional. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011, p. 242).

Em todas as edições do CFESS Manifesta sobre as questões étnico-raciais, a “denúncia do aprofundamento da desigualdade, da intolerância e do preconceito que existe [...] contra negros/as e pobres” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2017, p. 19) é um tema constante. Isso denota que, como já abordamos no capítulo anterior, “mudaram as estações [mas] nada mudou” (RUSSO, 1985) ou, dito de outra forma, as aparências foram transformadas, mas ao longo do tempo a essência das relações sociais permanece a mesma. Assim, em pleno século XXI, a parcela da classe trabalhadora brasileira composta de negros e negras faz parte de uma realidade que a empurra, em queda livre, a um abismo social. Ao finalizar tais informativos, o CFESS sempre reafirma o compromisso da categoria com a defesa intransigente dos direitos humanos.

¹¹² No ano de 2012, não houve a publicação do CFESS Manifesta referente ao Dia da Consciência Negra. Vitório (2019) informa que em seu lugar houve a publicação de uma matéria intitulada “Com racismo não há liberdade”.

Nas ações de contribuição de combate ao racismo, a categoria, por entender que a defesa intransigente dos direitos humanos passa obrigatoriamente pelo combate ao racismo, deliberou no 47º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/Cress, cujo tema foi “É preciso não ter medo, é preciso ser maior”, realizado em Porto Alegre, no período de 6 a 9 de setembro de 2017, por uma Campanha denominada “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”. A presidenta do CFESS naquela ocasião, Josiane Sores dos Santos, no Informativo do conjunto CFESS/Cress (2019b), ao comentar a Campanha, comentou:

Nosso chamado tem sido para que cada assistente social faça uma reflexão sobre este tema e partilhe, nas atividades da campanha, como tem realizado no ambiente institucional ações concretas de enfrentamento. **Nós, assistentes sociais, somos sim necessários/as nas trincheiras do combate ao racismo.** Temos muito a dizer sobre isso e, principalmente, temos muito a fazer por meio do nosso trabalho e militância. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2019b, p. 4).

Naquele ano foram lançadas várias peças para a Campanha denunciando a situação de precariedade e desigualdade dos/as negros e negras, levando a reconhecer que apesar de serem filhos/as deste solo, para o povo negro, a pátria amada Brasil está longe de ser uma mãe gentil.

Entre as peças publicitárias encontram-se cartazes que denunciam o racismo no acesso ao saneamento¹¹³, a violência que atinge mulheres negras¹¹⁴, a intolerância religiosa¹¹⁵, o genocídio contra a população negra¹¹⁶, o atendimento pelo Sistema Único de Saúde¹¹⁷, os cortes orçamentários na política de assistência¹¹⁸, a agenda do assistente social para o ano de 2019¹¹⁹.

¹¹³ “Na falta de água e na sobra de esgoto transborda o racismo” foi o tema deste cartaz. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2019b, p. 5).

¹¹⁴ Cujo tema foi “Violência e a dor miram gênero e cor” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2019b, p. 5).

¹¹⁵ “Minha fé não é motivo para sua violência” foi o tema norteador deste cartaz (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2019b, p. 5).

¹¹⁶ Teve como tema “Que Estado dá carta branca pra assassinar gente preta?” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2020, p. 29).

¹¹⁷ “O corte na saúde sangra mais a pele negra!” era a chamada do cartaz. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2020, p. 30).

¹¹⁸ “O Corte nas políticas sociais mata de fome famílias pretas” foi o tema do cartaz. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2020, p. 31).

¹¹⁹ “A Agenda Assistente Social 2019 integra o conjunto de ações da campanha e é resultado de um projeto editorial coletivo, escrito por assistentes sociais negros/as” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2019b, p. 5).

Houve chamadas realizadas em datas específicas, como no Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial. Houve ainda, como nos mostra o Informativo do Conjunto CFESS/Cress (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2019b, p. 5), “posicionamento sobre fatos cotidianos relacionados à questão do racismo”. O racismo foi também, naquele ano, mote para as reflexões e comemorações do dia do assistente social, com o tema “a gente enfrenta o racismo é no cotidiano”.

O CFESS publicou, como parte da Campanha, alguns cadernos que compuseram a “Série Assistente Social no Combate ao Preconceito”. Esta publicação tem o objetivo, em conformidade com o Conselho Federal de Serviço Social (s.d., s.p.), de

orientar e estimular assistentes sociais a uma compreensão crítica das variadas situações de preconceito que podem acompanhar os encaminhamentos cotidianos do exercício profissional, provocando a categoria a refletir sobre sua responsabilidade ética na defesa do projeto ético-político.

Das sete publicações dessa série, o caderno número um trata sobre o conceito de preconceito e o número dois sobre racismo. Até o momento não houve nenhuma edição que tratasse do preconceito e da discriminação da pessoa idosa.

Ao se referir à Revista Inscrita, o Conselho Federal de Serviço Social (s.d., s.p.) informa que ela “nasceu com o propósito de contribuir para o debate crítico dos temas relacionados ao Serviço Social e de incluir cada vez mais o/a assistente social na história de luta por transformações na sociedade brasileira”.

Nas 14 edições da Revista Inscrita disponibilizadas no sítio eletrônico do CFESS, encontramos três edições com artigos que versam sobre as questões do racismo e um sobre as questões do processo de envelhecimento. Na Revista Inscrita de número quatro, Magali da Silva Almeida tece reflexões sobre a mulher negra, com um artigo intitulado “Marcas da resistência na história da mulher negra”. As questões inerentes ao racismo só voltam a compor a pauta da revista em seu número 14, na exposição das reflexões de Tereza Cistina dos Santos Martins com o artigo “Racismo, Questão Social e Serviço Social: elementos para pensar a violação de direitos no Brasil”. Quando o assunto é direcionando às questões sobre o envelhecimento humano, há na edição número seis um artigo de Eneida Gonçalves de Macedo Haddad, cujo título é “Do assistencialismo ao direito”.

A pesquisa realizada sobre o Conjunto CFESS/Cress mostra, sobretudo, que a discussão sobre o envelhecimento ainda é realizada de forma pontual, sobretudo nos dias específicos de Conscientização ao Combate à Violência e no dia dedicado nacional e internacionalmente à pessoa Idosa. Não foi encontrada. Dessa maneira, a contribuição à discussão de combate ao ageísmo ocorre através da entidade, de forma tímida, carecendo de mais ações que não só deem visibilidade ao preconceito contra a pessoa idosa, como propiciem à categoria reflexões que impactem na intervenção profissional, no atendimento dos velhos e das velhas da classe trabalhadora brasileira¹²⁰.

No que diz respeito à questão étnico-racial, as ações estão sendo desenvolvidas de forma mais constante a partir de 2010. Como pudemos verificar, além dos CFESS Manifesta, a entidade teve uma grande Campanha de Gestão¹²¹ que deu visibilidade a vários aspectos estruturantes para a atual situação de desigualdade vivenciada pela parcela negra da classe trabalhadora. Ressaltamos, porém que esta é uma luta inacabada, apesar dos avanços na discussão sobre a referida temática, ainda urge a necessidade de ações/atividades que desvele a realidade vivenciada por negros e negras no Brasil, contribuindo para a quebra de paradigmas e preconceitos ainda tão latentes no cotidiano.

Um aspecto que merece destaque é o fato de que não encontramos nenhum documento elaborado e publicizado pelo CFESS que tratasse, especificamente, sobre a interseccionalidade entre o processo de envelhecimento e a questão étnico-racial.

A partir de agora, discorreremos sobre as estratégias/ações da Associação Brasileira de Pesquisadores em Serviço Social (ABEPSS), entidade responsável pelo direcionamento da formação dos assistentes sociais tanto na graduação como na pós-graduação.

¹²⁰ Ressaltamos que esta tese vem ao encontro da encontrada e defendida por Campelo e Paiva (2014).

¹²¹ Para mais informações sobre a Campanha, foi criado um sítio eletrônico que pode ser acessado a qualquer momento: [Serviço Social Contra o Racismo – Agentes contra o Racismo \(servicosocialcontraracismo.com.br\)](http://servicosocialcontraracismo.com.br).

3.2.2 A Associação Brasileira de Pesquisadores em Serviço Social (ABEPSS)

A ABEPSS, inicialmente denominada Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), foi constituída em 1946, após uma década da institucionalização do Serviço Social no Brasil, com a criação do primeiro curso na Escola de Serviço Social da PUC-SP.

A própria ABEPSS, em seu sítio eletrônico (s.d., s.p.), ao descrever o histórico da entidade, refere dois marcos importantes na sua trajetória como entidade:

Um marco em sua história foi a Convenção de 1979, após o Congresso da Virada, quando assume a tarefa de coordenar e articular o projeto de formação profissional, transformando-se em Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. A criação do Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), na década de 1980, veio a atender às novas demandas potencializadas com o surgimento dos Programas de Pós-Graduação, a partir de 1972. Um novo momento marcante na história da ABESS ocorreu na segunda metade da década de 1990, com a mudança do seu nome para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), justificada em função da defesa dos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da articulação entre graduação e pós-graduação, aliada à necessidade da explicitação da natureza científica da entidade, bem como a urgência da organicidade da pesquisa no seu interior, hoje por meio dos Grupos Temáticos de Pesquisa e da Revista Temporalis.

Consideramos um marco importante na história da ABEPSS a realização do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (Enpess), que vem se consolidando como um espaço para a divulgação de pesquisas realizadas tanto pelos profissionais e discentes integrante da academia, como por profissionais inseridos nos mais variados espaços sócio-ocupacionais e que enxergam em sua intervenção um locus privilegiado para a realização de pesquisas que desvelem o seu cotidiano. Demonstra, dessa forma, que a atividade investigativa é uma dimensão constitutiva da ação profissional necessária para o “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2019b, p. 16).

Com uma periodicidade de dois anos para a sua realização, os Encontros Nacionais são compostos por conferências, mesas-redondas, colóquios, mesas

temáticas¹²², palestras e apresentação de trabalhos nas modalidades: apresentação oral e pôster, divididos por Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs),¹²³ os quais, destaca Mauriel (2017, p. 263),

[...] foram criados em 2010¹²⁴ no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), realizado no Rio de Janeiro, com o intuito de servirem de base para criação de redes de pesquisadores e interlocuções entre pesquisas, no sentido de se tornarem um espaço estratégico de resistência ao produtivismo, ao isolamento entre os pesquisadores e à precarização da formação seja na graduação e na pós-graduação, pela via do fortalecimento da pesquisa e da produção de conhecimento na área de Serviço Social. Várias ações vêm sendo realizadas desde então pelas comissões coordenadoras dos sete GTPs [desde 2016, são oito GTPs] para implementar essa iniciativa nas consecutivas gestões da ABEPSS (**Acréscimos e Supressões nossas**).

No XV Enpess, houve a criação de um novo Grupo Temático, o GTP Serviço Social, Geração e Classes Sociais¹²⁵, como consequência do desmembramento da temática de geração do GTP Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades, denominado, a partir daí, como GTP Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia e sexualidades. O quantitativo de GTPs sofreu um acréscimo de mais um, e nos dias atuais a ABEPSS conta com oito Grupos Temáticos de Pesquisa.

¹²² As Mesas Temáticas começaram a fazer parte da programação do evento a partir do XV Enpess, realizado na cidade de Ribeirão Preto/SP, no ano de 2016, cujo objetivo é justamente aprofundar a discussão de temas relevantes do eixo temático do GTP.

¹²³ Consta no documento intitulado Contribuição da ABEPSS para o fortalecimento dos programas de pós-graduação em Serviço Social no Brasil, elaborado pela ABEPSS (2015): “Os GTPs são formados por pesquisadores de temáticas específicas que constituem subáreas ou especialidades de conhecimento do Serviço Social. Constituem-se como órgãos de apoio acadêmico-científico da ABEPSS, previstos em seu Estatuto desde 10/12/1998. Atualmente [em 2015] são sete GTPs, a saber: Trabalho, Questão Social e Serviço Social; Política Social e Serviço Social; Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; Movimentos Sociais e Serviço Social; Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades; Ética, Direitos Humanos e Serviço Social”.

¹²⁴ No desenvolvimento do artigo, ao abordar o nascimento dos GTPs, Mauriel (2017, p. 623-264) explica que a criação dos GTPs ocorreu em 2008, com a inclusão de um artigo no Estatuto da ABEPSS relacionado à criação de grupos temáticos na área de Serviço Social. Contudo, “a implantação dos GTPs ganhou seu primeiro passo concreto a partir do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Serviço Social (Enpess), de 2010, realizado no Rio de Janeiro, quando ocorreram os colóquios por área temática”.

¹²⁵ De acordo com o disposto no sítio eletrônico da ABEPSS (s.d., s.p.), a ementa deste GTP é “o debate geracional no mundo contemporâneo. Os processos que envolvem infância, juventude e velhice enquanto construções sociais, históricas e culturais, bem como expressões da questão social. Indicadores socioeconômicos, proteção social e protagonismo político. As demandas pela reconfiguração do espaço urbano e de equipamentos sociais. O trabalho do assistente social junto à infância, juventude e velhice”.

Ainda em relação ao GTPs, destacamos, com base nas informações da Associação Brasileira de Pesquisadores em Serviço Social (2015), no documento “Contribuição da ABEPSS para o fortalecimento dos programas de pós-graduação em serviço social no Brasil”, que alguns Grupos Temáticos de Pesquisa avançaram na sua consolidação, outros ainda têm um longo caminho a seguir, entretanto, informa o documento que algumas edições da Revista Temporalis e os últimos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social foram organizados tendo por norte esta articulação dos GTPs¹²⁶.

Não é o objetivo deste trabalho analisar exaustivamente todos os Enpess ocorridos; a título de sistematização e conhecimento das edições já realizadas, elaboramos o quadro 3, contendo ano e local de realização, como também as entidades organizadoras:

Quadro 3: Cronologia e temas dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (Enpess).

ENPESS	Ano	Local	Organização	Tema ¹²⁷
I	1989	Brasília	ABESS	
II	1990	Brasília	ABESS	
III	1992			
IV	1994			
V	1996 ¹²⁸	Rio de Janeiro	ABESS	
VI	1998	Brasília	ABESS	
VII	2000	Brasília	ABEPSS	O Serviço Social e a Questão Social: direitos e cidadania

¹²⁶ Sobre esse aspecto diz Mauriel (2017, p. 269): “No [...] ENPESS, realizado [...] em Ribeirão Preto, além da ampliação da participação dos GTPs na fase de organização geral do evento (desde a discussão das inscrições e ênfases dos trabalhos até a dinâmica de avaliação dos trabalhos, escolha de pareceristas, assessores temáticos; elaboração de carta aos pareceristas e assessores/as; apoio na organização das sessões temáticas), as comissões coordenadoras estiveram envolvidas em todo o processo de concepção do evento, especialmente participando como representantes da comissão científica. Durante o evento, tiveram seus espaços ampliados com a generalização das Mesas Temáticas de cada GTP (o que já havia sido testado no ENPESS anterior realizado em Natal com o GTPs de Movimentos Sociais e Serviço Social). Até o XIV ENPESS, em Natal, os GTPs realizavam apenas os Colóquios, onde dividiam o tempo de realização entre a discussão de temas relevantes do seu respectivo eixo temático diante da conjuntura. A partir do XV ENPESS, além dos Colóquios dos GTPs, foram incluídas as Mesas Temáticas, cujo objetivo é justamente poder aprofundar a discussão de temas relevantes do eixo temático do GTP”.

¹²⁷ Nos documentos analisados não encontramos informações sobre os temas dos Encontros de I a VI e VIII.

¹²⁸ O local onde foram realizados os III e IV Encontros bem como sua organização e tema não foram identificados nos documentos consultados.

VIII	2002	Juiz de Fora	ABEPSS	
IX	2004	Porto Alegre	ABEPSS	Os desafios da pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social
X	2006	Recife	ABEPSS	Crise Contemporânea, Emancipação Política e Emancipação Humana: Questões e Desafios do Serviço Social no Brasil
XI	2008	São Luís	ABEPSS	Trabalho, Políticas sociais e Projeto ético-político profissional do Serviço Social: resistência e desafios
XII	2010	Rio de Janeiro	ABEPSS	Crise do Capital e Produção do Conhecimento na Realidade Brasileira: pesquisa para quê, para quem e como?
XIII	2012	Juiz de Fora	ABEPSS	Serviço Social, acumulação capitalista e lutas sociais: o desenvolvimento em questão
XIV	2014	Natal	ABEPSS	Lutas Sociais e Produção do Conhecimento – Desafios para o Serviço Social no Contexto de Crise do Capital
XV	2016	Ribeirão Preto	ABEPSS	20 anos de diretrizes curriculares, 70 de ABEPSS e 80 de Serviço Social no Brasil. Formação e Trabalho profissional – reafirmando as diretrizes curriculares da ABEPSS
XVI	2018	Vitória	ABEPSS	Em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e Serviço Social

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Neste primeiro momento, queremos destacar a realização de dois Enpess – XV e XVI. Esta escolha se dá pelo fato de que ambos inauguraram mesas temáticas com ênfase nas questões que dizem respeito a esta pesquisa: racismo (XV) e envelhecimento (XVI).

O XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social aconteceu na cidade de Ribeirão Preto/SP, no período de 4 a 9 de dezembro de 2016, e discutiu

o conjunto de determinações que perpassam o processo de formação profissional frente ao processo de mercantilização do ensino superior brasileiro e os desafios para a reafirmação dos princípios e valores do Projeto Ético Político Profissional. A partir das Diretrizes curriculares de 1996, do Código de Ética e da Lei de Regulamentação da Profissão [...] [foi] discutido o protagonismo da organização da categoria que construiu um legado crítico para a formação, a pesquisa e para o trabalho profissional, com ênfase para os 70 anos da ABEPSS e 80 do Serviço Social brasileiro. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 2016, s.p. supressões nossas),

Na manhã do dia 8 de dezembro de 2016, houve a mesa temática intitulada **Relações étnico-raciais e de gênero, fundamentos sócio-históricos e trabalho no Brasil: desafios ao projeto ético-político do Serviço Social na ordem do**

capitalista, composta pelas pesquisadoras Magali da Silva Almeida, Tereza Cristina Santos Martins, Jussara Francisca de Assis, Ana Paula Procópio da Silva, Marcia Campos Eurico e Sandra Regina de Souza Marcelino. Essa mesa foi apresentada no eixo Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade, com ênfase no subitem Relações étnico-raciais e desigualdades (ABPESS, 2016).

Ainda no mesmo dia foi apresentada a mesa temática intitulada **Trabalho e famílias: configurações e tensões em contexto de desigualdades**, composta pelas pesquisadoras Andréa de Sousa Gama, Magali da Silva Almeida, Carla Cristina Lima de Almeida, Liliane Moser e Rita de Cássia Santos Freitas, que apresentou, nessa modalidade, o artigo **Mudanças na Família e Proteção Social: idosos sozinhos nos Cuidados de Saúde**, com autoria de Carla Cristina Lima de Almeida. Infelizmente, os anais analisados não trouxeram a informação do eixo ao qual a mesa pertencia.

O XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social ocorreu na cidade de Vitória/ES, no período de 2 a 7 de dezembro de 2018. Teve como um dos objetivos, como consta em sua apresentação, em acordo com a Associação Brasileira de Pesquisadores em Serviço Social (2016, p. 3):

Apontar as formas de resistência e estratégias de enfrentamento diante dos desafios que se põem para a reafirmação dos princípios e valores que orientam a formação e o trabalho profissional, a pesquisa e a produção do conhecimento na área.

Sua grande novidade, pelo menos no que diz respeito à temática deste estudo, foi a realização de uma mesa temática versando sobre o envelhecimento no recém-criado GTP Serviço Social, Geração e Classes Sociais¹²⁹, intitulada **Envelhecimento, Trabalho e Políticas Sociais em Tempos de Contrarreforma**, coordenada pela assistente social, professora Dra. Solange Maria Teixeira, e composta por trabalhos produzidos pelas seguintes pesquisadoras: Solange Maria Teixeira, Sálvea de Oliveira

¹²⁹ Compõem esse GTP representantes do Núcleo de Pesquisa sobre Estado e Políticas Públicas, sob a liderança da Professora Doutora Solange Maria Teixeira, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI; do Grupo de Estudos sobre o Envelhecimento Humano na Perspectiva da Totalidade Social (GEEHPTS) da Universidade de Pernambuco (UPE), sob a liderança da Doutora Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva, e do Grupo de Estudo e Pesquisa: Envelhecimento, Políticas Públicas, Sociedade (GEPEPPS), sob a liderança da Professora Doutora Nanci Soares, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Unesp/Franca, “com propósito de conhecer os profissionais que estudam a temática, formar rede de pesquisas, ampliando as parcerias com outros grupos de pesquisas das instituições de ensino brasileira e estrangeiras” (TEIXEIRA, 2020, p. 12).

Campelo e Paiva, Maria Irene Lopes Bogalho de Carvalho, Nanci Soares e Jonorete de Carvalho Benedito.

Dadas as informações iniciais sobre os Encontros Nacionais, ressaltamos que, no capítulo IV, nos debruçaremos nos anais com os trabalhos aprovados nos Encontros realizados nos anos de 2012, 2014, 2016 e 2018¹³⁰, já que nosso campo empírico são os anais dos Enpess realizados na segunda década do século XXI.

Como já informamos, a ABPESS possui um periódico, a Revista Temporalis, que atualmente é disponibilizada pelo sítio eletrônico da Universidade Federal do Espírito Santo e já está no número 42 (criada em 2000, com publicação semestral), a Revista, de acordo com o exposto no sítio eletrônico,

é destinada à publicação de trabalhos científicos sobre temas atuais e relevantes no Serviço Social e áreas afins. Estimula-se que os temas abordados na revista se articulem aos debates realizados no âmbito dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP) vinculados à ABEPSS.

Como forma de verificar qual a produção publicada na revista que permeia nosso objeto em questão – racismo e ageísmo –, fizemos uma busca nas edições da segunda década do século XXI, ou seja, no período de 2011 a 2020 (coincidindo com a periodicidade dos anais a serem analisados) e encontramos duas edições da revista com temas relacionados ao GTP Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades, vinculado à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Segundo informações contidas no editorial no número 27 da Temporalis (2014), haviam sido submetidos sete artigos sobre “Raça e Etnia” e cinco discutindo “Envelhecimento”. Porém não foi publicado nenhum em relação à velhice nesse número.

O número 27 de 2014 trouxe apenas um artigo sobre a questão étnico-racial, de Valdencie José Raimundo, com o título A violência no cotidiano da juventude negra: um olhar sobre a questão. Não há nenhum que verse sobre o envelhecimento. Já o número 28, também editado em 2014, traz um artigo sobre envelhecimento intitulado Homossexualidade: sexualidade no envelhecimento, de autoria de Andreia Aparecida Lima, Kelly Cristina Santiago e Alessandra Rocha Arrais. Sobre a questão étnico-

¹³⁰ Respeitando a periodicidade de realização do Enpess, o XVII deveria ter acontecido no ano de 2020, contudo, com a pandemia da Covid-19, isso não foi possível.

racial, dessa edição constam dois artigos: (i) Determinações do racismo no mercado de trabalho: implicações na “questão social” brasileira, de Tereza Cristina Santos Martins; e (ii) Relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe: uma análise feminista-materialista, de Mirla Cisne.

Excetuando os textos já citados, durante a segunda década deste século encontramos mais três textos versando especificamente sobre a velhice: (i) Significados da velhice para quem envelhece, de Ângela Roberta Lucas Leite e Maria do Socorro Souza de Araújo, é um dos títulos que compõem a *Temporalis* de número 33 e que foi publicada em 2017; (ii) já na revista de número 35, editada em 2018, encontramos o artigo cujo título é Envelhecimento e velhice: protagonismo, temporalidade e desafios, expondo as reflexões e pesquisas de Karine Kátia Iria Luiz, Maria das Dôres Saraiva de Loreto, Simone Caldas Tavares Mafra e Marco Aurélio Marques Ferreira; por fim, temos (iii) O envelhecimento populacional na sociedade capitalista: entre o social e o econômico, escrito por Milena da Silva Santos e Michelli Barbosa do Nascimento e publicado na edição 39, do ano de 2020.

Reflexões sobre as questões étnico-raciais fazem parte de mais oito publicações nas edições da Revista *Temporalis*, sendo dois documentos elaborados pela ABEPSS e seis artigos de autores diversos, como verificaremos a partir de agora. Os documentos são: As cotas na pós-graduação: orientações da ABEPSS para o avanço do debate; e Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social, ambos publicados no número 36, do ano de 2018. Esse número contou também com as discussões de Tales Willyan Fornazier Moreira e Rachel Gouveia Passos com o texto Luta antimanicomial, racismo e o avanço do conservadorismo em tempos “temerosos”.

Alguns números antes, exatamente no número 29, publicado em 2015, Sheila Dias de Almeida publicou o texto Serviço social e relações raciais: caminhos para uma sociedade sem classes. Teorias raciais, luta de classes e implementação de políticas para reparação: percurso do Movimento Negro no Brasil, de Jônatas Corrêa Nery e Rogério Naques Faleiros; Violência, discriminação, racismo e conflitos envolvendo os povos indígenas do baixo Tapajós, de Solange Maria Gayoso da Costa; e o artigo Mulheres e seletividade penal: “raça” e classe no encarceramento feminino, de Ana Clara Gomes Picolli e Silvana Marta Tumelero, compuseram as edições 37 e 38, publicadas em 2019. Finalizando a década, encontramos o texto Luta antirracista,

tradição marxista e o maio de 68, de Sandra Regina Vaz Silva, exposto na edição 38, publicada no ano de 2020.

No cenário brasileiro de pandemia a atual gestão da Abepss realizou duas *lives* que propuseram reflexões acerca do processo de envelhecimento; a primeira no dia 27 de outubro de 2020 com o tema **Violência e Pandemia da Infância ao Envelhecimento**, que contou com a presença Nara Menezes, Assistente social, pesquisadora e Consultora Internacional; Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva, Assistente social do Hospital Universitário Osvaldo Cruz/Universidade de Pernambuco (HUOC/UPE) e Elaine do Nascimento assistente social da FIOCRUZ Piauí, contou ainda com a mediação Rodrigo Lima, assistente social e componente do GTP Serviço Social, Geração e Classes Sociais. Da Abepss A segunda ocorreu no dia 13 de outubro de 2021 e teve como tema **Crise no Brasil e a questão social: infâncias, adolescências, juventudes e envelhecimentos em foco**, teve como expositor/as: - Márcia Campos Eurico, docente da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); Solange Maria Teixeira, docente da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Giovane Antônio Scherer - docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e foi mediada pela assistente social Juliana Batistuta Vale, componente do GTP Serviço Social, Geração e Classes Sociais da Abepss.

Como se pode observar, as duas *lives* abordam determinantes do curso da vida da infância ao envelhecimento, entretanto, não houve um direcionamento a discussão do envelhecimento tendo como interseccionalidade a questão da etnia/raça.

3.2.3 A Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (Enesso)

Para completar a tríade das nossas entidades político-organizativas, discorreremos sobre a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (Enesso)¹³¹, que, de acordo com seu histórico, apresentando em seu sítio eletrônico, é considerada

a entidade máxima de representação de estudantes de Serviço Social do país, sem fins lucrativos, tendo suas coordenações regionais e nacional, eleitas anualmente no Encontro Regional de estudantes de Serviço Social

¹³¹ As reflexões surgidas no Serviço Social em meio à conjuntura da ditadura militar exerceram influência também na organização estudantil, tendo suas primeiras referências na década de 60 do século XX, com a realização dos primeiros Encontros Nacionais de Estudantes de Serviço Social (Enesso), culminando com a criação da entidade.

(ERESS) e no Encontro Nacional (ENESS), respectivamente. (EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL, 2019, p. 4).

No § 1º do art. 1º do seu Estatuto, a Enesso afirma que

garante sua autonomia estimulando, unificando e fortalecendo a luta de todos/as os/as estudantes numa direção classista, anticapitalista e revolucionária [...], conjuntamente com outros movimentos sociais alinhados por um **novo projeto societário sem dominação, exploração de classe, raça, etnia, gênero, orientação sexual ou de qualquer forma.** (EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL, 2019, p. 4).

Entre as instâncias de deliberação da Enesso estão os Encontros Nacionais dos Estudantes de Serviço Social, que são consideradas a instância máxima de deliberação. De acordo com o Estatuto da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (2019, p. 7), têm por objetivo

reunir anualmente as/os estudantes de todo país em torno dos seguintes eixos: Conjuntura, Movimento Estudantil, Universidade e Educação, Formação Profissional, Cultura e **Combate às Opressões**, além de outros temas relevantes ao Serviço Social. (Grifos Nossos).

É nos Encontros Nacionais de Estudantes de Serviço Social que ocorrem as deliberações, retiradas das discussões dos eixos referenciados na citação acima, sobre diretrizes, princípios e posições que nortearão as ações da coordenação nacional da Enesso.

Ainda analisando o Estatuto da Entidade (EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL, 2019, p. 13), encontramos no seu art. 17 as competências para o/a discente que estiver ocupando a função de coordenadora do eixo de Combate às Opressões. Entre elas destacamos as seguintes:

- a) Fomentar a discussão como eixo central a questão social e a **violação dos direitos humanos** que se expressam na vida cotidiana através do **racismo**, machismo, xenofobia, homofobia, lesbofobia, transfobia, bifobia, a questão da deficiência e **demais opressões** à classe trabalhadora e suas expressões.
- b) Articular com os Movimentos Sociais que **combatam as opressões**, buscando assim **o enfrentamento das desigualdades históricas, para garantir a transformação societária.** (Grifos Nossos).

Nas fontes pesquisadas sobre a Enesso foram encontradas reflexões e atividades com foco na questão étnico-racial, inclusive com uma setorial – Sankofa (setorial étnico-racial da Enesso). Como podemos verificar em seu Estatuto, há o vislumbre de uma sociedade livre das opressões e emancipada. Entretanto, em relação específica à velhice, o Estatuto da Enesso não faz uma citação sequer; tampouco existe uma setorial para tratar de assuntos sobre o envelhecimento humano. Contudo, foram encontradas em seus Cadernos de Deliberações¹³² dos anos de 2015 e 2018 bandeiras de luta “pela garantia, respeito, defesa e divulgação dos direitos da população idosa e por políticas públicas que viabilizem o cumprimento de seu estatuto [Estatuto do Idoso]” (EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL 2015, p. 15). (Acréscimos Nossos).

No Caderno de Deliberações do ano de 2018, a 22ª proposta do eixo de Combate às opressões acha-se em conformidade com a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (2018, p. 16):

Pela garantia, respeito, defesa e divulgação dos direitos da população idosa e por políticas públicas que viabilizem ou/e cumprimento de seu estatuto. Tendo em vista que para o capital essa população não é produtiva, que a Enesso se posicione contrária à internação compulsória. A favor da emancipação e do envelhecimento ativo. Que fomente espaços de discussão acerca dos direitos da população idosa e o envelhecimento da sociedade brasileira.

Com base no que foi visto nos dois Cadernos de Deliberações que têm em suas páginas propostas relacionadas ao envelhecimento, podemos afirmar que hoje, talvez pela falta de discussões na academia que tenham por pressuposto a Gerontologia Social Crítica¹³³ compreendendo o envelhecimento como um processo para além do biológico ou cronológico, permeado de variáveis como classe, gênero e raça/etnia, a Executiva Nacional enxerga o envelhecimento de forma abstrata, homogênea e subjetiva quando se posiciona a favor do envelhecimento ativo sem fazer nenhuma ponderação.

¹³² O Caderno de Deliberações tem como objetivo nortear as ações da Executiva Nacional das/os Estudantes de Serviço Social – Enesso, pautando o direcionamento político e as bandeiras de lutas que devem ser defendidas pelo Movimento Estudantil de Serviço Social (EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL, 2015).

¹³³ No capítulo 5, quando expusermos o tratamento dado, através dos Núcleos de Significação, ao resultado da pesquisa realizada nos anais dos Enpess da segunda década do século XX, explicaremos melhor a Gerontologia Social Crítica.

Tendo como pressupostos a trajetória da constituição e a atuação das entidades político-organizativas da categoria dos assistentes sociais, concordamos com Ramos (2011, p. 114) quando ela afirma que:

A ABEPSS (ao coordenar o debate sobre o projeto de formação profissional), o Conjunto CFESS/CRESS (entidade responsável pela fiscalização do exercício profissional) e a ENESSO (que dirige a mobilização do Movimento Estudantil de Serviço Social) têm se constituído, portanto, em lócus de debates teórico-políticos e lutas que põem em cena os limites e contradições da ordem do capital, contribuindo, dessa forma, para a construção do projeto ético-político profissional, hegemônico no Serviço Social brasileiro.

Ao término deste capítulo, reafirmamos a nossa hipótese de que as entidades representativas dos assistentes sociais, assim como preconiza o Código de Ética, envidam esforços no sentido de buscar uma sociedade livre de todas as formas de opressão. No entanto, quando o assunto diz respeito ao envelhecimento da população, em especial da camada negra, fica evidente, diante das análises realizadas, que as entidades mencionadas ainda têm um longo caminho a percorrer.

[...] não são as ideias, os produtos da consciência que constituem o fundamento, a matriz da realidade social. São as relações materiais, concretas, que os homens estabelecem entre si que explicam as ideias e instituições que eles criam. Por isso mesmo, para se ter uma compreensão adequada da realidade, não se pode nem partir nem permanecer no mundo das ideias. É preciso buscar a conexão que elas têm com a realidade objetiva. Só esta conexão permitirá entender o que os homens pensam, por que pensam desse modo e também as ideias errôneas que eles criam a seu respeito.

Ivo Tonet¹³⁴

¹³⁴ **Ivo Tonet** é filósofo com doutorado em educação. Atualmente é professor aposentado do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Alagoas. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Filosofia Política, atuando principalmente nos seguintes temas: socialismo, marxismo, política e educação.

CAPÍTULO IV

A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO AO ENFRENTAMENTO AO RACISMO E AO AGEÍSMO: do caminho metodológico aos resultados

Neste capítulo abordaremos os principais resultados da pesquisa realizada durante o processo de doutoramento, nos anais dos Enpess realizados na segunda década do século XXI. Vale salientar que, desde o início, perpassando todo o período do estudo, fomos mobilizando no sentido de tecer as aproximações ao objeto: “A contribuição do Serviço Social brasileiro ao enfrentamento ao racismo e ao ageísmo, expressa nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social realizados na segunda década do século XXI”, sendo necessário fazer alguns ajustes requisitados pela realidade social.

Partimos do pressuposto de haver a contribuição, tendo em vista as questões destacadas no capítulo anterior, onde discorreremos sobre a importante contribuição do conjunto CFESS/Cress, da ABEPSS e da Enesso ao debate e produção de conhecimento sobre a velhice da classe trabalhadora e o enfrentamento ao racismo. No entanto, há uma lacuna a ser preenchida, conforme mostra o percurso transcorrido durante o nosso estudo. A respeito dessa constatação, que fazia parte da nossa hipótese de trabalho para a pesquisa, construímos este capítulo com o principal objetivo de “Identificar aspectos relacionados ao enfrentamento ao racismo e ao ageísmo na produção de conhecimento do Serviço Social brasileiro, com base nos artigos publicados nos anais dos ENPESS realizados na segunda década do século XXI”.

Para tanto, dividimos o texto em **quatro** partes complementares. De início, **descrevemos a concepção teórico-metodológica** que norteia o estudo e os procedimentos metodológicos, tecendo explicações sobre o processo de lapidação do banco de dados para a pesquisa no campo empírico (Anais dos Enpess); em seguida, **apresentamos os resultados da revisão integrativa** realizada em 2019, bem como os quadros com o conteúdo dessa revisão; e no **terceiro momento**, expomos os gráficos da lapidação e a descrição com a análise dos principais resultados encontrados nos anais dos ENPESS que culminou com a seleção dos seguintes artigos a serem analisados: (i) O Acesso à Previdência Rural entre Idosos Quilombolas (JORGE, 2012); (ii) Quem pegou nossos direitos? Mapeamento dos idosos das comunidades quilombolas de São João da Ponte/MG (LIMA et al., 2014); (iii) Processo de Envelhecimento Brasileiro, Racismo e Gênero: aproximações necessárias (OLIVEIRA, 2018c); e (iv) Idosos quilombolas, identidade étnica e memória (OLIVEIRA et al., 2018) e por fim, o **quarto** momento, no qual, daremos nossas contribuições à formatação dos anais dos Enpess como fonte de pesquisa.

4.1 Concepção teórico-metodológica que norteia o estudo e considerações sobre os procedimentos metodológicos para a lapidação do banco de dados

Vivemos um cenário de negacionismo da ciência e de recrudescimento do conservadorismo na sociedade. Pensar com criticidade é mais do que nunca combatido; daí a necessidade de se fazer ciência com o rigor metodológico do método científico, para que possamos conhecer, longe da aparência, a verdadeira realidade. Explica Tonet (s.d., s.p.): o “conhecimento verdadeiro é uma mediação absolutamente indispensável para a transformação da realidade”.

Sobre a concepção teórico-metodológica adotada para a realização deste estudo, Tonet (2018) assevera que somente a teoria social de Marx possibilita a compreensão da realidade social tal como ela e não como ela se apresenta. Elegemos, portanto, como norteador no caminhar deste estudo a teoria social de Marx.

Uma das premissas expostas nas obras de Karl Marx enfatiza o fato de que as relações que os homens estabelecem entre si ao transformar a natureza, para a produção da riqueza material – o trabalho –, é fundante de qualquer forma de sociedade, e que a apreensão da essência do fenômeno é *conditio sine qua non* para o desvelamento da realidade (MARX, 1996b).

A compreensão da realidade deve ser a de “um complexo de complexos” (LUKÁCS, 1978), um todo dividido em partes, mas não que as partes tenham independência e ocorram sem uma processualidade. Na exposição de Chasin (19 [], p. 11), “a totalidade é um todo matrizado, é um todo ordenado em processo, e o ser real tem momentos distintos de determinação. Nessa totalidade total eu posso perfeitamente distinguir totalidades momentâneas ou parciais”.

Na esteira dessas reflexões, Lefebvre (1979, p. 33) anota que

o conhecimento desta totalidade, através de seus momentos históricos e do seu dever, é um fruto do pensamento, mas, de maneira alguma, uma reconstrução abstrata, realizada por um pensamento que acumulasse conceitos desligados dos fatos, das experiências e dos documentos.

Para a perspectiva marxiana, a compreensão da realidade é totalmente possível, uma vez que é o homem quem a constrói através do trabalho. Para Marx,

isso depende da perspectiva de classe a que o sujeito cognoscente se vincula. E mais, tal vinculação implicará um conhecimento que possibilita a manutenção ou a transformação da realidade social (MARX, 1996).

Dessa maneira, pode-se afirmar que, tendo por base a tradição marxista, o estudo realizado propõe a apreensão do objeto em sua particularidade. O caminho metodológico, enquanto proposição do processo investigativo, fundamenta-se numa concepção dialética de construção e reconstrução do conhecimento científico, consubstanciado no movimento do particular para o geral.

Eleita a teoria embasadora do estudo, é chegado o momento de definir quais procedimentos metodológicos seriam os ideais para atingir os objetivos: concernente ao aprofundamento das especificidades do objeto, sempre buscando um conhecimento da realidade sem mascaramentos, a realização de pesquisas tanto bibliográficas como documentais foi de fundamental importância.

Produções como livros (dos clássicos aos mais recentes), dissertações, teses, monografias e artigos fizeram parte do acervo bibliográfico a ser consultado. Entre os documentos mais examinados, além dos anais dos Encontros Nacionais dos Pesquisadores em Serviço Social nos anos de 2012, 2014, 2016 e 2018, encontram-se documentos oficiais e legislações.

Com relação à dinâmica da pesquisa empírica, para a lapidação dos dados colhidos na pesquisa empírica foram executados os seguintes procedimentos metodológicos:

- e) O primeiro, ainda em 2019, para a construção do projeto de pesquisa como requisito para a etapa da qualificação no processo de doutoramento. Naquele momento se fez necessária a realização de uma **revisão integrativa** cuja explicação e resultados serão abordados na próxima subseção;
- f) O segundo foi **reunir os anais dos ENPESS** dentro dos critérios elencados e fazer a consulta;
- g) O terceiro foi a **eleição das palavras-chave**¹³⁵ referentes ao processo de envelhecimento humano para a identificação dos trabalhos: idoso/a, velho/a; envelhecimento; velhice; terceira idade; melhor idade e

¹³⁵ As palavras-chave são termos ou assuntos a que um conteúdo está relacionado; são muito utilizadas, pois identificam ideias e temas de especial importância para servir de referência a pesquisas e para resumir em algumas palavras a temática central das produções.

ageísmo¹³⁶.

- h) Escolhidas as palavras-chave norteadoras da pesquisa, passamos a **identificar e listar os trabalhos que contivessem em seus títulos uma ou mais palavras pré-definidas**. Ao primeiro olhar, pensamos em buscar nos eixos temáticos que tratavam especificamente de Gerações, pois era nesse eixo que, em geral, as pesquisas realizadas com velhos e velhas eram apresentadas. Contudo, ao iniciar a pesquisa, constatamos que havia artigos pautados por outros eixos temáticos. Assim, passamos a catalogar os trabalhos independentemente de eixo e de modalidade de apresentação, desde que tratassem do envelhecimento e em seus títulos contivessem uma ou mais palavras elencadas.
- i) Nessa primeira busca, **encontramos 110 trabalhos versando sobre a questão da velhice**, o que resultou na elaboração do quadro alfa, contendo os dados a serem catalogados: código do trabalho nos referidos anais, título e origem dos trabalhos, perfil do autor, a ênfase e a modalidade de apresentação em que foram aprovados e as principais palavras-chave;
- j) Com a preocupação de **validar os dados, uma segunda pesquisadora foi convidada para realizar a busca** seguindo os mesmos critérios. **Essa pesquisadora encontrou 115 trabalhos**, cinco a mais do que na realização da nossa busca, resultando na composição do quadro beta. Da comparação entre esses quadros (alfa e beta) obtivemos o quadro ômega **(Apêndice A)**;
- k) Entre os 115 artigos, **foram selecionados quatro para leitura mais detalhada e análise através da proposta metodológica dos Núcleos de Significação**.¹³⁷ Essa seleção recaiu sobre os textos que tratam ao mesmo tempo do processo de envelhecimento e das questões raciais, como se pode ver no quadro a seguir.

Quadro 4: Artigos Selecionados para Análise (continua)

TÍTULO	ORIGEM	AUTOR/A	ENPESS	ÊNFASE
O Acesso à Previdência Rural entre Idosos Quilombolas	MG	Amanda Lacerda Jorge	XIII	Geração

¹³⁶ Para a realização dessa terceira etapa dos procedimentos metodológicos, baseamo-nos na metodologia adotada por Campelo e Paiva, no ano de 2012, em seu processo de doutoramento.

¹³⁷ No próximo capítulo, o quinto, detalharemos a proposta metodológica dos núcleos de significação.

Quem pegou nossos direitos? Mapeamento dos idosos das comunidades quilombolas de São João da Ponte/MG	MG	Maria Soledade Arruda de Lima André Ramos Carloni Thatiane Paraíso aa Silva Geusini Pereira Silva Roseane Ferreira de Jesus	XIV	Relações Sociais de Raça/Etnia
Processo de Envelhecimento Brasileiro, Racismo e Gênero: aproximações necessárias	SP	Ilka Custódio de Oliveira	XVI	Envelhecimento
Idosos quilombolas, identidade étnica e memória	Não informado	Simone Barros de Oliveira João Vitor Bitencourt Rosemari Paim da Silva Cassia Aline Bulsing Maia Eliane Moreira de Almeida	XVI	Envelhecimento

Fonte: ABEPSS. Anais/CD do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. 2012, 2014, 2016 e 2018. Anais em formato de revista eletrônica no *site* da Ufes. Elaboração da autora.

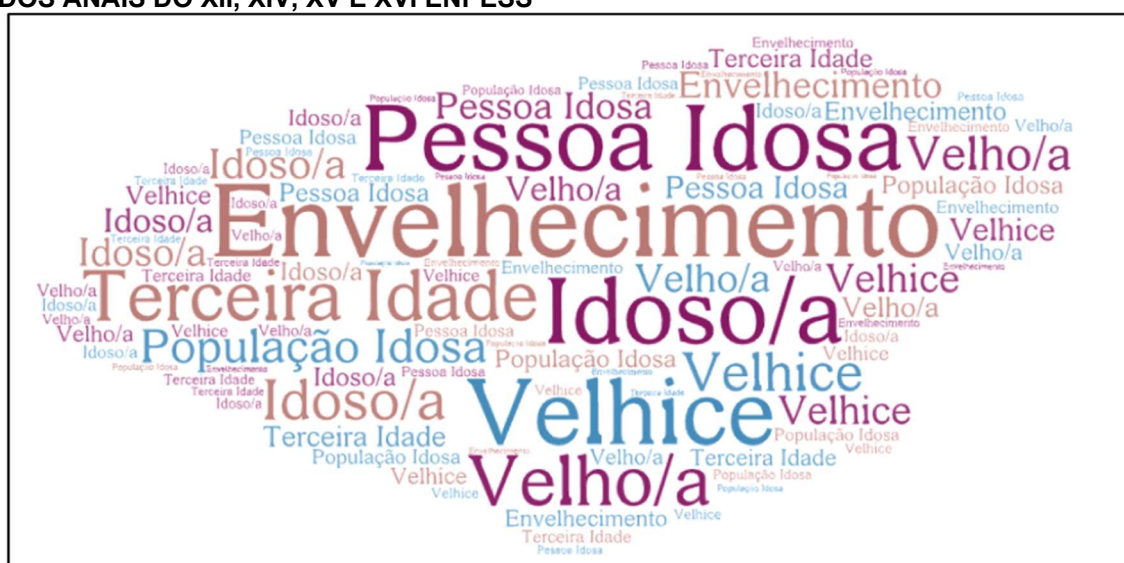
Ressaltamos que na operacionalização desses procedimentos metodológicos alguns aspectos merecem especial atenção:

- a) Na identificação dos Anais, constatamos que os dos XIII, XIV e XV foram disponibilizados em formato digital através de CDs-Rom; já o último, o XVI, achava-se no formato de revista eletrônica disponibilizado pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), objetivando uma maior democratização à produção científica a partir do momento que dissemina gratuitamente o conhecimento científico;
- b) A organização dos Anais deixou lacunas, omitindo dados que poderiam servir de parâmetro para a nossa pesquisa e para outras. Um exemplo é a repetição de arquivos, a falta de código de identificação, entre outros. Este aspecto já havia sido constatado na pesquisa de Campelo e Paiva (2012). Dessa forma, alguns itens planejados inicialmente para fazer parte da pesquisa precisaram ser descartados por não se ter como obter a informação de forma fidedigna, como, por exemplo, o perfil da autoria.

Uma primeira constatação ao verificar as principais palavras-chave para a designação de pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos: a denominação

menos utilizada (uma única vez) foi velho/a, e a mais utilizada foi idoso/a (43 vezes), demonstrando a atualidade do que já nos informaram os estudos de Campelo e Paiva (2014). Outras denominações utilizadas e seu quantitativo foram: pessoa idosa (oito vezes), terceira idade (seis vezes) e população idosa (duas vezes). Destacamos que, entretanto, ao se configurar a denominação do envelhecer, foram encontradas duas denominações: envelhecimento em 54 citações e velhice por 18 vezes. O resultado pode ser mais bem visualizado na nuvem de palavras¹³⁸ (figura) abaixo:

FIGURA 1: PRINCIPAIS PALAVRAS-CHAVE ENCONTRADAS NOS 115 ARTIGOS CONSTANTES DOS ANAIS DO XII, XIV, XV E XVI ENPESS



Fonte: ABEPESS. Anais/CD do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. 2012, 2014, 2016 e 2018. Anais em formato de revista eletrônica no site da Ufes. Elaboração de Rosely Arantes¹³⁹, exclusivamente para este trabalho.

Na subseção destinada ao compêndio de todos os anais dos ENPESS pesquisados, realizaremos uma discussão sobre as palavras-chaves encontradas.

4.2 A revisão integrativa como movimento de investigação e aproximação ao objeto

Nos estudos realizados para a elaboração do nosso projeto de qualificação nesse processo de doutoramento foram utilizadas algumas técnicas com o objetivo de

¹³⁸ Nuvem de palavras é uma representação visual da frequência e do valor das palavras. Ela é usada para destacar com que frequência um termo ou categoria específica aparece numa fonte de dados.

¹³⁹ Rosely Fabrícia de Melo Arantes é profissional da Comunicação Social, com habilitação em jornalismo. Sua experiência profissional se dá nas áreas de Comunicação, com ênfase em Direitos Humanos, Políticas Públicas e Saúde Pública, atuando principalmente nos seguintes temas: comunicação pública, informação de interesse público, direitos humanos, políticas públicas, democratização, participação, infância, adolescência, envelhecimento humano.

aprofundar o conhecimento e delimitar o nosso objeto de pesquisa, que naquele momento dizia respeito à "proteção social à velhice da classe trabalhadora no cenário brasileiro: a particularidade dos/as negros/as, suas lutas e direitos tardios". A **revisão integrativa** foi o recurso definido com o propósito de verificar qual a produção científica existente no tocante às novas tendências de proteção social à velhice no cenário de contrarreformas¹⁴⁰ no Brasil.

A **revisão integrativa** foi a técnica escolhida, pois permite, de acordo com Hamdan (2016), "a combinação de dados da literatura empírica e teórica que podem ser direcionados à **definição de conceitos, identificação de lacunas** nas áreas de estudos, revisão de teorias e análise metodológica dos estudos sobre um determinado tópico" (s.p.). A finalidade inicial deste aporte metodológico, segundo Mendes; Silveira e Galvão (2008), é obter um profundo entendimento de um determinado fenômeno, baseando-se em estudos anteriores.

As autoras destacam que a revisão integrativa segue **padrões de rigor metodológico e clareza na apresentação dos resultados**, de forma que o leitor consiga identificar as características reais dos estudos incluídos na revisão. As etapas a serem seguidas, em conformidade com os estudos de Souza; Silva e Carvalho (2010), são: (i) identificação do tema e seleção da hipótese ou questão de pesquisa para a elaboração da revisão integrativa; (ii) estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos/amostragem ou busca na literatura; (iii) definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados/categorização dos estudos; (iv) avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa; (v) interpretação dos resultados; (vi) apresentação da revisão/síntese do conhecimento.

¹⁴⁰ Behring (2003), em seus estudos, elucida que contrarreforma diz respeito à restrição de direitos, tendo em vista que reforma está relacionada à luta para a conquista de direitos. Coutinho (2012, p. 122) fornece mais elementos para que possamos entender o que assumimos como contrarreforma: "A palavra 'reforma' foi sempre organicamente ligada às lutas dos subalternos para transformar a sociedade e, por conseguinte, assumiu na linguagem política uma conotação claramente progressista e até mesmo de esquerda. O neoliberalismo busca assim utilizar a seu favor a aura de simpatia que envolve a ideia de 'reforma'. É por isso que as medidas por ele propostas e implementadas são mistificatoriamente apresentadas como 'reformas', isto é, como algo progressista em face do 'estatismo', que, tanto em sua versão comunista como naquela social-democrata, seria agora inevitavelmente condenado à lixeira da história. Estamos assim diante da tentativa de modificar o significado da palavra 'reforma': o que antes da onda neoliberal queria dizer ampliação dos direitos, proteção social, controle e limitação do mercado etc., significa agora cortes, restrições, supressão desses direitos e desse controle. Estamos diante de uma operação de mistificação ideológica que, infelizmente, tem sido em grande medida bem-sucedida".

A questão norteadora foi “quais as principais tendências identificadas na proteção social brasileira?”. O levantamento bibliográfico foi realizado pela internet, por meio da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), nas bases de dados: Literatura Latino-Americana em Ciências de Saúde (LILACS), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE) e Coleciona SUS.

Os critérios de inclusão que conduziram a seleção da amostra foram: artigos na íntegra que tratassem da temática abordada na realidade brasileira, na modalidade original, em formato, no idioma português. Os critérios de exclusão pautaram-se por pesquisas que apresentassem somente resumos e/ou não contemplassem a temática do estudo, artigos em duplicidade e aqueles publicados e indexados nos bancos de dados antes de 2009.

Inicialmente foram identificados 1.149 artigos; destes foram selecionados pelo título e descritores 270 artigos. Entretanto, ao se aplicar o critério de exclusão referente à duplicidade restaram 230 artigos, que em virtude do período de publicação e indexação nos bancos de dados ficaram 27 artigos, dos quais foram lidos os resumos e selecionados os que atendiam mais especificamente a reflexões sobre o tema contrarreforma. Ficou assim a amostra final com nove artigos, todos indexados no LILACS, com os seguintes dados:

Quadro 5: Artigos utilizados na revisão integrativa (continua)

Título do Artigo	Autores/as	Periódico (nº, página, ano)	Considerações
Análise crítica da proposta de reforma da previdência social no Brasil entre os anos 2016 e 2018.	Mauri Antônio da Silva	Serviço Social e Sociedade, 2019, n. 135, p. 213 a 230.	Objetivo: análise crítica da tentativa de contrarreforma da previdência materializada na Proposta de Emenda Constitucional 287/2016. A aprovação desta emenda promoverá uma profunda regressão nas condições de vida da classe trabalhadora. O alongamento do tempo de contribuição permite a ampliação do exército industrial de reserva, pressionando os salários para baixo e proporcionando o aumento da exploração do trabalhador. Garantia da lucratividade do capitalismo dependente brasileiro.

<p>O desemprego e as tendências da contrarreforma no campo dos direitos sociais</p>	<p>Angélica Luiza Silva Bezerra Milena Gomes de Medeiros</p>	<p>Textos & Contextos, 2018, v. 17, n. 2, p. 335 – 345.</p>	<p>Objetivo: apreender algumas determinações presentes na dinâmica atual da contrarreforma no campo dos direitos sociais no século XX. O investimento cada vez maior em novos tipos de emprego desistoriciza e mascara os reais interesses da acumulação capitalista. Ao transformar o trabalhador em empreendedor ou colaborador da empresa, retira da cena política a luta dos trabalhadores enquanto classe antagonista estrutural do capital. A atual conjuntura, que expressa um trabalho cada vez mais desestruturado e heterogêneo, revela o desemprego como um fenômeno de difícil administração. Um grande desafio diante do atual quadro político e econômico no Brasil é a construção da unidade da classe trabalhadora.</p>
<p>Contrarreforma do Estado e gerencialismo: novo fetiche, velha proposta</p>	<p>Karla Fernanda Valle Janete Luzia Leite</p>	<p>Serviço Social e Sociedade, n. 131, p. 109-129, São Paulo, 2018.</p>	<p>Debate as transformações do mundo do trabalho sob a égide dos organismos multilaterais, com ênfase à disseminação do ideário gerencial no setor público, espaço privilegiado de atuação do assistente social. O Estado viabiliza estratégias de desconstrução dos serviços públicos e de desqualificação dos funcionários, incentivadas pelos organismos multilaterais pertencentes às bases do capitalismo-imperialismo, como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).</p>
<p>O “pacto pela educação” e o mistério do “todos”:</p>	<p>Álcio Crisóstomo Magalhães</p>	<p>Educação em Revista, n. 34, p. 1- 24, Belo</p>	<p>O pacto do consenso desmobilizou os</p>

Estado social e contrarreforma burguesa no Brasil	José Adelson da Cruz	Horizonte, 2018.	<p>movimentos sociais e as organizações políticas. Utiliza o conceito de contrarreforma em Gramsci para caracterizar a Contrarreforma como uma pura e simples “restauração” e “conservação” da ordem social e política.</p> <p>A sociedade civil, na atualidade, consolidou-se como sinônimo de Terceiro Setor, o conluio entre organizações filantrópicas, comunitárias e ONGs. Esse deslocamento resultou em uma concepção de sociedade civil acrítica e polêmica, deixando de ser um instrumento de análise teórico e se convertendo em estratégias ideológico-práticas de privatização do público.</p>
Estado e sociedade civil em tempos de contrarreforma: lógica perversa para as políticas sociais	Ivete Simionatto Edinaura Luza	Textos & Contextos, v. 10, n. 2, p. 215-226, Porto Alegre, 2011.	<p>Objetivo: analisar os desdobramentos da reforma do Estado brasileiro no campo das políticas sociais.</p> <p>Terreno empírico: as Políticas de Saúde e Assistência Social no município de Chapecó (SC). O repasse de funções do Estado para a sociedade civil subsumida às organizações públicas não estatais, às fundações e à iniciativa privada.</p> <p>As políticas sociais, especialmente na ponta do sistema (esfera municipal), movida pelo interesse privado de grupos e segmentos sociais que reforçam a focalização, a seletividade e a mercantilização do atendimento às necessidades sociais é uma das consequências da contrarreforma do Estado.</p>
Aprendendo com a história: táticas sindicais que contribuíram para a	Jaime Hillesheim	Textos & Contextos, v. 16, n. 2, p. 297-312, Porto Alegre, 2017.	Problematiza as táticas adotadas pelo movimento sindical brasileiro no período compreendido entre os anos de 2003 e 2016 para

contrarreforma trabalhista			<p>enfrentar os conflitos oriundos da relação entre capital e trabalho.</p> <p>Afirma que as perspectivas de negociação e de conciliação de interesses, de classes, assimilada pelas organizações representativas dos trabalhadores, acabaram por criar as condições necessárias para levar a cabo a contrarreforma trabalhista.</p> <p>A realidade exige das organizações sindicalistas um posicionamento firme contra todas as tentativas de desregulamentação dos direitos arduamente conquistados.</p>
O ensino médio e a inserção juvenil no mercado de trabalho	Ramon de Oliveira	Trabalho, Educação e Saúde vol. 16, n. 1, p. 79-98. Rio de Janeiro, 2018b.	<p>O argumento central é que a contrarreforma do ensino médio não garantirá oportunidades universais para a conclusão da educação básica, mas promoverá a formação precarizada nas escolas públicas e reforçará a precarização do trabalho juvenil.</p> <p>O discurso da empregabilidade norteou as práticas do sistema público de ensino e se instaurou como referência das ações governamentais voltadas à qualificação profissional.</p> <p>A flexibilização das escolhas, caracteriza-se como mais um dos mecanismos para fazer da escola um espaço de legitimação das desigualdades sociais.</p> <p>O mercado informal ou o trabalho precarizado tem sido o destino de parte considerável daqueles que não completaram o ensino médio.</p>
Crise do capital e o desmonte da Previdência Social no Brasil	Edvânia Ângela. De S. Lourenço Francisco Antônio de Castro Lacaz	Serviço Social e Sociedade, n. 130, p. 467-486,	Contrarreforma da Previdência Social regida pela lógica do setor privado, transformando direitos

	Patrícia Martins Goulart	São Paulo, 2017.	<p>sociais em mercadorias, com a redução drástica dos direitos.</p> <p>O atual cenário é de destruição dos sistemas de Seguridade Social e de proteção do trabalho, favorecendo a ascensão do capital financeiro.</p> <p>Analisa a contrarreforma da Previdência Social nos governos de FHC, Lula e Dilma.</p> <p>Destaca que, paralelamente à contrarreforma da Previdência Social, ocorre a destruição da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e da Justiça do Trabalho.</p> <p>Reforça a necessidade de um amplo processo de mobilização social que una as entidades sindicais e as organizações progressistas da sociedade civil em defesa da seguridade social, do trabalho e dos trabalhadores.</p>
Contrarreforma da Previdência Social sob o comando do capital financeiro	Maria Lúcia Lopes da Silva	Serviço Social e Sociedade, n. 131, p. 130-154, São Paulo, 2018.	<p>Pressões das instituições financeiras (bancos, fundos de pensão, entre outras) sobre o Estado, para reorientar o fundo público a seu favor e de outras frações do grande capital.</p> <p>Trata ainda de possíveis consequências sociais diante da aprovação da PEC nº 287/2016.</p> <p>Reforça que só a luta dos trabalhadores será capaz de mudar o rumo desta história.</p>

Fonte: Banco de dados Literatura Latino-Americana em Ciências de Saúde (LILACS).
Elaboração da autora.

Ao término da revisão integrativa, os aspectos a serem destacados foram: (i) na década compreendida entre 2009 e 2019, período em que se acirram as contrarreformas no Brasil desregulamentando direitos, há uma pequena produção acadêmica no tocante às tendências para a proteção social brasileira diante da regressão dos marcos civilizatórios; **(ii) as produções analisadas não trazem dados sobre a população negra, apesar de refletirem sobre desemprego, educação,**

previdência social e sociedade civil;¹⁴¹ (iii) quatro dos nove artigos tratam da contrarreforma da previdência social, tanto a de períodos anteriores como, mais detalhadamente, da reforma que está em curso desde 2016, através da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287/2016¹⁴² com o governo golpista de Michael Temer, ampliada no atual governo de ultradireita de Jair Bolsonaro, com a PEC 06/2019¹⁴³. Essa contrarreforma atende aos ditames do capital financeiro e cumpre as “recomendações” dos organismos internacionais; (iv) dois textos que tratam da educação demonstram que contrarreformas na política de educação só trarão prejuízos aos jovens que estão se preparando para entrar no mercado de trabalho, pois os moldes com os quais a implementação das “reformas” estão acontecendo acarretam a precarização do ensino nas escolas públicas, levando os jovens, cada vez mais, para trabalhos precarizados; (v) um texto faz referência ao mascaramento e à desistorização dos interesses da acumulação capitalista ao investir, cada dia mais, em novas modalidades de emprego, transformando o trabalhador em colaborador, permitindo com isso que a luta dos trabalhadores seja retirada de cena política; (vi) muito chama a atenção que somente um texto trata na especificidade da atuação do movimento sindical tanto para resistir ao desmonte dos direitos sociais e trabalhistas, como em determinando período (governo Fernando Henrique Cardoso até governo Dilma Rousseff) deixa claro que o movimento sindical contribuiu de forma incisiva para a implementação da contrarreforma trabalhista; (vii) **a maioria dos artigos (sete) foi elaborada por assistentes sociais ou docentes dos cursos de pós-graduação em**

¹⁴¹ Nesse, sentido a produção analisada não reflete os dados estatísticos sobre a população negra no Brasil, como já vimos no capítulo 2 e veremos no capítulo 5. Os piores índices de desemprego, educação, entre outros, recaem sobre negros/as.

¹⁴² Graziela Ansiliero (2018, p. 7) informa que a PEC 287/2016 “era bastante ampla e tentava promover profundos e necessários ajustes paramétricos no sistema previdenciário brasileiro, abrangendo tanto o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) quanto os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS). Entre suas medidas originais estavam a alteração da carência e o estabelecimento, mediante aplicação de regras de transição, de uma idade mínima de aposentadoria de 65 anos de idade, promovendo a convergência de regras entre regimes e entre diferentes grupos, mais especificamente entre celetistas e estatutários, entre trabalhadores urbanos e rurais e entre homens e mulheres”.

¹⁴³ Antônio Augusto de Queiroz (2019, p. 13) explica o que estabelece a PEC 6/2019: “em linhas gerais, a proposta do Governo Bolsonaro unifica as regras dos regimes geral e próprio, impõe novas exigências para a concessão de benefícios, inclusive para os trabalhadores rurais, idosos e deficientes carentes, proíbe a acumulação de benefícios, e abre caminho para a adoção do regime de capitalização na Previdência pública, como uma etapa para a privatização da Previdência Social. Trata-se de uma proposta muito dura sobre os atuais e futuros segurados, que atinge os três pilares da Previdência Social, todos em prejuízo do segurado: a idade, que aumenta; o tempo de contribuição, que aumenta; o e valor do benefício, que diminui”.

Serviço Social; também sete foi o quantitativo de artigos publicados em revistas específicas da profissão: Serviço Social e Sociedade e Textos & Contextos.

Este último dado nos leva a concluir que mesmo com a intervenção em espaços sócio-ocupacionais precarizados, os/as assistentes sociais dedicam tempo à dimensão investigativa da profissão, em estreito alinhamento com o nosso Projeto Ético-Político, buscando a “defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo” (CFESS, 2019). Reafirma-se a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 2021)¹⁴⁴.

Uma vez que o objeto estudado nesta pesquisa diz respeito à contribuição do Serviço Social brasileiro ao enfrentamento ao racismo e ao ageísmo, expressa nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social realizados na segunda década do século XXI e tendo como pressupostos (i) a existência dessa contribuição e (ii) a corroboração dos resultados da revisão integrativa, a demonstrar que os profissionais de Serviço Social foram os que mais publicaram sobre as lutas sociais, decidimos manter a referida revisão integrativa como um dos aportes metodológicos necessários para atingirmos os objetivos propostos.

4.3 Resultados da pesquisa realizada nos anais dos Enpess ocorridos em 2012, 2014, 2016 e 2018

O universo empírico da pesquisa foi composto dos artigos nos Anais dos quatro Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social, realizados na primeira década do século XXI: (i) XIII Enpess, no ano de 2012, na cidade de Juiz de Fora/MG; (ii) XIV Enpess, no ano de 2014, em Natal/RN; (iii) XV ENPESS, em 2016, em Ribeirão Preto/SP; e o (iv) XVI Enpess, em 2018, em Vitória/ES¹⁴⁵.

¹⁴⁴ Além dos princípios citados, destacamos os seguintes: III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; [...] X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; (CFESS, 2012).

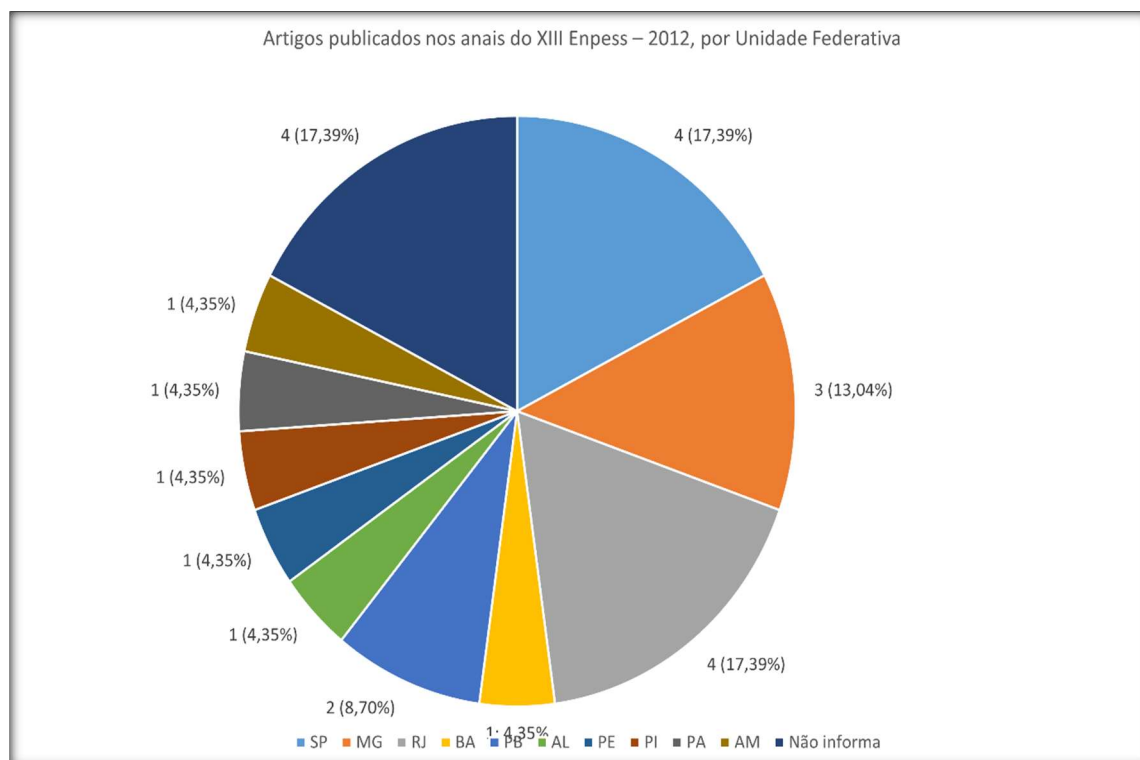
¹⁴⁵ Conforme já exposto no capítulo III deste trabalho, o XVII Enpess deveria ter ocorrido no ano de 2020, em conformidade com a periodicidade prevista, contudo, a edição do evento ficou impossibilitada de ocorrer em virtude da pandemia da Covid-19.

Com relação aos arquivos encontrados nos anais dos quatro Enpess, não houve como precisar um montante geral de trabalhos aprovados, uma vez que essa informação não consta dos anais pesquisados. Para se traçar um perfil a partir da Unidade Federativa de origem do escrito, ênfase do conteúdo, modalidade de apresentação indicada no arquivo e principais palavras-chave¹⁴⁶, consideram-se as seguintes informações:

a) XIII Enpess – Serviço Social, acumulação capitalista e lutas sociais: o desenvolvimento em questão

Dos 22 artigos consultados do XIII Enpess, realizado em Juiz de Fora/MG, no período de 5 a 9 de novembro de 2012, quatro (17,39%) são provenientes de São Paulo, quatro (17,39%) do Rio de Janeiro, três (13,04%) de Minas Gerais, dois (8,70%) da Paraíba, um (4,35%) de Alagoas, um (4,35%) da Bahia, um (4,35%) do Piauí, um (4,35%) de Pernambuco, um (4,35%) do Amazonas e um (4,35%) do Pará. Quatro (17,39%) não informam a origem, como se observa no Gráfico 1:

GRÁFICO 1: ARTIGOS PUBLICADOS NOS ANAIS DO XIII ENPESS – 2012, POR UNIDADE FEDERATIVA



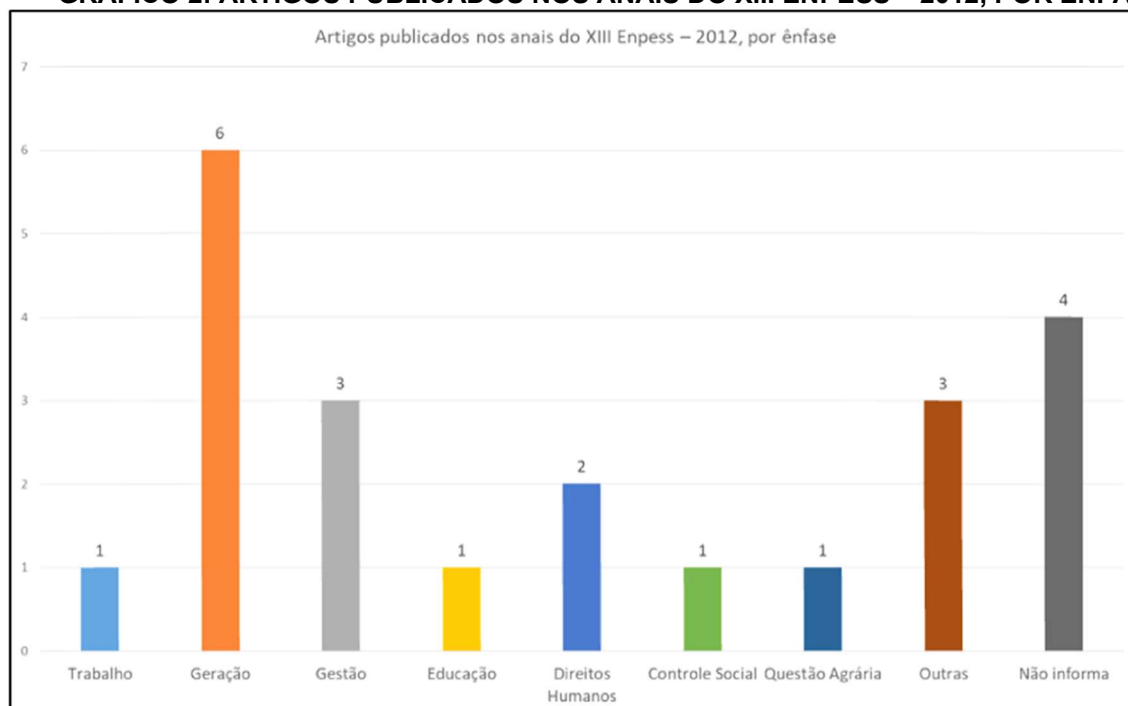
Fonte: ABEPSS. Anais/CD do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2012.

¹⁴⁶ Ressaltamos que ao verificar as principais palavras-chave poderá ocorrer a incidência de duas ou mais palavras em um único arquivo, o que resulta num número maior que a quantidade de trabalhos.

Os artigos consultados mostram que o XIII Enpess contou com a participação de pesquisadores de três regiões brasileiras: Norte, Nordeste e Sudeste, sendo esta última a que mais produziu sobre o processo de envelhecimento, seguida pela região Nordeste e, logo após, pela região Norte.

Dos trabalhos que tiveram sua ênfase especificada, na edição do Enpess de 2012, sua maioria, isto é, seis (27,2%) foram aprovados com a ênfase principal em Gerações, o que não causa nenhuma surpresa, pois as pesquisas que tratam de assuntos pertinentes à velhice são aí agrupadas. Entretanto, encontramos três (13,8%) trabalhos com ênfase em Gestões, dois (9,1%) em direitos humanos. Com ênfase em trabalho, educação, controle social e questão agrária, um (4,5%) cada uma. Já os agrupados em ênfases informadas como outras e não identificadas perfazem um total de sete (31,9%).

GRÁFICO 2: ARTIGOS PUBLICADOS NOS ANAIS DO XIII ENPESS – 2012, POR ÊNFASE



Fonte: ABEPSS. Anais/CD do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2012.

As palavras-chave mais frequentes nesses artigos foram: idoso/a, 13 (59,1%), envelhecimento, três (13,64), terceira idade, dois (9,1%), e população idosa dois (9,1%), enquanto velhice e velho apareceram uma única vez (4,5%) cada um em um mesmo artigo.

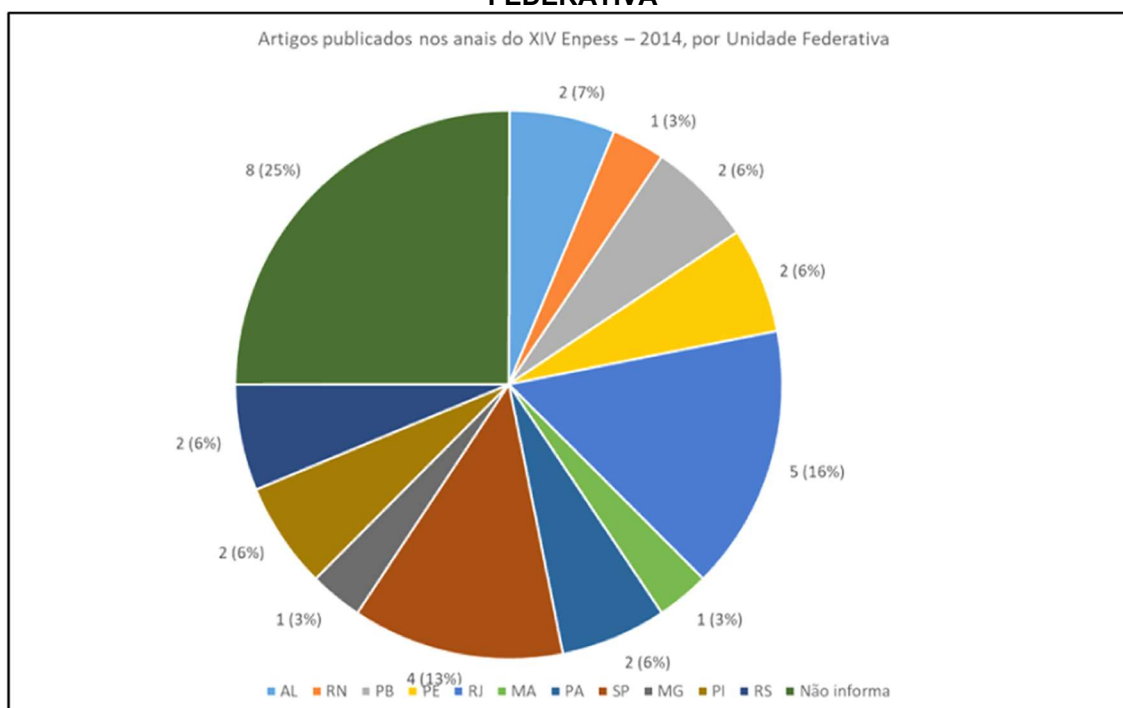
Quanto à exposição, a maioria, ou seja, vinte (91%), foi apresentada na modalidade oral e dois (9%) como pôsteres.

Nos anais do XIII Enpess, após todo o processo de lapidação do banco de dados, selecionamos um artigo (4,5%) para a análise final dos resultados da nossa pesquisa: O Acesso à Previdência Rural entre Idosos Quilombolas (JORGE, 2012), de Minas Gerais e com ênfase na Questão Agrária.

b) XIV Enpess – Lutas Sociais e Produção do Conhecimento – Desafios para o Serviço Social no Contexto de Crise do Capital

No período de 30 de novembro a 4 de dezembro de 2014, foi realizado o XIV Enpess, na cidade de Natal/RN. Dos anais desse Encontro foram consultados 32 artigos, oriundos de 11 Unidades da Federação: Alagoas, dois (7%), Rio Grande do Norte, um (3%), Paraíba, dois (6%), Pernambuco, dois (6%), Rio de Janeiro, cinco (16%), Maranhão, um (3%), Pará, dois (6%), São Paulo, quatro (13%), Minas Gerais, um (3%), Piauí, dois (6%), Rio Grande do Sul, dois (6%). Oito (25%) artigos não especificam sua origem.

GRÁFICO 3: ARTIGOS PUBLICADOS NOS ANAIS DO XIV ENPSS – 2014, POR UNIDADE FEDERATIVA



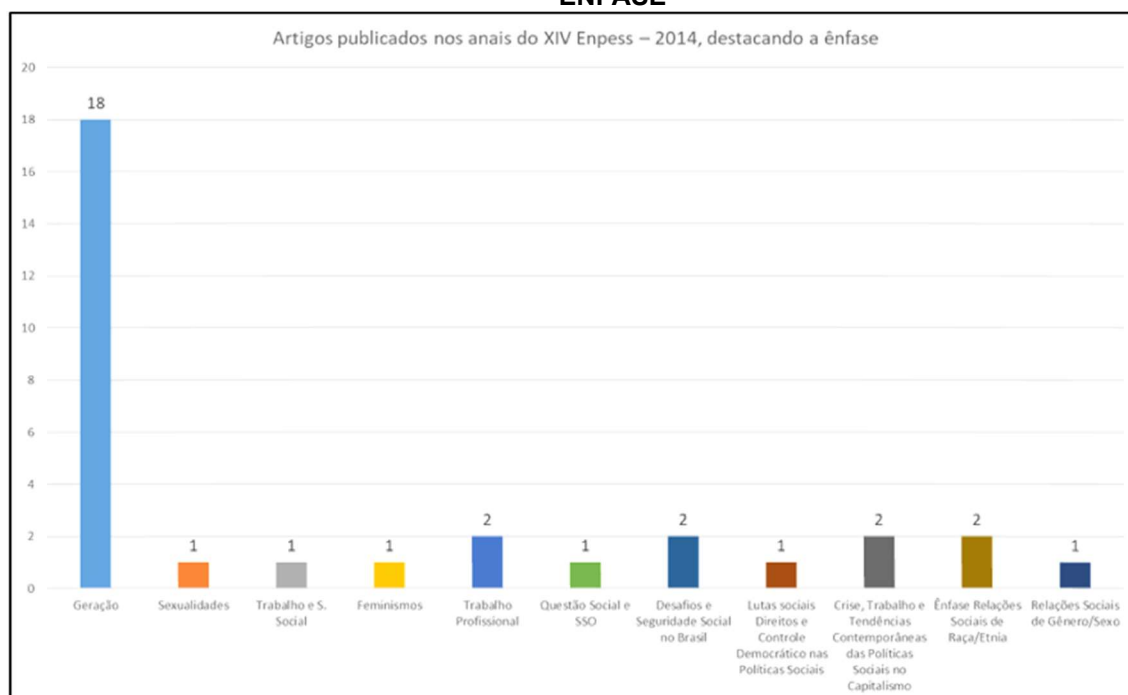
Fonte: ABEPSS. Anais/CD do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2014.

No XIV Enpess, ocorreu a aprovação de trabalhos de quatro regiões do país: Norte, Nordeste, Sudeste e Sul. Nordeste e Sudeste foram as regiões com maior

número de trabalhos, totalizando dez (31,25%) cada uma, acompanhadas das regiões Norte e Sul, com dois trabalhos (6,25%) cada uma.

O Gráfico 4 revela que a ênfase dada aos trabalhos diz respeito a: Gerações, 18 (56,25%), Sexualidades, um (3,13%), Trabalho e Serviço Social, um (3,13%), Feminismos, um (3,13%%). Trabalho Profissional contou com dois artigos (6,25%), Questão Social e Serviço Social, um (3,13%), Desafios e Seguridade Social no Brasil, dois (6,25%), Lutas Sociais, Direitos e Controle Democrático nas Políticas Sociais, um (3,13%%), Crise, Trabalho e Tendências Contemporâneas das Políticas Sociais no Capitalismo, dois (6,25%), Ênfase nas Relações Sociais de Raça/Etnia, dois (6,25%) e Relações Sociais de Gênero/Sexo, um (3,13%).

GRÁFICO 4: ARTIGOS PUBLICADOS NOS ANAIS DO XIV ENPESS – 2014, DESTACANDO A ÊNFASE



Fonte: ABEPSS. Anais/CD do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2014.

Quanto às palavras-chave, Velho/a, uma (3,13%), Velhice, nove (28,15%), Envelhecimento, dez (31,25%), Idoso/a, nove (28,15%), Pessoa idosa, três (9,38%), População Idosa, uma (3,13%) e Terceira idade, uma (3,13%), foram as mais encontradas nos 32 artigos selecionados desse Enpess.

Vinte e oito artigos (87,5%) foram apresentados na modalidade de apresentação oral, enquanto apenas quatro (12,5%) na modalidade pôster.

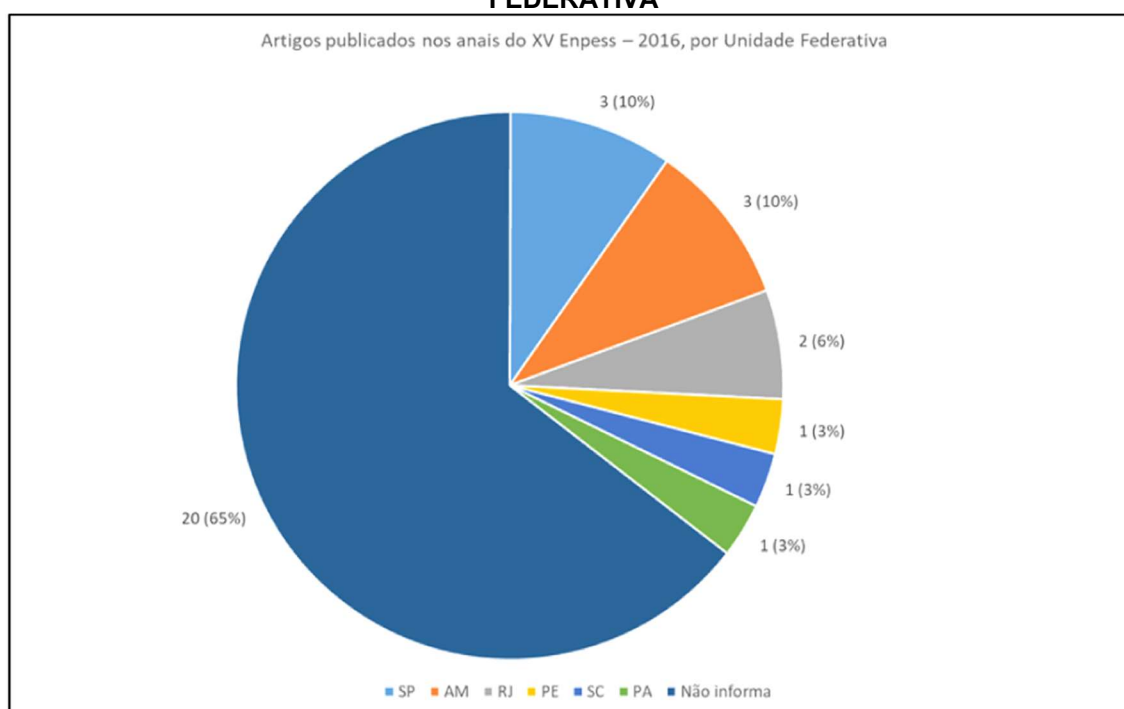
Um trabalho (3,13%) intitulado Quem pegou nossos direitos? Mapeamento dos idosos das comunidades quilombolas de São João da Ponte/MG (LIMA ET AL., 2014),

do estado de Minas Gerais e com ênfase em Relações Sociais de Raça/Etnia, foi o selecionado para a análise, em consonância com o objeto desta pesquisa.

c) XV Enpess – 20 anos de diretrizes curriculares, 70 de ABEPSS e 80 de Serviço Social no Brasil. Formação e Trabalho profissional – reafirmando as diretrizes curriculares da ABEPSS

O XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social aconteceu na cidade de Ribeirão Preto/SP, no período de 4 a 9 de dezembro de 2016. Foram encontrados 31 artigos dentro dos critérios elencados, a grande maioria sem a identificação da Unidade da Federação de sua origem. São Paulo e Amazonas foram a origem, cada um, de três (10% para cada estado); Rio de Janeiro teve dois (6%) trabalhos, Pernambuco, Santa Catarina e Pará contaram com um (3%) artigo cada um. Já vinte (65%) não tiveram sua origem informada.

GRÁFICO 5: ARTIGOS PUBLICADOS NOS ANAIS DO XV ENPESS – 2016, POR UNIDADE FEDERATIVA



Fonte: ABEPSS. Anais/CD do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2016.

Poucas foram as palavras-chave que se destacaram nos 31 artigos, a saber: Velhice foi citada sete vezes (22,6%), Idoso/a, 14 (45,17%), Envelhecimento, oito (25,81%), Terceira idade e população idosa, uma vez (0,33%) cada uma, e pessoa idosa, três vezes (9,58%).

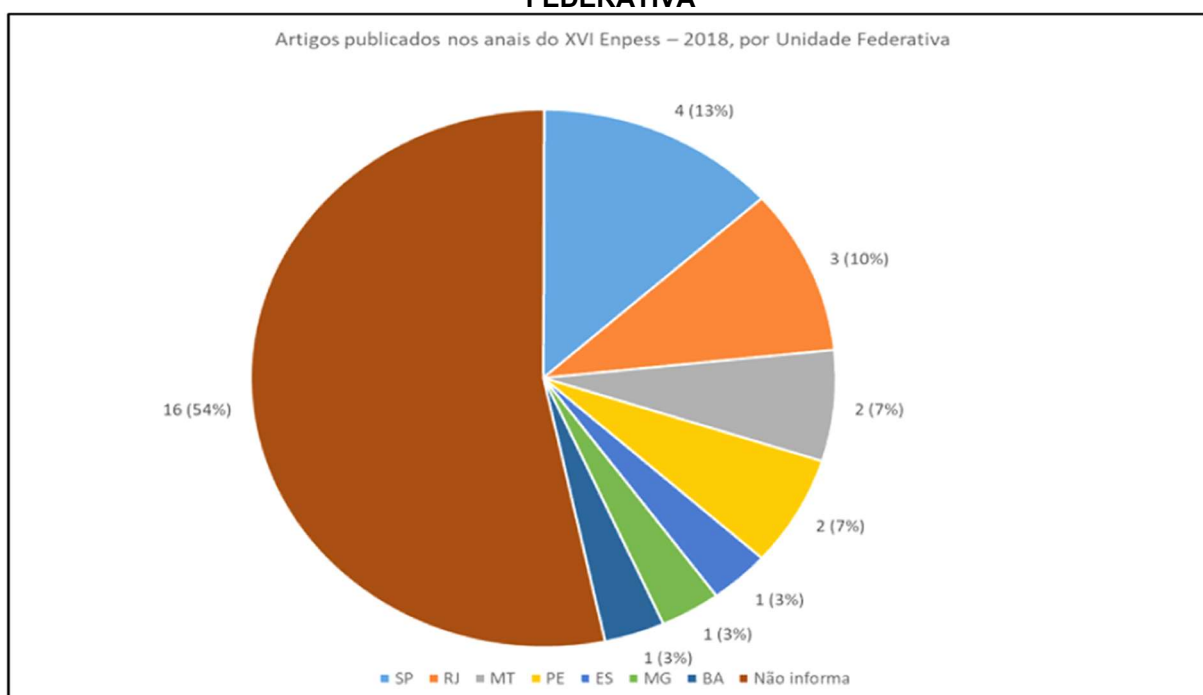
No XV Enpess os trabalhos aprovados tiveram as seguintes modalidades de apresentação: Oral, 25 trabalhos (81%); pôster, cinco (16,13%). Pela primeira vez nos Anais selecionados houve um trabalho (2,87%) na modalidade Mesa Temática, intitulado “Trabalho e famílias: configurações e tensões em contexto de desigualdades”.

Em nenhum dos 31 artigos havia a informação referente à ênfase na qual eles foram aprovados. Nesses Anais não houve nenhum artigo selecionado para a análise desta pesquisa.

d) XVI Enpess – Em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e Serviço Social

A cidade de Vitória/ES foi a anfitriã, no período de 2 a 7 de dezembro de 2018, do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, com um total de trinta trabalhos consultados. Ao nos debruçarmos sobre a origem desses artigos, encontramos o seguinte: São Paulo, com quatro trabalhos (13%), seguido por Pernambuco e Mato Grosso, com dois trabalhos (7%) em cada estado; Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia, um artigo cada um (3%). Dezesesseis (65%) estavam sem a identificação de sua origem, conforme indica o Gráfico 6:

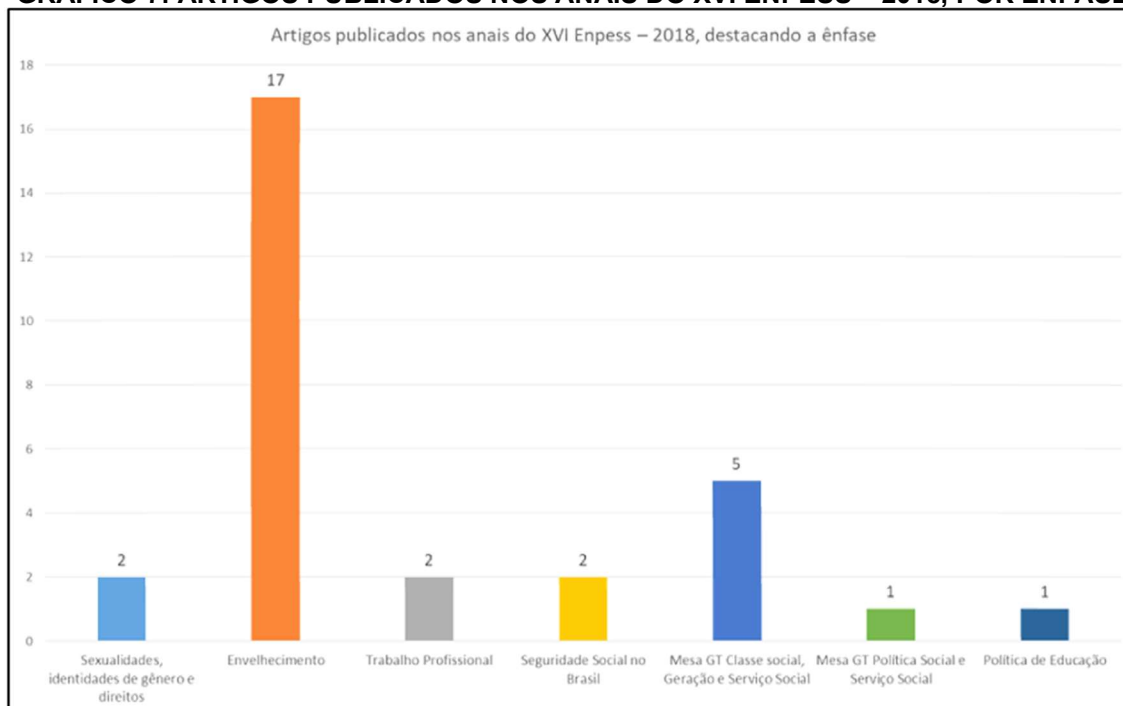
GRÁFICO 6: ARTIGOS PUBLICADOS NOS ANAIS DO XVI ENPSS – 2018, POR UNIDADE FEDERATIVA



Fonte: ABEPSS. Anais/CD do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2016.

O Gráfico 7 mostra qual a ênfase dos trabalhos: Sexualidades, identidades de gênero e direitos, dois (6,7%), Envelhecimento, 17 (56,7%), Trabalho Profissional, dois (6,7%), Seguridade Social no Brasil, dois (6,7%), Mesa Coordenada Envelhecimento e Políticas Sociais em tempos de contrarreformas, cinco (16,7%), Mesa Coordenada Política Social e Família: a proteção social no contexto de crise do capital, um (3,34%); Política de Educação, um (3,34%).

GRÁFICO 7: ARTIGOS PUBLICADOS NOS ANAIS DO XVI ENPESS – 2018, POR ÊNFASE



Fonte: ABEPSS. Anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social 2018. Anais em formato de revista eletrônica no *site* da Ufes.

Foram três as modalidades de apresentação: Oral, 18 (60%), Pôster, seis (20%) e Mesa temática (coordenada), seis (20%). Destes, um (16,67%) na mesa específica sobre Política Social e Família: a proteção social no contexto de crise do capital e cinco (83,34%) naquela que foi a grande novidade dos Enpess, conforme já visto no capítulo III: a mesa temática/coordenada sobre o envelhecimento, intitulada Envelhecimento e Políticas Sociais em tempos de contrarreformas.

Cinco foram as palavras-chave mais utilizadas: Envelhecimento, 18 (60%), Velhice uma (3,34%), Idoso/a, dez (33,34%), Terceira idade, duas (6,7%) e Pessoa Idosa, uma (3,34%). Assim como nas outras edições do Enpess, objeto deste estudo, a denominação idoso/a é a que mais aparece; nesse caso específico, não houve a palavra velho/a, mas identificamos uma única vez a palavra velhice.

Na lapidação desses Anais foram selecionados dois trabalhos (6,7%) para a análise final desta pesquisa: (i) Processo de Envelhecimento Brasileiro, Racismo e Gênero: aproximações necessárias (OLIVEIRA, 2018), do estado de São Paulo e com ênfase no envelhecimento; e (ii) Idosos quilombolas, identidade étnica e memória (OLIVEIRA et al, 2018), sem a identificação de sua origem e com ênfase no envelhecimento.

4.4 Compêndio dos resultados encontrados nos quatro Enpess estudados

Como já mencionado, no processo de lapidação encontrou-se um total de 115 artigos; desses, quatro estavam dentro dos critérios pré-definidos para nosso estudo, conforme pode ser constatado no quadro abaixo:

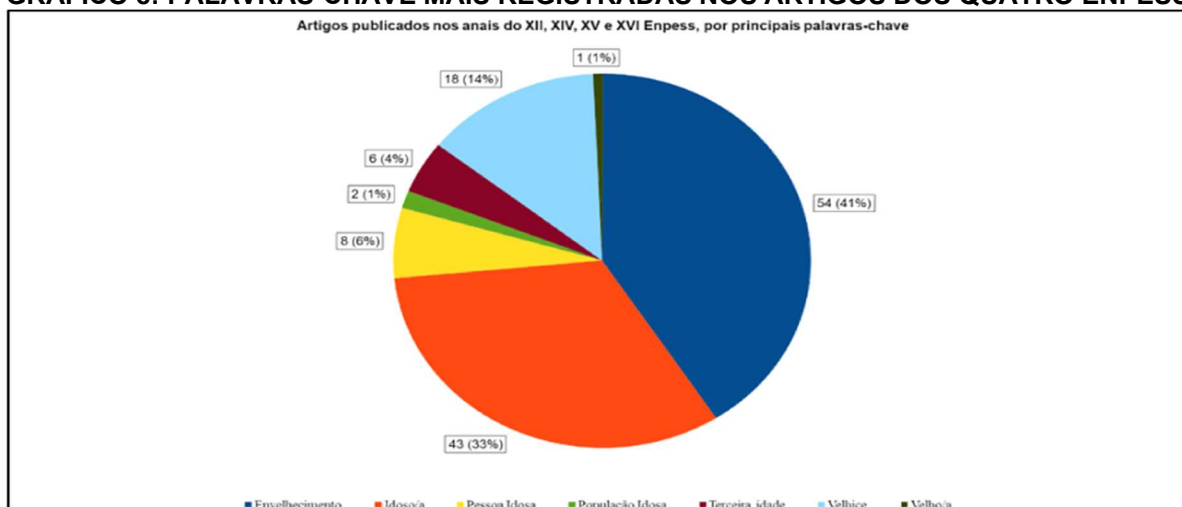
Quadro 6: Total de artigos por Enpess x artigos selecionados

ENPESS	Local	Artigos	Selecionados
XIII	Juiz de Fora/MG	22	1
XIV	Natal/RN	32	1
XV	Ribeirão Preto/SP	31	0
XVI	Vitória/ES	30	2
Total		115	4

Fonte: ABEPSS. Anais/CD do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. 2012, 2014, 2016 e 2018. Anais em formato de revista eletrônica no *site* da Ufes. Elaboração da autora.

Em termos percentuais, entre os 115 artigos, encontrou-se o seguinte: XIII Enpess, 22 (19,13%); XIV, 32 (27,83%); XV, 31 (26,96%) e XVI, trinta (26,08%).

A denominação idoso/a foi a mais utilizada (43 vezes, 33%), seguida das seguintes nomenclaturas: pessoa idosa (oito, 6%), terceira idade (seis, 4%), população idosa (duas, 1%) e velho/a (1%). Foram encontradas, ainda, duas denominações: envelhecimento (54 vezes, 41%) e velhice (18 vezes, 14%), utilizadas para se referir ao processo de envelhecimento (ver Gráfico 8):

GRÁFICO 8: PALAVRAS-CHAVE MAIS REGISTRADAS NOS ARTIGOS DOS QUATRO ENPESS

Fonte: ABEPSS. Anais/CD do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. 2012, 2014, 2016 e 2018 Anais em formato de revista eletrônica no *site* da Ufes.

Em um sistema no qual pessoas velhas são cotidianamente desvalorizadas, ressalta Campelo e Paiva (2014, p. XX): “é possível afirmar que há ‘expresso’ pudor relacionado ao uso da palavra ‘velho/a’”. No cenário de pseudovalorização dessa parcela da população é que, de acordo com Benedito (2017a), surgem novos vocábulos para denominar os velhos: terceira idade, melhor idade, feliz idade, idade de ouro. A ideia a ser repassada é que, nesse caso, a valorização vem com a semântica¹⁴⁷: muda-se o vocábulo, muda-se a situação do velho – o que é uma inverdade.

Pensamos que essas “novas terminologias atendem a uma característica intrínseca à sociedade burguesa: a transformação de tudo em mercadoria”. Não por acaso hoje, na sociedade de consumo o que não faltam são produtos e serviços destinados a esse público: de cosméticos a pacotes de viagens (BENEDITO, 2017a, p. 122).

Ainda há um número pequeno de pessoas velhas que compartilham do pensamento de Néri (2002, p. 1):

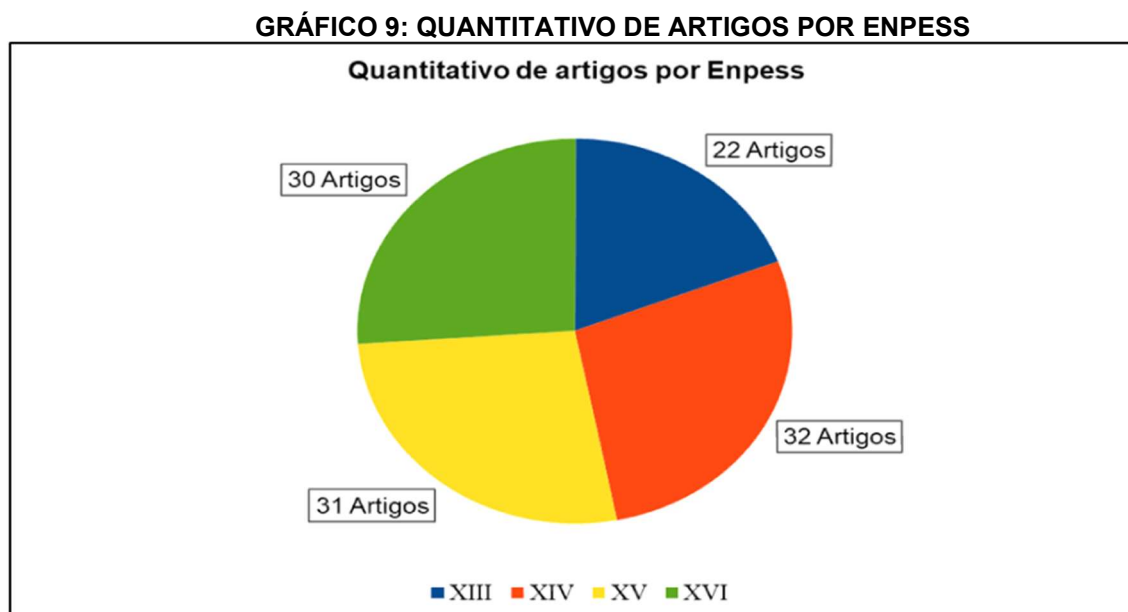
Eu costumo dizer que estas expressões [melhor idade, idade de ouro etc.] são eufemismos. O velho precisa assumir sua condição e não se envergonhar da sua velhice. E as pessoas, de um modo geral, precisam respeitar esse

¹⁴⁷ Marx (1996, p. 464) anota: “[...] o engano do idealismo reside em conferir à linguagem um poder que ela não tem e em exacerbar diferenças, esquecendo os elementos de identidade entre palavras e entes. Tanto um quanto o outro são incapazes de explicar a contento os fenômenos que detectam, o que revela, aliás, a necessidade de superar ambas as posições”. (Supressões nossas).

fato. Velho é velho, idoso, e ponto final. Chamar de “senhor/senhora da terceira idade” não vai mudar essa condição. O velho precisa ser respeitado. A sociedade precisa desenvolver estruturas que garantam um envelhecimento sadio. (Acréscimos nossos).

Em consonância com a análise desses artigos no que diz respeito à nomenclatura, ainda há um longo caminho a percorrer para se quebrar a barreira do preconceito e estar mais próximo da aceitação não só do termo velhice, mas de todo o processo de envelhecimento.

Na consulta aos anais dos Enpess realizados na segunda década do século XXI, observamos que há, excetuando-se o XIII (22 trabalhos), uma quantidade semelhante de trabalhos nos quais as questões referentes ao envelhecimento são pautadas, variando entre trinta e 32 artigos, conforme pode ser mais bem visualizado no Gráfico 9:

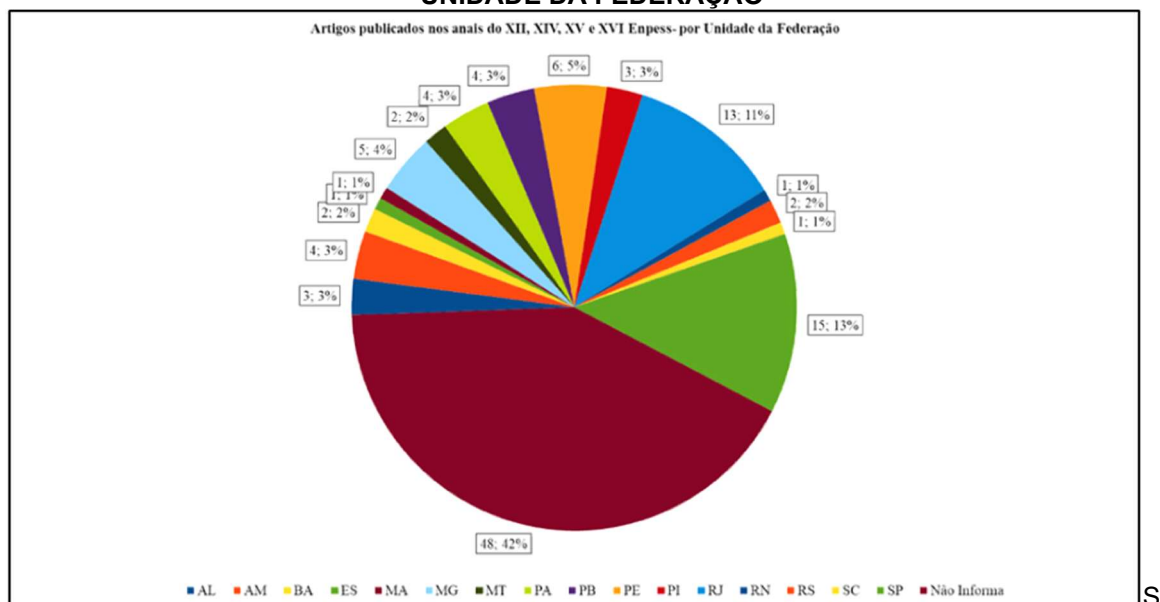


Fonte: ABEPSS. Anais/CD do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. 2012, 2014, 2016 e 2018. Anais em formato de revista eletrônica no *site* da UFES.

No que concerne às unidades da federação, conforme podemos verificar no Gráfico 10, Rio de Janeiro e São Paulo estão na liderança, com 15 (13%) e 13 (11%) artigos respectivamente, seguidos por Pernambuco, com seis (5%). Cinco trabalhos (4%) são oriundos de Minas Gerais; Amazonas, Pará e Paraíba enviaram quatro trabalhos (3%) cada um. Três artigos (3%) foi o total enviado por Piauí e por Alagoas. Bahia, Mato Grosso e Rio Grande do Sul tiveram, cada um, duas (2%) aprovações. Já os estados do Espírito Santo, Maranhão, Rio Grande do Norte e Santa Catarina

foram representados por um trabalho (1%) de cada localidade. O número de trabalhos que não tiveram sua origem identificada foi 48 (48,42%).

GRÁFICO 10: ARTIGOS PUBLICADOS NOS ANAIS DO XII, XIV, XV E XVI ENPESS, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO



Anais/CD do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. 2012, 2014, 2016 e 2018 Anais em formato de revista eletrônica no *site* da Ufes.

Após a consulta aos artigos, ficou evidente que as cinco regiões brasileiras foram representadas nos Enpess realizados na segunda década do século XXI. A região Sudeste apresentou 34 trabalhos, o que corresponde a 37%, seguida pela região Nordeste, com 20, um percentual de 18%; a região Norte teve um percentual de 8%, o equivalente a 7%; a região Sul, três trabalhos (2%), e a região Centro-Oeste, um trabalho (1%). Não foi possível identificar a região de origem de 42% dos trabalhos.

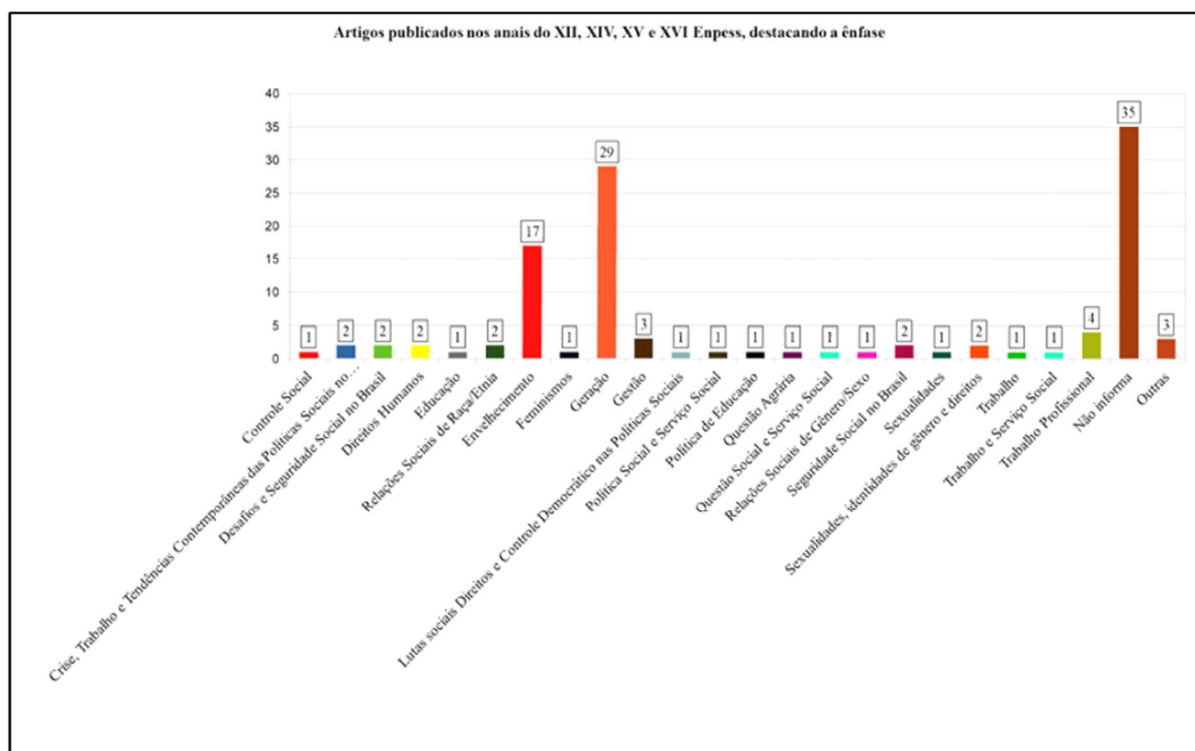
O fato de o maior percentual de pesquisas verificar-se nas regiões Nordeste e Sudeste pode ser um reflexo do quantitativo de cursos de pós-graduação em Serviço Social que se concentram nessas regiões. No Documento da Área (que trata do Serviço Social) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes, 2019), dos 36 programas existentes no ano de 2018, 24 (66,7%) estão instalados nessas duas regiões (12 em cada uma). Se o ano a ser considerado for o de 2017, quando existiam no país 34 cursos de pós-graduação em Serviço Social, o percentual passa a ser de 69,7%.

O Gráfico 11 demonstra que Gerações foi a ênfase que mais recebeu trabalhos, um total de 29 (25,22%). A segunda ênfase ficou com envelhecimento, perfazendo um total 17 trabalhos (14,79%); em seguida veio trabalho profissional, quatro (3,48%)

trabalhos e Gestão com três trabalhos (2,61%). Crise, Trabalho e Tendências Contemporâneas das Políticas Sociais no Capitalismo, Desafios e Seguridade Social no Brasil, Direitos Humanos, Relações Sociais de Raça/Etnia, Seguridade Social no Brasil, Sexualidades, identidades de gênero e direitos constaram cada um com dois trabalhos (2,3%).

Quanto a Controle Social, Educação, Feminismos, Lutas Sociais, Direitos e Controle Democrático nas Políticas Sociais, Política Social e Serviço Social, Política de Educação, Questão Agrária, Questão Social e Serviço Social, Relações Sociais de Gênero/Sexo, Sexualidades, Trabalho, Trabalho e Serviço Social – um trabalho (1,15%) para cada um. Ênfases não definidas, intituladas como outras – três trabalhos (3,48%). Já 25 trabalhos (21%) não expuseram essa informação.

GRÁFICO 11: ARTIGOS PUBLICADOS NOS ANAIS DO XII, XIV, XV E XVI ENPESS, DESTACANDO A ÊNFASE.



Fonte: ABEPSS. Anais/CD do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. 2012, 2014, 2016 e 2018. Anais em formato de revista eletrônica no *site* da Ufes. Elaboração da autora

4.5 Contribuições à formatação dos anais dos Enpess como fonte de pesquisa

Não há dúvidas de que o Enpess é, como disse Iamamoto (2008, p. 467), “um espaço privilegiado para a comunicação dos resultados de pesquisas, possibilitando um mapeamento dos temas de interesse, e do acervo da investigação na área”.

Os anais dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social são uma fonte de pesquisas não apenas para discentes de graduação e pós-graduação, mas também para os profissionais, com o objetivo primordial de embasar suas pesquisas e prática profissional, em consonância com o projeto ético-político da profissão: conhecer a realidade para intervir de forma crítica e propositiva.

Por entender a importância dessa fonte de pesquisa, exporemos a seguir alguns obstáculos que dificultaram e podem dificultar para outros pesquisadores a realização da análise dos anais. Ressaltamos que os entraves foram surgindo à medida que verificávamos¹⁴⁸ cada um dos anais.

Uma dificuldade encontrada durante a pesquisa nos anais do **XIII Enpess** diz respeito à ausência do arquivo na internet, sendo acessível apenas em CD-Rom, o que implicou muita dificuldade para localizar o perfil do autor em relação à titulação e dados profissionais. Isso impossibilita a identificação de dados para se saber quem é o pesquisador em Serviço Social, onde ele está, se é discente de graduação ou pós-graduação, e em qual espaço sócio-ocupacional atua.

Quando utilizamos como ferramenta de busca a ênfase dada ao trabalho, a pesquisa torna-se mais complicada e com probabilidade de não identificação de alguns trabalhos, pois, em muitos deles, essa é uma informação inexistente. Inicialmente encontrávamos Geração (que durante muitos anos foi a ênfase utilizada, como já vimos, para agrupar os trabalhos que versavam sobre aspectos da velhice); posteriormente a ênfase foi dada em envelhecimento.

Nos anais do XIII Enpess, a ênfase ainda era Geração e havia uma estrutura na apresentação dos trabalhos: a numeração dos artigos, com um código.

Nos anais do **XIV Enpess** permanece a dificuldade quanto ao acesso, tendo em vista que ele foi apresentado somente na forma de CD-Rom. Há certo grau de dificuldade na identificação da origem e da autoria dos artigos. Existe ainda um

¹⁴⁸ Conforme já foi dito, os anais foram analisados pela autora, e também por uma segunda pesquisadora, como forma de validar os dados encontrados, Priscilla de Freitas Cavalcante, que, num primeiro momento, trouxe para discussão os dificultadores da pesquisa.

problema: a duplicação de alguns trabalhos. A ênfase foi dada na área de conhecimento e surgiu, nesse item, uma alternativa denominada “outras”, o que ocasionou alguns empecilhos ao processo da busca nesses anais.

Nos anais do **XV Enpess**, além das dificuldades relatadas nos anteriores, cabe o registro da ausência da ênfase em todos os trabalhos. Não há informação sobre a ênfase, e tampouco sobre a área de concentração, uma vez que a área de conhecimento é bem mais ampla. A falta dessa informação requer muito mais cuidado na hora de selecionar os textos, o que pode levar alguns pesquisadores a não terem a noção exata dos artigos existentes.

A situação observada nos anais do **XVI Enpess** está mais bem qualificada quando comparada às anteriores. Por estar disponível na internet, no formato de revista eletrônica no *site* da Ufes, facilita em muito o acesso, existindo informações sobre o eixo temático e menção à palavra-chave “envelhecimento”, ou seja, há a especificidade, para além da menção à “geração”. Também é fácil acessar informações sobre a autoria, inclusive a partir da consulta à nota de rodapé onde se lê a respeito da origem (local) e titulação, entre outros dados.

No entanto, há dificuldade para visualizar o artigo e obter tais informações, diante da necessidade de se fazer o *download*. No nosso caso, 115 arquivos, cada um com cerca de 15 páginas, o que pode ocasionar a sobrecarga do HD. Outras dificuldades encontradas foram a ausência do código que encontramos nos outros anais pesquisados e a duplicidade de alguns arquivos.

Dada a amplitude das pesquisas realizadas nos anais dos Enpess, sugerimos, como forma de facilitar o acesso¹⁴⁹ e democratizar mais ainda o conhecimento produzido pelo Serviço Social, que os antigos anais dos Enpess sejam digitalizados, quem sabe no formato de revistas eletrônicas, pois assim se evitaria que somente os/as participantes desses encontros tenham acesso a tais documentos. Trata-se de uma forma de dar publicidade aos trabalhos que foram apresentados anteriormente e que podem ser encontrados em qualquer *site* sério de pesquisa acadêmica.

¹⁴⁹ Ao término desta pesquisa, iremos, juntamente com a assistente social Priscylla de Freitas Cavalcante, elaborar um relatório pormenorizado dos aspectos encontrados na análise dos anais que fizeram parte do nosso campo empírico, com algumas sugestões para uma melhor estruturação de futuros anais dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social, a ser encaminhado à ABPESS.

Neste capítulo foram abordados os principais resultados provenientes da Revisão Integrativa como também da pesquisa realizada nos anais dos Enpess realizados na segunda década do Século XXI.

A abstração é a capacidade intelectual que permite extrair de sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo; é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inviável – aliás, no domínio do estudo da sociedade, o próprio Marx insistiu com força que a abstração é um recurso indispensável para o pesquisador. A abstração, possibilitando a análise, retira do elemento abstraído as suas determinações mais concretas [...] a realidade é concreta exatamente por isso, por ser a síntese de muitas determinações, a ‘unidade do diverso’, que é a própria totalidade.

José Paulo Netto¹⁵⁰

¹⁵⁰ **José Paulo Netto** é Professor Emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (vinculado à Escola de Serviço Social) e um conhecido intelectual marxista brasileiro. Doutor em Serviço Social. Destaca como autor de obras que também apresentam, de forma didática e sem reducionismos, o pensamento marxista.

CAPÍTULO V

SIGNIFICADOS E SENTIDOS DA CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO AO ENFRENTAMENTO AO RACISMO E AO AGEÍSMO: desvelando a realidade concreta mediante o processo de articulação dialética dos indicadores

Neste capítulo iremos expor os dados relativos à nossa última etapa da pesquisa, com a análise, através da proposta metodológica de Núcleos de Significação, dos quatro textos selecionados.

Reiteramos que os textos foram selecionados dos anais dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social, realizados na segunda década do século XXI: XIII (2012), XIV (2014), XV (2016) e XVI (2018), quais sejam: (i) O Acesso à Previdência Rural entre Idosos Quilombolas; (ii) Quem pegou nossos direitos? Mapeamento dos idosos das comunidades quilombolas de São João da Ponte/MG (LIMA et al., 2014); (iii) Processo de Envelhecimento Brasileiro, Racismo e Gênero: aproximações necessárias (OLIVEIRA, 2018); e (iv) Idosos quilombolas, identidade étnica e memória (OLIVEIRA et al., 2018).

5.1 O percurso metodológico

No capítulo anterior, descrevemos o percurso metodológico para a seleção e lapidação, junto aos anais, dos referidos textos. Neste momento, expomos os aspectos mais gerais dos artigos acima mencionados:

- a) Dos quatro artigos, um foi selecionado no XIII ENPESS, realizado em 2012, na cidade de Natal/RN; um foi encontrado nos anais do XIV ENPESS, ocorrido em 2014, Juiz de Fora/MG; e dois deles do último ENPESS, o XVI, realizado em Vitória/ES, no ano de 2018. Verificamos que o XVI Encontro Nacional foi aquele em que mais obtivemos artigos dentro dos critérios elencados: a discussão do processo de envelhecimento concomitantemente às reflexões étnico-raciais;
- b) Dos quatro textos, três referem-se a aspectos que dizem respeito aos habitantes de comunidades remanescentes de quilombos, os quilombolas, mais especificamente sobre acesso a direitos e sobre a preservação da identidade étnico-racial através da preservação da memória. E um reflete sobre a necessidade de discutir a interseccionalidade entre envelhecimento, gênero e raça. Portanto, podemos concluir que a velhice de negros e negras não quilombolas ainda é um processo invisibilizado perante as reflexões da maioria dos textos selecionados;
- c) Quanto à origem, três deles são provenientes da região Sudeste: Minas Gerais e São Paulo; e um da Região Sul: Rio Grande do Sul. Três deles são fruto de pesquisa empírica nos quilombos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, e de

pesquisa teórica realizada por discente do programa de pós-graduação (doutorado) da PUC/SP. Isso vai ao encontro do que foi apresentado no capítulo anterior: de que a maior parte dos programas de pós-graduação concentra-se na região Sudeste. A incidência de quantitativo maior de pesquisas sobre envelhecimento serem oriundas de centros educacionais das regiões consideradas mais “desenvolvidas” do país também foi uma constatação dos estudos de Arruda (2019);

- d) Todos são de autoria de profissionais e estudantes de Serviço Social (um aspecto já esperado, tendo em vista ser o encontro de pesquisadores em Serviço Social). Contudo, às vezes, há pesquisas interdisciplinares e, conseqüentemente, seus resultados são elaborados por profissionais de diversas áreas;
- e) Somente a autoria de um texto usou como referência bibliográfica autoras que consideramos clássicos nos estudos do envelhecimento numa perspectiva de totalidade social, a saber: Simone de Beauvoir e Solange Maria Teixeira.

Os Núcleos de Significação

Na análise dos dados será utilizada a proposta metodológica de “Núcleo de Significação”, buscando superar as técnicas de análise de discurso e de conteúdo, que não conseguem dar conta da perspectiva da totalidade. Este processo torna possível captar o complexo movimento da realidade que envolve o objeto de pesquisa e vincular as categorias nucleares do método eleito. As aproximações com o objeto de estudo não se darão de uma forma fixa, mas em movimento, pois o objeto não é fixo, nem acabado, senão em constante movimento.

A construção do núcleo de significação é processada a partir de três etapas fundamentais: levantamento de pré-indicadores, sistematização de indicadores e sistematização do núcleo de significação (AGUIAR; SOARES; MACHADO, 2015, p. 70). Conforme os autores, no **levantamento de pré-indicadores**, ao pesquisador é essencial partir da leitura e da análise sistemática do material a ser analisado, observando categoricamente os aspectos principais da fala dos sujeitos – no nosso caso, da produção teórica selecionada para análise. Em sendo assim, “a frequência, a ênfase e a reiteração de determinadas palavras e expressões, sua carga emocional,

suas insinuações [...]” (AGUIAR; SOARES; MACHADO, 2015, p. 64). Aqui, não se deve apenas captar as afirmações verbais, mas as significações da realidade demonstradas por intermédio das expressões verbais, que são repletas de afeto.

A segunda etapa, a sistematização de indicadores, consiste em compreender a articulação entre os pré-indicadores responsáveis pela constituição das formas de significação da realidade. Essa etapa tem como objetivo a negação do discurso. Para isso, a explicitação das contradições entre os indicadores através do processo de análise e de síntese leva o pesquisador a estruturá-los para compor os indicadores e assim chegar aos sentidos constituídos pelos sujeitos.

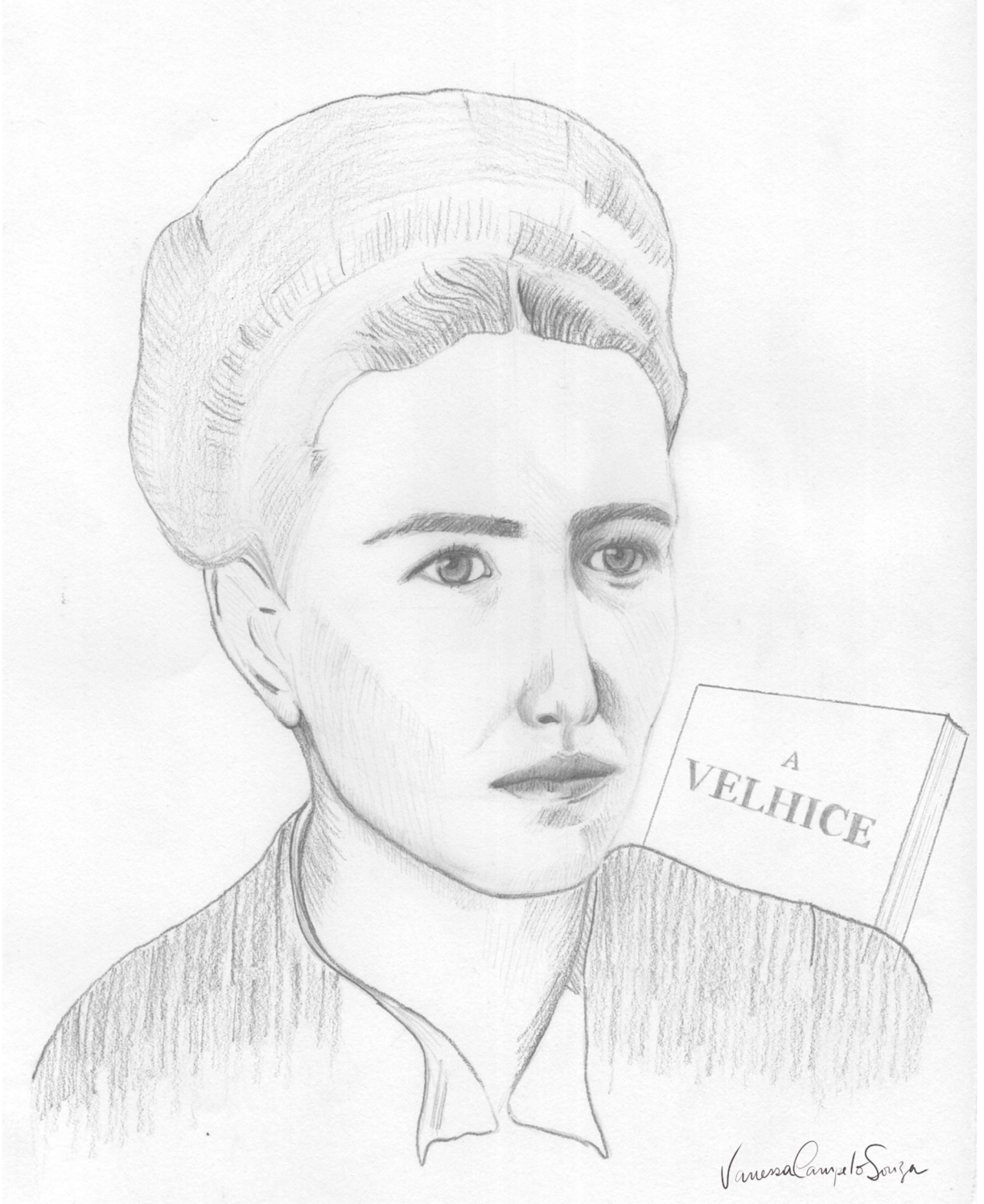
A sistematização do núcleo de significação é a etapa voltada para a síntese, ou como definem Aguiar, Soares e Machado (2015), a superação do discurso aparente, processado distante da realidade social e histórica. Aqui se busca a realidade concreta mediante o processo de articulação dialética dos indicadores, ou seja, “os sentidos que histórica e dialeticamente articulam a fala e o pensamento do sujeito” (AGUIAR; SOARES; MACHADO, 2015, p. 70).

Segundo Aguiar, Soares e Machado (2015), o processo dialético de organização dos núcleos é constituído de duas fases: inferência e organização dos núcleos de significação a partir da articulação de indicadores; discussão teórica dos núcleos, que consiste na interpretação dos sentidos criados com base na realidade social e histórica e que dão forma ao pensamento, à ação e aos sentidos dos sujeitos envolvidos no estudo.

Ao final foram sistematizados sete Núcleos de

Ao final foram sistematizados sete Núcleos de Significação: 9i) Gerontologia Social, (ii) Ageísmo, (iii) Opressão Racial, (iv) Desigualdade Social e étnico-racial, (v) Identidade e Memória, (vi) Formas de Enfrentamento e (vii) Práticas de Concepção Sindical. Os resultados estão expostos a partir do próximo subitem.

Além dos artigos, já informados no início deste capítulo, na discussão teórica sobre os núcleos significativos, dialogaremos com autores significativos e críticos que têm embasado toda a tese: Karl Marx, Solange Maria Teixeira, Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva, Simone de Beauvoir, Eneida Haddad, Nanci Soares, entre outros.



5.2 Núcleo de Significação: Gerontologia Social

Que mais pessoas velhas existem em domicílios, Instituições de Longa Permanência e em situação de rua não é mais novidade, porquanto nos mostram os dados estatísticos essa realidade. Um simples passeio pelas ruas das cidades já nos denunciaria tal fato. O aumento da população velha pode justificar o interesse em se investigar o envelhecimento humano em diferentes contextos e períodos históricos, com a instituição de uma disciplina que abarca as mais variadas faces dessa fase da vida, transformando-se “os idosos em objeto do saber” (HADDAD, 2017 p. 52).

Leciona Neri (2001, p. 54):

O termo Gerontologia foi usado pela primeira vez em 1903 por Metchnicoff que a compôs a partir do grego, língua em que *gero significa velho, e logia, estudo*. Na ocasião, esse autor previu que ela teria crescente importância no decorrer do século XX, em virtude dos ganhos em longevidade para os indivíduos e as populações, provocados pelos avanços das ciências naturais e da medicina.

Ainda sobre a gerontologia, Alves (2014, p. 23) explica:

Gerontologia é a principal instância produtora de conhecimento sobre envelhecimento humano, surge no âmago da sociedade do capital com a proposta de desenvolver, através de inúmeras mediações, melhores condições de vida para os sujeitos envelhecidos. O saber intelectual elaborado dentro dessa proposta está estreitamente ligado às concepções de homem, de população e de velhice produzidas na conjuntura capitalista, e às condições de vida e de envelhecimento da classe trabalhadora. (Supressões nossas).

A gerontologia é, podemos assim dizer, um grande guarda-chuva que abriga duas grandes especialidades: Geriatria e Gerontologia Social. A primeira dedica-se a dar respostas aos problemas de saúde das pessoas velhas através, como diz Alves (2014, p. 27), “dos estudos dos aspectos diagnósticos e terapêuticos dos velhos”. Divide-se em preventiva, curativa e paliativa.

Ainda de acordo com Alves (2014, p. 28), “o objeto de estudo em questão é basicamente o cuidado com os fatores clínicos, patológicos e de reabilitação de idosos enfermos, dominando as investigações sobre velhice”. Essa é uma perspectiva subjacente numa grande parcela das pesquisas que tratam do envelhecimento humano, sejam elas provenientes da geriatria ou da gerontologia social, como constataram Campelo e Paiva (2014) e Teixeira (2018).

Eis o que diz Haddad (2017, p. 62):

A literatura médica trata não somente do aspecto de caráter eminentemente biológico referente à velhice, mas também do seu aspecto de cunho marcadamente sociocultural: refere-se às questões relativas à patologia da velhice, ao processo de envelhecimento e, finalmente, ao aumento da duração da vida humana, evitando que a velhice, fenômeno fisiológico, se transforme em velhice-enfermidade. Gerontologia e geriatria caminham juntas em função de um mesmo objeto formal de estudo: os velhos.

Até aqui tratamos da gerontologia e de suas ramificações que enxergam o processo de envelhecimento de forma abstrata, ou seja, uma gerontologia homogeneizada para todos, sem levar em consideração a diversidade e principalmente a inserção de classe social, o pertencimento de raça/etnia e gênero, entre outros determinantes. Entretanto, algumas autoras inauguraram uma “nova” forma de entender a velhice, pela via da heterogeneidade, tendo como fundamento a categoria da totalidade social.

A velhice não é um processo uno em interferência, não é só a biologia e tampouco a cronologia. No final dos anos sessenta do século passado, na França, Simone de Beauvoir (1970), tendo como bússola que “a história de todas as sociedades é a história das lutas de classes” (MARX; ENGELS, 2005, p. 40), isto é, que “opressores e oprimidos, em constante oposição têm vivido numa guerra ininterrupta [...]” (MARX; ENGELS, 2005, p.40, supressões nossas), asseveram que o envelhecimento humano não é homogêneo e sim fruto da luta de classes.

Afirma Beauvoir (1990, p. 17):

A luta de classes determina a maneira pela qual um homem é surpreendido pela velhice; um abismo separa o velho escravo e o velho eupátrida, um antigo operário que vive de pensão miserável e um Onassis. A diferenciação das velhices individuais tem ainda outras causas: saúde, família, etc. [...]. Qualquer afirmação que pretenda referir-se à velhice em geral deve ser rejeitada porque tende a mascarar este hiato. (Supressões nossas).

No Brasil, as reflexões sobre essa etapa da vida, tendo por base os ensinamentos de Karl Marx, derivam do trabalho de pesquisa para a obtenção do título de mestra de Eneida Gonçalves de Macedo Haddad¹⁵¹, que foi publicada. A obra

¹⁵¹ **Eneida Gonçalves de Macedo Haddad** é Cientista Social, possui doutorado em Sociologia. Atua como pesquisadora principalmente nas seguintes linhas: direitos humanos, velhice, previdência social, políticas públicas, acesso à justiça.

Ideologia da Velhice (1986; 2017) corrobora os estudos de Simone de Beauvoir e afirma que “as sociedades capitalistas, transformando as pessoas em mercadorias, condenam o trabalhador à degradação durante toda a trajetória de sua vida [...]” (HADDAD, 2017, p. 52). Mais adiante, a autora infere que o aumento populacional de pessoas velhas não é sinônimo de melhoria da qualidade de vida e que enquanto a história de vida do/a trabalhador/a for de opressão e exploração, a história da pessoa velha não vai mudar (2017, p. 54):

Crescendo numericamente, os velhos se tornam objeto de estudo. As propostas aparecem pela boca da “ciência”, do Estado, dos meios de comunicação... Enquanto isso, a história não se altera. Não mudando a história do trabalhador, não muda a história do menino, não muda a história do velho, não muda a história do homem.

Somente passados 22 anos da referida publicação de Eneida Haddad é que Solange Maria Teixeira¹⁵² trará a público a segunda obra brasileira que tem a teoria social de Marx como viés norteador, ao estudar o envelhecimento humano: *Envelhecimento e Trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil* (2008) corrobora o pensamento de Haddad (1986) ao asseverar que detentores do capital e aquelas pessoas que foram subsumidas pela exploração da sua força de trabalho têm velhices diferenciadas, sendo para essas últimas uma fase de ampliação das desigualdades sociais.

De acordo com Teixeira (2008, p. 41):

[...] o fato é que há idosos em diferentes camadas, segmentos e classes sociais, que eles vivem o envelhecimento de formas diferentes e, principalmente, de que é para os trabalhadores envelhecidos que essa etapa da vida evidencia a reprodução e a ampliação das desigualdades sociais, constituindo o envelhecimento do trabalhador uma das expressões da questão social na sociedade capitalista, constantemente reproduzida e ampliada, dado o processo de produção para valorização do capital, em detrimento da produção para satisfazer as necessidades humanas dos que vivem ou viveram da venda da sua força de trabalho. (Supressões nossas).

Em 2014, fomos presenteados com mais uma publicação que tem como fio condutor a Teoria Social de Marx e que compreende o envelhecimento na perspectiva

¹⁵² “**Solange Maria Teixeira** é assistente social, com pós-doutorado na área. Desenvolve pesquisas acerca dos seguintes temas: Família e Política de Assistência Social; Trabalho Social com Família; Sistemas de proteção social; Envelhecimento e políticas sociais para as pessoas idosas.” (ARRUDA, 2019, p. 62, grifos nossos).

da totalidade social. Trata-se de *Envelhecimento, Saúde e Trabalho no Tempo do Capital*, de autoria de Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva¹⁵³.

A autora (2012, p. 2013) afirma que:

Na perspectiva totalizadora, a velhice do trabalhador não é um dado isolado das relações de produção e reprodução social. Processa-se como produto da dinâmica histórica da exploração do capital sobre o trabalho e os resultados desse processo são deletérios no curso de vida da espécie que vende a sua força de trabalho.

No mesmo caminho de reflexões de Haddad (1986) e Teixeira (2008), Campelo e Paiva (2014) também compreende as contradições entre capital e trabalho como determinante no processo de envelhecimento. E traz em sua obra uma grande contribuição, a proposta da **Gerontologia Social Crítica**¹⁵⁴, que tem como objetivo precípuo o estudo do envelhecimento sob a ótica do materialismo histórico-dialético.

As palavras de Alves (2014, p. 39) sobre Gerontologia Social Crítica, remetem

àquelas análises sobre envelhecimento humano que consideram a totalidade social, inserindo historicamente os estudos sobre velhice nos marcos da sociedade regida pelo capital, considerando a heterogeneidade da manifestação desse processo na sociedade de classes.

Consideramos as obras aqui citadas: *Ideologia da Velhice* (1ª edição em 1986 e 2ª edição em 2017), *Envelhecimento e Trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil* (2008) e *Envelhecimento, Saúde e Trabalho no Tempo do Capital* (2014)¹⁵⁵ os clássicos brasileiros extremamente imprescindíveis a todas as

¹⁵³ **Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva** é assistente social, sanitarista e doutora em Serviço Social. Possui o Título de Especialista em Gerontologia conferido pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), com experiência na área de Serviço Social e ênfase na saúde pública e controle social. Desenvolve pesquisas principalmente nas seguintes áreas: Direitos Humanos; Movimentos sociais; Envelhecimento Humano e Políticas Públicas, em especial a Política de Saúde.














¹⁵⁴ Em uma nota de rodapé que reproduzimos a partir de agora, Campelo e Paiva (2012, p.48) explica que “após exaustiva pesquisa na literatura gerontológica, incluindo periódicos como a Revista Geriatria & Gerontologia, órgão oficial de publicação científica da SBGG, os anais dos Enpess da última década, a base Scielo etc.; após consultar representantes da Gerontologia na esfera Nacional, manter contato com a [...] presidente [da época] da Comissão de Título de Gerontologia da SBGG, não obtive uma única informação sobre a utilização da expressão ‘Gerontologia Social Crítica no Brasil, o que não significa dizer que não existe conteúdo crítico no campo da Gerontologia como campo de estudo sobre o Envelhecimento Humano, na perspectiva da totalidade social, iluminado pela teoria social crítica, ou seja, pela concepção teórico-metodológica dialética de análise, enquanto desafio e contribuição do Serviço Social”. (Acréscimos e supressões nossas).

¹⁵⁵ Essas obras têm sido lastro para a fundamentação teórica na formação de vários grupos de estudos e pesquisas sobre o envelhecimento humano, como, por exemplo: Núcleo de Pesquisa sobre Estado e

peças (profissionais, discentes, docentes, pesquisadores e militantes) que já enveredaram ou pretendem enveredar pelos estudos e pesquisas sobre o envelhecimento. Nelas constam as bases teóricas para que se possa entender que o envelhecimento não é um aspecto homogêneo para todas as pessoas, e tampouco somente subjetivo. As condições objetivas de cada sujeito é que determinarão a sua velhice.

Para compreender quais significados e sentidos constam nos textos selecionados e analisados, após exaustiva leitura flutuante identificamos 12 pré-indicadores, que foram aglutinados em dois indicadores: Velhice abstrata e Envelhecimento na perspectiva da totalidade social, o que resultou neste núcleo de significação sobre Gerontologia Social, conforme se verifica no Quadro 7.

Quadro 7– Núcleo de Significação Gerontologia Social

Pré-indicadores	Indicadores
<ul style="list-style-type: none">  Aumento da população velha  Enfoque nos avanços tecnológicos  Melhoria de qualidade de vida  Aumento da expectativa de vida 	Velhice Abstrata
<ul style="list-style-type: none">  Diversidade no processo de envelhecimento  Classe social determinante no processo de envelhecimento  Envelhecimento e manifestação da questão social  Velhice trágica para os trabalhadores  Crítica ao envelhecimento enquanto processo abstrato  Combate à invisibilidade dos determinantes no processo de envelhecimento  Miserabilidade dos velhos negros e seus familiares  Longevidade desigual  Interseccionalidade entre envelhecimento, racismo e gênero 	Envelhecimento na Perspectiva da Totalidade Social

Fonte: Elaboração própria (2022).

Políticas Públicas, sob a liderança da professora Doutora Solange Maria Teixeira, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI; do Grupo de Estudos sobre o Envelhecimento Humano na Perspectiva da Totalidade Social (GEEHPTS), da Universidade de Pernambuco (UPE), sob a liderança da assistente social Doutora Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva; do Grupo de Estudo e Pesquisa: Envelhecimento, Políticas Públicas, Sociedade (GEPEPPS), sob a liderança da professora Doutora Nanci Soares; do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Unesp/Franca e do Grupo de Pesquisa Velhice, Cultura e Sociedade, sob a liderança da professora Doutora Terezinha de Jesus Campos de Lima, do Instituto Federal do Maranhão, entre outros.

Ao se analisar as concepções de gerontologia social identificadas nos textos, há a percepção em dois textos de que o aumento de velhos e velhas na população é fruto do desenvolvimento das forças produtivas (avanços tecnológicos), levando a uma melhor qualidade de vida¹⁵⁶, e que esse fato leva a mais pessoas interessadas em pesquisar o envelhecimento humano:

Diversos são os autores que, a partir da década de 1900, passaram a discutir sobre a questão do **aumento da população idosa**, com enfoques nas **abordagens dos avanços tecnológicos** que possibilitaram a **melhoria da qualidade de vida e**, por conseguinte, o **aumento da expectativa de vida**. **Profissionais interessados nesse novo fenômeno surgiram** se engajando aos já existentes, ampliando e delineando um novo contorno ao estudo e a pesquisa. (LIMA et.al, 2014, p. 01). (Grifos nossos).

É aquela visão já referenciada anteriormente de enxergar a velhice como uma fase do curso da vida igual para todas as pessoas, uma velhice abstrata. Não há, nesses dois textos, nenhum questionamento sobre a tão propagada qualidade de vida. É concreto que o desenvolvimento capitalista trouxe sim a qualidade de vida, mas será verdade que todos a usufruem da mesma forma? Pessoas que vivem unicamente da venda da sua força de trabalho possuem a mesma qualidade de vida daquelas pessoas que vivem da exploração da força de trabalho de outrem? Faz-se necessário atentar para questionamentos como esses no tocante ao envelhecimento.

O sentido da velhice abstrata será questionado por Oliveira (2018). A autora explica que o processo de envelhecimento deve ser visto de acordo com as condições materiais das pessoas. E acrescenta Oliveira (2018, p. 2-3, grifos nossos):

Os avanços da área da Saúde Pública, apontados pelos estudiosos brasileiros como os principais responsáveis pelo processo de envelhecimento populacional, **podem nos levar a entender que todas as pessoas envelhecem igualmente**, o que entendemos ser, uma abordagem do processo do envelhecimento como uma universalidade abstrata, isto é, como um **fenômeno compreendido em si mesmo, a partir de generalizações que não são explicadas a partir da centralidade das condições materiais de vida das pessoas ao longo da vida, que desenham diferentes vivências do processo de envelhecimento**.

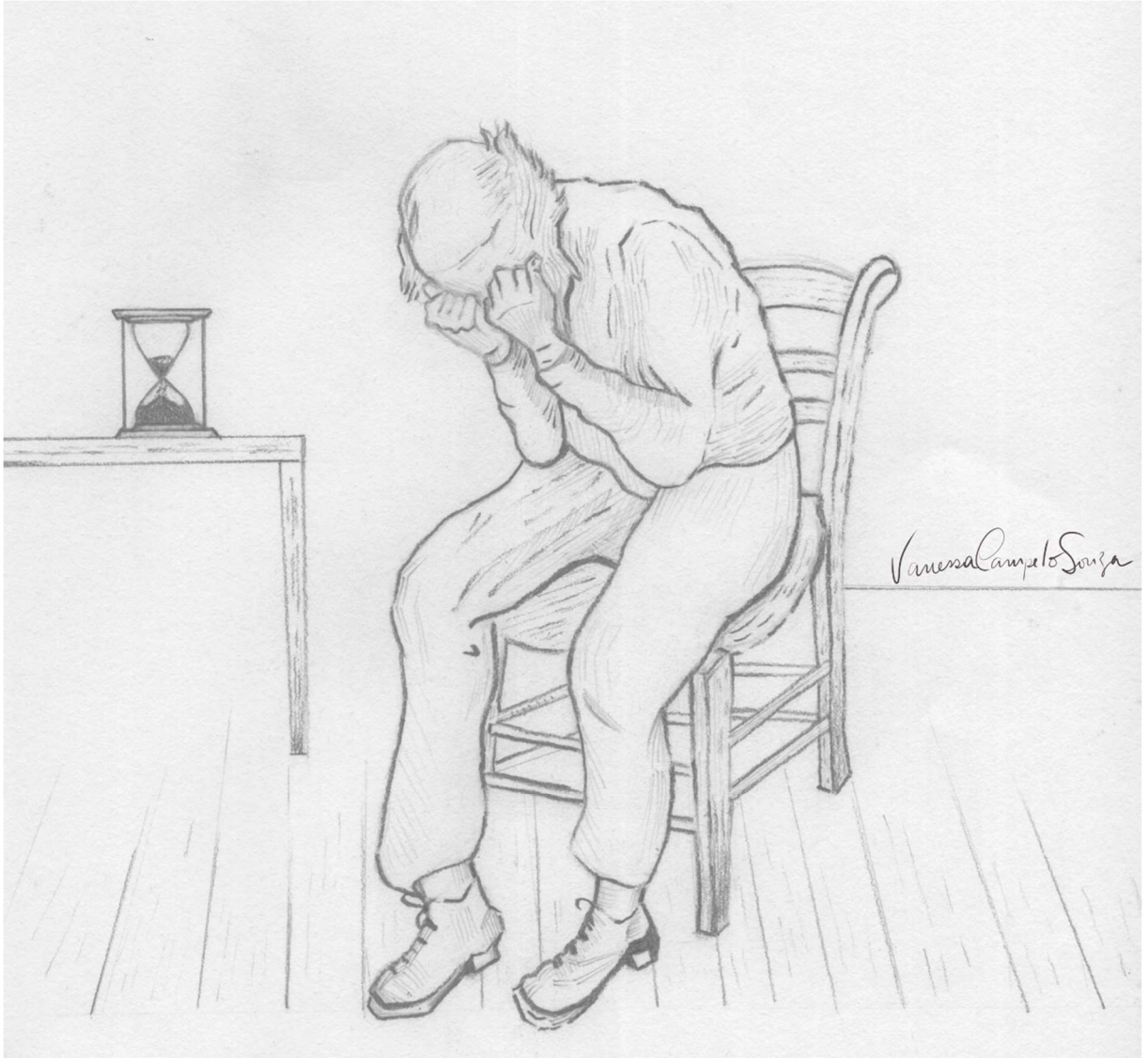
[...]

Entendemos que o processo de envelhecimento não é um processo homogêneo, ricos e pobres não o vivenciam da mesma forma, quanto mais subalterna for a posição na classe trabalhadora, quer seja, quanto maior

¹⁵⁶ Oliveira et.al. (2018, p.02) vai nos dizer que "o envelhecimento da população está intimamente ligado à qualidade de vida no Brasil".

for a vivência da pobreza, mais difícil é a vivência do processo de envelhecimento.

Ao longo do seu artigo, Oliveira (2018) explicita determinantes que demonstram o sentido do envelhecimento na perspectiva da totalidade social: inserção de classe, envelhecimento como expressão da questão social etc.















5.3 Núcleo de Significação Ageísmo

O termo ageísmo alude, segundo a Organização Mundial de Saúde (2021, p. 19), “aos estereótipos, preconceitos e discriminação direcionados aos outros ou a si mesmo com base na idade” e tem por fundamentação os seguintes aspectos: “atitudes preconceituosas em relação às pessoas idosas, à velhice e ao processo do envelhecimento; práticas sociais discriminativas contra os idosos e práticas/políticas institucionais que perpetuam os estereótipos contra os mais velhos” (SILVA et al., 2021, p. 3).

Na construção desse Núcleo de Significação denominado Ageísmo, identificamos dois sentidos no texto: (i) a invisibilidade da velhice de negros e negras, que tem como sustentáculo quatro significados encontrados nos textos analisados; e (II) a negação/violação de direitos das pessoas velhas, que conta com 12 significados ou pré-indicadores, como se verifica no quadro 8, abaixo:

Quadro 8: Núcleo de Significação Ageísmo

Pré-indicadores	Indicadores
<ul style="list-style-type: none">  Foco da pesquisa sobre quilombolas: crianças, mulheres  Invisibilidade da escravidão  Invisibilidade acadêmica sobre a velhice negra  Processo de apagamento da identidade dos/as quilombolas velhos/as 	Invisibilidade da velhice de negros e negras
<ul style="list-style-type: none">  Analfabetismo  Desconhecimento dos direitos  Não valorização aos direitos conquistados  Violência estrutural  Desigualdade social  Burocracia no acesso  Critérios para inclusão  Obstáculos à concretização dos direitos 	Negação/violação de direitos às pessoas velhas

Fonte: Elaboração própria (2022).

Quando identificamos nos textos a invisibilidade da velhice de pessoas negras, vamos ao encontro do que ensina Goldani (2010), que considera o ageísmo a rejeição mais cruel, a compor, juntamente com o racismo e o sexismo, um tripé de grandes

'ismos' de extrema nocividade e que causa impactos na autoestima, na construção de identidade e, principalmente, na saúde¹⁵⁷.

A Organização Mundial de Saúde (2021) afirma que o ageísmo é um importante e negligenciado determinante social da saúde, com um impacto equivalente, “se não maior, ao do racismo” (p. 48). Desconsiderar a velhice de pessoas negras faz parte da homogeneização da velhice.

Como vimos no quadro 8 a invisibilidade da velhice do segmento negro da população foi encontrada com vários significados, que vão desde a invisibilidade da escravidão no processo de envelhecimento até a invisibilidade acadêmica, sem muitas pesquisas e produção teórica, como mostram os excertos abaixo, retirados dos textos analisados.

No texto Lima et.al (2014), p. 2, supressões e grifos nossos):

[...] **não foi encontrada nenhuma bibliografia que abordasse, especificamente, a questão do idoso afrodescendente**, principalmente daqueles que vivem nas comunidades quilombolas. **Os estudos referentes à população quilombola se voltam para as questões das crianças, dos adolescentes, das mulheres, da economia e da cultura.**

Já no texto de Oliveira et al. (2018, p. 4, grifos nossos), a afirmativa é a de que “a pesquisa **se justifica** pela necessidade de dar **visibilidade aos idosos das comunidades remanescentes de quilombos e seus processos identitários**”.

Algumas páginas adiante, ao se referir ao papel de velhos e velhas quilombolas, Oliveira et al. (2018, p. 14, grifos nossos) registra:

para a organização comunitária, enquanto outras gerações (adolescência, juventude etc.) assumem papéis, certas vezes, desvinculados às demandas coletivas/territoriais. **Isto faz parte de um processo socialmente construído em torno do apagamento da identidade dos povos tradicionais.**

Quando nos voltamos para o indicador negação/violação de direitos às pessoas velhas, os significados demonstram aspectos condizentes com práticas e políticas institucionais que perpetuam não só os estereótipos contra pessoas velhas como um dos fundamentos do ageísmo, assim como expõem a negação de direitos

¹⁵⁷ “O preconceito etário muitas vezes cruza e interage com outras formas de estereótipos, preconceitos e discriminação, incluindo capacitismo, sexismo e racismo. Múltiplas formas cruzadas de preconceito agravam a desvantagem e tornam ainda piores os efeitos do preconceito de idade na saúde e no bem-estar dos indivíduos.” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAUNDE, 2021, p. 15).

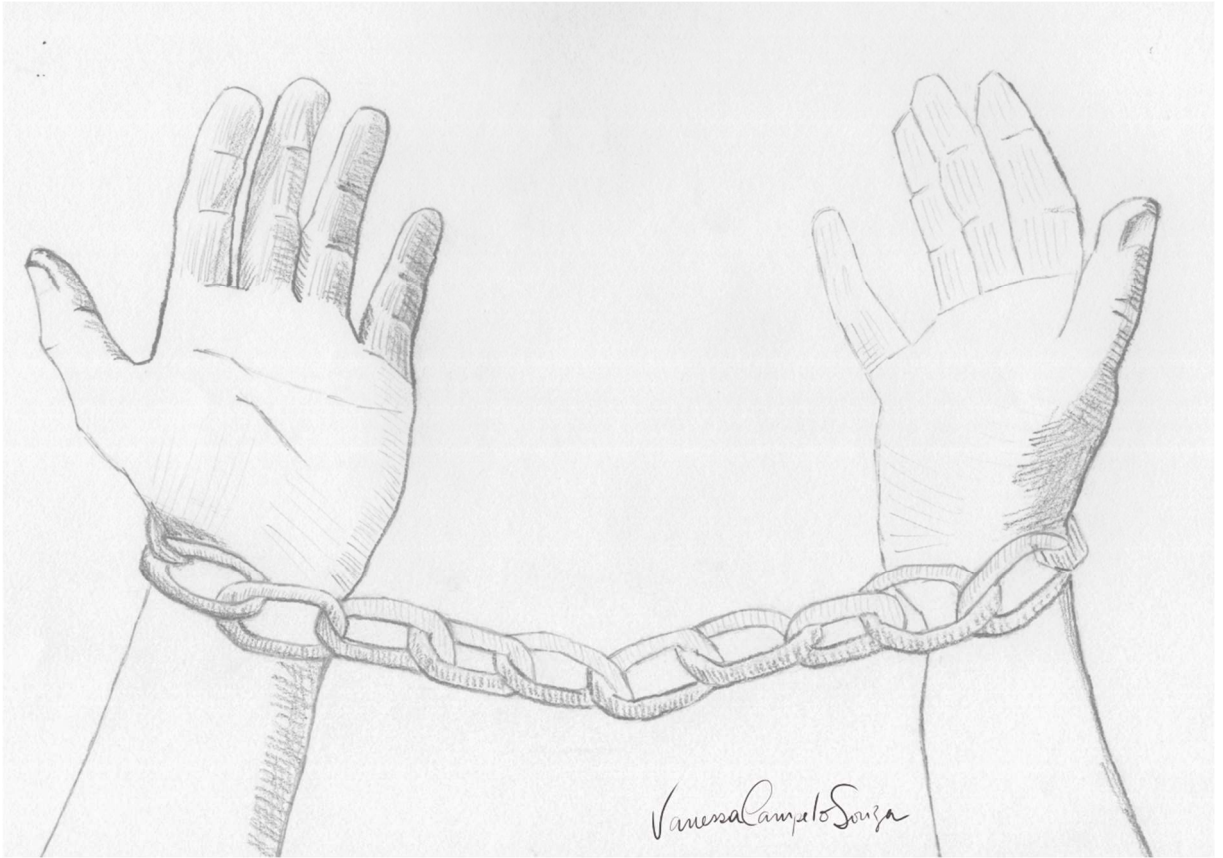
conquistados com muita luta, suor, sangue e lágrimas dos/as próprios/as velhos/as e a violência estrutural.

No texto de Lima et al. (2014, p. 10, supressão e grifos nossos), observamos a negação e o desconhecimento de direitos pela via do não acesso à política de educação:

[...] uma confirmação soltou o grito de alerta para chamar a atenção daqueles que trabalham com os diferentes de modo geral: **o analfabetismo**. Constatou-se que os **quilombolas idosos desconheciam totalmente seus direitos**; a maior parte dos presentes disseram nada saber sobre a existência do Estatuto do Idoso e, apenas um pequeno grupo, disseram ter escutaram falar, mas que **não viram o livrinho nem conheciam seu conteúdo por não saberem ler**.

O texto de Oliveira (2018, p. 9) traz o entendimento de que “a violência contra o idoso está no arcabouço da violência produzida no contexto social e político, e assim deve ser entendida e enfrentada, não podendo ser explicada em si mesma”.

Terminamos a explicação dos significados e sentidos que constituem o núcleo de significação do ageísmo explicitando que o ageísmo é construído e sustentado através de estereótipos negativos quanto à velhice e ao processo de envelhecimento. Sendo assim, urge, mais do que nunca, ações que visem a discussão sobre o assunto, somente combatemos aquilo que conhecemos. Combate este que tem como pedra angular o respeito à vida de todos e todas. Tendo em vista que estamos em tempos que ainda há a necessidade de defender o óbvio (BERTOLT BRECHT) carece então que gritemos reafirmando **que todas as vidas são importantes**, sejam elas da espécie humana ou animal, entretanto, destacamos, pela especificidade deste estudo, que **vidas de pessoas velhas e negras importam!**



5.4 Núcleo de Significação: Opressão Racial









Nas leituras constantes e recorrentes aos textos, encontramos dois núcleos de significação: o de opressão racial e o de desigualdade racial étnico-racial. Apesar de terem a mesma origem, o sistema escravagista, os separamos para uma melhor compreensão.

Anota Oliveira et al. (2018, p. 12, grifos nossos):

A opressão racial e o racismo fazem parte do processo histórico da escravidão e culminam no surgimento do preconceito e da desigualdade racial no Brasil. Estigmas e estereótipos recaem, durante a história do país, sobre os indivíduos e grupos dessa raça/etnia, **ao mesmo tempo em que o modo de produção capitalista produz as desigualdades sociais** decorrentes da exploração da mão de obra da população brasileira.

Para a construção do Núcleo da Opressão Racial foram identificados oito pré-indicadores, aglutinados no sentido de Escravização. Todos os significados não deixam dúvidas de que a opressão racial só é possível por conta da herança do período em que negros e negras foram sequestrados/as da África e os/as nascidos/as no Brasil foram todos/as escravizados/as. Os pré-indicadores/significados e o indicador/sentido podem ser verificados no quadro 9:

Quadro 9: Núcleo de Significação Opressão Racial

Pré-indicadores	Indicadores
<ul style="list-style-type: none">  Determinação de período histórico  História da escravatura no Brasil  Quilombos como expressão de um fato histórico do passado  Importância do regime escravagista  Influência da legislação abolicionista  Formação dos quilombos  Opressão racial e racismo como consequências da escravidão  Formação socioeconômica do Brasil e escravidão 	Escravização

Fonte: Elaboração própria (2022).

Tendo em vista a relação intrínseca entre os núcleos de opressão racial e o de desigualdade racial étnico-racial, passaremos agora a desvelar este último.



5.5 Núcleo de Significação: Desigualdade Social e Étnico-Racial

Na construção desse núcleo de significação, os significados identificados nos textos dizem respeito ao racismo, como se observa no quadro 10, abaixo.

Quadro 10: Núcleo de Significação Desigualdade Social e Étnico-racial

Pré-indicadores	Indicadores
<ul style="list-style-type: none"> 👤 Divisão populacional entre negros e brancos 👤 Maior miserabilidade dos negros 👤 Invisibilidade social de negros 👤 Ausência na legislação da velhice dos negros 👤 Racismo impacta a vida dos negros 👤 Exclusão de negros do trabalho formal 👤 Racismo e trabalho precário 👤 Mobilidade horizontal dos negros 👤 Reconhecimento da discriminação racial 	Racismo

Fonte: Elaboração própria (2022).

O racismo, de acordo com Almeida (2019, p. 22, grifos nossos) pode ser considerado como

uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento e que **se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios**, a depender do grupo racial ao qual pertençam.

O texto de Oliveira (2018, p. 11-12, supressões e grifos nossos) dá uma exata noção dessa assertiva ao afirmar que o racismo

[...] **obrigou o negro a aceitar trabalhos precários, que se reverteram em jornadas extenuantes de trabalho em troca de salários baixos, moradia em regiões periféricas, baixos índices de escolarização, dificuldade de acesso a serviços de infraestrutura urbanos**, entre outros aspectos, que lhes permitiu apenas **processos de mobilidade horizontal**, ou seja, permanência com a mesma condição econômica, para si e para os descendentes. Entendemos que a relação periferia e pobreza configura uma das mais importantes condições concretas de vida das pessoas, que no nosso entendimento, atinge especialmente a população negra [...].

O fim da escravidão, em 1888, não foi suficiente para que a população negra tivesse o direito de se inserir, de fato, na sociedade. Negros e negras do Brasil

permaneceram sem acesso à terra, à educação ou ao trabalho, o que fez com que, até os dias atuais, haja um abismo no que diz respeito à desigualdade social.

Nesse contexto, os vários tipos de violência e violações de direitos em relação ao povo negro passaram a ser normalizados. De discriminação em lojas a solicitação da boa aparência para candidatar-se a vagas de emprego e julgamentos pela cor, definição da ocupação do sujeito pela quantidade de melanina etc., o preconceito racial é noticiado todos os dias na imprensa.

Almeida (2019) explica que, apesar de haver formas de pensar e expressar o racismo – individual, comportamental e institucional –, é a estrutura que possibilita a manifestação do racismo nesses três níveis. Almeida (2019, p. 33) resume o racismo estrutural como “uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social, nem um desarranjo institucional”.

Somente entendendo o racismo como parte da estrutura político-econômica deste país, que determina “o ‘lugar’ das raças na estrutura produtiva do capitalismo brasileiro e na participação do produto do trabalho social”, é que compreenderemos o alto índice de desqualificação profissional das pessoas negras, os piores percentuais no quesito empregabilidade formal, as péssimas condições de habitabilidade. Isso não é algo natural, e sim forjado nas trilhas do sistema escravagista, aqui instaurado como forma de expansão capitalista.

A partir dos argumentos dos parágrafos anteriores, entendemos por que, entre aquelas pessoas que tiveram suas vidas ceifadas pela pandemia da Covid-19, como mencionado anteriormente. Entendemos também o porquê de a primeira morte decorrente da covid-19 foi a de uma mulher negra de 63 anos¹⁵⁸, trabalhadora doméstica, infectada por sua patroa, que estava de férias na Itália e retornou ao Brasil como uma das primeiras pessoas a apresentarem os sintomas.

¹⁵⁸ “Primeira morte de COVID-19 registrada no Brasil foi de uma mulher negra. Cleonice Gonçalves, mulher negra, de 63 anos, idosa, empregada doméstica, morreu após ter sido contaminada com o coronavírus pela sua patroa, que tinha viajado à Europa. Cleonice não foi à Europa. Cleonice tinha 63 anos e trabalhava como empregada doméstica. Cleonice, mulher negra e pobre, aos 63 anos, não estava em casa aposentada com seus netos, estava limpando o chão de uma mulher branca que viajava para Europa.”.(AMBROSIO, 2021, s.p.).






5.6 Núcleo de Significação: Identidade e Memória

No processo de construção e desconstrução dos núcleos de significação, processo esse que a exaustiva leitura flutuante nos leva a compreender que não é um processo acabado, o que antes estava definido como um pré-indicador de um determinado núcleo, pode ter um significado que vai constituir outros sentidos e núcleos. Foi dessa forma que foi se constituindo este núcleo sobre identidade e memória.

Como podemos ver no quadro 11, são três pré-indicadores que constituíram o indicador ser velho negro.

Quadro11: Núcleo de Significação Identidade e memória

Pré-indicadores	Indicadores
<ul style="list-style-type: none">  Transmissão da identidade quilombola  Memória coletiva  Identidade quilombola: processo de resistência e luta 	Ser velho/a negro/a

Fonte: Elaboração própria (2022).

Constatamos, através dos textos, que não há como se pensar em identidade, sem discutir sobre memória, sobretudo de um povo que teve sua memória¹⁵⁹ apagada ao longo da história: o povo negro, em especial os/as quilombolas.

Em consonância com os estudos de Néspoli (2021, p. 51):

São memórias que revelam um imaginário daqueles que ‘fugiram’ a exploração do sistema escravista e que através da fuga e da organização da luta coletiva, tornam-se ‘quilombolas’ sujeitos e grupos sociais que negavam a condição de inferioridade imposta pela escravização e se libertaram em modos de viver organizados no trabalho coletivo e familiar sobre a terra.

¹⁵⁹ Os estudos de Simson (2003, p. 14-15) elucidam que "Memória é a capacidade humana de reter fatos e experiências do passado e retransmiti-los às novas gerações através de diferentes suportes empíricos (voz, música, imagem, textos etc.). Existe uma memória individual que é aquela guardada por um indivíduo e se refere às suas próprias vivências e experiências, mas que contém também aspectos da memória do grupo social onde ele se formou, isto é, no qual esse indivíduo foi socializado. Há também aquilo que denominamos de memória coletiva, que é aquela formada pelos fatos e aspectos julgados relevantes pelos grupos dominantes e que são guardados como memória oficial da sociedade mais ampla. Ela geralmente se expressa naquilo que chamamos de lugares da memória que são os memoriais, monumentos, murais, arquivos, bibliotecas, hinos oficiais, quadros e obras literárias e artísticas que exprimem a versão consolidada de um passado coletivo de uma dada sociedade".

No texto de Oliveira et al. (2018, p. 17, grifos nossos), seus autores afirmam:

No cenário de produção social da invisibilidade e da negação dos direitos sociais e culturais da população quilombola na contemporaneidade, a referência da identidade étnica produz resistência através “da memória viva”, que se torna coletiva para as gerações futuras. **Contribui-se para a reelaboração das histórias, da memória do período da escravidão** de seus antepassados, das contradições em torno das violações e das resistências na luta em que os (as) negros (as) batalharam cotidianamente para que sua cultura e seus costumes não fossem perdidos.

De acordo com Carvalho (2016, s.p.):

Muitas das memórias que consideramos apenas particulares também fazem parte da memória de outras pessoas, ainda que elas não tenham vivido a mesma experiência. Inclusive, pessoas que nem se conhecem podem viver acontecimentos semelhantes. Esse exemplo nos faz compreender que a memória que julgamos ser só nossa, na verdade, habita a história de muitos outros. Por isso, dizemos que as memórias individuais passam a fazer parte de uma composição maior, que são as memórias sociais e coletivas.

A memória coletiva dos quilombolas contribui para a construção de uma identidade de luta e resistência, como mostram Furtado, Pedroza e Alves (2014, p. 112, grifos nossos):

Assim como no passado colonial, **a identidade** quilombola **se constrói**, ainda atualmente, **como uma identidade de luta e resistência: antes contra a captura e a escravidão; hoje contra a invisibilidade e a negação da existência desses sujeitos** enquanto quilombolas.

No texto de Oliveira et al. (2018, p. 10, grifos nossos), encontra-se a identidade como forma de resistência de forma bem explícita:

A constituição da identidade negra **apresenta-se como um legado histórico, permeado por inúmeras formas de resistência** frente ao processo de escravização e de construção das desigualdades econômicas, sociais e de raça/etnia.

Néspoli (2021, p. 11) explica:

A memória recupera elementos da subjetividade humana e auxilia na afirmação da identidade individual e coletiva, trazendo-nos consciência da nossa existência social, das nossas emoções e das dimensões sensoriais e políticas do nosso corpo, que, dentro do contexto dessa sociedade moderna tem sido tão oprimido, explorado e subjugado.

O que se pode concluir com a leitura flutuante dos textos é que o sentido identificado de ser velho negro/a passa, inapelavelmente, pela memória tanto individual como coletiva, pois identidade e memória são de fundamentais para, como assevera Néspoli (2021, p. 6), “a afirmação da existência humana e da vida social e coletiva, compreendidas como importantes para a preservação de sociedades e de grupos étnicos”. Ser negro/a velho/a é se auto reconhecer como uma pessoa em processo de luta cotidiana para a resistência e a afirmação como uma pessoa livre e que tem muita história para contar sobre a formação socioeconômica do Brasil.

Por fim, destacamos que este núcleo de significação não estava previsto para ser estudado nesta tese, entretanto, ele foi identificado, comprovando que é o objeto quem nos guia no desenvolver de nossas pesquisas. Assim, fizemos os estudos necessários para a compreensão da memória e da identidade com o sentido identificado nos textos, de instrumento de resistência. Deixamos a continuidade dos estudos do referido núcleo em pesquisas para ser realizada posteriormente.




























**VELHICE NÃO É
DOENÇA!!**

Vanessa Campos Souza

5.7 Núcleos de Significação: Formas de Enfrentamento e o de Práticas da Concepção Sindical

Chegamos ao núcleo de significação Formas de Enfrentamento após a identificação de 45 pré-indicadores que foram agregados em três indicadores: lutas sociais, conquistas sociais e garantia de direitos, como se verifica no quadro 12:

Quadro 12: Núcleo de Significação Formas de Enfrentamento

Pré-indicadores	Indicadores
<ul style="list-style-type: none">  Importância do movimento operário e sindical  Direitos conquistados por categorias  Movimento sociais de velhos  Mobilização de políticos e intelectuais  Capacidade de mobilização  Direitos sociais conquistados  Exercício da cidadania  Atuação do Movimento negro  Falácia da passividade dos negros escravizados/as  Estratégias de sobrevivência/resistência  Luta antirracista  Participação política dos quilombolas velhos  Formação dos quilombos enquanto protesto 	Lutas sociais
<ul style="list-style-type: none">  Legislação específica à pessoa velha  Ampliação de direitos  Proteção social não contributiva 	Conquista dos direitos
<ul style="list-style-type: none">  Reconhecimento de territórios quilombolas  Atendimento integral para os velhos  Qualidade nos serviços prestados aos velhos  Legislação específica para a pessoa idosa  Defesa dos direitos humanos  Pensar o envelhecimento de forma não homogênea  Denunciar atrocidades  Atuação do Sindicato  Reconhecimento dos direitos 	Garantia dos direitos

Fonte: Elaboração própria (2022).

Como já vimos neste texto, enfrentar e resistir sempre estiveram na pauta do povo brasileiro desde o momento da invasão dos portugueses à então denominada pelos povos originários de Pindorama¹⁶⁰, e que receberia inicialmente o nome de Terra de Vera Cruz pelo navegador Pedro Álvares Cabral. Milhares foram os embates de resistência ocorridos entre os invasores e os povos originários e os negros/as escravizados/as/as, alguns descritos no capítulo dois desta pesquisa.

Entretanto, os dominadores são os contadores da história brasileira, e sempre deixaram sob vários véus a resistência, a participação de negros/as em guerras como a do Paraguai e a dos Farrapos em troca de sua liberdade. Na maioria das vezes, foram ludibriados/as, foram ao *front* da guerra, foram mutilados, quando não perderam suas vidas, e em muitos casos a alforria não foi concedida.

O texto de Oliveira et al. (2018, p. 16) traz o depoimento de uma mulher quilombola muito elucidativo sobre a resistência e a borracha dominadora que apagou esses momentos da formação brasileira:

O meu bisavô... o nosso tataravô foi na guerra, na guerra dos farrapos, aí só falam aqui que o coronel Horácio Borges foi na guerra dos farrapos. recebeu o título de coronel pois tem terras. Nós, o nosso avô foi na guerra também e ninguém fala. Pois meu avô o pai do meu pai foi na revolução de vinte. Os brancos foram na guerra, mas foram em cima de um cavalo. Com espada e tudo. Meu avô foi na guerra e o herói foi ele que ele foi a pé, chego até a me arrepiar. De lança nas mãos, chegou em casa e morreu depois de oito dias. É daqui que sai o sangue do nego veio (batendo no braço) que sofreu lá atrás pra gente tá aqui hoje. Por isso a gente não pode se abaixar.

Isso nos leva à constatação de Marx (1984, p. 21) de que: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado”.

Se a história dos oprimidos fosse feita da forma que gostariam que fosse, com certeza já estaríamos numa sociedade justa e emancipada, sem os grilhões que nos acorrentam até os dias atuais, talvez sem a necessidade das lutas sociais que nos trouxeram grandes conquistas viabilizadas em forma de direitos e políticas sociais, principalmente a partir das primeiras décadas do século XX. Todos os textos trazem

¹⁶⁰ Que na língua Tupi significa Terra das Palmeiras e foi utilizada por Oswald de Andrade na Semana de Arte Moderna, ocorrida em 1922, em seu poema denominado “**Manifesto Antropófago**”, com o objetivo de reabilitar a cultura dos povos originários à identidade brasileira.

significados ou pré-indicadores importantes que se traduzem nas grandes conquistas, sobretudo de proteção social à velhice.

Um país “livre” do período escravagista, republicano, com uma incipiente industrialização e com a intensificação da imigração, majoritariamente europeia, foi o cenário encontrado por homens e mulheres que aqui nasceram ou já moravam nos anos iniciais do século XX.

O desenvolvimento da industrialização ocorria em condições adversas – nos aspectos estrutural, técnico ou financeiro. Como solução, Afonso Pena, que presidiu o país entre 1906 e 1909, criou um programa para atrair imigrantes ao Brasil, subsidiando as passagens e distribuindo terras, bem como estruturando uma campanha massiva com o intuito de atrair imigrantes ao Brasil.

Entretanto, segundo Lopreato (1996):

Os imigrantes foram submetidos a uma exploração aviltante no trabalho e vivendo em precárias condições de vida, muitos desses imigrantes acabaram se rebelando contra o patronato agrícola e retornaram aos seus países de origem. Outros se deslocaram para a cidade de São Paulo, onde ingressaram na ainda incipiente atividade industrial, constituindo a primeira geração [brasileira] de operários. (LOPREATO, 1996, p. 1, acréscimos nossos).

Nesse contexto de formação da classe trabalhadora brasileira, com o aporte dos ex-escravizados/as e dos/as imigrantes, principalmente europeus/europeias, a luta que no século XVI era, sobretudo, pelo direito universal à vida, no século XX tem como mote o trabalho nas fábricas e indústrias. Este passou a ser o fio condutor de novas reivindicações, tais como: melhores condições de trabalho¹⁶¹, diminuição das extensas jornadas¹⁶², licença-maternidade para as mulheres¹⁶³, proibição de trabalho infantil¹⁶⁴ e atendimento das necessidades básicas em caso de adoecimento ou acidente de trabalho.

¹⁶¹ Trabalhava-se em média 14 horas diárias, sem férias, sem descanso semanal remunerado e sem nenhum tipo de assistência.

¹⁶² “As jornadas de trabalho eram longas, as condições insalubres; não havia horário para as refeições, que eram feitas entre as máquinas [...], recebiam salários que não garantiam o sustento de suas famílias, o que levava mulheres e crianças a se empregarem nas fábricas, submetendo-se às mesmas precariedades impostas aos homens adultos e recebendo salários ainda mais baixos.” (BUONICORE, 2017. s.p.).

¹⁶³ Em 1912, 67% dos trabalhadores têxteis eram mulheres (BUONICORE, 2017).

¹⁶⁴ Em 1918, mais de 50% do operariado fabril era constituído de crianças e adolescentes (BUONICORE, 2017).

A greve, como estratégia para conquistas de direitos, se intensifica e, em 1917, um movimento grevista paralisa o Brasil. Ficou mundialmente conhecido como a Greve Geral de 1917¹⁶⁵ e teve como principais características, de acordo com as pesquisas de Biondi (2016): (i) originar-se no movimento popular e ser contrário à alta de preços¹⁶⁶; (ii) greves parciais e localizadas nas principais fábricas; (iii) transformação das pequenas greves numa greve generalizada, atingindo todas as categorias; e (iv) a ocorrência de manifestações, saques, motins e embates de rua¹⁶⁷.

Entre as principais reivindicações da Greve de 1917 estavam: o aumento de 35% dos salários, a proibição do trabalho a menores de 14 anos, a abolição do trabalho noturno para menores de 14 anos e mulheres, jornada de trabalho de oito horas, respeito ao direito de associação, congelamento de preços dos alimentos e redução dos aluguéis (BUONICORE, 2017).

Como resultado dos movimentos grevistas ocorridos a partir de 1917, foi instituída uma das primeiras formas de proteção social à classe trabalhadora: a previdência social, amparando os trabalhadores após anos de exploração pelos detentores dos meios de produção. No Brasil, essa conquista se deu com a assinatura da Lei Elói Chaves, em 1923, quando foram criadas as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs).

Jornadas de oito horas, pagamento de horas extras, descanso semanal remunerado, instituição do salário-mínimo, a criação da Justiça do Trabalho e a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) foram algumas conquistas consolidadas na primeira metade do século XX.

O período da Ditadura Militar no Brasil, de acordo com Miranda (2016, s.p.),

¹⁶⁵ As mulheres tiveram uma participação de extrema importância na realização da Greve de 1917; foram elas que iniciaram a greve em uma das fábricas. Um coletivo de mulheres grevistas redigiu uma carta que traz: “Soldados, não deveis perseguir os vossos irmãos de miséria. Vós também sois da grande massa popular e, se hoje vestes a farda, voltareis a ser amanhã os camponeses que cultivam a terra ou os operários explorados das fábricas e oficinas. A fome reina em nossos lares, e os nossos filhos nos pedem pão. Os perniciosos patrões contam, para sufocar as nossas reclamações [...]. Não vos presteis, soldado, a servir de instrumento de opressão dos Matarazzo, Crespi, Gambu, Hoffmann, etc., os capitalistas que levam a fome ao lar dos pobres e gastam milhões mal adquiridos e que esbanjam com as ‘cocottes’.” (CENTRO DE MEMÓRIA SINDICAL, 2017, s.d.).

¹⁶⁶ “O custo de vida aumentava dia a dia. Em 1916, os gêneros alimentícios subiram mais de 60%, sem que houvesse qualquer reajuste salarial. Começava a faltar alimentos e toda nossa produção era vendida para a Europa, que estava em guerra. A fome batia às portas das famílias dos trabalhadores.” (BUONICORE, 2017, s.p.).

¹⁶⁷ “Grande revolta reverberou nos bairros operários e a situação saiu do controle, com lojas e armazéns saqueados. A cada dia, mais pessoas aderiam à grande greve, que chegou a contar com mais de quarenta mil trabalhadores. Eram sapateiros, eletricitários, trabalhadores das companhias de gás, mecânicos e quase a totalidade dos trabalhadores de pequenas oficinas, que compunham a maior parte da classe operária do período.” (BUONICORE, 2017, s.p.).

[...] apresentou vicissitudes conforme seus interesses. No início, havia preocupação em controlar a efervescência política. Nesse sentido, a concessão de direitos trabalhistas era uma medida eficaz. Contudo, a partir da dominação de grupos rebeldes e do endurecimento do regime, a prática foi oposta, com restrição de atividades sindicais e benefícios ao trabalhador. (Supressão nossa).

Entre os anos de 1964 e 1985, a classe trabalhadora brasileira fará jus ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), à implantação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Prorural) e à unificação do salário mínimo, bem como ao Programa de Integração Social (PIS) e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), entre outros.

Indubitavelmente, a maior conquista da sociedade brasileira no período pós-ditatorial foi a promulgação da Carta Magna de 1988, que contempla reivindicações dos movimentos sociais. Entre elas merece destaque a Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas e Idosos (Cobap). A Seguridade Social também é fruto dessas reivindicações.

O século XX despede-se, deixando como herança ao povo brasileiro, entre outras conquistas, a redemocratização do país, o Sistema Único de Saúde (SUS), a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e a Política Nacional do Idoso (PNI). Já os anos iniciais do século XXI serão palco para conquistas como o Sistema Único de Assistência Social (Suas), a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, os direitos trabalhistas aos empregados domésticos e o Estatuto do Idoso.

Os textos Jorge (2012, p.02) e Oliveira (2018, p.13) fazem referências a essas conquistas, como podemos observar abaixo. Iniciamos pelo primeiro texto:

A Constituição de 1988 e leis complementares posteriores a esta (Lei 8.212 e Lei 8.213) trouxeram um novo quadro para a estrutura da Previdência Social Rural. Tal conjunto de legislações – **fruto de lutas históricas de vários segmentos da classe trabalhadora rural** – propiciou uma ampliação do direito ao acesso a esta política (JORGE, 2012, p.02, Grifos nossos).

Mantendo-se combativo ao longo das décadas, o movimento negro conseguiu que a Constituição de 1988 estabelecesse, no art. 5º, XLII, que a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão e reafirmasse a igualdade civil entre brancos e negros. Entendemos também como **conquista do movimento negro** a publicização das discussões sobre as relações raciais brasileiras (OLIVEIRA, 2018 p.13 Grifos nossos).

No entanto, em um dos textos, ao entrevistar pessoas idosas em comunidades quilombolas, foi identificado um significado diferente daquele que compreende os direitos como frutos de lutas sociais. De acordo com o texto de Jorge (2012, p. 8), “o acesso à aposentadoria em sua maioria é visto pelos idosos da comunidade como uma ‘bênção’ e não como um direito”.

Entre os sentidos, identificamos o de **garantia de direitos** como uma das formas de enfrentamento, pois além das lutas e das conquistas se fazem necessárias estratégias para que o acesso a esses direitos seja garantido. Há vários significados encontrados nas frases que convergem para o sentido dessa garantia, desde o reconhecimento de legislações específicas para a parcela velha das populações, passando pela qualidade dos serviços e a apropriação dos direitos pelas pessoas velhas, até a atuação dos sindicatos.

Consta do texto de Lima et al. (2014, p.03, grifos nossos):

Embora leis tenham sido criadas, **é urgente que a sua efetivação seja viabilizada**, a fim de que os direitos conquistados pelos idosos sejam oficialmente garantidos. Por outro lado, é preciso que **os idosos tenham real conhecimento de seus direitos**, para que assim possam cobrá-los e usufruí-los.

Ainda no texto de Lima et al (2014, p12), destaca-se o seguinte trecho:

Deve-se **repudiar políticas pobres para os pobres**, uma vez que estes têm as mesmas necessidades das classes e camadas sociais mais abastadas e, como estas, **devem ser atendidos com o mesmo nível de qualidade**.

Já o texto de Jorge (2012, p.08) versa sobre a atuação dos sindicatos:


Na busca pela aposentadoria, os idosos afirmaram procurar inicialmente o sindicato. **Dessa forma, o STR [...] é visto pela maior parte dos entrevistados como fonte principal de informação, de encaminhamento e organização dos documentos**. É caracterizado assim, como um ‘funil’ por onde todos os idosos necessitam passar através de sua filiação. (Supressões e grifos nossos).

[...]

O sindicato tornou-se a “porta de entrada” para o acesso a aposentadoria. Estar filiado ao sindicato, mesmo que por pouco tempo e pagando as “taxas” exigidas por esta instituição, garante a posse de uma declaração que atesta frente à burocracia do INSS a sua condição de trabalhador rural. (Grifos nossos).

Ao tempo que a atuação dos sindicatos aparece como um garantidor de direitos, compondo o Núcleo de Significação das Formas de Enfrentamento, foi identificado no texto de Jorge (2012) com o significado do desconhecimento do caráter político do sindicato, aglutinado no sentido/indicador que denominamos de sindicato nas lutas sociais, de onde nasceu o Núcleo de Significação Práticas e Concepção Sindical, como se observa no quadro 13:

Quadro 13: Núcleo de Significação Práticas e Concepção Sindical

Pré-indicadores	Indicadores
 Desconhecimento do caráter político do sindicato	Sindicato nas lutas sociais

Fonte: Elaboração própria (2022).

Quando se pensa em sindicato, vem à mente as ações que objetivam reivindicações de conquista ou de manutenção de direitos para uma determinada coletividade. O surgimento dos sindicatos está relacionado ao início da exploração da força de trabalho no capitalismo com as *trades unions*, como já foi explorado no primeiro capítulo desta pesquisa.

Dias (s.d.) observa que apesar de o berço do sindicalismo ser industrial, este fato não foi limitante para a sua expansão a outros setores da economia: “pode-se dizer que o sindicalismo é o sistema de organização político-social dos trabalhadores, tanto urbano-industrial como rurais e de serviços”.

No Brasil, as primeiras formas de organização dos trabalhadores assalariados, como já mencionado no capítulo dois, foram as sociedades de auxílio-mútuo e de socorro, que visavam ajudar materialmente os/as operários/as em períodos mais difíceis. Em seguida, foram criadas as **União Operárias**, que com o advento da indústria passam a se organizar de acordo com seus diferentes ramos de atividade (DIAS, s.d., s.p.). Eis como nasceu o movimento sindical no Brasil.

De acordo com Dias (s.d., s.p., grifos nossos), naquela época:

Existiam **duas tendências** no movimento operário brasileiro: **a anarco-sindicalista**, que negava a importância da luta política, privilegiando exclusivamente a luta dentro da fábrica através da ação direta. Repudiava a constituição de partido para a classe operária e via nos sindicatos o modelo de organização para a sociedade anarquista. **O “socialismo reformista”**

buscava a transformação gradativa da sociedade capitalista, lutava pela criação de uma organização partidária dos trabalhadores e utilizava a luta parlamentar.

Os anos iniciais do século XX vão encontrar no Brasil um movimento sindical sob o controle do governo, Dias (s.d., s.p.) cita como exemplo um Congresso Operário ocorrido em 1912, que “teve como presidente honorário Mário Hermes, filho de Hermes da Fonseca, Presidente da República”. O mesmo autor diz que o governo de Getúlio Vargas procurou controlar o movimento sindical, “levando-o para dentro do aparelho de Estado¹⁶⁸”.

Com os anos e a luta dos trabalhadores, os sindicatos passaram por avanços e novas configurações, inclusive com a abrangência do campo. Em meados dos anos 50 começam a existir as Ligas Camponesas¹⁶⁹, que tinham como principal reivindicação a reforma agrária. Mesmo no período da ditadura militar, os trabalhadores, ainda que de forma clandestina, continuavam a resistência através dos sindicatos. Os últimos anos da década de 1970 foram de grande efervescência do movimento sindical, com a Greve dos Metalúrgicos do ABC Paulista.

Retornando à análise dos textos, encontramos uma concepção de sindicato como entidades viabilizadoras dos direitos, mas os entrevistados em seus depoimentos expostos no texto não verbalizaram em nenhum momento o sindicato como força motriz das lutas sociais. Há o desconhecimento do caráter político dos sindicatos.

O texto de Jorge (2012, p.08) traz o significado explorado acima:

Não aparecem referências ao sindicato como meio de organização e luta, visando reivindicações relativas a conquista de projetos e financiamentos para o território onde vivem e trabalham. O Sindicato é caracterizado primordialmente como o responsável por encaminhar os idosos à aposentadoria.

¹⁶⁸ Nesse período houve o Decreto de criação do Ministério do Trabalho, que tinha como prerrogativa o controle financeiro “sobre os recursos dos sindicatos, proibindo a sua utilização pelos operários durante as greves, e definia o sindicato como órgão de colaboração e cooperação com o Estado. Permitia aos delegados do Ministério do Trabalho o direito de participar das assembleias operárias, proibia o desenvolvimento de atividades políticas e ideológicas dentro dos sindicatos, vetava sua filiação a organizações sindicais internacionais, negava o direito de sindicalização aos funcionários públicos”. (DIAS, s.d., s.p.).

¹⁶⁹ Benedito et al. (2021, p. 136) opinam que “durante a década que foi palco da instituição da ditadura militar, os trabalhadores do campo, especificamente no ano de 1963, conquistaram sua primeira confederação de caráter sindical, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)”, que desde a sua criação até os dias atuais, exerce um grande papel na luta pela conquista e defesa dos direitos aos trabalhadores rurais.

Assim, concluímos esses dois Núcleos de Significação explicando que os juntamos, pois compreendemos que para o enfrentamento da desregulamentação de direitos, para continuar lutando se faz necessário que os sindicatos assumam seu papel político de organizar os trabalhadores/as para a conquista e a manutenção de seus direitos.

Finalizamos este capítulo, com a compreensão dos significados e sentidos da contribuição do Serviço Social brasileiro ao enfrentamento ao racismo e ao ageísmo refletidos nos textos analisados, desvelando dessa forma, a realidade concreta.



De hoje em diante Brasilino
Vou botar a boca no trombone mesmo desafinado
Esse silêncio me mata
Toda vez que você pisar em mim
Vou mandar gritos pra todo lado
Vou pôr a boca no mundo
Ninguém me segura
Não vou sofrer calado

Carlos de Assumpção

Os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de diversas formas; o que importa é modificá-lo.

Karl Marx.

É certo que as armas da crítica não podem substituir a crítica das armas, que o poder material tem de ser derrubado pelo poder material – mas a teoria converte-se em força material quando penetra nas massas. A teoria é capaz de se apossar das massas ao demonstrar-se ad hominem e demonstra-se ad hominem logo que se torna radical. Ser radical é agarrar as coisas pela raiz. Mas, para o homem, a raiz é o próprio homem;

Karl Marx¹⁷⁰

¹⁷⁰ **Karl Marx** alemão, filósofo economista, teórico político e revolucionário socialista. Elaborou os fundamentos do método histórico-dialético que está intimamente articulado com a transformação radical da sociedade e que baseia os estudos do envelhecimento na Perspectiva da totalidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizo este trabalho com esperança de dias melhores no que diz respeito ao cenário de Covid-19: o quantitativo de pessoas vacinadas aumenta a cada dia, as internações e mortes diminuíram substancialmente, os governantes já iniciam a flexibilização o uso da máscara, as atividades presenciais, paulatinamente, retornam. Entretanto, no que diz respeito ao racismo e ao ageísmo, a certeza é que o caminho a ser trilhado para a sua eliminação ainda é longo, pois como constatamos ao longo desta tese, eles são importantes para a manutenção do sistema capitalista.

Assim, compreendemos o porquê de diariamente casos, principalmente de racismo, pulularem na mídia e nas redes sociais, como, por exemplo, o caso da adolescente baiana e negra que foi impedida de entrar na escola por não ter cabelos lisos¹⁷¹, ou então o da diretora de uma escola cearense que foi indiciada por crime de racismo contra alunos que frequentavam a escola em que é gestora¹⁷². Compreendemos ainda, mesmo que não aceitemos, o fato de que apenas 50% de processos que têm como objeto o crime de racismo, iniciados no ano de 2017 no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, obtiveram um desfecho¹⁷³.

Também não é novidade o ageísmo estampado em noticiários na forma de preconceito e discriminação, de julgamento de valores, ou ainda, na escolha de quem deve receber atendimento médico com mais urgência. Junte-se a isso a invisibilidade da velhice como uma fase do curso da vida permeada por diversos determinantes.

Aspectos como esses nos levam a constatar que há uma emergência na elaboração de pesquisas sobre o envelhecimento que tenham a totalidade como categoria de análise, bem como que se efetive a reconstrução das lutas sociais por direitos.

Neste trabalho foram realizadas considerações necessárias para o resgate das principais lutas de resistência dos escravizados, explicitando a sua importância para

¹⁷¹ Eloah Monique Tavares, 13 anos, foi impedida de entrar na escola onde estuda por ter cabelos crespos. Estudante negra é proibida de entrar na escola por não ter cabelo liso – Geledés (geledes.org.br)

¹⁷² A diretora de uma escola de ensino médio em Sobral, no interior do Ceará, foi indiciada pelos crimes de racismo e constrangimento ilegal praticados contra seis alunos. Diretora é indiciada por racismo e constrangimento após humilhar alunos em escola no interior do Ceará - Geledés (geledes.org.br)

¹⁷³ A reportagem denuncia que no ano de 2017 o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro iniciou 266 processos por crime de racismo, dos quais 79 foram finalizados após um acordo feito pelo réu; em 41 deles os acusados foram absolvidos; e em 14, condenados. A reportagem diz ainda que ao menos 59 (22%) do total estão em andamento, sem que ninguém tenha sido responsabilizado. Já 34 processos (13%) foram suspensos sem que o réu tenha tomado conhecimento das acusações contra ele (PORTAL GELEDÉS, 2021). Apenas metade dos processos de racismo iniciados em 2017 tiveram desfecho na Justiça do Rio (geledes.org.br)

a formação da classe trabalhadora e para o entendimento de que as desigualdades étnico-raciais geram um fosso nas desigualdades sociais.

Ao estudarmos a formação da classe trabalhadora no Brasil, verificamos que a luta dos/as escravizados/as por condições de sobrevivência foi fundamental na constituição dessa classe trabalhadora. O Brasil conta com uma classe trabalhadora que tem em sua gênese as lutas de resistência protagonizadas por africanos/as trazidos/as a este país, sequestrados/as na condição de escravizados/as.

Ao lutar por melhores condições de trabalho e, conseqüentemente, de vida, os/as trabalhadores/as obtiveram conquistas na forma de direitos sociais tão essenciais para a dignidade e a sobrevivência dos sujeitos.

Todavia, ao analisar os dados estatísticos, chegamos à conclusão de que apesar dos direitos duramente conquistados, a classe trabalhadora brasileira, em especial a parcela negra da população, vive em situação alarmante no tocante ao acesso aos direitos básicos pelos quais seus ancestrais lutaram desde que aqui chegaram: segurança alimentar, condições menos indignas de trabalho, direito de ir e vir.

O Estado brasileiro, tão afeito às orientações neoliberais e simpatizante dos ideais fascistas, discriminatórios e conservadores, forja o aumento da desigualdade social e empurra milhões de pessoas para a extrema pobreza com a desregulamentação dos direitos, com sua política de precarização das relações de trabalho, perseguição aos servidores públicos, terceirização, contratos que flexibilizam direitos e a falácia do “menos direitos e mais empregos”.

Relembramos que a elaboração deste trabalho teve como objeto a contribuição do Serviço Social brasileiro no enfrentamento ao racismo e ao ageísmo: um estudo sobre a produção de conhecimento expressa nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social realizados na segunda década do século XXI.

Partimos do pressuposto de que já existe uma contribuição por parte de nossas entidades organizativas: o conjunto CFESS/Cress, Abepss e Enesso, principalmente, na questão étnico-racial, mas ainda com um caminho a trilhar no que diz respeito ao processo de envelhecimento e ao ageísmo. Constatamos que a hipótese se concretizava.

Ao estudar as ações e atividades realizadas pelas entidades, chegamos à conclusão de que o Conjunto CFESS/Cress, órgão normatizador da profissão do/a assistente social, ainda tem a discussão sobre o envelhecimento de forma pontual,

principalmente naqueles dias específicos de temas relacionados a pessoas velhas. Consideramos que a contribuição à discussão de combate ao ageísmo necessita de mais ações por parte da entidade. No que diz respeito à questão étnico-racial, frisamos que as ações passaram a ser contínuas desde 2010. Entretanto, apesar de terem uma continuidade e serem mais regulares do que as discussões dizem respeito ao envelhecimento humano, em especial, ao ageísmo, consideramos que ações que propiciem a reflexão das condições objetivas de negros e negras no Brasil permanecem extremamente necessárias, principalmente no atual cenário ultraneoliberal, fascista e de acirramento do conservadorismo.

No que concerne à ABEPSS, verificamos que a entidade tem tido ações pontuais muito mais exploradas nos Enpess, todavia, assim como acontece com o conjunto CFESS/Cress, ainda com um caminho a trilhar para que a temática do envelhecimento perpassasse por todas as ações da entidade, assim como já acontece com a questão étnico-racial.

Já a Enesso, além de não ter ações contínuas voltadas à pessoa velha, compreende o envelhecimento de forma abstrata, homogênea e subjetiva quando se posiciona a favor do envelhecimento ativo sem fazer nenhuma ponderação.

Portanto, reafirmamos a nossa hipótese de que as entidades representativas dos assistentes sociais envidam esforços no sentido de buscar uma sociedade livre de todas as formas de opressão. No entanto, quando o assunto concerne ao envelhecimento da população, em especial da camada negra, fica evidente, diante das análises realizadas, que as entidades mencionadas ainda têm um longo caminho a percorrer.

Esse aspecto acha-se exposto na produção dos assistentes sociais; poucos são aqueles que ao produzir sobre o envelhecimento, mesmo quando o fazem criticamente, ultrapassam o pensamento da Gerontologia Social Conservadora. Quando a produção recai sobre a velhice de negros/as, a invisibilidade é ainda maior. Na maioria das vezes, a visibilidade da velhice negra só é exposta quando o tema diz respeito aos velhos e às velhas residentes em comunidades remanescentes.

Dessa maneira, retomamos aqui o que se acha na introdução deste trabalho: a necessidade de chamar a atenção da academia, com ênfase no Serviço Social brasileiro, para alguns aspectos, entre os quais destacamos:

– A necessidade de abordar as questões da velhice não como fase apartada das demais, mas como a história de uma vida inteira, permeada e condicionada por

elementos constitutivos da realidade, que não podem apartar-se dos estudos na perspectiva da totalidade social, como defendem Campelo e Paiva (2014), Teixeira (2008) e Haddad (2017).

– A necessidade de estudos sobre a velhice no âmbito acadêmico, ampliando os espaços para o debate durante os encontros promovidos pela ABEPSS e pelo conjunto CFESS/Cress;

– A necessidade de cumprir o que orienta o Estatuto do Idoso, tornando obrigatório o estudo das questões da velhice da classe trabalhadora na graduação em Serviço Social, deixando de ser uma disciplina eletiva, como acontece na maior parte dos programas.

Além disso, é preciso chamar atenção aos/às assistentes sociais que atuam no atendimento à pessoa, para que nossas ações ultrapassem o que desejam as instituições que nos contratam. É necessário que tenhamos um plano de ação fundamentado naquilo que está estabelecido no nosso Código de Ética e no nosso Projeto Ético-Político: lutarmos ao lado da classe trabalhadora, nos reconhecendo como integrante dessa classe, por uma sociedade justa e emancipada, sem discriminação, preconceito, racismo ou ageísmo.

É preciso destacar ainda que:

– Há necessidade de incluirmos em nossos instrumentos de trabalho o quesito raça-cor; só assim poderemos saber até que ponto velhos negros e velhas negras estão sendo atendidos nas políticas sociais existentes, e assim contribuirmos com dados da realidade concreta para a formulação de novas políticas;

– Perceber o velho, que nós atendemos, como trabalhador, e o incentivemos a se reportar à profissão que exerce ou exerceu. Assim iremos compreender a interlocução dos ditos problemas da velhice no contexto da exploração da força de trabalho;

- Necessidade de que os/as assistentes sociais, em seus espaços sócio-ocupacionais atentem para colocar em seus instrumentais quesitos que abordem raça/etnia, contribuindo para a visibilidade da velhice de negros e negras, ao tempo em que propicia condições para a elaboração de políticas sociais e legislações diferenciadas às várias parcelas da população. Seguindo, dessa forma, um dos direitos do/a assistente social previsto no seu Código de Ética, qual seja, “participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1996, p.26).

– Cumpre que o/a assistente social exerça a competência ético-política, a competência teórico-metodológica e a competência técnico-operativa de forma interligada, como disse Iamamoto (2004a). Faz-se necessária uma postura investigativa, reflexiva e propositiva para enfrentar o ageísmo e o racismo presentes nas relações que envolvem velhos e velhas.

O resultado da revisão integrativa e da análise dos trabalhos nos Anais dos Enpess da segunda década do século XXI permite constatar que os/as assistentes sociais vêm exercendo a competência investigativa, seja na academia, seja nos espaços sócio-ocupacionais, uma vez que são eles/elas que mais têm produzido sobre a luta dos/as trabalhadores/as por conquistas ou pela manutenção de direitos.

Despedimo-nos desta tese frisando que os nossos ancestrais que lutaram para que chegássemos ao século XXI sem as amarras de ditaduras, com a liberdade de fazer escolhas, talvez nem em seus piores pesadelos tenham vislumbrado um período como o que o Brasil vivencia de forma tão acirrada desde abril de 2016. Se o período pós-ditadura militar foi propício à conquista de direitos, os dias que se sucederam desde abril de 2016 compõem um cenário de desregulamentação de direitos conquistados através das lutas dos movimentos sociais. Em particular, a partir de 2018, com a eleição do atual governo para o Executivo federal.

Inequivocamente, as questões econômicas prevalecem na vida de milhões de homens e mulheres, principalmente de velhos e velhas residentes nas mais variadas localidades brasileiras: dos grandes centros urbanos aos distantes rincões. O governo que aí está atende a interesses da burguesia, segue as diretrizes impostas pelo neoliberalismo e, com suas ações conservadoras, incentiva atos homofóbicos, preconceituosos e discriminatórios, além de anular as conquistas civilizatórias.

Há um golpe orquestrado, executando uma sinfonia nada agradável aos ouvidos de trabalhadores e trabalhadoras. A democracia, aos poucos, perde seus alicerces. Leis, portarias, medidas provisórias e decretos presidenciais revogam conquistas de grande importância para a participação popular no processo de elaboração e efetivação de políticas sociais destinadas à classe trabalhadora brasileira.

A única forma de finalizar este trabalho é reafirmando que, enquanto essa sociedade não se tornar emancipada, a luta e a resistência devem ser o caminho a ser trilhado para que os direitos conquistados não escoem pelos ralos das determinações capitalistas. Por isso, **nenhum direito a menos, velhice não é**

doença, vidas negras e de velhos e velhas importam, são os gritos que carecem de eco do Oiapoque ao Chuí.

REFERÊNCIAS

AFFONSO, Ruy. **A primeira revolução social brasileira**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1946.

AGUIAR, Antônio. **Serviço Social e Filosofia: Das origens a Araxá**. São Paulo: Cortez, 2011.

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de, SOARES, Júlio Ribeiro e MACHADO, Virgínia Campos. Núcleos de significação: uma proposta histórico-dialética de apreensão das significações. Cadernos de Pesquisa [online]. 2015, v. 45, n. 155 [Acessado 13 Março 2022], pp. 56-75. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/198053142818>>.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FILHO, Walter Fraga. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, Suéllen Bezerra. **Serviço social e envelhecimento: estudo dos fundamentos teórico-políticos sobre velhice na produção de conhecimento do Serviço Social no Brasil**. Recife, 2014. 138 f. Dissertação (mestrado) - UFPE, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, 2014.

AMBRÓSIO, Leticia. Por que as pessoas negras são as que morrem mais de COVID-19 no Brasil?. InformaSus UFSCAR. 2021. Disponível em <https://www.informasus.ufscar.br/por-que-as-pessoas-negras-sao-as-que-morrem-mais-de-covid-19-no-brasil/>. Acessado em 10 de abril de 2022.

ANSILIERO, Graziela. Reflexões sobre a PEC nº 287/2016 e suas alterações: limites e possibilidades para a carência mínima para aposentadoria voluntária no regime geral de previdência social. (Texto para Discussão) Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARRUDA, Fernanda Tavares et al. Grupo de Estudos Sobre Envelhecimento Humano na Perspectiva da Totalidade Social (GEEHPTS): concepção, contribuições teórico-metodológicas e desafios atuais. In: CAMPELO E PAIVA, Sálvea de Oliveira; CARVALHO, Tatiana Lins (org.). **12 anos do NAISCI: história e contribuições**. Recife: Edupe, 2018. Cap. 5. p. 89-100.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL. **Contribuição da Abepss para o fortalecimento dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social No Brasil**. 2ª Ed. In: Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Número 33, pp. 258-283. Brasília: ABEPSS, 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL **Apresentação ENPESS: 20 anos de diretrizes curriculares, 70 de ABEPSS e 80 de**

Serviço Social no Brasil. Formação e Trabalho profissional - reafirmando as diretrizes curriculares da ABEPSS. Ribeirão Preto, 2016. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess/apresentacao-enpess-27>. Acessado em 01 de Março de 2022.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. **ADUR Informa nº 49**. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.adur-rj.org.br/5com/adurinforma/adurinforma49.htm>. Acessado em 13 de fevereiro de 2022.

ASSUMPÇÃO. Carlos de. **Não Pararei de Gritar: Poemas Reunidos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

BATISTA Amanda et al.. **Análise socioeconômica da taxa de letalidade da COVID-19 no Brasil**. (Nota Técnica n. 11 do Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS)). Rio de Janeiro, PUC/RJ, 2020. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1tSU7mV4OPnLRFMMY47JIXZgzkklvkydO/view>, acesso em 15 de março de 2021.

BEAUVOIR, Simone. **A Velhice**. 5ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo, Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social – fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

BENEDITO, Jonorete de Carvalho. **Trabalhadores Velhos: uma expressão da questão social no século XXI**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009.

BENEDITO, Jonorete de Carvalho. Reflexões acerca da Proteção Social para os Velhos Do Brasil. In: COSTA, Joice Sousa et al (Org.). **Aproximações e ensaios sobre a velhice**. Franca: Unesp - FCHS, 2017. Cap. 02. p. 35-51.

BENEDITO, Jonorete de Carvalho. Melhor idade para quem? As novas terminologias para designação da velhice. In: TEIXEIRA, Solange Maria (Org.). **Envelhecimento na sociabilidade do capital**. Campinas: Papel Social, 2017a. Cap. 10. p. 113-128.

BENEDITO. Jonorete de Carvalho. Proteção social à pessoa idosa brasileira: Notas para o debate. In: ENCONTRO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL, 5., 2018, Brasília, DF. Anais... Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social, 2018. p. 152-174

BIONDI, Luigi. **Greve Geral de 1917**. 2016. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbetes/greve-geral-de-1917>. Acesso em: 21 set. 2020.

BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Vol. I. 11ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2016

BOSCARI, Marilene; SILVA Fátima Noely da. **A trajetória da assistência social até se efetivar como política social pública**. Revista eletrônica Interdisciplinar de Estudos em Saúde da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe v.1, n.1. 2012. Caçador (SC): UNIARP, 2012.

BRAGA, José Carlos de Souza. **A Questão da Saúde no Brasil**: um estudo das políticas sociais em saúde pública e medicina previdenciária no desenvolvimento capitalista. 1978. 223 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (sp), 1978. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/285997/1/Braga_JoseCarlosdeSouza_M.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2019.

BRASIL, Lei 12.288/10. **Estatuto da Igualdade Racial**. Brasília, DF: Presidência da República, 2010.

BRASIL. Portaria n.º 2.528 de 19 de outubro de 2006. Brasília, Senado Federal, 2006.

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. **Lei das Terras**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Rio de Janeiro, 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm. Acesso em: 03 out. 2021.

BRASIL. Lei nº 581, de 04 de setembro de 1850. **Eusébio de Queiroz**. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. Rio de Janeiro, 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm. Acesso em: 03 out. 2021.

BRASIL. Lei nº 3353, de 13 de maio de 1888. **Lei Áurea**. Declara extinta a escravidão no Brasil. Rio de Janeiro, 1888. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm. Acesso em: 03 dez. 2021.

BRITO, Luciana. Retornados Africanos. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 387.

BUONICORE, Augusto. **A greve geral de 1917 e os seus reflexos no movimento operário brasileiro**. 2017. Disponível em <https://memoriasindical.com.br/formacao-e-debate/augusto-buonimore-greve-geral-de-1917-e-os-seus-reflexos-no-movimento-operario-brasileiro/>. Acessado em 5 de abril de 2022.

CAMARANO, Ana Amélia. **Os dependentes da renda dos idosos e o coronavírus: órfãos ou novos pobres?** (Nota Técnica n. 81 da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais). Rio de Janeiro, IPEA, 2020. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200724_nt_disoc_n_81_web.pdf, acesso em 15 de março de 2022.

CAMPELO E PAIVA, Sálvea de Oliveira. **Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital**: um estudo sobre a racionalidade na produção de conhecimento do serviço social. Recife, 2012. 252 f. Tese (doutorado) - UFPE, Centro Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, 2012.

CAMPELO E PAIVA, Sálvea de Oliveira. **Envelhecimento, Saúde e Trabalho no tempo do Capital**. São Paulo: Cortez, 2014.

CAMPELO E PAIVA, Sálvea de Oliveira, et al-. **Desigualdade, Envelhecimento e Saúde no tempo de contrarreformas**: da Magnitude à Desproteção Social no Brasil. Revista Kairós-Gerontologia, 24(Número especial 30, "Covid-19 e Envelhecimento II. São Paulo, 2021. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/50402/37514>, acesso em 11 de março de 2022.

CARVALHO Cíntia de Sousa; PINTO, Rita de Cássia Santos e SOUZA, Solange Jobim e. **Museu da Favela [recurso eletrônico]: histórias de vida e memória social**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

CARVALHO, Ellen. **Animai-vos povo bahiense, o Brasil de Fato chegou!**. Editoria. Brasil de Fato, 2017. Disponível em <https://www.brasildefatoba.com.br/2017/12/09/animai-vos-povo-bahiense-o-brasil-de-fato-chegou#:~:text=%E2%80%9CHomens%2C%20o%20tempo%20%C3%A9%20chegado,dos%20chamados%20%E2%80%9Cboletins%20sediciosos%E2%80%9D>. Acessado em, 10 de novembro de 2021.

CENTRO DE MEMÓRIA SINDICAL. **A carta das mulheres grevistas de 1917**. 2017. Disponível em <https://memoriasindical.com.br/formacao-e-debate/carta-das-mulheres-grevistas-de-1917/>. Acessado em 04 de abril de 2022.

CENTRO POTIGUAR DE CULTURA (Rio Grande do Norte). **Navio Negroiro**: tráfico de africanos para as américas. 2016. Disponível em: <https://centropotiguardecultura.blogspot.com/2016/11/navio-negroiro-traffic-de-africanos.html>. Acesso em: 07 mar. 2022.

CERQUEIRA, Daniel. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021.

CHASIN, Jose. **Método Dialético**. Apostila mimeografada. 19[].

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Brasília, 1996.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, **CFESS – Histórico**. s.d. Disponível em; <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/o-cfess>. Acessado em 05 de março de 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **CFESS Manifesta**: gestão atitude crítica para avançar na luta (2008-2011). Brasília: 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **CFESS Manifesta: gestão tecendo na luta a manhã desejada (2014-2017)**. Brasília: 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Edição Trilíngue. Brasília: 2019a.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Informativo do Conjunto CFESS-CRESS**. 5º Ed. Brasília: 2019b.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Assistentes sociais no Combate ao Racismo – o livro**. Brasília, 2020.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Documento de Area – Area 32: Serviço Social**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/doc-servico-social-01-11-pdf>, acesso em 17 de março de 2021.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma?**. **Novos Rumos**, Marília (SP), v. 49, n. 1, p.117-126, jan. 2012. Semestral. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/2383/1943>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

COULON, Olga Maria A. Fonseca.; PEDRO, Fábio Costa. **Dos Estados Nacionais à Primeira Guerra Mundial**, 1995. Disponível em <<http://www.hystoria.hpg.ig.com.br/cartism.html>>. Acesso em: 18 out. 2016.

DIAS, Antônio Carlos. **A história das organizações sindicais**. s.d. Disponível em: <https://www.arcos.org.br/artigos/a-historia-das-organizacoes-sindicais/>. Acessado em 31 de Março de 2022.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Perfil das Pessoas Idosas com 60 anos ou mais**. 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/graficoPerfil60AnosMais.html>. Acesso em: 13 jun. 2021.

DEBERT, Guita Grin. **A invenção da terceira idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas**. 1996, Disponível em http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_34/rbcs34_03.htm . Acessado em 08 de julho de 2020.

DEBERT, Guita Grin. SIMÕES, Júlio Assis. A aposentadoria e a invenção da “terceira idade”. In: DEBERT, Guita Grin. (Org.). **Antropologia e velhice**. Textos didáticos. 2. ed. Campinas: IFCH/Unicamp, 1998.

EDMUNDSON, William. **A Gretoeste**: a história da rede ferroviária *Great Western of Brasil*. João Pessoa, Ideia, 2016.

ENGELS, Friederich. **A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1986.

ESTRELA, Valdir. **Revolta dos Búzios** – A revolução que abalou a Bahia colonial!, 2021. Disponível em <https://aplbsindicato.org.br/revolta-dos-buzios-por-valdir-estrela/> acessado em 27 de Março de 2022.

EVANGELISTA, Ana Paula **NEGROS SÃO OS QUE MAIS MORREM POR COVID-19 E OS QUE MENOS RECEBEM VACINAS NO BRASIL**. 2021 <https://www.epsjv.fiocruz.br/podcast/negros-sao-os-que-mais-morrem-por-covid-19-e-os-que-menos-recebem-vacinas-no-brasil>

EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL. **Cadernos de Deliberações 2015**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://enessooficial.files.wordpress.com/2011/06/caderno-de-deliberac3a7c3b5es-2015.pdf>. Acessado em 02 de Março de 2022.

EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL. **Cadernos de Deliberações 2018**. Uberaba, 2018. **da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social**. Curitiba, 2019. Disponível em: <https://enessooficial.files.wordpress.com/2018/08/caderno-de-deliberac3a7c3b5es-eness-2018.pdf> . Acessado em 02 de Março de 2022.

EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL. **Estatuto da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social**. Curitiba, 2019. Disponível em: <https://enessooficial.files.wordpress.com/2020/10/estatuto-revisado-2019-3.pdf>. Acessado em 25 de Março de 2022

FALEIROS, Vicente de Paula. O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais na Conjuntura dos Anos 70. In CFESS (Org.); CRESS/SP; ABEPSS; ENESSO (Co-orgs.) **30 Anos do Congresso da Virada**. pp. 43-54. Brasília, 2009.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**: (o legado da “raça branca. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A sociedade escravista no Brasil**. In: IANNI, Octávio. (Org.). Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos** 1. ed. Digital. São Paulo: Global, 2013.

FERREIRA NETTO, Letícia Rodrigues. **Racismo Científico**. Disponível em <https://www.infoescola.com/sociologia/racismo-cientifico/>. Acessado em 01 de abril de 2022.

FONSECA, Guilherme. **Pernambuco (1917): a revolução esquecida** In GODEIRO, Nazareno (Org). **Revoluções e Revoltas do Povo Brasileiro**. São Paulo: Sundermann, 2020.

FONTANA, Remy José. **Comuna de Paris** - 130 anos. Revista Eletrônica Espaço Acadêmico. Maringá (PR), 2001. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/285267429/Comuna-de-Paris#>>. Acesso em: 12 de jul. 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, 2019.

FRAZÃO, Moniqui. Olhares sobre a velhice na pandemia, 2020. Disponível em <https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/reportagem/olhares-sobre-a-velhice-na-pandemia>. Acessado em 01 de abril de 2022.

FREDERICO, Celso. **Classes e Lutas sociais**. In **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

FREITAS, Tais Pereira de. **Tintas Pretas e Papéis Brancos: educadoras negras e emancipação**. 2015. 230 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2015. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/tese-tais-pereira-de-freitas-doutorado-servico-social.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2022.

FURTADO, Marcella Brasil, PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira e ALVES, Cândida Beatriz. **Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural**. *Psicologia & Sociedade* [online]. 2014, v. 26, n. pp. 106-115. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100012>>. Acessado em 8 de Abril 2022.

GARCEZ, Thiago. História do Serviço Social no Brasil, 2021. Disponível em: <https://portaldoss.com.br/historia-do-servico-social-no-brasil/>. Acessado em 25 de Fevereiro de 2022.

GADELHA, Cirlene. Cabanada (1832-1835): Quilombolas, índios e camponeses na luta por terra e liberdade. In GODEIRO, Nazareno (Org). **Revoluções e Revoltas do Povo Brasileiro**. São Paulo: Sundermann, 2020.

GAZETA DO BAIRRO. A “velhinha”. 2018. Disponível em <http://gazetadobairro.com.br/velhinha-de-42-anos/>. Acessado em. de 42 anos

GODEIRO, Nazareno. 200 anos de resistência e genocídio indígena. In GODEIRO, Nazareno (Org). **Revoluções e Revoltas do Povo Brasileiro**. São Paulo: Sundermann, 2020.

GODOI, Ana. **Revolta dos Alfaiates: a primeira tentativa de revolução burguesa no Brasil**. In GODEIRO, Nazareno (Org). **Revoluções e Revoltas do Povo Brasileiro**. São Paulo: Sundermann, 2020.

GOLDANI, Ana Maria. **"Ageísmo" no Brasil**: o que significa ? quem pratica? o que fazer com isto?. Revista Brasileira de Estudos de População [online]. 2010, v. 27, n. 2.mpp. 385-405. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-30982010000200009>>. Acessado em 7 Abril 2022.

GOMES, Flávio dos Santos, LAURIANO, Jaime, SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Enciclopédia Negra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

GOMES. Ângela de Castro. Imigrantes Italianos In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil: 500 anos de povoamento** (Centro de Documentação e Disseminação de Informações). - Rio de Janeiro: IBGE, 2007

GOMES, Laurentino. **Escravidão**: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Rio de Janeiro: Globo, 2019. 1 v

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6. ed. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

GRANATO, Fernando. **Bahia de Todos os Negros** – As rebeliões escravas do século XIX. Rio de Janeiro: História Real, 2021.

GRANEMANN, Sara. **Para uma Interpretação Marxista da Previdência Privada**. Tese de doutoramento apresentada no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ. 2006.

GRANEMANN, Sara. **Trabalho e Previdência Notas Sobre esta Relação** in GOLDMAN, Sara Nigre. PAZ, Serafim. Fortes. (org.) **Cabelos de Neon**. Niterói: Talento Brasileiro, 2001.

GRANEMANN, Sara. SALDANHA, J. Miguel Bendor. **Os fundos de pensão e a acumulação capitalista**. Jornal Opinião Socialista. Ed. 150. 15 a 28/05/2003. disponível em < http://www.adur-rj.org.br/5com/previdencia/os_fundos_de_pensao.pdf>. Acessado em: 20 de janeiro de 2022.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **A ideologia da velhice**. 2. ed. [livro eletrônico] São Paulo: Cortez, 2017.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **Políticas Sociais, Setoriais e por Segmento** – idoso In: Capacitação em Serviço Social e política social. Brasília: CEAD, 1999.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **O direito à velhice**: os aposentados e a previdência social. São Paulo: Cortez. 1993.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **A ideologia da Velhice**. São Paulo: Cortez. 1986.

HILLESHEIM, Jaime. **Aprendendo com a história: táticas sindicais que contribuíram para a contrarreforma trabalhista**. Textos & Contextos Porto Alegre, v. 16, n. 2, p.297-312, 29 dez. 2017. EDIPUCRS. <http://dx.doi.org/10.15448/1677-9509.2017.2.28375>. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/28375/16413>>.

Acesso em: 25 jul. 2019.

HOBBSAWM, Eric. J. **A Era das Revoluções**. 9ª ed. São Paulo: Paz e Terra S/A, 1996.

HOBBSAWM, Eric. J. **A Era dos Extremos**- o breve século XX 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social** – Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 4ª Edição: São Paulo: Cortez/Celats, 1985.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **A Questão Social no Capitalismo**. Revista Temporalis n.º 3. 2ª ed. Rio Grande do Sul: ABEPSS, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004a.

IAMAMOTO, Marilda. O Serviço Social na Cena Contemporânea. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 19. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão**. Serviço Social & Sociedade [online]. 2017, n. 128. pp. 13-38. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.091>> Acessado em 23 Março 2022,

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Conjuntura do Brasil e do mundo, a pandemia e os impactos na profissão (Palestra professora no pleno do CFESS, março de 2021). Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1796>. Acessado em 12 de Fevereiro de 2022).

IANNI, Octavio. **Escravidão e Racismo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

IANNI, Octávio. **A Idéia de Brasil Moderno**. 3. Reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2004.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **O Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**. Brasília: Ipea, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). (2020). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua – PNAD Contínua**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101709_informativo.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese dos indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população. / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2021

JORGE, Amanda Lacerda. **O acesso à previdência rural entre idosos quilombolas**. In: Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. ABEPSS, Juiz de Fora – MG, 2012.

LARA, Silvia Hounold. **Campos da Violência**: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

LEFEBVRE, Henri. **O Marxismo**. 5.^a ed. Editora Difel. São Paulo, 1979.

LEMOS, Esther Luíza de Souza. **40 anos da virada e a contribuição da Serviço Social & Sociedade na disseminação da produção intelectual**. Serviço Social & Sociedade [online]. 2019, n. 136, pp. 518-537. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.192>> Acessado em 21 Março 2022.

LIMA, Maria da Soledade Arruda de. et al. **Quem pegou nossos direitos? Mapeamento dos idosos das comunidades Quilombolas de São João da Ponte /MG**. In: Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. ABEPSS, Ribeirão Preto – SP, 2014.

LOPREATO, Christina da Silva Roquette. **O Espírito da Revolta – A Greve Geral Anarquista de 1917**. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História do IFCU/UNICAMP. Campinas, 1996.

LOPREATO, Christina Roquette. **O espírito das leis: anarquismo e repressão política no Brasil**. Revista Verve [online]. 2003, n.3, pp.75-91., Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/4922/3484> . Acesso em 12 de março de 2022.

LOURENCO, Edvânia Ângela de Souza; LACAZ, Francisco Antônio de Castro; GOULART, Patrícia Martins. **Crise do capital e o desmonte da Previdência Social no Brasil**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 130, p. 467-486, dez. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282017000300467&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: em 27 jul. 2019.

LUKÁCS, György. **As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem**. São Paulo: Temas das Ciências Humanas, 1978.

MAIA, Fernanda Landolfi. **Olhares para o mundo do trabalho a partir do contexto da pandemia de Covid-19**. Revista Expressão [online]. 2022, . Ano 11. Nº 01, pp. 26-27. Disponível em:

<https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/revistaexpressao/article/view/6298>. Acessado em 03 abril 2022.

MAC CORD Marcelo; SOUZA; Robério S. Trabalhadores livres e escravos. In. **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. SCHWARCZ Lilia Moritz; GOMES Flávio dos Santos (Orgs.). São Paulo: Companhia das Letras. 2018.

MACHADO. Rafael. **População negra é a mais afetada pela insegurança alimentar**. 2022. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/alimentacao/populacao-negra-e-a-mais-afetada-pela-inseguranca-alimentar/>. Acessado em: 20 de Janeiro de 2022.

MAGALHAES, Álcio Crisóstomo; CRUZ, José Adelson da. **O “pacto pela educação” e o mistério do “todos”: estado social e contrarreforma burguesa** no Brasil. Educ. rev., Belo Horizonte, v. 34, e169491, 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100107&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 28 jun. 2019.

MARCONDES, Daniel. **Direito a férias completa 90 anos no Brasil**. 2015. Disponível em <<https://tools.folha.com.br/print?site=emcimadahora&url=http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/12/1724442-direito-a-ferias-completa-90-anos-no-brasil-veja-historico-e-regras-atuais.shtml>> .Acesso em: 14 jun.2018.

MARINGONI, Gilberto. O destino dos negros após a Abolição. IPEA, 2011. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28. Acessado em 25 de Dezembro de 2021.

MARTINELLI, Maria Lúcia **Serviço Social Identidade e Alienação**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARX, Karl. ENGELS, Friederich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **Manifesto Comunista**. 1 ed., 5ª Reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Louis Bonaparte**. 2. ed. Portugal: Edições Avante!, 1984.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política, livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. O Capital. **Crítica da Economia Política**. Vol II, livro primeiro, tomo II. São Paulo: Nova Cultural, 1996b. Coleção: Os Economistas.
MATUMBI. Lazzo; PORTUGAL, Jorge. **14 de maio**. Álbum Lazzo Matumbi. Vol. 1, 2019.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. Revista Katálysis [online]. 2017, v. 20, n. 02 pp. 272-281. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592017v20n2p272>. Acessado 16 Fevereiro de 2022.

MEDEIROS, Milena Gomes; BEZERRA, Angélica Luiza Silva. **O desemprego e as tendências da contrarreforma no campo dos direitos sociais**. Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p.335-345, 30 dez. 2018. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/29183/17735>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

MENEGHETTI, Gustavo. Cinco Notas a Propósito da Questão Racial: reflexões teóricas sobre o racismo estrutural brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: Cfess, 2019. p. 01-13. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1553/1517>. Acesso em: 13 fev. 2022.

MENEZES, Leilane. Uma Chance de Envelhecer: os desafios para garantir longevidade à população negra. Metrôpoles, 2018. Disponível em: <https://www.metropoles.com/materias-especiais/populacao-negra-enfrenta-desafios-para-garantir-longevidade>. Acessado em 15 de Fevereiro de 2022.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 3a ed.- São Paulo; Cortez Editora, 2008.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MIRANDA, Agenor Gabriel Chaves. **O Direito do Trabalho na Ditadura Civil-Militar**. Conteúdo Jurídico. Brasília-DF, 2016. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/47494/o-direito-do-trabalho-na-ditadura-civil-militar>. Acesso em: 22 set. 2020.

MOREIRA, Rômulo de Andrade. **Os 187 anos da Revolta dos Malês**, 2022. Disponível em: <https://romulomoreira.jusbrasil.com.br/artigos/1358129995/os-187-anos-da-revolta-dos-males-1>. Acessado em 03 de Março de 2022.

MOTA, Ana Elizabete. **80 anos do Serviço Social brasileiro**: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura. Serviço Social & Sociedade [online]. 2017, n. 128, pp. 39-53. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.092>. Acessado em 24 Março 2022.

MOURA, Clóvis. **Atritos entre a história, o conhecimento e o poder**. Revista Princípios, 1990, pp. 53 -57. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/moura/1990/11/atritos.htm#:~:text=H%C3%A1%20uma%20dist%C3%A2ncia%20imensa%20entre,do%20atual%20tipo%20de%20sociedade>. Acessado em 01 de Março de 2022.

MOURA, Clóvis. A quilombagem como expressão de protesto radical. Revista Movimentos. 2019. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2019/11/a-quilombagem-como-expressao-de-protesto->

[radical/#:~:text=Historicamente%20o%20quilombo%20aparecer%C3%A1%20como,a%20sua%20contrapartida%20de%20nega%C3%A7%C3%A3o.Acessado em 02 de Fevereiro de 2022.](#)

MOURA, Alessandro. **O processo de construção da classe trabalhadora brasileira durante a Primeira República: rebeldia, organização e enfrentamentos**. Revista Estudos do Trabalho, Ano I, Número 2, Marília, UNESP, 2008. Disponível em: http://www.estudosdotrabalho.org/PDFs_rret2/Artigo5_2.pdf. Acesso em: 11 jun. 2019.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. **Trabalhadores negros e o "paradigma da ausência"**: Estudos Históricos (Rio de Janeiro) [online]. 2016, v. 29, n. 59 [Acessado 8 Março 2022], pp. 607-626. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S2178-14942016000300003>>

NASCIMENTO, Gabriel. **O mito do negro passivo cai por terra**. Justificando: Mentis Inquietas pensam Direito, 2018. Disponível em: <http://www.justificando.com/2018/02/02/o-mito-do-negro-passivo-cai-por-terra/> Acesso em 01 de março de 2022.

NEGRO, Antônio Luigi; GOMES, Flávio dos Santos. **As greves antes da "grève"**: as paralisações do trabalho feitas por escravos no século XIX. Cienc. Cult. [online]. 2013, vol.65, n.2, pp.56-59., Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v65n2/23.pdf> , acesso 16 de março de 2022.

NERI, Anita Liberalesso. **Palavras-chave em gerontologia**. Campinas: Alínea, 2001.

NÉSPOLI, Daniella de Souza Santos. **Expressões Quilombolas: a arte na afirmação da identidade e da memória quilombola**. 2021. 309 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/204357>. Acesso em: 10 mar. 2022.

NEGRI, Fabiana Luiza. 40 Anos do Congresso da Virada: o Serviço Social Construindo seu Projeto Profissional. Boletim Eletrônico Nº 61. CRESS/SC, 2019. Disponível em <http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Boletim-61-40-Anos-do-Congresso-da-Virada.pdf>. Acessado em 8 de Março de 2022.

O BRASIL. Rio de Janeiro, 26 jan. 1923. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028002&pasta=ano%20192&pesq=Lei%20Eloy%20Chaves>>. Acesso em: 21 jul. 2019.

OLIVEIRA, Simone Barros de. et al. **Idosos quilombolas, identidade étnica e memória**. In: Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. ABEPSS, Vitória – ES, 2018.

OLIVEIRA, ILKA Custódio. **Processo de Envelhecimento Brasileiro, Racismo e Gênero: aproximações necessárias**. In: Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. ABEPSS, Vitória – ES, 2018.

OLIVEIRA, Nielmar. **Expectativa de vida do brasileiro cresce e mortalidade infantil cai**. 2018a. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-11/expectativa-de-vida-do-brasileiro-cresce-e-mortalidade-infantil-cai>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

OLIVEIRA, Ramon de. **O ensino médio e a inserção juvenil no mercado de trabalho**. Trab. educ. saúde, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 79-98, abr. 2018b. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462018000100079&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 28 jun. 2019.

OLIVEIRA, Edistia Maria Abath Pereira de e **CHAVES**, Helena Lúcia Augusto. **80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão**. Serviço Social & Sociedade [online]. 2017, n. 128, pp. 143-163 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.098>. Acessado em 18 de Fevereiro 2022].

OLIVEIRA, Jaime A. de Araújo. TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury **(Im)previdência social: 60 anos de história da Previdência no Brasil**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes; Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva, 1989.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabalho Decente no Brasil: aumentando a cobertura da seguridade social**. Brasília, 2008. Disponível em http://www.oitbrasil.org.br/download/trab_dec_protosocial_novembro2008.pdf Acesso em 28 de janeiro de 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Relatório Global sobre Ageísmo**. 2021. Disponível em <https://www.who.int/teams/social-determinants-of-health/demographic-change-and-healthy-ageing/combating-ageism/global-report-on-ageism>. Acessado em 01.04.2022.

PÁDUA, Andréia Aparecida da Silva. COSTA, Eliane Romeiro. Políticas públicas de previdência e assistência social ao idoso. Revista Estudos v. 34, n. 5/6. Goiânia: 2007. Disponível em <http://seer.ucg.br/index.php/estudos/article/viewFile/326/265> Acesso 27 de março de 2022.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

PAULO NETTO, José. **A construção do projeto ético-político contemporâneo**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

PAULO NETTO, José **Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”**. Revista Temporalis, n.º 3. 2ª ed. Rio Grande do Sul: ABEPSS, 2004.

PAULO NET|TO, José. **Pequena História da Ditadura Brasileira: (1964-1985)** [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2014.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós – 64.** [livro eletrônico] .17ªed. São Paulo: Cortez, 2017

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia Política – uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2006.

PAZ, Serafim Fortes. **Drama, cenas e trama.** A (situ)ação dos fóruns e conselhos do idoso no Rio de Janeiro. Campinas, SP. 2001. Tese de Doutorado Disponível em <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000232436> , Acessado em 20 de Maio de 2020.

PENHA. Daniela. **Negros são 82% dos resgatados do trabalho escravo no Brasil. Repórter Brasil**, 2019. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2019/11/negros-sao-82-dos-resgatados-do-trabalho-escravo-no-brasil/>. Acessado em 04 de Abril de 2020.

PEREIRA, Martha Bethânia Costa **Os Reflexos da Crise do Capital na Previdência Social Brasileira.** Dissertação de Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2008.

PERES. Célia Fernandes Vilarinho. Depoimento. In CFESS (Org.); CRESS/SP; ABEPSS; ENESSO (Co-orgs.) **30 Anos do Congresso da Virada.** pp. 139-142. Brasília, 2009.

PINHEIRO. Márcia. Depoimento. In CFESS (Org.); CRESS/SP; ABEPSS; ENESSO (Co-orgs.) **30 Anos do Congresso da Virada.** pp. 131-138. Brasília, 2009.

QUEIROZ, Antônio Augusto de. **PEC 6/2019 - A Nova Reforma da Previdência: desconstitucionalização, capitalização e restrição de acesso a direitos sociais.** Brasília, DF: DIAP, 2019.

QUEIROZ. Miriam. **Atendimento à Pessoa Idosa no Sistema Único de Assistência Social – SUAS.** 2021. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/comissao-de-defesa-dos-direitos-da-pessoa-idosa-cidoso/apresentacoes-em-eventos/apresentacoes-de-convidados-em-audiencias-publicas-2021/audiencia-publica-sobre-envelhecimento-ativo-mobilidade-e-acessibilidade-17-6-21/apresentacao-ap-17-6-21-sra-miriam-queiroz-ministerio-da-cidadania/view>. Acessado em 25 de Janeiro de 2022.

RAICHELIS, Raquel et al. **Revista Serviço Social & Sociedade: 40 anos contribuindo para o pensamento crítico do Serviço Social brasileiro.** Serviço Social & Sociedade [online]. 2019, n. 136, pp. 497-517. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.191>. Acessado em 19 de Fevereiro 2022.

RAMOS, Sâmya R. A importância da articulação entre ABEPSS, Conjunto CFESS/CRESS e ENESSO para a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro. *Temporalis*, Brasília, ano 11, n. 22, p. 113-122, jul./dez. 2011.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acessado em 01 de janeiro de 2022.

REIS, João José. “**Nos achamos em campo a tratar da liberdade**”: a resistência escrava no Brasil oitocentista. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: Histórias. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil**: A História do Levante dos Malês. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

REIS, João José. **Ganhadores**: a greve negra de 1857 na Bahia. São Paulo, Companhia das Letras, 2019

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Revoltas Escravas no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. **Negociações e Conflito**: a resistência. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, João José. A Revolta dos Malês de 1835. S.d. Disponível em: <http://educacao.salvador.ba.gov.br/adm/wp-content/uploads/2015/05/a-revolta-dos-males.pdf>. Acessado em 30 de julho de 2020.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos*: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835). São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SIEBEL, Luís. **A social-democracia e a transição ao anarquismo**. S.D. Disponível em <<http://www.palavraoperaria.org/A-social-democracia-e-a-transicao-ao-anarquismo>>. Acesso em: 11 jun. 2019.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço Social**: resistência e emancipação?. 2010. 209 f. (Tese Livre Docência) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106702/silva_jfss_Id_franca.pdf?sequence=1 . Acesso em: 17 mar. 2022.

SILVA, Alexandre da. **Determinantes da Incapacidade Funcional de Idosos na Cidade de São Paulo na Perspectiva Ético-Racial**. 2017. 80 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da.; **JESUS**, Júlio Cesar Lopes de. Contrarreforma trabalhista e Previdenciária: implicações para os trabalhadores. **Revista de Políticas Públicas**, vol. 21, núm. 2. São Luís, Universidade Federal do Maranhão, 2017.

SILVA, Ana Paula Procópio da. **RACISMO ESTRUTURAL, CRISE DO CAPITAL E OFENSIVA CONSERVADORA**: desafios à consolidação da igualdade racial nas políticas sociais públicas. In: Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. ABEPSS, Vitória – ES, 2018.

SILVA, Mauri Antônio da. **Análise crítica da proposta de reforma da previdência social no Brasil entre os anos 2016 e 2018**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 135, p. 213-230, ago. 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282019000200213&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 jul. 2019.

SILVA, Marcela Fernandes da, et al. **Ageismo contra idosos no contexto da pandemia da covid-19**: uma revisão integrativa. Rev Saude Publica. 2021, pp. 1-14. Disponível http://www.rsp.fsp.usp.br/wp-content/uploads/articles_xml/1518-8787-rsp-55-4/1518-8787-rsp-55-4-pt.x34413.pdf . Acessado em 28 de fevereiro de 2022.

SIMIONATTO, Ivete; LUZA, Edinaura. **Estado e sociedade civil em tempos de contrarreforma: lógica perversa para as políticas sociais**. Texto & Contexto, Porto Alegre, v. 2, n. 10, p.215-226, ago. 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/9830/7329>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. **Augusto Guzzo Revista Acadêmica**, São Paulo, n. 6, p. 14-18, may 2003. Disponível em: <http://fics.edu.br/index.php/augusto_guzzo/article/view/57>. Acesso em: 08 apr. 2022.

SOARES, Luiz Carlos. **A escravidão industrial no Rio de Janeiro do século XIX** 2003 Disponível em: http://www.abphe.org.br/arquivos/2003_luiz_carlos_soares_a_escravidao-industrial-no-rio-de-janeiro-do-seculo-xix.pdf, acesso em 13 de março de 2022.

SOARES, Raquel Cavalcante. **Contrarreforma no SUS e o serviço social** [recurso eletrônico]. Recife: Ed. UFPE, 2020.

SOUZA, Ana Patrícia dos Anjos. **Os direitos sociais na era Vargas**: a Previdência Social no processo histórico de constituição dos Direitos Sociais no Brasil. 2005. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/Ana_Patrícia_118.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2019.

TAVARES, Ismélia da Penha Balduce. **Participação e resistência da mulher no cotidiano da Guerra dos cabanos**: Alagoas - Pernambuco (1832-1850), 2019. Disponível em:

https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565312375_ARQUIVO_PARTICI_PACAOANPUH.pdf. Acessado em 05 de dezembro de 2021.

TEIXEIRA, Renato. **Amizade Sincera**. Álbum Amizade sincera, 1990.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: CFESS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

TEIXEIRA, Marli Geralda. **Revolta de Búzios ou Conjuração Baiana de 1798: uma chamada para a liberdade**. 2015. Disponível em: <http://educacao.salvador.ba.gov.br/adm/wp-content/uploads/2015/05/revolta-dos-buzios.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2020.

TEIXEIRA, Solange Maria. Serviço Social e Envelhecimento: perspectivas e tendências na abordagem da temática. In: COSTA, Joice Sousa et al (Org.). *Aproximações e ensaios sobre a velhice*. Franca: Unesp - FCHS, 2017. Cap. 12. p. 193-209.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento e trabalho na sociedade capitalista: questões para o trabalho dos assistentes sociais. In: ENCONTRO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL, 5., 2018, Brasília, DF. Anais... Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social, 2018. p. 175-197.

TEIXEIRA Solange Maria. (Org.). **Serviço Social e envelhecimento**. [E-book]. Teresina: EDUFPI, 2020.

TERRA. Paulo Cruz. **Operários em Construção**, 2014. TV Resistência Contemporânea. Disponível em: <https://resistenciacontemporanea.blogspot.com/2014/06/operarios-em-construcao.html>, acesso em 14 de março de 2022.

TONET, Ivo. **Método Científico: uma abordagem ontológica**. – 2. ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

VALLE, Karla Fernanda; LEITE, Janete Luzia. **Contrarreforma do Estado e gerencialismo: novo fetiche, velha proposta**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 131, p. 109-129, abr. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282018000100109&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 27 jul. 2019.

VITORIO, Kajali Lima. **O debate racial na agenda política do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)**. 2019. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais, Instituto Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/59833>. Acesso em: 02 jan. 2022.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. Tradução: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2011.

YAZBEK, Maria Carmelita. **As ambiguidades da Assistência Social Brasileira após Dez anos de LOAS**. Serviço Social e Sociedade, n. 77. São Paulo, 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. **A assistência social na prática profissional: história e perspectivas**. Serviço Social e Sociedade, n. 85. São Paulo, Cortez, 2006.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Estado, Políticas Sociais e Implementação do SUAS**. In: SUAS: configurando os Eixos de Mudança. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, 2008.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Fundamentos Históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social**. In: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

APÊNDICE

APÊNDICE – Quadro ômega dos artigos encontrados nos Anais dos Enpess

Nº	CÓD	TÍTULO	ORIGEM	PERFIL AUTOR	ANO	ENPESS	EIXO TEMÁTICO	MODALIDADE	DESCRITORES
1	140	O Perfil dos "Velhos Trabalhadores" desempregados do Sindicato dos sapateiros de Franca /SP	Franca/SP		2012	XIII	Ênfase no Trabalho	Oral	Trabalho; Envelhecimento; Serviço Social;
2	174	Sobre Envelhecer e ser velho em Liberdade: singularidades e universalidades	Liberdade /MG	Doutorado	2012	XIII	Ênfase em Geração	Oral	Processo de envelhecimento; Velhice; Heterogeneidade; Municípios de pequeno porte; Zona rural e urbana;
3	743	Os novos velhos: os gays e suas experiências de envelhecer	Rio de Janeiro /RJ	Doutorado / Universidade Federal do Rio de Janeiro	2012	XIII	Não indicado nos anais	Oral	Homossexualidade; Envelhecimento; Identidade Sexual;
4	1455	Gerações e Proteção Social à Velhice: subsídios ao debate	Salvador/BA	Mestrado/ Universidade Católica do Salvador -UCSal	2012	XIII	Não indicado nos anais	Oral	Envelhecimento; Políticas Sociais; Gerações;
5	1561	A Velhice na produção de conhecimento do Serviço Social: por uma Gerontologia Social Crítica	Recife /PE	Doutorado/Universidade Federal de Pernambuco	2012	XIII	Ênfase em Geração	Oral	Velhice; Serviço Social; ENPESS;
6	57	Envelhecimento e Políticas Públicas: Desafios dos Conselhos do Idoso no Brasil			2012	XIII	Ênfase em Geração	Oral	Envelhecimento; Políticas Públicas; Participação Social; Controle Social;
7	551	O Envelhecimento da População: Estratégias de	São Paulo/SP	Graduação/ Universidade Nove de Julho – UNINOVE	2012	XIII	Ênfase em Geração	Oral	Idosos; Família; ILPI; Enfretamentos Políticos;

		Enfrentamentos Políticos, Familiar e Institucional							
8	73	Assistência Domiciliar ao idoso e as Políticas de Proteção	Franca/ SP		2012	XIII	Outras	Oral	Idoso; Saúde; Assistência Domiciliar; Políticas de Proteção; Acessibilidade;
9	238	A determinação social nas condições de vida dos idosos			2012	XIII	Ênfase em Geração	Oral	Produção Capitalista; Trabalho Produtivo; Mais- valia; Desigualdade Social;
10	265	O acesso à Previdência Rural entre Idosos Quilombolas	Matias Cardoso/MG		2012	XIII	Ênfase na Questão Agrária	Oral	Comunidades Negras; Idosos; Previdência Rural;
11	294	Atenção Domiciliar ao Idoso: Análise de um serviço	São Paulo/SP		2012	XIII	Ênfase em Gestão	Oral	Idoso; Atendimento Domiciliar; Cuidador;
12	693	O Impacto do Benefício de Prestação Continuada ao Portador de Deficiência e Idosos na Cidade de Barbacena	Barbacena/ MG		2012	XIII	Outras	Pôster	BPC; Deficiência; INSS; Acesso;
13	761	Assistência ao Idoso. Análise do Papel atribuído a família nos serviços de Proteção Social Básica	Maceió/AL		2012	XIII	Ênfase em Gestão	Oral	Assistência; Idoso; Família;
14	1108	Juventude, Idoso e Questão Social: Retratos de um cotidiano propagado	Teresina /PI	Universidade Federal do Piauí	2012	XIII	Não indicado nos anais	Oral	Juventude; Idoso; Questão Social; Mídia; Estado;

		pela imprensa de Teresina/PI							
15	1339	Os Representantes e sua participação sociopolítica no Conselho Municipal do Idoso de Manaus	Manaus/AM		2012	XIII	Controle Democrático e Sujeitos Políticos	Oral	Participação; Conselho; Controle Social;
16	1465	Direitos Humanos e Proteção Social aos Idosos	João Pessoa / PB		2012	XIII	Ênfase em Direitos Humanos	Oral	Direitos Humanos; Idosos; Direitos Sociais; Serviço Social;
17	1554	Resiliência: Qual o seu papel em Idosos atendidos nos Centros de Referência de Assistência Social?	Belém/PA	Mestrado/ Universidade Federal do Pará	2012	XIII	Outras	Oral	Idoso; Resiliência; Centros de Referência de Assistência Social;
18	1099	Violação de Direitos, maus tratos e violência contra a pessoa idosa no âmbito familiar, institucional e Estatal	Rio de Janeiro/RJ	Universidade Federal Fluminense	2012	XIII	Ênfase em Geração	Oral	Idosos; Violência; Direitos; Políticas Públicas; Serviço Social;
19	1108	As necessidades da População Idosa e as Políticas de Proteção Social na realidade brasileira			2012	XIII	Não indicado nos anais	Oral	Velhice; Proteção Social; Política Pública; Pessoa Idosa; Direitos;
20	1273	A Intersetorialidade na garantia dos direitos da Pessoa Idosa: um estudo sobre os serviços da Rede de Proteção Social na Cidade de João Pessoa-PB	João Pessoa/PB	Graduação/ Universidade Federal da Paraíba	2012	XIII	Ênfase em Gestão	Oral	Intersetorialidade; Idosos; Proteção Social;
21	357	Direitos Sociais Protagonismo e Exercício da	Campos dos Goytacazes /RJ	Graduação/ Universidade Federal Fluminense	2012	XIII	Ênfase na Educação	Pôster	Idoso; Direitos Sociais;

		Cidadania na Terceira Idade							Protagonismo; Cidadania;
22	473	Terceira Idade: a Participação Social como canal de exercício da Cidadania		Universidade Federal do Triângulo Mineiro	2012	XIII	Ênfase em Direitos Humanos	Oral	Cidadania; Terceira Idade; Serviço Social;
23	13001	Envelhecimento e a ausência de direitos: compreensão do velho como demanda do Serviço Social		Universidade Federal do Tocantins	2014	XIV	Ênfase em Geração	Oral	Direitos; Serviço Social; Velho;
24	158902	A "problemática social" da Velhice na Contemporaneidade Brasileira	Maceió/AL	Graduação/ Fundação Educacional do Baixo São Francisco Dr. Raimundo Marinho/FRM	2014	XIV	Ênfase em Geração	Oral	Envelhecimento; Sociabilidade Capitalista; Problemática Social;
25	8002	A Institucionalização da Velhice: Família, Sociedade e Estado	Natal/RN	Graduação/ Universidade Potiguar Natal/RN	2014	XIV	Ênfase em Geração	Oral	Velhice; Institucionalização; Idoso; Família; Serviço Social;
26	47201	A Velhice como Questão Social: o Contexto Brasileiro			2014	XIV	Ênfase em Geração	Oral	Transição Demográfica; Velhice; Políticas Públicas;
27	25301	Idosas vivendo com AIDS: questão atual que realça os novos padrões de comportamento sexual na Velhice	Campina Grande /PB	Mestrado/ Universidade Estadual da Paraíba	2014	XIV	Ênfase Sexualidades	Oral	Mulher Idosa; HIV/AIDS; Sexualidade;
28	80204	Intersetorialidade, Políticas Sociais e Velhice no Brasil	João Pessoa/PB	Doutorado /Universidade Federal da Paraíba	2014	XIV	Ênfase em Geração	Oral	Proteção Social; Velhice; Intersetorialidade;
29	58501	Lutas Sociais e Proteção Social à Velhice da classe trabalhadora,	Recife/ PE	Doutorado/Universidade Federal de Pernambuco	2014	XIV	Ênfase em Geração	Oral	Proteção Social; Velhice; Produção de Conhecimento; Serviço Social;

		refletidas na produção de conhecimento do Serviço Social no Brasil							
30	92101	Mulher, Velhice e Solidão: uma tríade contemporânea?	São Luís/MA	Doutorado/ Universidade Federal do Maranhão	2014	XIV	Ênfase em Geração	Oral	Mulheres; Velhice; Solidão; Políticas Públicas;
31	120101	O papel da mídia na construção social da Velhice		Graduação / Instituto Superior de Teologia Aplicada- INTA	2014	XIV	Ênfase em Geração	Pôster	Velhice; Capitalismo; Serviço Social;
32	97003	Relações de gênero, Trabalho e Aposentadoria: a família e as condições de vida na Velhice	Porto Alegre/RS	Doutora/ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	2014	XIV	Ênfase Trabalho e Serviço Social	Oral	Gênero; Velhice; Trabalho; Aposentadoria; Relações Sociais e Velhice;
33	119601	Envelhecimento humano: considerações sobre Gênero, Feminização e Patriarcado	Franca/SP	Mestrado/ Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP Franca	2014	XIV	Ênfase Feminismos	Oral	Envelhecimento; Velhice; Patriarcado; Gênero; Feminização;
34	92601	Famílias e Envelhecimento: um estudo sobre as publicações dos Assistentes Sociais	Rio de Janeiro/ RJ	Residência Multiprofissional em Saúde do Idoso/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2014	XIV	Ênfase Trabalho Profissional	Oral	Família; Envelhecimento; Serviço Social;
35	174101	O discurso do envelhecimento da população como ideologia		Doutorado/ Universidade Federal de Alagoas	2014	XIV	Ênfase Trabalho, Questão Social e Serviço Social-fundamentos	Oral	População Idosa; Previdência Social; Desemprego;
36	65601	O Idoso em cena: um olhar sobre o processo de envelhecimento populacional no cenário brasileiro	Rio de Janeiro/ RJ	Residência Multiprofissional no Programa de Saúde do Adulto/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2014	XIV	Ênfase Desafios a Seguridade Social no Brasil	Oral	Envelhecimento; Proteção Social; Idoso;

37	154802	O processo de Envelhecimento frente as Políticas Públicas e a Construção dos Direitos de Cidadania	Belém/PA	Graduação/ Universidade Federal do Pará	2014	XIV	Ênfase em Geração	Pôster	Envelhecimento; Políticas Públicas; Direitos Sociais;
38	56101	Saúde, Envelhecimento e as concepções de cuidado no Domicílio	São Paulo/SP	Doutorado/ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2014	XIV	Ênfase Desafios a Seguridade Social no Brasil	Oral	Envelhecimento; Saúde; Cuidado Domiciliar;
39	97301	A Participação Social dos idosos no contexto grupal	Porto Alegre/RS	Mestrado/ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	2014	XIV	Ênfase Lutas Sociais, Direitos e Controle Democrático nas Políticas Sociais	Oral	Terceira Idade; Participação Social; Espaços de Convivência;
40	212301	Breves reflexões do Serviço Social no Processo de Institucionalização de idosos em instituição de longa permanência			2014	XIV	Ênfase Crise, Trabalho e Tendências Contemporâneas das Políticas Sociais no Capitalismo	Oral	Idosos; Instituições de Longa Permanência; Políticas Sociais;
41	191001	Casas de Convivência e Lazer- experiência alternativas no atendimento a idosos em um Projeto no Município do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro/RJ		2014	XIV	Ênfase Trabalho Profissional	Oral	Casas de Convivência; Idosos; Envelhecimento Saudável;
42	42401	Elementos para pensar a atendimento a idosos e possíveis avanços	Rio de Janeiro/ RJ	Mestrado/ Universidade Federal do Rio de Janeiro	2014	XIV	Ênfase em Geração	Oral	Idosos; Atendimento; Famílias;
43	166301	O provimento do cuidado ao idoso com dependência		Mestrado/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2014	XIV	Ênfase em Geração	Oral	Cuidado; Família; Gênero; Envelhecimento;

44	102201	O Trabalhador idoso aposentado: capacidade de organização e de participação social	Franca/SP	Pós Doutorado/ Universidade de Aveiro - Portugal	2014	XIV	Ênfase Relações Sociais de Raça/ Etnia	Oral	Participação Social; Proteção Social; Trabalhador Idoso Aposentado; Serviço Social;
45	293301	Projeto Conviver idoso: Fortalecimento de Vínculos para Idosos/as do Município de Parnaíba /PI	Parnaíba/PI		2014	XIV	Ênfase em Geração	Pôster	Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos; Pessoa Idosa; Assistente Social;
46	238901	Quem pegou nossos direitos? Mapeamento dos idosos das comunidades Quilombolas de São João da Ponte /MG	São João da Ponte/MG		2014	XIV	Ênfase Relações Sociais de Raça/ Etnia	Oral	Estatuto do Idosos; Políticas Públicas; Quilombolas; Qualidade de Vida;
47	201001	Serviço Social e Extensão Universitária para Idosos: uma proposta de inclusão social	Teresina /PI		2014	XIV	Ênfase em Geração	Oral	Extensão Universitária; Serviço Social; Idoso;
48	124001	Serviço Social, Biopoder e Violência contra o Idoso: considerações		Doutorado/ Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2014	XIV	Ênfase em Geração	Oral	Idoso; Violência; Serviço Social; Biopoder;
49	103901	Violência Contra o Idoso e suas formas de manifestações	Belém/PA	Graduação/ Universidade Federal do Pará	2014	XIV	Ênfase em Geração	Oral	Violência; Idoso; Dificuldades na identificação;
50	90001	A memória de pessoas idosas: uma discussão atual	Franca/SP	Mestrado/ Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP Franca	2014	XIV	Ênfase em Geração	Oral	Envelhecimento; Memória; Trabalho;
51	203801	Auto Percepção da Sexualidade da Mulher Idosa: Revisão Bibliografica			2014	XIV	Ênfase em Geração	Oral	Pessoa Idosa; Envelhecimento; Totalidade Social;

									Sexualidade e Gênero;
52	158901	O estigma social à pessoa Idosa Institucionalizada no Brasil Contemporâneo	Maceió/AL	Graduação/ Fundação Educacional do Baixo São Francisco Dr. Raimundo Marinho/FRM	2014	XIV	Ênfase em Geração	Oral	Velhice; Sociabilidade Capitalista; Estigma;
53	117101	O processo educativo de mulheres idosas alunas da UNATI/ UERJ	Rio de Janeiro/RJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2014	XIV	Ênfase Relações Sociais de Gênero/Sexo	Oral	Cidadania; Mulheres Idosas; Universidade da Terceira Idade;
54	4403	Programa de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa na USF: avaliação de Política Social no Capitalismo	Camaragibe/PE	Graduação/ Universidade Federal de Pernambuco	2014	XIV	Ênfase Crise, Trabalho e Tendências Contemporâneas das Políticas Sociais no Capitalismo	Pôster	Pessoa Idosa; Saúde; Atendimento; Dificuldades; Avaliação de Programas;
55	278	O Processo de Envelhecimento e as condições socioeconômicas: reflexos na saúde e na velhice			2016	XV	Não indicado nos anais	Oral	Velhice; Política de Saúde; Direitos; Condições Socioeconômicas;
56	511	O debate sobre a velhice e os desafios da proteção social: um enfoque para a seguridade social		Doutorado	2016	XV	Não indicado nos anais	Oral	Velhice; Proteção Social; Seguridade Social;
57	522	Violação de Direitos, Velhice e Sistema Capitalista: a Construção Social de um caos	Franca/SP	Doutorado/ Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho- UNESP Franca	2016	XV	Não indicado nos anais	Oral	Direitos; Violação de Direitos; Velhice;
58	525	Velhice e Deficiência Visual: uma aproximação necessária		Mestrado / Universidade Federal do Rio de Janeiro	2016	XV	Não indicado nos anais	Oral	Envelhecimento; Velhice; Deficiência Visual;

59	597	Modos de Viver a Velhice dos idosos de Parintins- Amazonas a partir da inserção nos circuitos socioculturais	Parintins/AM		2016	XV	Não indicado nos anais	Oral	Idosos; Cultura; Saberes Tradicionais;
60	712	Velhice, Lutas de Classes e Protagonismo Político: o exercício da reivindicação de direitos no espaço das conferências			2016	XV	Não indicado nos anais	Oral	Velhice; Protagonismo; Conferências;
61	226	O Envelhecimento e o Protagonismo dos idosos na agenda das Políticas Públicas			2016	XV	Não indicado nos anais	Oral	Envelhecimento; Questão Social; Idoso; Políticas Públicas;
62	399	O Envelhecimento populacional e as inflexões do cuidado sobre cuidadores informais			2016	XV	Não indicado nos anais	Oral	Cuidado; Proteção; Idosos; Cuidadores;
63	1539	O Envelhecimento populacional na agenda pública internacional e nacional			2016	XV	Não indicado nos anais	Pôster	Envelhecimento; Políticas Públicas; Direitos;
64	74	Mapear para conhecer: levantamento dos equipamentos do Município de Campos dos Goytacazes voltados para a criança e adolescente, idoso e Assistência Social	Campos dos Goytacazes /RJ		2016	XV	Não indicado nos anais	Oral	Assessoria; Direitos Humanos; Serviço Social;
65	333	Controle Social Democrático e a	Florianópolis/ SC		2016	XV	Não indicado nos anais	Oral	Idoso; Direitos; Políticas Públicas;

		Política Municipal do Idoso							Conselho Municipal do Idoso; Controle Social Democrático;
66	370	A Participação Social e a Política Nacional do Idoso: Desafios ao Conselho Nacional dos Direitos do Idoso			2016	XV	Não indicado nos anais	Oral	Política do Idoso; Participação Social; Direitos Humanos;
67	378	Revisitando as Políticas Sociais dirigidas ao segmento idoso			2016	XV	Não indicado nos anais	Oral	Envelhecimento; Política Social; Família;
68	426	A família e a representação social do idoso no "cuidado" de crianças e adolescentes em sofrimento psíquico			2016	XV	Não indicado nos anais	Pôster	Terceira Idade; Família; Criança e Adolescente em Sofrimento Psíquico;
69	535	Arranjos intersetoriais possíveis entre a Política de Saúde e as demandas dos idosos brasileiros			2016	XV	Não indicado nos anais	Oral	Proteção Social; Velhice; Intersetorialidade;
70	566	Políticas Sociais voltadas ao idoso: entre a universalização e a focalização			2016	XV	Não indicado nos anais	Oral	Envelhecimento; Proteção Social; Políticas Focalizadas;
71	581	O processo de efetivação dos direitos do/a idoso/a: uma reflexão no CRAS do Município de Tocantínia /TO			2016	XV	Não indicado nos anais	Oral	Idoso/a; Políticas de Assistência Social; Direitos Sociais; Legislações;
72	718	Os idosos e a importância das oficinas			2016	XV	Não indicado nos anais	Oral	Educação; Idosos; Oficinas Intergeracionais;

		intergeracionais nas escolas brasileiras: o assistente social escolar							
73	719	Uma análise crítica sobre a vulnerabilidade social do trabalhador idoso			2016	XV	Não indicado nos anais	Oral	Envelhecimento Humano; Vulnerabilidade Social; Pessoa Idosa;
74	1201	A participação dos idosos no Conselho Municipal do Idoso de Belém/PA	Belém/PA		2016	XV	Não indicado nos anais	Oral	Idoso; Participação; Controle Social;
75	1204	Mudanças na Família e Proteção Social: Idosos sozinhos nos Cuidados de Saúde	Rio de Janeiro/RJ		2016	XV	Não indicado nos anais	Mesa Temática	Família; Idosos Sozinhos; Saúde; Proteção Social;
76	1387	Política Municipal do Idoso: capacitação sociogerontológica de efeito multiplicador na perspectiva da emancipação humano	Campinas/ SP	Graduação/ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2016	XV	Não indicado nos anais	Oral	Política Social; Conselhos de Direitos dos Idosos; Capacitação Sociogerontológica; Emancipação Política; Emancipação Humana;
77	161	A configuração e o impacto social dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas (SCFVI) na Cidade de Franca/SP	Franca/SP	Mestrado/ Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP Franca	2016	XV	Não indicado nos anais	Oral	Impacto Social; SCFVI; Pessoa Idosa;
78	516	Classe, Gênero e Geração: uma aproximação às	Recife/ PE	Graduação/ Universidade Federal de Pernambuco	2016	XV	Não indicado nos anais	Pôster	Classe; Gênero; Geração; Saúde; Neoliberalismo;

		particularidades do Acesso à Saúde pelas Mulheres Idosas trabalhadoras numa conjuntura neoliberal							
79	897	"Não é mais meu querer": A violência intrafamiliar contra a pessoa idosa, Manaus- AM	Manaus/AM		2016	XV	Não indicado nos anais	Pôster	Idoso; Envelhecimento; Violência Intrafamiliar;
80	943	A Política Social Brasileira e a (DES) Proteção a População Idosa no Tempo da Capital		Mestrado/ Universidade Federal da Paraíba	2016	XV	Não indicado nos anais	Oral	Capitalismo; População Idosa; Políticas Sociais;
81	1004	A Política de Saúde para a Pessoa Idosa: conquistas e desafios			2016	XV	Não indicado nos anais	Oral	Envelhecimento; Políticas Públicas; Saúde;
82	1012	Pessoas Idosas Renais Crônicas em Tratamento de Diálise na Cidade de Manaus- Amazonas: o processo de acometimento, tratamento e os impactos na vida destes sujeitos sociais e de suas famílias.	Manaus/AM		2016	XV	Não indicado nos anais	Oral	Velhice; Insuficiência Renal Crônica; Diálise;
83	1126	A produção do Serviço Social sobre a violência contra a pessoa idosa na contemporaneidade		Residência Multiprofissional em Saúde/ Universidade Federal do Triângulo Mineiro	2016	XV	Não indicado nos anais	Oral	Envelhecimento; Violência; Serviço Social; CBAS; ENPESS;
84	1191	Desafios ao trabalho do assistente social na garantia de acesso aos direitos da			2016	XV	Não indicado nos anais	Pôster	Envelhecimento; Serviço Social; Trabalho; Direitos Sociais;

		população idosa no Brasil							
85	99	A trajetória de alunas de uma Universidade de Terceira Idade na garantia do acesso à educação			2016	XV	Não indicado nos anais	Oral	Cidadania; Mulheres Idosas; Universidade da Terceira Idade;
86	Não indicado nos anais	Trabalho Social e Velhice: como promover uma prática transformadora?	São Paulo/SP	Doutorado/ Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita - UNESP Franca	2018	XVI	Mesa Coordenada Envelhecimento e Políticas Sociais em tempos de contrarreformas	Mesa Temática	Trabalho Social; Velhice; Trabalho; Questão Social; Políticas Públicas;
87	Não indicado nos anais	O Protagonismo das mulheres idosas nos programas de universidade de terceira idade	Rio de Janeiro/RJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2018	XVI	Envelhecimento	Oral	Cidadania; Mulheres Idosas; Universidade da Terceira Idade;
88	Não indicado nos anais	Questão de Gênero: a homossexualidade na terceira idade	Rio de Janeiro/ RJ	Graduação/ Universidade Federal do Rio de Janeiro	2018	XVI	Sexualidades, identidades de gênero e direitos.	Pôster	Gênero; Homossexualidade masculina; Terceira Idade;
89	Não indicado nos anais	Inclusão e Memória da Pessoa Idosa algumas vivências no IFRN- Unidade Rocas			2018	XVI	Envelhecimento	Pôster	Idoso; Inclusão digital; Memória;
90	Não indicado nos anais	Direitos sociais dos trabalhadores: desmonte das conquistas de outrora no cenário brasileiro		Doutorado/ Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita - UNESP Franca	2018	XVI	Mesa Coordenada Envelhecimento e Políticas Sociais em tempos de contrarreformas	Mesa Temática	Lutas sociais; Direitos; Trabalhadores (as); Envelhecimento;
91	Não indicado nos anais	Envelhecimento, Políticas Sociais e Serviço Social em		Universidade de Lisboa	2018	XVI	Mesa Coordenada Envelhecimento e Políticas	Mesa Temática	Serviço Social; Envelhecimento; Pessoas Idosas;

		Portugal: velhos e novos problemas					Sociais em tempos de contrarreformas		Políticas; Velhas e novas realidades;
92	Não indicado nos anais	Processo de Envelhecimento Brasileiro, Racismo e Gênero: aproximações necessárias	São Paulo/SP	Doutorado/ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2018	XVI	Envelhecimento	Oral	Envelhecimento; Racismo; Gênero;
93	Não indicado nos anais	O Processo de envelhecimento no capitalismo contemporâneo	Rio de Janeiro/ RJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2018	XVI	Envelhecimento	Oral	Envelhecimento; Capitalismo contemporâneo; Marxismo;
94	Não indicado nos anais	Envelhecimento e Responsabilização da família na Proteção ao Idoso: Reflexões sobre direito e justiça		Universidade Federal de Santa Catarina	2018	XVI	Envelhecimento	Oral	Direito; Envelhecimento; Família; Justiça; Proteção Social;
95	Não indicado nos anais	Envelhecer na rua: um desafio às Políticas Sociais	Campinas/ SP	Graduação/ Pontifícia Universidade Católica de Campinas	2018	XVI	Envelhecimento	Pôster	Idoso; População situação de rua; Políticas Públicas;
96	Não indicado nos anais	Envelhecimento e Políticas Públicas: um debate necessário para o Serviço Social		Graduação/ Centro Universitário Uniredentor	2018	XVI	Envelhecimento	Pôster	Envelhecimento; Políticas Públicas; Serviço Social;
97	Não indicado nos anais	Determinantes sociais em saúde e o desvelar da deficiência no processo de envelhecimento dos usuários em reabilitação no CRIDAC- Cuiabá (MT)	Cuiabá/MT		2018	XVI	Envelhecimento	Oral	Determinantes Sociais em Saúde; Deficiência; Envelhecimento;
98	Não indicado nos anais	O frágil discurso a favor do desmonte da previdência social e suas consequências		Graduação/ Universidade Rural do Rio de Janeiro	2018	XVI	Seguridade social no Brasil	Pôster	Previdência Social; Envelhecimento; trabalho; Serviço Social;

		no envelhecimento da população brasileira							
99	Não indicado nos anais	Envelhecimento e saúde no cenário de crise e contrarreformas: avanços e retrocessos na construção da rede de assistência	Recife/ PE	Doutorado/ Universidade Federal de Pernambuco	2018	XVI	Mesa Coordenada Envelhecimento e Políticas Sociais em tempos de contrarreformas	Mesa Temática	Saúde; Envelhecimento; Rede de Assistência;
100	Não indicado nos anais	Um olhar sobre a Política de Assistência Social para o idoso em Vitória/ES	Vitória/ES	Graduação/ Universidade Federal do Espírito Santo	2018	XVI	Envelhecimento	Oral	Envelhecimento populacional; Idosos; Política Social;
101	Não indicado nos anais	As mudanças nas famílias, a sobrecarga feminina no cuidado com os idosos e a demanda por políticas públicas		Universidade Federal de Santa Catarina	2018	XVI	Mesa Coordenada Política Social e Família: a proteção social no contexto de crise do capital	Mesa Temática	Família; Cuidado; Idosos; Mulheres; Políticas Públicas;
102	Não indicado nos anais	Benefício de Prestação Continuada para o(a) idoso(a): interface junto a previdência social		Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2018	XVI	Seguridade social no Brasil	Pôster	BPC; Idoso; Proteção Social; Envelhecimento; Previdência Social;
103	Não indicado nos anais	As drogas na família que tem o idoso como provedor e familiar de referência na rede		Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2018	XVI	Envelhecimento	Oral	Drogas; Família; Idoso; Envelhecimento; Rede de Atenção Psicossocial;
104	Não indicado nos anais	Envelhecer e aparecer: um desafio para o idoso do território de Mboi Mirim, Zona sul de São Paulo	São Paulo/SP	Universidade Santo Amaro	2018	XVI	Política de Educação	Oral	Idosos; Vulnerabilidade; Pobreza; Violência Simbólica; Políticas Públicas;
105	Não indicado	Hospitalização e redes de apoio social de		Universidade Federal da Paraíba	2018	XVI	Envelhecimento	Oral	Envelhecimento; Hospitalização;

	o nos anais	idosos/ Hospitalization and social support networks for the elderly							Saúde do Idoso; Apoio social;
106	Não indicado nos anais	Profissionais do sexo e a 3ª idade: uma discussão sobre a garantia de direitos para as profissionais do sexo da cidade de Belo Horizonte	Belo Horizonte/MG	Graduação/ Centro Universitário Unihorizontes	2018	XVI	Envelhecimento	Oral	Prostituição; Garantia de direitos; Terceira Idade;
107	Não indicado nos anais	Concepções da sexualidade na terceira idade: um estudo sobre a sexualidade do idoso institucionalizado	Salvador/BA	Graduação/ Faculdade São Salvador	2018	XVI	Sexualidades, identidades de gênero e direitos.	Oral	Idoso; Sexualidade; Instituição de Longa Permanência;
108	Não indicado nos anais	Idosos quilombolas, identidade étnica e memória		Graduação/ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	2018	XVI	Envelhecimento	Oral	Idoso; Quilombola; Identidade; Geração;
109	Não indicado nos anais	O idoso e o cuidado na contemporaneidade		Universidade Católica de Pelotas	2018	XVI	Envelhecimento	Oral	Idosos; Sistema de Proteção Social; Cuidados; Famílias;
110	Não indicado nos anais	O projeto pedagógico da residência multiprofissional em saúde da UFMT e a interface com as diretrizes curriculares da ABEPSS	Mato Grosso	Universidade Federal do Mato Grosso	2018	XVI	Trabalho Profissional	Oral	Residência; Saúde; Serviço Social; Formação Profissional;
111	Não indicado nos anais	Envelhecimento e "reformas" das políticas sociais no Brasil		Doutorado/ Universidade Federal do Piauí	2018	XVI	Mesa Coordenada Envelhecimento e Políticas Sociais em	Mesa Temática	Envelhecimento; Políticas Sociais; Reformas;

							tempos de contrarreformas		
11 2	Não indicado nos anais	Envelhecimento e Intergeracionalidade		Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2018	XVI	Envelhecimento	Oral	Envelhecimento; Intergeracionalidade; Trabalho; Interseccionalidade ;
11 3	Não indicado nos anais	Trabalho, Saúde e Envelhecimento: trajetória e percepção dos idosos em dada universidade de saúde			2018	XVI	Envelhecimento	Oral	Trabalho; Envelhecimento; Saúde;
11 4	Não indicado nos anais	Envelhe' ser: uma forma digna e de direito do processo de envelhecimento		Graduação/ Universidade Federal do Goiás	2018	XVI	Envelhecimento	Oral	Envelhecimento; Serviço Social; Intervenção em Rede; Rede Social e Pessoal;
11 5	Não indicado nos anais	Determinações sociais e saúde das pessoas idosas sob cuidados paliativos na alta complexidade	Recife/PE	Residência Multiprofissional- Universidade de Pernambuco	2018	XVI	Trabalho Profissional	Oral	Idosos; Determinações sociais; cuidados paliativos;